

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
Escola de Ciência da Informação
Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação

Suellen Alves de Melo

**DIFUSÃO DE DOCUMENTOS FOTOGRÁFICOS:
análise de experiências de três instituições arquivísticas brasileiras no
Facebook**

Belo Horizonte
2019

Suellen Alves de Melo

**Difusão de documentos fotográficos:
análise de experiências de três instituições arquivísticas brasileiras no
Facebook**

Versão final

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciência da Informação.

Linha de Pesquisa: Políticas Públicas e Organização da Informação

Orientadora: Ivana Parrela

Belo Horizonte

2019

Melo, Suellen Alves de.

M528d Difusão de documentos fotográficos [recurso eletrônico] : análise de experiências de três instituições arquivísticas brasileiras no Facebook / Suellen Alves de Melo. – 2019.
1 recurso online (173 f. : il., color.) : pdf.

Orientadora: Ivana Parrela.
Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Ciência da Informação.
Referências: f. 150-163.
Apêndices: f. 164-173.
Exigências do sistema: Adobe Acrobat Reader.

1. Ciência da Informação – Teses. 2. Fotografias – Teses. 3. Redes sociais on-line – Teses. 4. Arquivo públicos I. Título. II. Parrela, Ivana D. III. Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Ciência da Informação.

CDU: 651.5:93:77



UFMG

Universidade Federal de Minas Gerais
Escola de Ciência da Informação
Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação

FOLHA DE APROVAÇÃO

"DIFUSÃO DE DOCUMENTOS FOTOGRÁFICOS: ANÁLISE DE EXPERIÊNCIAS DE TRÊS INSTITUIÇÕES ARQUIVÍSTICAS BRASILEIRAS NO FACEBOOK"

Suellen Alves de Melo

Dissertação submetida à Banca Examinadora, designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais, como parte dos requisitos à obtenção do título de **"mestre em Ciência da Informação"**, linha de pesquisa **"Políticas públicas e organização da informação"**.

Dissertação aprovada em: 09 de dezembro de 2019.

Por:

Prof. Dra. Ivana Denise Parreia - ECI/UFMG (Orientadora)

Prof. Dra. Adriana Carvalho Koyama - Universidade de Campinas - por videoconferência

Prof. Dr. Renato Pinto Venâncio - ECI/UFMG

Aprovada pelo Colegiado do PPGCI

Prof. Maria Guiomar da Cunha Frota
Coordenadora

Versão final aprovada em 11/02/2020

Prof. Ivana Denise Parreia
Orientadora



UFMG

Universidade Federal de Minas Gerais
Escola de Ciência da Informação
Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação

ATA DA DEFESA DE DISSERTAÇÃO DE **SUELLEN ALVES DE MELO**, matrícula:
2018662656

Às 14:00 horas do dia 09 de dezembro de 2019, reuniu-se na Escola de Ciência da Informação da UFMG a Comissão Examinadora aprovada *ad referendum* pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação em 12/11/2019, para julgar, em exame final, o trabalho intitulado ***Difusão de documentos fotográficos: análise de experiências de três instituições arquivísticas brasileiras no facebook***, requisito final para obtenção do Grau de MESTRE em CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, área de concentração: Informação, mediações e cultura, Linha de Pesquisa: Políticas públicas e organização da informação. Abrindo a sessão, a Presidente da Comissão, Profa. Dra. Ivana Denise Parrela, após dar conhecimento aos presentes do teor das Normas Regulamentares do Trabalho Final, passou a palavra à candidata para apresentação de seu trabalho. Seguiu-se a arguição pelos examinadores com a respectiva defesa da candidata. Logo após, a Comissão se reuniu sem a presença da candidata e do público, para julgamento e expedição do resultado final. Foram atribuídas as seguintes indicações:

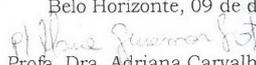
| | |
|--|----------|
| Profa. Dra. Ivana Denise Parrela - Orientadora | APROVADA |
| Profa. Dra. Adriana Carvalho Koyama | APROVADA |
| Prof. Dr. Renato Pinto Venâncio | APROVADA |

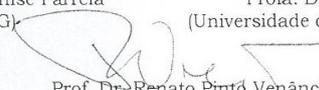
Pelas indicações, a candidata foi considerada APROVADA.

O resultado final foi comunicado publicamente à candidata pela Presidente da Comissão. Nada mais havendo a tratar, a Presidente encerrou a sessão, da qual foi lavrada a presente ATA que será assinada por todos os membros participantes da Comissão Examinadora.

Belo Horizonte, 09 de dezembro de 2019.


Profa. Dra. Ivana Denise Parrela
(ECI/UFMG)


Profa. Dra. Adriana Carvalho Koyama
(Universidade de Campinas) – por videoconferência


Prof. Dr. Renato Pinto Venâncio
(ECI/UFMG)

Obs: Este documento não terá validade sem a assinatura e carimbo da Coordenadora.


Profa. Maria Guilmar da Cunha Frota
Coordenadora do Programa de Pós-Graduação
em Ciência da Informação

Toda glória e honra sejam dadas a Ele, o Senhor dos Exércitos.

AGRADECIMENTOS

Agradeço infinitamente a Deus por Seu amor e misericórdia que se renovam todos os dias, pela sabedoria de Sua Palavra e por todas as oportunidades, principalmente pela dádiva da vida. Gratidão, Papai! ❤️

Como discente de uma universidade pública e bolsista do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), agradeço ao povo brasileiro pela formação acadêmica excelente que tive e pela dedicação exclusiva que pude ter nesta pesquisa. Espero que as próximas gerações também possam ter oportunidades como essa.

Agradeço à minha orientadora, Ivana Parrela. Muito obrigada por ouvir minhas inquietações e sempre se dispor a ajudar!

Agradeço aos professores, Adriana Koyama e Renato Venâncio por terem colaborado com a escrita deste trabalho, por meio das contribuições que trouxeram durante as bancas de qualificação e defesa.

Agradeço ao Arquivo Nacional, Arquivo Público do Estado de São Paulo e Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte por aceitarem participar desta pesquisa. Em especial, agradeço aos técnicos dessas instituições que tive a oportunidade de entrevistar. Muito obrigada por terem me recebido com tanta gentileza!

Agradeço a todas as pessoas que acompanharam meu percurso acadêmico. Em especial, agradeço aos professores e colegas da graduação em Arquivologia e da pós-graduação em Ciência da Informação. Também agradeço às equipes das instituições em que tive oportunidade de estagiar. Aprendi muito com todos vocês!

Agradeço aos técnicos administrativos da Escola de Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais por me ajudarem em diferentes momentos de minha trajetória na Universidade.

Agradeço à minha família pelo amor, aos meus pais por fazerem o seu melhor!

Agradeço aos amigos que foram na defesa deste trabalho. Enquanto defendia esta dissertação, tinha a certeza de que Deus abençoou aquele momento com a presença de cada um de vocês! Muito obrigada!

Agradeço a todas as pessoas que me incentivaram a fazer este trabalho e que em diferentes momentos me ajudaram a construí-lo.

“[...] a fotografia é uma das janelas para refletirmos sobre nós mesmos e sobre as tantas buscas que norteiam o caminhar tateante do ser humano.”.

Maria Eliza Linhares Borges

RESUMO

Este trabalho busca compreender como os documentos fotográficos são difundidos nas redes sociais *online*, especificamente no *Facebook* dos Arquivos públicos. Foram selecionadas três instituições arquivísticas públicas brasileiras para serem analisadas, são elas: Arquivo Nacional, Arquivo Público do Estado de São Paulo e Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte. A metodologia da pesquisa empregou técnicas quantitativas e qualitativas. As postagens feitas nos anos de 2017 e 2018 nas páginas do *Facebook* dos três Arquivos foram contabilizadas com o objetivo de verificar como as fotografias são difundidas, bem como se elas são compartilhadas em maior número do que os outros gêneros documentais custodiados pelas instituições analisadas. Além disso, os técnicos responsáveis pela difusão nas instituições selecionadas foram entrevistados, buscando verificar se os Arquivos possuem políticas de difusão e se elas são respeitadas na prática. Os resultados apontam que, entre os gêneros documentais, a fotografia é o documento mais difundido pelas instituições analisadas. Os principais fundos utilizados para a difusão de fotografias são conjuntos documentais produzidos por jornais privados e assessorias de comunicação do Estado, já que eles contêm documentos fotográficos de diversas naturezas. As postagens que usam fotografias são produzidas com o objetivo de atingir o público a partir de efemérides, personalidades e locais, entre outras temáticas. Apesar de nem todas as instituições possuírem uma política de difusão instituída para sua atuação no *Facebook*, os Arquivos analisados possuem procedimentos consolidados para a efetivação de suas práticas nessa rede social. Por fim, como a difusão é uma atividade que envolve poder, este trabalho propõe que as instituições possuam políticas de difusão integradas em suas políticas arquivísticas, com o objetivo de deixarem claros todos os aspectos de suas linhas de atuação relacionadas à difusão, assim como que esse documento seja conhecido tanto internamente, quanto pelo público em geral.

Palavras-chave: Difusão. Documentos fotográficos. *Facebook*. Arquivo Nacional brasileiro. Arquivo Público do Estado de São Paulo. Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte.

ABSTRACT

This work aims at analyzing how photographic documents are disseminated on social media, mainly on Facebook Pages from Brazil Public Archives. Three Brazilian public archival institutions were selected to be analyzed: *Arquivo Nacional* (National Archive), *Arquivo Público do Estado de São Paulo* (São Paulo state Public Archive) e *Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte* (Belo Horizonte city Public Archive). The research methodology employed quantitative and qualitative techniques. The posts made in 2017 and 2018 on the Facebook pages of the institutions were counted to verify how the photographs are disseminated, as well as if they are shared in greater numbers than other documentary genres guarded by the analyzed institutions. In addition, the technicians responsible for diffusion in the selected institutions were interviewed, seeking to verify if the Archives Institutions have diffusion policies and if they are respected in practice. The results showed that, among documentary genres, photography is the most widespread document by the analyzed institutions. The main funds used for the dissemination of photographs are documentary sets produced by private newspapers and State Press Offices, as they contain photographic documents of various natures. Posts that use photographs are produced in order to reach the public from ephemeris, personalities, places, among other themes. Although not all institutions have a dissemination policy in place for their work on Facebook, the archives analyzed have consolidated procedures for their practices in this social network. Finally, as diffusion is an activity that involves power, this paper proposes that institutions have diffusion policies integrated in their archival policies, in order to make clear all aspects of their lines of action related to diffusion, as well as this document is known both internally and to the general public.

Keywords: Diffusion. Photographic documents. Facebook. Brazil National Archive. São Paulo state Public Archive. Belo Horizonte city Public Archive.

LISTA DE FIGURAS

| | |
|--|-----|
| Figura 1 – Postagem de efeméride do <i>AGN</i> | 34 |
| Figura 2 – Atividades de difusão no sítio institucional do APESP | 63 |
| Figura 3 – Atividades de difusão no sítio institucional do Arquivo Nacional..... | 63 |
| Figura 4 – "Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte: a cartilha do cidadão"..... | 69 |
| Figura 5 – "Arquivo em Minuto" - 69 anos da TV Tupi..... | 100 |
| Figura 6 – Acervos mais consultados do Arquivo Nacional | 101 |
| Figura 7 – Página inicial do <i>Facebook</i> do APCBH | 105 |
| Figura 8 – Postagem do APCBH | 112 |
| Figura 9 – Documento fotográfico integrado ao texto da postagem | 119 |
| Figura 10 – Documento fotográfico como ilustração | 120 |
| Figura 11 – Postagem de documento fotográfico - Arquivo Nacional | 129 |
| Figura 12 – Retrato de Antônio..... | 130 |
| Figura 13 – Verso do retrato | 130 |
| Figura 14 – Exemplo de postagem de documento fotográfico..... | 145 |

LISTA DE QUADROS

| | |
|---|-----|
| Quadro 1 – APCBH: Categorias de difusão em 2017..... | 109 |
| Quadro 2 – APCBH: Categorias de difusão em 2018..... | 111 |
| Quadro 3 – Conjuntos documentais difundidos pelo APCBH | 113 |
| Quadro 4 – Temáticas de difusão do APCBH | 114 |
| Quadro 5 – APESP: Categorias de difusão em 2017 | 116 |
| Quadro 6 – APESP: Categorias de difusão em 2018..... | 117 |
| Quadro 7 – Conjuntos documentais difundidos pelo APESP | 122 |
| Quadro 8 – Temáticas de difusão do APESP | 123 |
| Quadro 9 – Personalidades homenageadas nas postagens de documentos fotográficos – APESP | 124 |
| Quadro 10 – AN: Categorias de difusão em 2017 | 126 |
| Quadro 11 – AN: Categorias de difusão em 2018..... | 128 |
| Quadro 12 – Conjuntos documentais difundidos pelo Arquivo Nacional | 131 |
| Quadro 13 – Temáticas de difusão do Arquivo Nacional..... | 132 |
| Quadro 14 – Personalidades homenageadas nas postagens de documentos fotográficos – Arquivo Nacional..... | 166 |

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

| | |
|---------|--|
| ACAP-BH | Associação Cultural do Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte |
| AGN | <i>Archivo General de la Nación de la República Argentina</i> |
| AN | Arquivo Nacional |
| Antrop. | Antropologia |
| APCBH | Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte |
| APESP | Arquivo Público do Estado de São Paulo |
| APM | Arquivo Público Mineiro |
| ASCOM | Assessoria de Comunicação Social do Município |
| BELOTUR | Empresa Municipal de Turismo de Belo Horizonte S.A. |
| BHTRANS | Empresa de Transportes e Trânsito de Belo Horizonte S/A |
| CAIC | Centro de Acervo Iconográfico e Cartográfico |
| CCNC | Comissão Construtora da Nova Capital de Minas Gerais |
| CDAP | Centro de Difusão e Apoio à Pesquisa |
| CEP | Comitê de Ética em Pesquisa |
| CMBH | Câmara Municipal de Belo Horizonte |
| CNPq | Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico |
| CONARQ | Conselho Nacional de Arquivos |
| Fafi-BH | Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Belo Horizonte |
| Fig. | Figurado |
| FMC | Fundação Municipal de Cultura |
| IHGB | Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro |
| IPHAN | Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional |
| MAPA | Memória da Administração Pública Brasileira |

| | |
|----------|---|
| MERCOSUL | Mercado Comum do Sul |
| NARA | <i>National Archives and Records Administration</i> |
| OVNI | Objeto Voador Não Identificado |
| PBH | Prefeitura de Belo Horizonte |
| PPGCI | Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação |
| RAPM | Revista do Arquivo Público Mineiro |
| REAPCBH | Revista Eletrônica do Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte |
| SAESP | Sistema de Arquivos do Estado de São Paulo |
| SIAN | Sistema de Informações do Arquivo Nacional |
| SNA | Semana Nacional de Arquivos |
| SUDECAP | Superintendência de Desenvolvimento da Capital |
| TCLE | Termo de Consentimento Livre e Esclarecido |
| UFMG | Universidade Federal de Minas Gerais |

SUMÁRIO

| | |
|---|------------|
| INTRODUÇÃO | 14 |
| 1 DIFUSÃO ARQUIVÍSTICA: DEFINIÇÕES, PRÁTICAS E POLÍTICA..... | 21 |
| 1.1 A difusão na perspectiva dos técnicos do AN, APESP e APCBH..... | 36 |
| 1.2 Difusão como política arquivística | 39 |
| 2 UM POUCO DE HISTÓRIA: AN, APESP E APCBH | 44 |
| 2.1 Do Império para a nação: o Arquivo Nacional | 45 |
| 2.2 Uma trajetória de visibilidade: o Arquivo Público do Estado de São Paulo..... | 54 |
| 2.3 Um Arquivo moderno: o Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte..... | 64 |
| 3 DOCUMENTOS FOTOGRÁFICOS NA ARQUIVOLOGIA E NOS ARQUIVOS | 75 |
| 3.1 Fotografia na Arquivologia | 85 |
| 3.2 Fotografia: produção e custódia nos Arquivos..... | 90 |
| 3.2.1 A fotografia no APCBH, APESP e Arquivo Nacional | 95 |
| 4 DIFUSÃO NO <i>FACEBOOK</i>: narrativas fotográficas..... | 103 |
| 4.1 Entre números, possibilidades e desafios | 103 |
| 4.1.1 Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte | 108 |
| 4.1.2 Arquivo Público do Estado de São Paulo | 115 |
| 4.1.3 Arquivo Nacional | 124 |
| 4.2 A perspectiva das instituições..... | 133 |
| 4.2.1 Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte | 134 |
| 4.2.2 Arquivo Público do Estado de São Paulo | 137 |
| 4.2.3 Arquivo Nacional | 140 |
| 4.3 <i>Facebook</i> , documentos fotográficos e difusão: algumas questões..... | 143 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 147 |
| REFERÊNCIAS | 150 |
| APÊNDICE 1 – CARTA DE ANUÊNCIA INSTITUCIONAL | 164 |
| APÊNDICE 2 – LISTA DE PERSONALIDADES – ARQUIVO NACIONAL | 166 |
| APÊNDICE 3 – ROTEIRO DE ENTREVISTA..... | 169 |
| APÊNDICE 4 – TERMO DE COMPROMISSO LIVRE E ESCLARECIDO | 171 |

INTRODUÇÃO

“Toda imagem conta uma história.”.
Peter Burke

Todo trabalho conta uma história. E o que não é história? A história desta dissertação surgiu durante a graduação em Arquivologia na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), durante os anos de 2014 e 2017, período no qual tivemos contato com teoria e prática arquivísticas. Na prática, trabalhamos com documentos de arquivo, sobretudo com documentos fotográficos, os quais foram o pontapé para o despertar de uma paixão: refletir sobre tais documentos a partir da perspectiva arquivística.

Das muitas mudanças que um projeto de pesquisa passa, o caminho que resolvemos trilhar foi construído a partir das reflexões acerca das funções arquivísticas¹ e seus enlaces com os documentos fotográficos. Partimos das funções classificação e avaliação dos documentos fotográficos e, no percurso do mestrado, o projeto desviou-se para outra função: a difusão.

Compreendemos difusão como todas as atividades em que as instituições e serviços arquivísticos tornam públicos os acervos documentais arquivísticos que custodiam, bem como os serviços e os produtos que oferecem. Além de ter esse caráter de divulgação, a difusão também consiste na execução de atividades que tornam os Arquivos² mais próximos da sociedade, como, por exemplo, exposições e visitas guiadas.

Isto posto, mais do que problematizarmos a respeito do porquê de os documentos fotográficos serem normalmente considerados de guarda permanente pelas instituições arquivísticas públicas brasileiras (MADIO, 2016), nos encantou refletir como a difusão pode ser empregada para os acervos documentais arquivísticos, serviços e produtos dos Arquivos se tornarem conhecidos pela sociedade. Buscamos aliar, portanto, dois interesses de pesquisa, os documentos fotográficos e a difusão.

Em trabalho de conclusão de curso, compreendemos o lugar do documento fotográfico nas instituições arquivísticas públicas municipais, a partir de um estudo de caso, no qual apresentamos o cenário do Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte (APCBH). A pesquisa apontou que, quando comparado a outros gêneros documentais, o documento fotográfico possui um lugar especial nos Arquivos, visto que, normalmente, a fotografia é

¹ De acordo com os autores Rousseau e Couture (1998, p. 265), as principais funções arquivísticas são: produção, aquisição, avaliação, classificação, descrição, preservação e difusão.

² Neste trabalho, o termo “arquivo” será grafado com a letra “a” maiúscula sempre que estivermos nos referindo às instituições arquivísticas (HEREDIA HERRERA, 2007 citada por RONDINELLI, 2013, p. 212).

destinada à guarda permanente, além de ser um dos primeiros documentos nas listas de atividades como digitalização e descrição (MELO, 2017).

A valorização dos documentos fotográficos em relação aos outros gêneros documentais ocorre não apenas no meio arquivístico, porque, de maneira geral, os indivíduos estabelecem com esses documentos relações de sentimento e pertencimento. Encapsular um instante, que alguns dizem “falar mais que palavras”, é como encapsular parte de nós. Nesse sentido, em trabalho anterior, consideramos que esse pode ser um dos motivos para os documentos fotográficos serem relegados à guarda permanente, sem uma problematização sobre a necessidade de sua avaliação (MELO, 2017).

Ao discutir os fundamentos, desafios e alternativas para a salvaguarda e difusão de patrimônio documental fotográfico, audiovisual e sonoro, Silva (2011, p. 495) deixa claro a valorização que os documentos fotográficos possuem ao afirmar que eles são documentos e monumentos. “Monumento porque é um legado à memória coletiva; documento porque é a prova, o fundamento do fato histórico. Sua objetividade opõe-se à intencionalidade do monumento.” (SILVA, 2011, p. 495).

Michel Foucault (2007, p. 7-8) discute as transformações que o documento sofreu na História, os diferentes lugares que ele ocupou ao longo dos anos como fonte da pesquisa histórica. Inicialmente, a História tradicional preocupava-se com a verdade que poderia ser extraída dos documentos. Para Foucault (2007, p. 7), a indagação feita aos documentos não era relacionada apenas à verdade, mais do que isso, os historiadores buscavam reconstituir o passado. Para o autor, a História passou por uma transformação na forma de lidar com seu objeto e suas fontes, assim, o documento deixou de ser empregado como representante da verdade.

[...] a história mudou sua posição acerca do documento: ela considera como sua tarefa primordial, não interpretá-lo, não determinar se diz a verdade nem qual é seu valor expressivo, mas sim trabalhá-lo no interior e elaborá-lo: ela o organiza, recorta, distribui, ordena e reparte em níveis, estabelece séries, distingue o que é pertinente do que não é, identifica elementos, define unidades, descreve relações. (FOUCAULT, 2007, p. 7).

Na sequência, Foucault (2007, p. 8) conclui que a História tradicional se ocupava em transformar monumentos em documentos e que, atualmente, ocorre o contrário. Ou seja, a nova História faz com que documentos passem a ser compreendidos como monumentos. Ao empregar um documento para compor uma narração histórica, o historiador não mais se exime de sua seleção, mas tem a consciência de que aquele documento foi escolhido por ele e que esse não é o espelho do passado. O historiador sabe, portanto, que sua narração histórica é uma das possibilidades de representação dos tempos que se passaram. Assim, os documentos, seleção do historiador, se tornam monumentos, herança do passado (LE GOFF, 2013, p. 485).

É importante frisarmos que a História tradicional considerava como documento apenas os registros textuais, desse modo, o documento fotográfico era utilizado muitas vezes como ilustração das narrações históricas (BORGES, 2011, p. 23). Para Borges (2011, p. 15), entre os séculos XIX e XX, muitos historiadores se recusaram a usar as fotografias em suas pesquisas. Esta tendência também é encontrada no percurso da Arquivologia, visto que o documento fotográfico demorou a ser compreendido pela área como documento de arquivo e, muitas vezes, sua custódia foi relegada aos museus e bibliotecas (LACERDA, 2008).

Ao elegermos o documento fotográfico como monumento pode haver a destituição de sua natureza arquivística, sobretudo no que diz respeito às características dos documentos arquivísticos, como, por exemplo, a organicidade³. Essa linha de pensamento pode ajudar a explicar o motivo de os documentos fotográficos serem sistematicamente retirados de seus conjuntos documentais e, muitas vezes, serem apresentados como síntese de um acontecimento, capaz de “elucidar” ou “retratar” de modo fiel o que aconteceu.

Dito isso, achamos válido refletir sobre como os documentos fotográficos são utilizados pelos Arquivos públicos no desempenho da difusão. Será que eles também assumem um espaço de relevância em detrimento da difusão dos demais gêneros documentais sob a guarda das instituições arquivísticas públicas brasileiras? Eles são difundidos como monumentos custodiados pelas instituições arquivísticas selecionadas para a pesquisa?⁴

A escolha de instituições arquivísticas e não de serviços de arquivo diz respeito às suas competências. Para Jardim (2011, p. 1.579), além de os Arquivos públicos serem responsáveis pela custódia dos documentos de guarda permanente, também fazem parte de seus objetivos a atuação, por meio da consolidação de políticas públicas, na gestão de documentos correntes e intermediários. Ou seja, nos interessa analisar instituições que são responsáveis por todo o ciclo de vida documental⁵ e não somente por parte dele, como ocorre com os serviços arquivísticos.

³ Para Bellotto (2014b, p. s.n.), a organicidade é a característica pela qual os conjuntos documentais “[...] espelham a estrutura, as funções e as atividades da entidade produtora/acumuladora em suas relações internas e externas.”

⁴ Diferente de trabalho anterior em que abordamos apenas a fotografia enquanto documento arquivístico, nesta pesquisa, o documento fotográfico analisado será tanto o que constitui fundos, como coleções.

⁵ Para Rousseau e Couture (1998, p. 111-128), o ciclo de vida dos documentos compreende três fases, corrente, intermediária e permanente. Essas fases são definidas pelo potencial de uso dos documentos arquivísticos e por seus valores primários e secundários

De acordo com Jean-Yves Rousseau e Carol Couture (1998, p. 48), “a disciplina arquivística desenvolveu-se em função das necessidades de cada época”, entretanto, ao longo do tempo, quatro áreas foram objeto de trabalho dos arquivistas, são elas: o tratamento, a conservação, a criação e a difusão. Nesse sentido, concordamos que, ao abordar a difusão, esta pesquisa torna-se importante para a compreensão da Arquivística⁶, tanto no que diz respeito à sua prática quanto aos seus debates teóricos, visto que, de acordo com Ramon Alberch i Fugueras (2011, p. 473), a difusão é uma função centenária.

A partir deste estudo, contribuiremos para a discussão em torno de como as instituições arquivísticas constroem conhecimento com a difusão dos documentos fotográficos sob a sua custódia. Uma vez que, normalmente, as fotografias são difundidas com alguma descrição que as contextualizam. Acreditamos que esta pesquisa também é relevante, pois possibilitará configurar a imagem e a identidade institucional dos Arquivos analisados (ALBERCH i FUGUERAS, 2011, p. 483).

As instituições arquivísticas podem estabelecer duas estratégias de difusão: trazer as pessoas aos Arquivos ou irem ao encontro delas (BELLOTTO, 2006, p. 228). Acreditamos que as ações de difusão que forem realizadas com o objetivo de alcançar indivíduos externos às instituições arquivísticas, principalmente aqueles que desconhecem sua existência, cumprirão com uma das principais funções dos Arquivos, a qual é aproximar-se da sociedade.

O público externo pode ser atingido por diversos canais de comunicação, como, por exemplo, cartazes em transportes públicos, hospitais, escolas e universidades; programas transmitidos em emissoras de rádio ou em canais de televisão; jornais impressos; Internet; dentre outros. Um aspecto interessante da Internet é que as mídias tradicionais podem assumir novas formas na *web*. Os programas de rádio, por exemplo, podem ser transmitidos em formato de *Podcasts*. A partir desses canais de comunicação, os Arquivos podem difundir informações sobre os acervos documentais que custodiam, serviços e produtos que oferecem.

A Internet tem se tornado uma ferramenta essencial na vida da sociedade. Troca de mensagens, informações meteorológicas e compras de passagens aéreas são alguns dos exemplos de atividades que são feitas em grande quantidade pela *web*. De acordo com Oliveira e Matos (2013, p. 169), apesar de a Internet datar do final dos anos de 1960, as instituições arquivísticas começaram a utilizá-la com mais intensidade somente ao longo da década de 1990 e começo do século XXI. A rede mundial de computadores possibilita o

⁶ Apesar de alguns autores distinguirem “Arquivística” de “Arquivologia”, neste trabalho, os dois termos serão empregados como sinônimos.

contato de pessoas de diferentes pontos do globo, dessa forma, acreditamos que, ao utilizarem a Internet para compartilhar atividades de difusão, os Arquivos, provavelmente, alcançarão públicos distintos daqueles que frequentemente visitam suas instalações, como historiadores e administradores.

As redes sociais *online* são espaços de comunicação proporcionados pela Internet que integram a *web 2.0*, nos quais os usuários podem ser indivíduos ativos no sentido de construir conteúdos e não apenas de consumi-los passivamente (MORIGI; MASSONI, 2015, p. 507). Assim, segundo Arche e Cianconi (2010, p. 61), na *web 2.0* “[...] os canais de comunicação passam a ser de ‘muitos-para-muitos’, havendo diálogo entre usuário e a instituição e entre os próprios usuários – que colaboram entre si.”. A maioria das redes sociais possibilita que os usuários compartilhem mensagens privadas, textos, vídeos e fotos, dentre outros conteúdos (ARCHE; CIANCONI, 2010, p. 66).

As redes sociais são úteis para as instituições, visto que a aproximação com as pessoas pode ser feita de forma descontraída, além disso, seus conteúdos podem ter um grande alcance de público. Essas vantagens fazem com que diversas instituições utilizem as redes sociais para difundirem seus serviços e produtos. Esse fato não é visto apenas no setor privado, mas também em órgãos públicos, como, por exemplo, prefeituras, bibliotecas, museus e Arquivos, dentre outros (PORTELLA, 2012, p. 36-43).

Uma das redes sociais mais acessadas mundialmente é o *Facebook*, a qual possibilita a interação entre indivíduos de diversos lugares. Criado em 2004 por quatro estudantes da universidade de Harvard, a frente deles, Mark Zuckerberg, o *Facebook* alcançou grandes proporções dois anos mais tarde. Devido à grande utilização do *Facebook*, a criação e a manutenção de uma página nessa rede social tornaram-se tão fundamentais para as instituições quanto a existência de seus próprios sítios institucionais (PORTELLA, 2012, p. 41-43).

A partir das vantagens da Internet, especificamente das redes sociais *online*, no que diz respeito às ações de difusão dos Arquivos públicos, optamos por pesquisar como os documentos fotográficos de instituições arquivísticas públicas brasileiras são difundidos nas redes sociais e, nesse caso, no *Facebook*. Essa análise será útil para depreendermos em que medida os documentos fotográficos são compartilhados como partes constituintes de conjuntos documentais ao serem difundidos no *Facebook* pelos Arquivos públicos. Será que as postagens que difundem os documentos fotográficos são feitas demonstrando que aqueles documentos pertencem a determinado fundo ou coleção e que não são apenas relíquias custodiadas pelos Arquivos?

Em pesquisa sobre a presença de museus brasileiros nas mídias sociais, especificamente no *Facebook*, Martins, Carmo e Santos (2017), demonstraram a

importância da existência de instituições culturais nesses espaços, sobretudo no que diz respeito à comunicação com seus usuários por meio de compartilhamento de conteúdo e colaboração coletiva. Os autores também apresentaram as desvantagens das mídias sociais, principalmente no que diz respeito à instabilidade delas e, por sua vez, à perda dos conteúdos e das interações entre instituição e indivíduo nesses ambientes.

Esse estudo apresentou como um dos seus resultados que os museus brasileiros divulgam predominantemente em suas páginas do *Facebook* documentos fotográficos e imagens em comparação a outros tipos de conteúdo (MARTINS; CARMO; SANTOS, 2017). Nesse sentido, apesar de um museu ser uma instituição de custódia diferente de um Arquivo, sobretudo em relação à natureza de acumulação de seus documentos, ainda assim, o estudo desses autores demonstra a relevância em analisar como os documentos fotográficos são difundidos pelos Arquivos públicos brasileiros e, além disso, de verificar se eles também são compartilhados em predominância no *Facebook*.

Em relação ao recorte desta pesquisa, um estudo que abrangesse todos os Arquivos públicos brasileiros seria muito extenso e por isso demandaria um grande recurso temporal, assim o período de curso do mestrado não seria viável. Dessa forma, optamos por escolher três instituições arquivísticas públicas brasileiras em diferentes níveis de governo, ou seja, federal, estadual e municipal. Essa escolha é interessante, visto que apresentaremos a realidade da difusão de três experiências distintas, principalmente no que diz respeito às relações que tais instituições estabelecem com seus públicos.

Os critérios para a seleção das instituições arquivísticas baseou-se em: se a instituição possui página no *Facebook*, se possui trabalhos de difusão consolidados e se custodia documentos fotográficos. A partir desses três critérios, selecionamos o Arquivo Nacional (AN), o Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP) e o Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte.

Diante do exposto, nosso objetivo geral é analisar como os documentos fotográficos custodiados pelo Arquivo Nacional, Arquivo Público do Estado de São Paulo e Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte são difundidos e, especialmente, como essa função é desenvolvida em suas páginas do *Facebook*. Os objetivos específicos são:

1. Apontar a definição de difusão adotada pelas instituições arquivísticas analisadas;
2. Definir difusão;
3. Verificar se o AN, APESP e APCBH possuem políticas de difusão sistematizadas e se as mesmas são respeitadas na prática;
4. Apresentar as atividades de difusão desenvolvidas nas instituições arquivísticas analisadas; e

5. Apontar se os documentos fotográficos ocupam um espaço privilegiado nas atividades de difusão nas páginas do *Facebook* das três instituições.

Em relação à metodologia de pesquisa, este estudo se caracteriza por técnicas de coleta de dados quantitativas e qualitativas. As páginas de *Facebook* dos três Arquivos foram analisadas a partir da criação de metodologia de quantificação de postagens das instituições arquivísticas, que foram publicadas entre 2017 e 2018. Além disso, os responsáveis pela difusão em cada um dos Arquivos foram entrevistados. Com o objetivo de aperfeiçoar os resultados, as entrevistas foram semiestruturadas, ou seja, houve um roteiro de perguntas (APÊNDICE 3), entretanto, outras questões também puderam ser feitas.

A realização das entrevistas foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da UFMG. Os participantes das entrevistas foram informados a respeito desta pesquisa por meio de um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), que consta no APÊNDICE 4. Nesse documento, as pessoas que aceitaram participar das entrevistas, foram comunicadas acerca dos cuidados éticos, como, por exemplo, a preservação de sua identidade e o seu direito de retirar-se da pesquisa a qualquer momento. Além disso, os responsáveis por cada uma das três instituições manifestaram a concordância em participar desta pesquisa, a partir de uma carta de anuência, cujo modelo encontra-se ao final deste trabalho no APÊNDICE 1.

Esta dissertação está estruturada em quatro capítulos. No primeiro capítulo, discutimos a difusão, a partir de várias definições que foram encontradas na literatura arquivística, assim como das definições empregadas pelas instituições analisadas. Também abordamos a difusão enquanto parte constituinte de uma política arquivística. No capítulo 2, apresentamos a trajetória histórica do Arquivo Nacional, APESP e APCBH, com o foco em suas atividades de difusão. O capítulo 3 compreende a discussão em torno da fotografia, principalmente a respeito de como o documento fotográfico tem sido abordado pela Arquivologia e pelos Arquivos. Por fim, no capítulo 4, apresentamos os resultados encontrados na coleta de postagens, assim como nas entrevistas com os técnicos das instituições analisadas.

1 DIFUSÃO ARQUIVÍSTICA: DEFINIÇÕES, PRÁTICAS E POLÍTICA

“Essa área é mesmo considerada vital no mundo dos arquivos.”.
Heloísa Liberalli Bellotto

Para compreendermos o desempenho do trabalho arquivístico tomamos como referencial teórico as definições de Rousseau e Couture (1998, p. 265) acerca das principais funções arquivísticas, como, produção, aquisição, avaliação, classificação, descrição, preservação e difusão. Provavelmente, o trabalho arquivístico é bem-sucedido quando cada uma dessas funções é executada a contento (ROCKEMBACH, 2015, p. 100), dessa forma, de acordo com Bellotto (2014a, p. 179), os Arquivos conseguem cumprir a sua finalidade, a qual é servir às áreas da administração, cidadania, direito e história.

Legalmente, no Brasil, as instituições arquivísticas públicas são responsáveis pela gestão de documentos, área que abarca as funções de produção, avaliação e classificação, dentre outras, além de serem incumbidas a recolher, custodiar, preservar, organizar e facultar o acesso aos documentos de guarda permanente (BRASIL, Lei n. 8.159, 1991). Apesar de serem responsáveis pela execução de várias funções, geralmente, tais instituições consideram algumas de suas funções, como, por exemplo, recolhimento, preservação e descrição como essenciais ao desenvolvimento de seu trabalho, tratando outras funções, a exemplo da difusão, como uma atividade subsidiária no quadro de suas atividades (BELLOTTO, 2006, p. 227).

Ao discutirem mediação cultural, Aldabalde e Rodrigues (2015, p. 259) definem difusão como “[...] processo cujo objeto é a informação que segue uma dinâmica emissiva em relação ao público para o qual se dirige, numa estratégia de transmissão cujo objetivo último é a acessibilidade via produtos e serviços [...]”. O “Dicionário Aurélio” (FERREIRA, 2009, p. 677, grifos do autor), por sua vez, apresenta entre os significados de difusão as seguintes definições: “[...] 3. *Fig.* Propagação, divulgação. [...] 5. *Antrop.* Processo pelo qual elementos ou características culturais são transmitidos a outras sociedades ou a outras regiões por meio do contato ou de migrações, produzindo semelhanças que não decorrem de invenção independente.”⁷.

O “Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística” não apresenta a definição do termo “difusão”. Entretanto, é possível encontrar nesse dicionário o significado da expressão “disseminação da informação”, que está relacionado com difusão de informações por meio de canais de comunicação (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 71). A publicação do AN também indica a definição do termo “divulgação”, a qual é apresentada como o “conjunto de

⁷ “Fig.” é a abreviatura de “figurado” e, “antrop.”, por sua vez, de “antropologia”.

atividades destinadas a aproximar o público dos arquivos por meio de publicações e da promoção de eventos, como exposições e conferências.” (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 72).

O “Dicionário de Terminologia Arquivística”, obra de autoria de um grupo de trabalho de São Paulo, também não apresenta o significado do termo “difusão” (CAMARGO *et al.*, 2010). Contudo, vincula o termo aos verbetes “serviço de apoio cultural”, “serviço educativo” e “serviço de referência”, entre outros (ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2019a). Outra publicação de referência, o “Dicionário de Biblioteconomia e Arquivologia” (CUNHA; CAVALCANTI, 2008, p. 125), aborda os significados de difusão relacionados às ideias de transmissão e disseminação, inclusive associando esse último termo ao entendimento de disseminação da informação e do conhecimento.

A “*Multilingual Archival Terminology*”, instrumento de terminologia arquivística elaborado pelo Conselho Internacional de Arquivos, apresenta o termo “difusão” no idioma português, o qual é definido como “função do serviço de arquivo que visa promover o conhecimento do respectivo acervo documental.” (CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS, *online*). Entre os termos relacionados ao verbete “difusão”, destacamos *outreach program* (em inglês), *programma di diffusione al pubblico* (em italiano), *action culturelle* e *activités culturelles* (em francês) e *programa de difusión* (em espanhol). As definições desses termos possuem a mesma perspectiva de tornarem conhecidos à sociedade os documentos custodiados pelos Arquivos, entretanto, indicam quais ações poderiam ser feitas para a promoção da difusão, como, por exemplo, publicações editoriais e realização de exposições, conferências e demais eventos⁸.

A partir da perspectiva prática, Barbosa e Silva (2012), ao apresentarem o cenário da difusão no Arquivo Público do Estado de São Paulo, afirmam que essa função se relaciona a “[...] mostrar o potencial do acervo; transformar o documento bruto em pesquisa; incitar a investigação; sugerir interpretações das fontes; produzir leituras da história; dar a conhecer o universo documental com a linguagem que o público final entende.” (BARBOSA; SILVA, 2012, p. 46).

Ribeiro e Torre (2012, p. 68), ao discorrerem sobre as ações de difusão do Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte, refletem acerca da difusão enquanto área relacionada à cultura, empregando para tanto a expressão “difusão cultural”. Os autores citam algumas das ações que englobam essa função, a saber, “[...] manutenção de canais de comunicação, promoção de palestras, elaboração de exposições, editoração de publicações voltadas para diferentes públicos e atividades de cunho educativo.” (RIBEIRO; TORRE, 2012, p. 68).

⁸ Disponível em: <http://www.ciscra.org/mat/mat/term/6797>. Acesso em: 08 out. 2019.

Em relação às atividades educativas, os autores acreditam que elas não devem ser voltadas apenas para o público escolar, ao contrário, que outros públicos devem ser abarcados pelas instituições arquivísticas (RIBEIRO; TORRE, 2012, p. 72). Ainda assim, diferentes disciplinas, além da História, podem ser exploradas durante as atividades educativas, conforme apresentou Pegeon (2012, p. 96) ao discutir sobre a iniciativa dos *Archives Nationales*, na qual um professor de Ciências empregou o acervo documental para refletir com seus alunos quais eram as tintas usadas na escrita dos documentos da Idade Média. Para Bellotto (2000, p. 152), as atividades educativas e demais ações de difusão são importantes

[...] seja no sentido da consolidação da noção de cidadania aos estudantes de primeiro e de segundo grau, seja no de um maior entendimento, junto às autoridades e à população, do real papel que devem ter os arquivos públicos, ademais de serem os custodiadores e organizadores da documentação produzida/acumulada como prova, testemunho ou informação em questões que envolvam direitos e deveres nas relações entre governo e os cidadãos.

Ao comparar difusão e mediação cultural, Aldabalde (2015, p. 20) define mediação cultural como processo que tem como objeto o patrimônio cultural, cuja finalidade é “[...] contribuir para a democracia cultural e a democratização da instituição arquivística e do patrimônio arquivístico através da aproximação dos cidadãos com os fundos e com os organismos de custódia.”. Nesse sentido, para o autor, enquanto a difusão é um processo cujo objetivo é transmitir informações acerca do Arquivo, compondo uma dinâmica emissiva, a mediação, por sua vez, se relaciona ao fato da instituição arquivística desenvolver ações que aproximem o público, consubstanciando uma dinâmica interativa, como, por exemplo, visitas, exposições e debates, entre outras (ALDABALDE, 2015, p. 20).

Aldabalde (2015, p. 18) encontrou nas literaturas espanhola e francesa alguns termos que são empregados para denominar as atividades de instituições arquivísticas cujos objetivos relacionam-se com a democratização dos arquivos, a saber, “[...] ‘mediação cultural’, ‘animação cultural’, ‘ação cultural’, ‘dinamização cultural’, ‘difusão cultural’, ‘promoção cultural’, ‘marketing cultural’, ‘valorização cultural e ‘ação educativa’.” (ALDABALDE, 2015, p. 18). O autor afirma que o termo “mediação cultural” foi encontrado em maior quantidade na literatura francesa, além disso, aponta que na literatura brasileira não há discussões acerca da mediação cultural nos Arquivos (ALDABALDE, 2015, p. 18-19).

O campo arquivístico brasileiro apresenta diversos autores, entre eles, Heloísa Bellotto, a qual é conhecida, sobretudo, por seus trabalhos sobre arquivos permanentes. Ao desenvolver ideias relacionadas ao patrimônio documental e à ação educativa, Bellotto (2000, p. 158), nos dá um indício que pode explicar o lugar da difusão nos Arquivos públicos

como função secundária. De acordo com a autora, as atividades de difusão, “[...] até há pouco tempo, não eram muito bem aceitas no meio arquivístico e no meio propriamente administrativo, em cuja jurisdição se encontram as instituições arquivísticas.” (BELLOTTO, 2000, p. 158). Para os administradores, os Arquivos deveriam servir para o cumprimento de seu trabalho, para os professores de Arquivística e arquivistas, as ações de difusão não necessitariam ser realizadas nessas instituições, “[...] pois poderiam representar um desvio de suas finalidades, uma perda de tempo e de recursos financeiros.” (BELLOTTO, 2000, p. 158).

Para a autora, ao longo dos anos, esse cenário tem sido alterado, já que é fundamental que o patrimônio documental se torne conhecido pela sociedade. Entre as atividades que podem tornar possível essa aproximação, Bellotto (2000, p. 160) cita “[...] publicações, tanto de livros, como de revistas e boletins relativos à história regional, organização de eventos comemorativos, programas de rádio e televisão em torno de documentos importantes, aprimoramento dos circuitos turísticos nos sítios históricos, espetáculos de teatro e música [...]”, entre outras ações. Se o trabalho de Bellotto (2000) tivesse sido escrito hoje, certamente, a autora também acrescentaria os sítios institucionais e redes sociais entre as atividades de difusão das instituições arquivísticas.

Para Normand Charbonneau (1999, p. 374-375), a difusão se relaciona ao ato de tornarem conhecidos os documentos arquivísticos aos cidadãos e instituições. O autor acredita que a difusão é uma função que deve ser desempenhada tanto nas fases de gestão de documentos (arquivos correntes e intermediários), quanto na etapa de guarda permanente. Na gestão documental, por exemplo, a difusão pode ser empregada para apresentar planos de classificação e tabelas de temporalidade, além disso, essa função também pode ser usada para a promoção de cursos que orientem os produtores de documentos sobre determinado aspecto da Arquivística. Assim, na perspectiva do autor, a difusão colabora com as funções classificação, avaliação e preservação, entre outras.

Entre as ações de difusão, Charbonneau (1999, p. 391-400) destaca a elaboração de exposições, publicações impressas, instrumentos de pesquisa, visitas guiadas e conteúdos difundidos na Internet, dentre outras. Em relação à Internet, o autor dá ênfase às potencialidades dos sítios da *web*, nos quais instituições e serviços arquivísticos podem disponibilizar informações sobre os documentos, assim como o próprio acesso aos mesmos. Além disso, para Charbonneau (1999, p. 397), a colaboração entre arquivistas, cientistas da computação e *designers* gráficos é fundamental para que os sítios da Internet cumpram com seus objetivos, principalmente para que o acesso aos documentos seja mais qualificado.

É comum encontrarmos na literatura arquivística a expressão “difusão cultural”, a exemplo do trabalho mencionado de Ribeiro e Torre (2012, p. 68). No livro “Arquivos

Permanentes: tratamento documental”⁹, Bellotto (2006, p. 227-247) dedica um dos capítulos para apresentar essa temática e também emprega a expressão “difusão cultural”. Aliás, a autora segmenta essa função em difusão editorial, difusão cultural e difusão educativa. De acordo com ela, “cabem ao serviço de difusão cultural duas vias contrárias de ação: a que lança elementos de dentro do arquivo para fora, procurando atingir um campo de abrangência cada vez mais amplo, e a que permite o retorno dessa mesma **política**”¹⁰, acenando com atrativos no recinto do arquivo.” (BELLOTTO, 2006, p. 228, grifo nosso).

Outra publicação de Bellotto (2000) é útil para compreendermos o motivo de a difusão ter esse viés cultural. Ao trabalhar com o patrimônio documental, a autora afirma que este faz parte do patrimônio cultural. Além disso, Bellotto (2000, p. 153-154) pontua que o patrimônio documental é composto somente pelos documentos de guarda permanente, excluindo, dessa forma, os documentos correntes e intermediários. Assim, na visão da autora, a difusão seria uma função naturalmente ligada aos arquivos permanentes. Todavia, conforme mencionado, a difusão também pode ser empregada nas fases corrente e intermediária dos documentos. Acreditamos que essa é uma discussão interessante para a mais recente forma de compreender a “vida” dos documentos, o modelo do *continuum*. Nesse modelo, inexistem fronteiras entre as fases dos documentos, assim, de maneira geral, as funções arquivísticas podem ser aplicadas em diferentes momentos da vida do documento (DINGWALL, 2016, p. 227).

Ainda em relação à definição de difusão e sua associação com a cultura, de acordo com Ramon Alberch i Fugueras (2001, p. 21, tradução nossa), as atividades de aproximação da sociedade desenvolvidas pelos Arquivos têm recebido diversas denominações, como, por exemplo, “[...] animação cultural, ação cultural, dinamização cultural, difusão cultural, promoção cultural ou projeção cultural, entre outras [...]”¹¹, resultado semelhante ao encontrado por Aldabalde (2015, p. 18). O autor espanhol acredita que qualquer uma dessas definições pode ser considerada correta desde que sejam levados em consideração três elementos:

[...] que a ação cultural também é uma tarefa dos arquivos; que deve ser planejada e executada continuamente como parte dos programas de serviço; que tem o objetivo de não se limitar aos usuários pesquisadores tradicionais, de modo que o «público em geral» seja também um setor ao

⁹ Esse livro foi escrito durante a década de 1980 e publicado pela primeira vez em 1991. Ao longo dos anos, novas edições da obra têm sido publicadas com algumas modificações em seu conteúdo (BELLOTTO, 2006, p. 17-18).

¹⁰ É interessante perceber que a autora indica que a difusão deve fazer parte de uma política e não ser feita à revelia, o que será discutido mais à frente.

¹¹ “[...] *animación cultural, acción cultural, dinamización cultural, difusión cultural, función cultural, promoción cultural* o *proyección cultural*, entre otras [...]” (ALBERCH I FUGUERAS, 2001, p. 21, grifos do autor).

qual é necessário se dirigir. (ALBERCH i FUGUERAS, 2001, p. 21, tradução nossa)¹².

Outra questão para ser refletida em relação à difusão é a proposta de Nogueira (2012, p. 35-36), que, ao discutir sobre essa função a partir da perspectiva dos Arquivos portugueses, segmentou a difusão em “difusão informacional” e “difusão cultural”. Para a autora,

a difusão informacional prevê a difusão dos arquivos no âmbito da possibilidade de um maior conhecimento sobre os mesmos e um aumento da sua consulta. Encontra-se no âmbito da descrição e da comunicação. Inclui serviços no âmbito do Serviço de referência e pode incluir serviços como o Serviço de difusão selectiva da informação. A *difusão cultural* prevê a produção de actividades e produtos culturais numa perspectiva de utilização e usufruição, enquanto recurso para o desenvolvimento pessoal e social e envolvimento do público em geral com o património. (NOGUEIRA, 2012, p. 36, grifos da autora).

Comparando a proposta de Nogueira (2012) com a discussão de Aldabalde (2015) ao diferenciar mediação cultural e difusão, percebemos que a definição de difusão desse autor é semelhante à definição de difusão informacional sugerida por Nogueira (2012, p. 36) e, por sua vez, que a definição de difusão cultural assemelha-se à definição de mediação cultural sugerida por Aldabalde (2015), o qual acredita que a mediação nos Arquivos ocorre a partir de uma dinâmica interativa entre indivíduo e patrimônio documental.

Sobre o lugar da difusão nos serviços de arquivo e nas instituições arquivísticas, em nosso país, teoricamente, isso não deveria ser um problema, já que os Arquivos públicos, normalmente, são responsáveis tanto pelos arquivos permanentes (recolhimento, preservação, organização e acesso), quanto pela política de gestão de documentos. Assim, as instituições arquivísticas deveriam usar esse cenário para promover ações de difusão que abarquem os dois lados, a saber, os produtores dos documentos e o público dos arquivos permanentes. Acreditamos que, dessa forma, desde as primeiras idades dos documentos, os indivíduos já poderiam ser apresentados ao rico universo de conhecimento contido nos conjuntos documentais, assim como às noções gerais de organização arquivística de documentos. Ademais, a difusão dos arquivos correntes e intermediários pode contribuir para que a noção de “arquivo morto” concebida pelo senso comum seja modificada pela ideia de “arquivo vivo”.

¹² “[...] que la acción cultural es también una tarea propia de los archivos; que debe planificarse y ejecutarse de manera continuada como parte de los programas del servicio; que tiene el objetivo de no limitarse a los tradicionales usuarios investigadores, de manera que el «gran público» sea también un sector al cual es necesario dirigirse.” (ALBERCH i FUGUERAS, 2001, p. 21).

No que diz respeito à concepção de “arquivo vivo”, cumpre ressaltarmos que os documentos arquivísticos são constituídos de valor probatório, ou seja, a partir deles é possível comprovar determinada situação, isto porque eles são produzidos para registrar as atividades de uma pessoa física ou jurídica. Dessa forma, os documentos de arquivo são úteis para a garantia de direitos e, por isso, são fundamentais para o exercício da cidadania. Assim, a rigor nenhum arquivo deveria ser considerado “arquivo morto”, mas, ao contrário, “arquivo vivo”. Além do mais, os documentos de arquivo também podem ser empregados para a construção de narrativas históricas e, portanto, são fundamentais para a perpetuação de culturas e sociedades.

Ainda em relação ao lugar da difusão nas idades corrente e intermediária do documento, é interessante pontuar que, a partir do Decreto n. 7.724, de 16 de maio de 2012, que regulamenta a Lei de Acesso à Informação, a difusão se tornou mais notória na etapa de gestão documental, já que, por meio da transparência ativa, o Estado brasileiro tem o dever de divulgar em seus sítios institucionais, independentemente de requerimento, informações de interesse coletivo ou geral que sejam produzidas ou custodiadas por ele. Portanto, a difusão passou a ser extremamente importante para o acesso aos documentos que ainda estão em tramitação nos órgãos públicos brasileiros (BRASIL, Decreto n. 7.724, 2012; Lei n. 12.527, 2012; SOUSA, 2019).

Comparando as definições apresentadas, percebemos que a difusão está relacionada tanto à divulgação da informação, quanto à própria execução de alguma ação que promova a interação dos indivíduos com os Arquivos e serviços arquivísticos. Assim, neste trabalho, compreendemos a difusão como o somatório dessas duas categorias, ou seja, tanto o ato das instituições e serviços arquivísticos divulgarem informações sobre seus acervos documentais, produtos e serviços, quanto o desenvolvimento de ações que promovam o encontro efetivo dos serviços de arquivo e das instituições arquivísticas com a sociedade, como, por exemplo, exposições e visitas monitoradas.

Consideramos que durante o processo de aproximação do Arquivo à sociedade pode ocorrer tanto a mediação quanto a difusão. Durante uma visita monitorada, por exemplo, ao mesmo tempo em que o indivíduo, por meio da mediação de um funcionário, interage de forma mais próxima com o acervo documental custodiado pela instituição ou serviço arquivístico, ele também conhece mais daquele acervo, a partir da difusão das informações sobre o fundo que está sendo apresentado. Hoje, essa noção está mais clara, visto que a

interação entre difusão e mediação é cada vez mais estreita, sobretudo com a comunicação feita por meio da Internet¹³.

Um exemplo de ação de difusão que perpassa as duas finalidades que propomos para essa função é a postagem de um documento arquivístico em uma rede social, considerando que a própria ação de difusão compreende a divulgação da informação, contida no documento, e da potencialidade do arquivo para a pesquisa e garantia de direitos. Por meio da postagem, o Arquivo está informando à sociedade a existência daquele documento e, por sua vez, os usuários da rede em questão têm a oportunidade de se aproximarem da instituição em uma dinâmica interativa através de comentários e curtidas, por exemplo.

Os Arquivos podem configurar suas ações de difusão em diferentes ramos de atuação. De maneira geral, encontramos nos trabalhos sobre difusão pontos em comum em relação às atividades que são consideradas difusão. Normalmente, os autores citam a promoção de exposição, cursos, seminários, treinamentos e demais eventos, além de publicações impressas e eletrônicas (revistas e livros, por exemplo), instrumentos de pesquisa, visitas guiadas, atividades de cunho educativo (como, por exemplo, aulas no Arquivo, visitas monitoradas e *kits* pedagógicos, dentre outras), bem como conteúdos difundidos no rádio, televisão e Internet (principalmente, sítios institucionais, *blogs* e redes sociais).

Segmentando as ações de difusão dos Arquivos em produtos e serviços, alguns dos produtos podem ser os instrumentos de pesquisa (guia, inventário, catálogo e repertório), livros sobre história da cidade, catálogos de exposição, manuais de genealogia, onomástica e heráldica, reprodução de mapas e fotografias, dentre outros (ALBERCH i FUGERAS, 2001, p. 39). Já os serviços ofertados relacionam-se, normalmente, com a promoção de visitas guiadas, exposições, cursos e treinamentos, assim como a consulta aos documentos, entre outros.

As exposições são excelentes formas de os documentos de guarda permanente serem conhecidos pela sociedade. Para Palomares (2001, p. 85, tradução nossa), “nas atividades destinadas ao público em geral, as exposições aparecem como o meio mais eficaz e agradável de divulgar a um amplo segmento da sociedade o patrimônio histórico e

¹³ Em determinado momento desta pesquisa, não tínhamos esse mesmo entendimento, todavia, durante as entrevistas com os técnicos das instituições selecionadas, especialmente com a entrevistada do APCBH, percebemos que tentar colocar a difusão e a mediação em “caixas” separadas é insensato, já que são processos que ocorrem simultaneamente.

cultural de uma comunidade”¹⁴. Assim, a partir de determinada temática, os Arquivos podem usar parte de seu conjunto documental para apresentarem suas narrativas históricas. Entretanto, ao contrário das exposições que são promovidas pelos museus, as exposições documentais¹⁵ devem apresentar o documento arquivístico de forma a dar visibilidade à sua organicidade, visto que ele é mais bem compreendido a partir de seu conjunto documental. Hoje, as exposições podem ser encontradas tanto em sua forma tradicional, quanto em formato *online*. As exposições virtuais têm a vantagem de que pessoas de diferentes lugares do mundo conseguem ter acesso às suas narrativas sem sair de casa e, além disso, possuem uma durabilidade maior em comparação ao período de disponibilidade de uma exposição presencial que não seja permanente.

Um exemplo de experiência relacionada à promoção de exposições virtuais é o relato de trabalho de Oliveira, Jaccoud e Vaisman (2018), o qual apresenta a iniciativa da Fundação Casa de Rui Barbosa na criação de um sítio¹⁶ que reúne diversos conteúdos sobre os temas escravidão, abolição e pós-abolição, entre eles, exposições virtuais, publicações e jogos¹⁷. O sítio disponibiliza três exposições, “O registro da escravidão na vida privada (volumes 1 e 2)” e “A abolição e seus registros na vida privada”. Apesar de as exposições estarem dispostas no formato de catálogo, os autores informam que a configuração desse instrumento é dinâmica, já que a sua visualização simula o movimento de virar a página de um documento impresso. Nos catálogos, o público tem a possibilidade de ampliar o tamanho dos documentos dispostos nas exposições e de realizar o *download* dos mesmos, além disso, também é possível acessar a transcrição paleográfica de alguns documentos (OLIVEIRA; JACCOUD; VAISMAN, 2018, p. 80).

Ao apresentar alguns exemplos de atividades de difusão promovidas por Arquivos de outros países, Bellotto (2006, p. 228) pontua sobre uma prática que também é comum nos Arquivos do Brasil, trata-se do “documento do mês”. De acordo com a autora, normalmente, por conta de alguma efeméride ou evento, as instituições arquivísticas expõem determinado documento em suas dependências, além dessa exposição, também é feita a apresentação comentada desse documento em programas de rádio e televisão. Hoje, a prática de difundir

¹⁴ “Dentro de las actividades dirigidas al gran público, las exposiciones aparecen como el medio más eficaz y ameno de dar a conocer a un amplio segmento de la sociedad el patrimonio histórico y cultural de una comunidad.” (PALOMARES, 2001, p. 85).

¹⁵ Expressão utilizada por Nogueira (2012) ao apresentar as exposições promovidas por instituições arquivísticas de Portugal.

¹⁶ Sítio “Escravidão, Abolição e Pós-Abolição”. Disponível em:

<<http://www.memoriaescravidao.rb.gov.br/>>. Acesso em: 16 out. 2019.

¹⁷ A área de jogos desse sítio é uma importante atividade educativa para aproximar o público escolar do acervo documental custodiado pela Fundação Casa de Rui Barbosa. Nessa área estão disponíveis os jogos “Caça-palavras”, “Quiz”, “Jogo da Memória” e “Desafio da Transcrição” (OLIVEIRA; JACCOUD; VAISMAN, 2018, p. 80-82.).

o “documento do mês” é feita sobretudo nas redes sociais das instituições arquivísticas. Nos Arquivos selecionados neste estudo, muitas vezes, essa prática deixou de ser uma atividade mensal e se tornou uma rotina diária, a partir das comemorações de aniversários de personalidades e da recordação de datas importantes para a sociedade, por exemplo.

O cenário arquivístico da França inspirou diversos outros países, a exemplo de sua experiência na área de ação educativa. De acordo com Bellotto (2006, p. 234),

a ideia de criar serviços educativos surgiu quando, logo após a II Guerra Mundial, pensou-se em abrir os arquivos a um novo público, de acordo com aqueles métodos ativos da educação. Embora o contato arquivo-escola já se processasse desde 1912, quando uma circular do diretor dos Archives Nationales tornou obrigatório aos arquivistas departamentais a realização de conferências periódicas para os alunos das escolas normais, as portas dos arquivos ainda não estavam abertas aos adolescentes. Foi em 1950 que se instalou em Paris o primeiro serviço educativo. Seu sucesso provocou o aparecimento de similares nos departamentos, sendo o primeiro deles, em 1952, o de Puy-de-Dôme em Clermond-Ferrand. Para lá servir, a Direção de Ensino Médio destacou um professor, prática que se tornou corriqueira. As primeiras atividades foram cursos de história geral e regional, assim como geografia, usando fartamente o acervo daquele arquivo departamental.

A atuação dos *Archives Nationales* continuou ao longo dos anos, conforme apresenta Pegeon (2012). De acordo com a autora, desde 2007, a instituição promove a disciplina “Arquivo” em parceria com o sistema de ensino francês. A principal finalidade dessa ação educativa é tornar possível o encontro dos jovens estudantes com as fontes documentais. Inicialmente, a disciplina abarcava somente temas relacionados à História, entretanto, no decorrer do tempo, outras áreas foram contempladas, como, por exemplo, Ciências, Geografia e Sociologia, entre outras (PEGEON, 2012, p. 89-96).

Outras atividades educativas também podem ser oferecidas pelos Arquivos para atrair o público escolar, conforme pontua Bellotto (2006, p. 235-237). A autora cita as visitas guiadas, aulas de História, atendimento de alunos isoladamente ou em grupos, concurso jovem historiador, exposição de originais no recinto do Arquivo, divulgação de reproduções de documentos e publicações, entre outras. Muitas dessas atividades são promovidas pelas instituições selecionadas nesta pesquisa, conforme poderá ser visto à frente.

Apesar da importância das ações educativas para tornar o patrimônio documental conhecido pelos cidadãos, sobretudo pelo público escolar, Parrela (2013b, p. 109) afirma que os investimentos dos Arquivos públicos brasileiros nessa área ainda são insuficientes, principalmente quando comparados aos recursos financeiros que os museus destinam para o cumprimento de suas atividades educativas. Contudo, a autora apresenta algumas experiências bem-sucedidas de instituições arquivísticas brasileiras, como, por exemplo, dos Arquivos públicos de São Paulo e do Rio Grande do Sul. Na capital paulista, além da experiência do APESP, que será apresentada no próximo capítulo, Parrela (2013b, p. 110-

111) destaca a atuação do Arquivo Histórico Municipal de Washington Luís¹⁸, o qual promove ações educativas desde 1989. Entre as atividades desse Arquivo, a autora cita as visitas guiadas e técnicas à instituição, assim como oficinas que abarcam temas relacionados à municipalidade, dentre outras.

No cenário do Rio Grande do Sul, Parrela (2013b, p. 111) apresenta a experiência do Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho, que é pioneiro no contexto das ações educativas no Brasil. À época do estudo da autora, foram contabilizados sete projetos desenvolvidos pela instituição, que se destacavam por dialogar com outros bens do patrimônio de Porto Alegre, bem como por difundir a metodologia arquivística, como, por exemplo, o projeto “Descobrimo a Arquivologia”. O Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul também foi abarcado pelo estudo de Parrela (2013b, p. 111). Dentre as atividades educativas da instituição, a autora pontua o “Projeto Cultural Descobrimo o Arquivo Público”, no qual são promovidas palestras, exposições e visitas, entre outras atividades. Além disso, foi retratado o vínculo da instituição com universidades e faculdades do Rio Grande do Sul, o qual possibilitava que parte da formação de estudantes de licenciatura em História fosse realizada nas dependências do Arquivo.

Em relação à difusão editorial, de acordo com Barbosa e Silva (2012, p. 50), as instituições arquivísticas públicas brasileiras, muitas vezes, iniciaram a prática de publicação de livros e periódicos com a finalidade de preservar o conhecimento detido nos documentos de arquivo sob a guarda das mesmas, uma vez que esses tipos de publicações normalmente traziam a reprodução dos documentos, já que as técnicas de conservação dos suportes documentais não eram tão avançadas quanto são hoje. Além disso, os livros e periódicos também eram empregados como uma forma de promover o acesso aos documentos.

A prática editorial das instituições arquivísticas brasileiras também foi objeto de estudo de Parrela (2013a). Na ocasião, a autora destacou o cenário entre os anos de 1930 e 1990, todavia, o período anterior à década de 1930 também foi apresentado. Ao longo do século XIX, houve um esforço de publicar inventários e repertórios de fontes documentais importantes para o registro da História (PARRELA, 2013a, p. 92) por parte dos Arquivos, sobretudo das instituições europeias. No Brasil, essa atividade foi realizada a partir do final do século XIX, em 1886. Entre os Arquivos estaduais, a autora destacou as experiências do Arquivo Público Mineiro (APM) e do APESP.

Em relação ao Arquivo Público Mineiro, Parrela (2013a, p. 95-97) informa que na criação da instituição, em 1895, a produção editorial já estava presente entre os seus

¹⁸ O atual nome dessa instituição é Arquivo Histórico Municipal (CIDADE DE SÃO PAULO, *online*).

propósitos, já que a Lei n. 126 determinava a fundação da Revista do Arquivo Público Mineiro (RAPM):

Art. 8º Ficará a cargo do diretor do Arquivo a fundação e redação de uma revista periódica, editada na Imprensa Oficial, na qual publicará não só trabalhos históricos, biográficos, topográficos, estatísticos, etc., que escrever acerca dos acontecimentos, homens e coisas notáveis de Minas Gerais, como também documentos, composições literárias e memórias interessantes sobre os mesmos assuntos, inéditas ou não vulgarizadas. [...]. (MINAS GERAIS, Lei n. 126, de 11 de julho de 1895, Art. 8º, 1895).

Em 1896, a RAPM teve seu primeiro número lançado e, ao longo dos anos, se tornou importante para a aquisição de acervos documentais de municípios mineiros, sobretudo para a escrita das memórias locais, além de ter sido empregada para divulgar “documentos interessantes” e instrumentos de pesquisa do Arquivo Público Mineiro (PARRELA, 2013a, p. 95-97).

Mais tarde, na década de 1930, Parrela (2013a, p. 98-99) enfatiza a criação da Revista do Arquivo Municipal de São Paulo, em 1934, a qual também tinha como um de seus objetivos a publicação de documentos históricos e de trabalhos escritos por autores renomados. A autora destaca que um dos primeiros textos da Revista foi escrito por Taunay, cujo título era “Cousas da governança da cidade”. No primeiro número da publicação também foram publicados os textos “Mameluco é termo árabe ou tupi?”, “Os papéis antigos do Arquivo”, “Convento Velho”, “A data do descobrimento” e “Emboaba” (DIRETORIA DO PROTOCOLO E ARQUIVO DA PREFEITURA, 1934, s.n.; PARRELA, 2013a, p. 99). Ao longo dos anos de 1930, a Revista passou a publicar mais trabalhos das áreas de Sociologia, Etnografia e Demografia do que documentos históricos.

Além das publicações impressas, atualmente, é notória a presença das instituições arquivísticas nacionais e internacionais na Internet, a partir de seus sítios institucionais, repositórios digitais e redes sociais. Vários autores debatem acerca da atuação dos Arquivos na *web*, entre eles, Adriana Koyama (2015), que discutiu em sua tese de doutorado¹⁹, publicada em livro, questões relacionadas à promoção de ações educativas pelas instituições arquivísticas no universo virtual.

Apesar de a autora ter enfatizado os sítios institucionais, as redes sociais dos Arquivos também foram pontuadas por Koyama (2015). A parte introdutória do seu trabalho nos revela a importância de pesquisas como a nossa.

Abro o Facebook e vejo publicada a constituição americana, imagens de cidades e personagens históricos brasileiros, jornais e suas propagandas ao longo de todo o século XX, filmes antigos de propaganda do governo: os grandes Arquivos Públicos têm hoje, em maior ou menor grau, imagens de

¹⁹ O título da tese é “Arquivos *online*: práticas de memória, de ensino de História e de educação das sensibilidades” (KOYAMA, 2013).

documentos *online*. As imagens de documentos de arquivo circulam amplamente na rede mundial, multiplicadas pelas redes sociais. Como está se criando esse movimento, que vem fazendo com que os arquivos saiam de seu anonimato e se insiram na cultura escolar e nas mídias, que hoje estão “plugadas” na memória? Como podemos navegar nesse universo e nele criarmos experiências de produção de conhecimento histórico educacional? (KOYAMA, 2015, p. 14, grifo da autora).

Outras perguntas podem ser feitas além das questões colocadas pela autora. Os Arquivos privilegiam a difusão de documentos fotográficos em suas redes sociais? Eles possuem políticas de difusão voltadas para a Internet? Qual retorno a difusão *online* proporciona às instituições arquivísticas? Essas foram algumas das perguntas feitas aos técnicos do Arquivo Nacional, Arquivo Público do Estado de São Paulo e Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte durante a fase das entrevistas desta pesquisa, cujas respostas serão discutidas de forma mais profunda no capítulo 4.

Ao apresentar as práticas dos Arquivos no universo *online*, a autora aponta que o atual cenário brasileiro está propício para a promoção de atividades educativas, visto que “[...] a presença dos arquivos na internet vem aplicando-se como um todo, e com ela a publicação de documentos *online*, que hoje é quase um imperativo.” (KOYAMA, 2015, p. 73). Todavia, é interessante pontuar que esse cenário não era encontrado na década de 2000, conforme a pesquisa de Mariz (2012) revela.

Nesse estudo, Mariz (2012, p. 89) analisou sítios institucionais de Arquivos públicos brasileiros, com o objetivo de verificar como ocorre a transferência da informação nesses ambientes *online*, seus conteúdos e características, bem como quais os serviços as instituições ofertavam. Entre suas conclusões, a autora indica que havia diferentes níveis de transferência da informação. Muitos sítios eram semelhantes a um folder institucional, dessa forma, quase não havia interação entre o usuário e a instituição (MARIZ, 2012, p. 148).

Os sítios institucionais de Arquivos públicos brasileiros, geralmente, estão engessados na burocracia governamental. Assim, para que uma simples mudança seja feita torna-se necessário, por exemplo, a autorização de outro órgão do governo responsável pela área de comunicação. Acreditamos que isso pode ser uma das justificativas para que os Arquivos também estejam presentes nas redes sociais, as quais podem ser consideradas mais simples em relação à autonomia institucional.

Em relação à utilização da Internet pelas instituições arquivísticas, Mariz (2012, p. 146-149) levantou pontos positivos e negativos. A autora desmitificou a ideia de que a *web* seja um espaço democrático, uma vez que o acesso a equipamentos eletrônicos e à própria Internet não é comum a todos. Além disso, também há a questão do analfabetismo digital, que torna os conteúdos *online* distantes de muitas pessoas. Todavia, é inegável que a Internet aumenta o potencial da difusão, bem como proporciona a democratização do

acesso aos documentos, sobretudo pela diminuição da distância entre os usuários e os conjuntos documentais. Também foram destacadas a interação que a *web* possibilita na comunicação entre os cidadãos e os Arquivos, assim como a atualização dos conteúdos, que pode ser feita rapidamente, principalmente quando comparada à atualização dos materiais impressos.

Em trabalho apresentado no XIII Congresso de Arquivologia do Mercosul, abordamos o emprego das redes sociais pelos Arquivos nacionais da Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai. Na ocasião, destacamos as atuações das instituições da Argentina, Brasil e Chile. O Arquivo nacional argentino, por exemplo, estava presente no *Facebook*, *Instagram*, *Twitter* e *Youtube* à época da elaboração do trabalho. A principal finalidade da instituição nessas redes sociais é a difusão de seu acervo documental, com destaque para o compartilhamento de documentos fotográficos (MELO; ANDRADE, 2019). Além de possuir uma página institucional no *Facebook*, o *Archivo General de la Nación* (AGN) também tem uma página nessa rede social voltada especialmente para a difusão de efemérides, a qual difunde sobretudo fotografias sob a guarda da instituição, conforme pode ser visto na Figura 1.

Figura 1 – Postagem de efeméride do AGN



Fonte: *Facebook Efemérides del Archivo General de la Nación*, 2019.

Ao introduzirem as “Efemérides Mineiras 1664-1897”, obra escrita por José Pedro Xavier da Veiga, primeiro diretor do Arquivo Público Mineiro, Carneiro e Neves (1998) afirmam que, contemporaneamente, as efemérides são produzidas com o objetivo de

registrar acontecimentos históricos importantes com uma rigidez de inscrição diária. Para as autoras,

assim se estruturavam várias outras efemérides, nascidas algumas delas às luzes da segunda metade do século XIX, quando a utilização de efemérides como forma de escrever a história, em “diário ou à maneira de calendário”, informa-nos um procedimento que, se propiciou a elaboração de obras no campo da história, não esteve, contudo circunscrito a ele. (CARNEIRO; NEVES, 1998, p. 31).

Prática comum nos séculos XIX e XX, muitas vezes, o Estado atribuía aos Arquivos brasileiros a escrita de efemérides, como ocorreu com o APM. Ainda de acordo com as autoras, a lei que criou a instituição, Lei n. 126, de 11 de julho de 1895, responsabilizou o Arquivo Público Mineiro da escrita de efemérides sociais e políticas do Estado. Para compreenderem esse fazer, Carneiro e Neves (1998, p. 32) refletem sobre as efemérides náuticas e astronômicas.

Necessárias à prática da navegação, fornecendo os indicadores indispensáveis aos navegadores nas suas rotas marítimas, as efemérides náuticas sugerem similaridade de função com as suas contemporâneas efemérides históricas aqui cotejadas e das quais as *Efemérides Mineiras* parecem ser uma de suas manifestações historiográficas. Uma pesquisa mais extensa talvez conduza à constatação, agora apenas hipótese, de que alguns historiadores do século XIX, eivados da consciência de seus papéis sociais, sem perceber, exprimiam seus critérios de exatidão e funcionalidade da história em efemérides, que essencialmente se pareciam com esses verdadeiros “manuais de bordo” de navegadores. Não por coincidência foi este mesmo o papel que muitos historiadores se atribuíram naquele tempo: o de timoneiros de povos, esquadrinhando-lhes o passado e guiando-lhes o futuro e o destino. (CARNEIRO; NEVES, 1998, p. 32, grifos das autoras).

Para as autoras, as diversas efemérides elaboradas no século XIX refletem a instabilidade presente na América Latina, sobretudo em relação aos “[...] processos de independência, que punham em questão a construção, política, moral e cultural de povos e nações livres do jugo e da opressão colonial.” (CARNEIRO; NEVES, 1998, p. 32-33). Nesse sentido, as efemérides tinham também como objetivo a construção de uma identidade nacional.

Atualmente, muitas instituições arquivísticas permanecem com a prática da escrita de efemérides, entretanto, empregando a Internet para difundirem esse conhecimento. Durante a coleta de postagens desta pesquisa, encontramos essa prática em todas as instituições analisadas. As redes sociais são ambientes naturalmente visuais. É comum, por exemplo, ouvir que textos grandes demais sequer são lidos nesses espaços, o que tem contribuído para a propagação de notícias falsas. Nessa perspectiva, ao difundirem efemérides nas redes sociais, é frequente que os Arquivos façam uso dos documentos fotográficos sob a sua custódia, conforme poderá ser visto no capítulo 4.

Ainda em relação à presença dos Arquivos nas redes sociais, além das instituições da América do Sul, instituições de outros países também estão presentes nesses espaços e muitas delas influenciam a atuação dos Arquivos brasileiros nas comunidades virtuais, conforme nos foi relatado durante as entrevistas com os técnicos do AN, APESP e APCBH. Entre essas instituições, destacamos o *National Archives* do Reino Unido e *National Archives and Records Administration (NARA)* dos Estados Unidos da América, que também foram objeto de pesquisa de Koyama (2015). De acordo com a autora, “depois do Nara, muitos outros arquivos criaram espaços no Facebook, na América Latina, América do Norte, na Europa e na Austrália.” (KOYAMA, 2015, p. 85).

1.1 A difusão na perspectiva dos técnicos do AN, APESP e APCBH

Durante as entrevistas com os técnicos das instituições selecionadas nesta pesquisa, abordamos três grandes campos de questões: difusão, Internet (redes sociais e sítios institucionais) e documentos fotográficos. Com o objetivo de debatermos sobre a difusão ao longo desta dissertação e não somente ao final do trabalho, iremos apresentar alguns dos resultados encontrados nos dois primeiros capítulos deste estudo. Na seção anterior, discutimos, entre outros pontos, sobre a definição de difusão a partir de trabalhos de autores da Arquivologia. Nesta seção, por sua vez, vamos apresentar as definições de difusão que o Arquivo Nacional, Arquivo Público do Estado de São Paulo e Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte empregam, a partir das perspectivas de seus técnicos.

Apesar de não termos conversado com um técnico do Arquivo Nacional que trabalha na área específica de difusão da instituição, nosso entrevistado faz parte do quadro de servidores do AN há alguns anos e, além disso, já fez parte da equipe da Coordenação-Geral de Acesso e Difusão Documental. Atualmente, ele é um dos responsáveis por gerenciar as redes sociais da instituição, atividade desempenhada pela Assessoria de Comunicação Social do Arquivo Nacional.

Ao ser questionado sobre o que é difusão, o entrevistado relatou que essa discussão já foi pauta da equipe técnica do Arquivo Nacional. De acordo com ele, muitas vezes, os técnicos recorriam aos dicionários arquivísticos para tentar chegar a uma definição, inclusive utilizando o “Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística” do Arquivo Nacional (2005) para embasar seus argumentos, o qual contribuiu para que algumas pessoas entendessem difusão como a mesma coisa que divulgação, já que a publicação do AN apresenta a definição desse termo.

Em sua resposta, o entrevistado deu ênfase na relação existente entre difusão e acervo documental. Para ele, difusão é mostrar à sociedade determinado item do acervo, falar para as pessoas que o Arquivo Nacional tem um conjunto documental vastíssimo e

que outras histórias podem ser contadas por meio dos documentos custodiados pela instituição e não somente as histórias dos grandes nomes. O técnico entrevistado entende difusão como: “[...] essa maneira de espalhar o acervo, fazendo com que ele possa ter outros usos [...]” (ENTREVISTADO – ARQUIVO NACIONAL, 2019). Em relação à definição do termo, de acordo com o entrevistado, ainda não foi elaborado um conceito fechado de difusão, entretanto, a principal ideia que perpassa a execução das atividades promovidas pela equipe da Assessoria de Comunicação Social do Arquivo Nacional é a de que as pessoas possam conhecer os documentos e fazerem uso deles, assim como compreenderem suas histórias de vidas.

No Arquivo Público do Estado de São Paulo, tivemos a oportunidade entrevistar tanto a equipe do Núcleo de Comunicação, que é responsável, entre outras atribuições, pelo gerenciamento das redes sociais do APESP, quanto um dos técnicos do Centro de Difusão e Apoio à Pesquisa (CDAP). Assim, ao responder sobre o que é difusão, o técnico do CDAP pautou sua resposta a partir do ciclo de vida dos documentos. De acordo com ele, o documento é produzido, passa pelo processo de tramitação, pode ser recolhido ou eliminado. Caso seja recolhido, o documento é organizado, classificado, acondicionado e passa a estar disponível para o acesso. Entretanto, para que ocorra o acesso, o cidadão precisa saber da existência do documento. Por isso, para o entrevistado, a difusão é uma função essencial no ciclo de vida do documento para que o cidadão possa acessar a informação, com o objetivo de requerer direitos e recontar histórias. Para ele, as finalidades de uso são muitas e não cabe ao Arquivo Público do Estado de São Paulo julgar qual é a finalidade, já que a função da instituição é promover o acesso. “E ao difundir eu estou dando a oportunidade de mais gente procurar e encontrar essa informação.” (ENTREVISTADO – ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2019).

Durante as entrevistas, adotamos a iniciativa de não apresentarmos a nossa definição de difusão, com o objetivo de não influenciarmos as respostas dos entrevistados. Entretanto, na entrevista com uma das técnicas do Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte, tivemos que apresentar nosso conceito de difusão, visto que a entrevistada fazia a separação das atividades promovidas pela instituição a partir dos conceitos de mediação e difusão. Assim, algumas atividades de difusão que são desenvolvidas pelo APCBH não seriam contempladas na entrevista, como, por exemplo, as visitas monitoradas, que têm um lugar de atuação destacado na instituição.

A técnica do Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte iniciou sua resposta sobre o que é difusão afirmando que essa função é uma atividade distinta de mediação. Para ela, a difusão está relacionada com a divulgação do acervo e das metodologias de trabalho do Arquivo, que é promovida principalmente por meio da página institucional no *Facebook* e

pelas publicações do APCBH, sobretudo os números da série “O Arquivo e a Cidade”. Ao citar as atividades que compõem a mediação, a entrevistada apontou a educação patrimonial, cursos e oficinas, visitas técnicas e monitoradas. A técnica relatou que consegue relacionar com mais naturalidade a educação patrimonial com o processo de mediação²⁰. Essa linha de raciocínio é semelhante à proposta de Aldabalde (2015) de definição de mediação cultural nos Arquivos. Entretanto, ao longo de suas respostas, a técnica do APCBH apontou que difusão e mediação não estão separadas, afirmando que existe um diálogo estreito entre elas. Para ela, quando é feita uma atividade de mediação (como, por exemplo, uma visita técnica), igualmente acontece a difusão do acervo documental, serviços e produtos da instituição (ENTREVISTADA – ARQUIVO PÚBLICO DA CIDADE DE BELO HORIZONTE, 2019).

A partir das definições apresentadas, é possível sintetizar que a principal finalidade da difusão é tornar conhecido o acervo documental custodiado pelas instituições arquivísticas e, com isso, promover seu acesso. Destacamos que no APCBH também foi mencionado que a difusão é fundamental para que suas metodologias de trabalho sejam conhecidas por outras instituições de memória. Encontramos no APESP um importante lugar da difusão, visto que seu técnico enfatizou o papel essencial que essa função tem no ciclo de vida dos documentos, sobretudo dos documentos de guarda permanente, os quais se tornam acessíveis aos cidadãos a partir de atividades de difusão, como, por exemplo, por meio da publicação de instrumentos de pesquisa. Dessa forma, a relação da difusão com as outras funções arquivísticas na realização das atividades nos Arquivos se torna mais clara, conforme pontuamos no início deste capítulo. Além disso, a partir da perspectiva do técnico desse Arquivo, é possível compreender como difusão e acesso dialogam constantemente.

Os técnicos do Arquivo Nacional e do Arquivo Público do Estado de São Paulo destacaram a importância da difusão em relação à construção de novas narrativas históricas, sobretudo ao fato dos cidadãos poderem ver que suas histórias de vidas também estão contempladas nos documentos sob a guarda dos Arquivos. Em relação aos termos similares à difusão, os técnicos entrevistados do Arquivo Nacional e do Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte mencionaram o uso de divulgação e mediação, os quais também foram encontrados em nosso referencial teórico.

²⁰ Educação patrimonial é “[...] um processo **permanente** e **sistemático** de trabalho educacional centrado no Patrimônio Cultural como **fonte primária** de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo.” (HORTA; GRUMBERG; MONTEIRO, 1999, p. 6, grifos das autoras).

1.2 Difusão como política arquivística

A partir do que foi exposto ao longo deste capítulo, é possível compreendermos a importância da difusão, principalmente para que as pessoas conheçam e façam uso dos acervos documentais sob a guarda das instituições arquivísticas. Nesse sentido, acreditamos que para que as práticas de difusão promovidas pelos Arquivos tenham êxito é necessário que elas sejam pensadas enquanto partes constituintes de uma política pública arquivística.

Política diz respeito à arte de governar, nesse sentido, esse termo não se relaciona somente ao Poder Público. Ao contrário, em praticamente todos os meios em que os indivíduos estão inseridos existe algum modo de política (RODRIGUES, 2010, p. 13). Segundo Rodrigues (2010, p. 13, grifos da autora), “no contexto das políticas públicas, a política é entendida como um *conjunto de procedimentos que expressam relações de poder* e que se orienta à resolução de conflitos no *que se refere aos bens públicos*.”. Assim, as políticas públicas não se resumem somente à existência de determinada legislação, mas, ao contrário, para o estabelecimento de uma política é necessário um conjunto de elementos, como, por exemplo, normas, recursos financeiros e atores sociais, dentre outros.

Para Jardim (2006, p. 5), o tema “políticas públicas arquivísticas” tem sido frequente nos últimos anos. Entretanto, segundo o autor, esse fato “[...] tende a ser muito mais uma peça de retórica do que uma realidade que se plasma a partir de princípios, ações e atores concretos.”. Ainda de acordo com Jardim (2006, p. 10),

[...] entende-se por políticas públicas arquivísticas o conjunto de premissas, decisões e ações produzidas pelo Estado e inseridas nas agendas governamentais em nome do interesse social – que contemplam os diversos aspectos (administrativo, legal, científico, cultural, tecnológico, etc.) relativos à produção, uso e preservação da informação arquivística de natureza pública e privada.²¹

Em relação à definição apresentada acima, apesar de Jardim (2006, p. 10) ter pontuado que as políticas públicas arquivísticas são produzidas pelo Estado, é importante assinalarmos que o ideal é que a constituição delas seja fruto da colaboração entre sociedade civil e Estado, conforme compreende Arreguy (2016, p. 21-22).

²¹ A respeito da expressão “informação arquivística”, temos o mesmo entendimento de Bellotto (2014a, p. 339): “A expressão ‘informação arquivística’ é um tanto equivocada, embora tenha caído no uso comum. O emprego do termo já adquiriu proporções incontroláveis e, portanto, de erradicação quase impossível. Não temos outra expressão melhor do que ‘documento de arquivo’, por enquanto, com todas as características que lhe são inerentes. Mas, a verdade é que aquele documento, aquela informação, que está no arquivo, segue sendo o que era desde o momento de sua criação: informação administrativa, jurídica, econômica, política, técnica, científica, artística etc. Não é arquivística.”.

Ao encerrar o XIII Congresso de Arquivologia do Mercosul, Alberch i Fugueras (2019) pautou sua fala a partir das relações entre políticas públicas e Arquivos. Para ele, muitas vezes, os atores da área arquivística empregam a expressão “política arquivística” como forma de dotar algo de importância, que, portanto, deveria ser merecedor de atenção do Estado. O autor acredita também que as diversas políticas (acesso, preservação, transparência, digitalização, etc.) deveriam ser consolidadas em uma política arquivística, que seja elaborada de forma concisa, para que tenha êxito em sua disseminação e aplicação. O conferencista, a exemplo de Jardim (2006, p. 8), apresentou as diversas etapas que compõem uma política pública arquivística, como, por exemplo, a identificação de um problema, a formulação da própria política, a tomada de decisão, a implementação da política e sua constante avaliação (ARBERCH i FUGUERAS, 2019).

A política pública arquivística chancelada pelo Estado será colocada em prática pelas instituições arquivísticas públicas do respectivo nível de governo. Para tanto, a política arquivística institucional englobará várias políticas, dentre elas a política de difusão. Essa proporcionará que os Arquivos não entendam a difusão apenas como a elaboração de eventos circunstanciais, ao contrário, que tais instituições sistematizem suas ações de difusão, de forma que Arquivo e sociedade possam estabelecer relações profícuas (BELLOTTO, 2006, p. 228). O estabelecimento de uma política de difusão foi pontuado por Bellotto (2006, p. 228) e Ramon Alberch i Fugueras (2001, p. 21), além desses autores, Barbosa e Silva (2012, p. 62) também concordam que, a partir de políticas de difusão, os Arquivos conseguem levar o patrimônio documental aos cidadãos e, dessa forma, a difusão pode deixar de ser compreendida como uma atividade secundária pelas instituições arquivísticas brasileiras.

Conforme pontuado por Jardim (2006), a política pública arquivística, muitas vezes, fica presa ao discurso retórico e não é colocada em prática. No entanto, sem simplificar sobremaneira o processo, o que pretendemos mostrar é que estabelecer uma política arquivística, nesse caso, que contemple a difusão, é refletir, entre outros aspectos, sobre:

1. quais são as linhas de atuação do Arquivo (educação patrimonial, difusão editorial, elaboração de eventos, etc.);
2. quais os públicos serão atingidos;
3. quais as pessoas responsáveis por promovê-las;
4. quais recursos necessários (quanto dinheiro será preciso; quais equipamentos e demais materiais serão necessários; e qual espaço físico será demandado, entre outros);
5. quais dias e horários as atividades serão realizadas; e
6. quais os meios utilizados para a promoção das práticas de difusão (espaço físico, Internet, canais de rádio ou televisão, entre outros).

Após essa reflexão, esses elementos precisam integrar a política arquivística da instituição, que deve ser conhecida por todos os seus técnicos. Sua aplicação e resultados necessitam ser avaliados constantemente, para que a sua execução seja aprimorada ao longo do tempo.

É fundamental que a política de difusão abarque as ações *online*, principalmente porque os conteúdos compartilhados na Internet possuem a característica de alcançar muitas pessoas em um curto prazo de tempo, dessa maneira, o rigor no planejamento deve ser essencial. Assim, devem ser estipulados, por exemplo, os conteúdos que serão difundidos, a linguagem que será utilizada, dias e horários que as informações das páginas serão atualizadas, os responsáveis por gerenciar os sítios e redes sociais, dentre outros elementos. Além disso, também é importante conhecer o público que normalmente acompanha as publicações, assim como elaborar materiais que possam ser de interesse de pessoas do público em potencial do Arquivo. Ainda assim, a instituição ou serviço arquivístico deve saber que cada espaço virtual possui uma dinâmica distinta. As redes sociais, por exemplo, são ambientes mais informais, os sítios, por sua vez, demandam conteúdos mais formais por serem considerados ambientes naturalmente institucionais.

Consideramos que tornar as ações de difusão conhecidas, por meio de uma política de difusão, é fundamental para que, além das instituições desenvolverem suas atividades a partir de um planejamento prévio, a sociedade possa ser parceira dos serviços e instituições arquivísticos públicos. A interação instituição-sociedade pode contribuir para que os Arquivos logrem êxito na provisão de investimentos governamentais para a consecução de suas atividades, uma vez que a sociedade poderá cobrar do Estado tais recursos, isto porque na medida em que determinado grupo de pessoas se identifica com uma instituição, ele pode ser tornar agente engajado na valorização dessa (RIBEIRO; TORRE, 2012, p. 84).

Para Koyama (2015, p. 29), “[...] a difusão da informação é acompanhada da centralização de sua produção e sua circulação é marcada por efeitos de controle e eliminação, dados por filtros técnicos, sociais, políticos e econômicos.”. Assim, além de a difusão relacionar-se com questões voltadas à valorização dos Arquivos públicos pela sociedade e pelos órgãos governamentais, acreditamos que ela também é uma ferramenta de poder, no sentido de que instituições e serviços arquivísticos são responsáveis por selecionarem, por exemplo, quais os documentos serão compartilhados em suas redes sociais, ou mesmo, qual acervo documental será digitalizado e disponibilizado em seus sítios institucionais e repositórios digitais.

Escolher aquilo que será difundido pressupõe escolher aquilo que não será difundido. Essas escolhas por mais que sejam, muitas vezes, consideradas naturais, ou seja, tomadas a rigor por conta dos recursos disponíveis, por exemplo, não deixam de ser

feitas por motivos de ordem subjetiva e cultural. Ainda assim, por mais que, inevitavelmente, as escolhas tenham esse caráter, torna-se necessário que instituições e serviços arquivísticos expressem, por meio de uma política de difusão, quais são suas linhas de atuação no que diz respeito à difusão, assim como os critérios que empregam para que seus acervos documentais, serviços e produtos sejam conhecidos pela sociedade. Nesse sentido, é fundamental que os Arquivos e serviços arquivísticos documentem todas as suas decisões e que elas possam ser consultadas por todos.

Em relação ao acesso às políticas arquivísticas, encontramos essa distinção no Arquivo Público do Estado de São Paulo, no qual um de seus técnicos relatou que o APESP vem desenvolvendo nos últimos anos diversas políticas internas, que, em breve, estarão disponíveis na Internet, no sítio institucional do Arquivo (ENTREVISTADO – ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2019).

Um exemplo que justifica a elaboração de políticas arquivísticas é a reflexão de Koyama (2015, p. 91-92) a respeito dos desafios e dificuldades envolvidos ao fazer um projeto de digitalização de documentos arquivísticos. A autora apresenta algumas questões que devem ser levadas em conta: “Por que digitalizar?”; “Para que digitalizar?”; “Para quem digitalizar?” e, “O que digitalizar?”. Koyama (2015) também reflete sobre as seleções documentais feitas em projetos de digitalização, que fazem com que, normalmente, os documentos digitalizados sejam apresentados isolados de seus conjuntos documentais. A digitalização, além de envolver esses questionamentos, também demanda recursos financeiros, humanos e técnicos. Como a obsolescência de *hardwares* e *softwares* é extremamente rápida, para que os investimentos feitos não sejam perdidos, é fundamental um controle diário nos acervos documentais digitalizados.

Essa questão da digitalização é importante para nossa pesquisa, já que os documentos fotográficos compartilhados nas redes sociais das instituições arquivísticas analisadas passaram pelo processo de digitalização. Assim, uma digitalização que leve em conta a organização do documento, assim como a sua descrição, é essencial para que o trabalho dos responsáveis pelo gerenciamento das redes sociais seja bem-sucedido. Destacamos também que a grande presença de documentos fotográficos nas redes sociais dos Arquivos pode ser um indicativo dos acervos documentais que são “eleitos”, principalmente, pela iniciativa privada. Isso porque muitos projetos de digitalização de instituições brasileiras que possuem a guarda de acervos documentais arquivísticos são feitos a partir de investimentos privados. Então, a perspectiva em torno do lugar do documento fotográfico nas redes sociais das instituições arquivísticas é ampliada. Além dos critérios dos técnicos dos Arquivos a respeito desse gênero documental, é preciso levar em

conta também a escolha dos patrocinadores de projetos de digitalização, bem como os interesses dos consulentes em geral.

2 UM POUCO DE HISTÓRIA: AN, APESP E APCBH

“A que época remonta o desejo de guardar a memória das práticas políticas e das relações econômicas e sociais?”
Jaime Antunes

O presente capítulo está entre duas importantes temáticas deste estudo: a difusão e os documentos fotográficos. Para compreendermos como os documentos fotográficos são difundidos no *Facebook* pelas instituições arquivísticas selecionadas nesta pesquisa, torna-se necessário conhecermos o contexto histórico de cada uma delas. Dessa forma, o objetivo deste capítulo é contextualizarmos o Arquivo Nacional, o Arquivo Público do Estado de São Paulo e o Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte, a partir de informações acerca da criação, objetivos, atividades e estrutura administrativa de cada um deles. Ainda assim, com o propósito de não nos perdermos no caminho dessas histórias, nosso foco será suas ações de difusão. Para isso, faremos uso de trabalhos de autores que abordam a temática, assim como de publicações das instituições selecionadas e das entrevistas que fizemos com seus técnicos nos meses de julho e agosto de 2019. Ao longo de suas trajetórias, essas instituições promoveram diversas atividades de difusão, por esse motivo optamos por nos ater às suas principais ações.

Ao discorrer sobre as relações entre Arquivo e sociedade, Bellotto (2014a, p. 132-143) mostra como as instituições arquivísticas se renovam à medida que a sociedade se transforma, seja no surgimento de novos suportes documentais ou mesmo nos interesses historiográficos de cada época, que se refletem nas estratégias de tratamento documental empregadas pelos Arquivos, assim como em suas práticas de difusão, como, por exemplo, na publicação de instrumentos de pesquisa e livros, bem como na promoção de exposições, cursos e demais eventos. Para a autora,

a existência dos arquivos na sociedade justifica-se pela necessidade que sempre tiveram as comunidades humanas de registrar suas normas, ações, transações, direitos, deveres etc., de modo a preservar os testemunhos necessários ao andamento das relações entre governantes e governados, tanto quanto os membros dessa mesma sociedade entre si. Arquivos são entidades destinadas a gerir, guardar e dar acesso às informações contidas naqueles documentos. (BELLOTTO, 2014a, p. 132).

Os Arquivos surgiram a partir do momento em que as sociedades passaram a registrar sua existência, como, por exemplo, costumes, normas e histórias. Com a escrita apareceram os primeiros Arquivos e, desde então, aconteceram muitas mudanças em relação à constituição e ao funcionamento deles. No que diz respeito ao Estado, os Arquivos deixaram de ser acessíveis somente ao governo para se tornarem de livre acesso a todos os indivíduos, transição motivada sobretudo pelos desdobramentos da Revolução Francesa.

A existência de instituições arquivísticas reflete o desejo das sociedades de guardarem para a posterioridade documentos considerados fundamentais para a garantia de direitos dos cidadãos, assim como aqueles que podem ser usados na produção de narrativas históricas. Por isso, para Bellotto (2014a, p. 133), as instituições arquivísticas públicas podem ser empregadas de múltiplas formas pelos indivíduos.

Nessa perspectiva, às funções essenciais dos Arquivos – reunir, organizar, preservar e dar acesso – devem ser incluídas novas funções, que

[...] têm a ver com a cidadania, com a aproximação da população de sua identidade cultural e de seu patrimônio histórico, e podem ser corporificadas em inúmeras ações: palestras, visitas, exposições, eventos, comemorações, atividades de teatro e de turismo relacionadas com os documentos de arquivo, tanto quanto em suas ações junto aos ensinos fundamental e médio. (BELLOTTO, 2014a, p. 133).

Essas novas funções são as práticas de difusão que os Arquivos devem desempenhar para potencializarem sua existência para a sociedade de uma maneira geral e não somente para o Estado e para os acadêmicos. É por esse motivo que privilegiamos apresentar o contexto do Arquivo Nacional, APESP e APCBH a partir de suas ações de difusão, pois acreditamos que, ao tornarem conhecidos seus acervos documentais, serviços e produtos, os Arquivos podem sair do “sótão do esquecimento” e se fazerem efetivamente presentes nas sociedades em que estão inseridos.

2.1 Do Império para a nação: o Arquivo Nacional

O Arquivo Público do Império foi constituído em um momento em que várias outras instituições científicas e culturais foram criadas no Brasil, entre elas, o Colégio Pedro II, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) e o Conservatório Nacional. De acordo com Costa (2000, p. 222), “seu objetivo principal era guardar e preservar a documentação legislativa, administrativa e histórica do Estado brasileiro [...]”, sendo que tinha como finalidade, sobretudo, “[...] subsidiar o Estado na sua ação administrativa e na ordenação jurídica da nova sociedade.” (COSTA, 2000, p. 222). Conforme pontuam Estevão e Fonseca (2010, p. 82), o objetivo da instituição foi sistematizado em sua estrutura administrativa, que, inicialmente, possuía três seções: Legislativa, Administrativa e Histórica. “As seções Administrativa e Legislativa, esperava-se, cresceriam com a atividade diária do governo. Por meio da Seção Histórica, o Arquivo seria visto como responsável pela guarda daquilo que se relacionasse à história do Brasil [...]” (ESTEVÃO; FONSECA, 2010, p. 82-83).

Foi na Assembleia Geral Constitutiva e Legislativa, em 1823, que o deputado Pedro de Araújo Lima sugeriu a criação do Arquivo Público do Império. A proposta do deputado foi acrescida à Constituição de 1824, porém, apenas 14 anos mais tarde, seria colocada em prática. Na década de 1820, o país possuía algumas preocupações em seu cenário político,

como, por exemplo, sua própria sobrevivência enquanto nação politicamente independente. Esse momento conturbado teria sido uma das justificativas para que a criação do Arquivo Público do Império fosse adiada (COSTA, 2000, p. 223).

O período entre 1838 e final de 1850 foi marcado por diversas mudanças no cenário do Estado brasileiro, principalmente devido à pressão da Inglaterra para o fim da escravidão. Essas mudanças foram vistas em algumas áreas, como, por exemplo, na saúde, educação e segurança, entre outras. Em relação ao quadro arquivístico nacional, em 1838, foi criado o Arquivo Público do Império (COSTA, 2000, p. 223). Para Costa (2000, 224), “a partir de uma concepção positivista e do espírito de cientificidade da época, o documento assume o significado e a dimensão de prova empírica, tornando-se fundamental para a construção da história nacional e para a legitimação do Estado enquanto espaço territorial e coeso.”. Nessa perspectiva, a formação de um Arquivo nacional torna-se fundamental, já que a instituição seria responsável por ser o repositório fiel dos documentos que legitimavam o Estado.

A criação de Arquivo, Museu, Biblioteca, Observatório, Horto e outras instituições a partir da chegada da família real ao Brasil contribuiu para uma mudança do Estado brasileiro em vários segmentos. No entanto, uma instituição particular, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro²², se sobressaiu em relação a outras instituições públicas no que tange à construção de discursos de identidade nacional a partir dos documentos. Ao IHGB foram destinados recursos para catalogação e cópia de documentos que estavam em Portugal considerados essenciais à escrita da história do Brasil e à fabricação da nacionalidade. Tanto o Arquivo Público como a Biblioteca tinham programas concorrentes, na mesma direção das pesquisas do IHGB. Mas, que foram executados separadamente (ARQUIVO NACIONAL, 2012, p. 21-30; GUIMARÃES, 1988, p. 8-9). Essa situação fez com que os documentos do Estado brasileiro não fossem centralizados no Arquivo Público do Império, ao contrário, muitos deles foram recolhidos ao IHGB por serem interessantes à escrita da pátria (COSTA, 2000, p. 226).

À época de sua criação, o Arquivo era vinculado à Secretaria de Estado de Negócios do Império, porém, apesar de fazer parte de uma importante estrutura administrativa, a instituição já “[...] era frágil politicamente, o que é demonstrado pela ausência de orçamento próprio, pelo reduzido prestígio de seus dirigentes e pela precariedade de suas instalações.” (COSTA, 2000, p. 227). Além disso, a instituição brasileira também se diferenciava dos Arquivos nacionais europeus em relação ao acesso aos documentos, visto que os

²² O IHGB foi criado em 21 de outubro de 1838, a partir de uma iniciativa da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, organização constituída em 1827 “[...] com a marca do espírito iluminista presente em instituições semelhantes que brotaram no continente europeu durante os séculos XVII e XVIII, e que se propunha a incentivar o progresso e desenvolvimento brasileiros.” (GUIMARÃES, 1988, p. 8).

documentos eram consultados sobretudo pelo Estado brasileiro, que apenas concedia o acesso ao público com a permissão do Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império (COSTA, 2000, p. 228; ESTEVÃO; FONSECA, 2010, p. 84).

De acordo com Estevão e Fonseca (2010, p. 84), a restrição ao acesso aos documentos começou a ser modificada em 1860, a partir do Decreto n. 2.541, que dispunha sobre o compromisso da instituição em publicar instrumentos de pesquisa, como, por exemplo, inventários e repertórios, além disso, em permitir que os indivíduos consultassem os documentos dentro das dependências do Arquivo. Contudo, os interessados em consultar os documentos deveriam ser pessoas conhecidas e de confiança, ainda assim, a consulta somente poderia ser feita em dias marcados. Apesar dessas imposições, a publicação de instrumentos de pesquisa é uma das primeiras ações de difusão da instituição, por isso não pode deixar de ser valorada como um importante passo do Arquivo rumo à criação de vínculos com a sociedade.

Em 1838, quando o Arquivo Nacional brasileiro foi criado, o Arquivo nacional francês já tinha quase meio século de história (ESTEVÃO; FONSECA, 2010, p. 81). De acordo com Estevão e Fonseca (2010, p. 82), a experiência arquivística francesa “[...] serviu de fonte de inspiração ao longo de todo o século XIX [...]” para o Arquivo nacional brasileiro, entretanto, somente no final dos anos de 1950 que a aproximação entre os países foi mais forte, sobretudo pela influência do diretor do Arquivo à época, José Honório Rodrigues, o qual possibilitou que técnicos do AN fossem fazer curso da área na França, além disso, promoveu a vinda de um professor francês à instituição, dentre outras ações (MARQUES; RODRIGUES, 2017, p. 182-184).

Para Costa (2000, p. 229), “o projeto nacional dos políticos e intelectuais românticos brasileiros criou um Arquivo atrofiado, exclusivamente a serviço do Estado, de portas fechadas para a sociedade e o cidadão.”. Atualmente, esse cenário ainda é encontrado, sobretudo porque a instituição, muitas vezes, é utilizada pelos políticos como “moeda de troca”, o que pode ser revelado pelos diversos indivíduos que ocuparam o cargo de direção do Arquivo nos últimos anos. A frágil atuação política dessa instituição pode ser considerada, principalmente, advinda da falta de valorização do Arquivo pelo Estado e não por seu desempenho, conforme pode ser comprovado pelos trabalhos de Marques e Rodrigues (2017) e de Estevão e Fonseca (2010), nos quais é possível perceber que o Arquivo procurou estar na vanguarda Arquivística, sobretudo a partir da influência francesa.

Em 1889, com o advento da República, o então Arquivo Público do Império passou a ser chamado Arquivo Público Nacional (ESTEVÃO; FONSECA, 2010, p. 92). De instalações

físicas instáveis²³, em 1907, o Arquivo nacional brasileiro passou a ocupar uma imponente edificação na Praça da República, na cidade do Rio de Janeiro, trata-se da “[...] antiga casa do barão de Ubá, que antes abrigava o Museu Nacional.” (ESTEVIÃO; FONSECA, 2010, p. 97). Em 1911, foi aprovado novo regulamento da instituição e o Arquivo Público Nacional teve seu nome alterado para Arquivo Nacional. Em 1985, o AN ganhou novo endereço e, desde então, está localizado no prédio que anteriormente era a sede da Casa da Moeda, na capital carioca (ARQUIVO NACIONAL, 2012, p. 41).

A respeito da mudança do Arquivo Nacional para o prédio que abrigava a Casa da Moeda, Antunes (2012, s.n.) afirma que, além da nova sede ter recursos que promoviam a segurança do acervo e espaço para abrigar os conjuntos documentais, o novo endereço da instituição proporcionou uma efervescência no desenvolvimento de atividades de difusão, como, por exemplo, na promoção de exposições, que, de acordo com o autor, passaram a ser realizadas naquela época.

Atualmente, o Arquivo Nacional é responsável pela custódia dos documentos de guarda permanente do Poder Executivo do Estado brasileiro e tem como dever preservá-los e conceder o acesso aos mesmos. A instituição também tem a responsabilidade de implementar a política nacional de arquivos públicos e privados (BRASIL, 1991). Em relação ao acervo documental, o AN tem sob a sua guarda documentos produzidos pelo Estado, assim como acervos privados, que abarcam

[...] mais de 55 km de documentos textuais, cerca de 1,74 milhão de fotografias e negativos, 200 álbuns fotográficos, 15 mil diapositivos, 4 mil caricaturas e charges, 3 mil cartazes, mil cartões postais, 300 desenhos, 300 gravuras e 20 mil ilustrações, além de mapas, filmes, registros sonoros e uma coleção de livros raros que supera 8 mil títulos. (ARQUIVO NACIONAL, 2012, p. 56).

Hoje, o Arquivo Nacional faz parte da estrutura administrativa do Ministério da Justiça e Segurança Pública (BRASIL, Decreto n. 9.662, 2019). O primeiro nível de seu organograma é composto por cinco coordenações:

- Coordenação-Geral de Administração;
- Coordenação-Geral de Gestão de Documentos;
- Coordenação-Geral de Processamento Técnico e Preservação do Acervo;
- Coordenação-Geral de Acesso e Difusão Documental e
- Coordenação-Geral Regional do Distrito Federal.

²³ Em 1839, ano em que a instituição passou a funcionar efetivamente, a sede do Arquivo se localizava na rua da Guarda Velha, hoje rua Treze de Maio, na cidade do Rio de Janeiro. No ano de 1844, o Arquivo se mudou para a rua Direita, atual rua Primeiro de Março. Em 1854, houve uma nova mudança, dessa vez o Arquivo passou a ocupar as dependências do Convento de Santo Antônio. Mais tarde, em 1870, a instituição foi transferida para prédio na rua dos Ourives (ARQUIVO NACIONAL, 2012, p. 21-27).

A Coordenação-Geral de Acesso e Difusão Documental tem como responsabilidade o planejamento e a coordenação de atividades relacionadas ao acesso, difusão e divulgação dos acervos arquivísticos e bibliográficos custodiados pelo Arquivo Nacional (ARQUIVO NACIONAL, 2018, p. 13). Dessa forma, eventos, exposições, publicações e visitas são exemplos de algumas das práticas de difusão que são promovidas por essa Coordenação.

Em livro comemorativo dos 174 anos do Arquivo Nacional, Cláudia Heynemann afirma que a instituição passou a ter a perspectiva de difusão, sobretudo em relação à difusão editorial, a partir do final do século XIX (ARQUIVO NACIONAL, 2012, p. 38). A esse respeito, ao apresentar as práticas editoriais de algumas instituições públicas brasileiras, Parrela (2013a, p. 93-94) explica que “em 1886, o Arquivo Nacional (AN) lançou a série mais tarde intitulada Publicações Históricas, e a Biblioteca Nacional se dedicou à publicação dos Documentos Históricos.”²⁴. Anos mais tarde, em 1986, a instituição passou a publicar a Revista Acervo, obra dedicada a discussões historiográficas e arquivísticas, que, atualmente, é distribuída em formato impresso e eletrônico (ARQUIVO NACIONAL, 2012, p. 41). Seus últimos números abordaram temáticas relacionadas à moda, Educação, Arquivologia e fotografia.

O século XIX também marcou outra atividade de difusão essencial para o acesso aos documentos no Arquivo Nacional, trata-se da criação de uma biblioteca na década de 1860.

Dedicada a um público especializado, complementando a consulta aos manuscritos e documentos impressos, vinha somar-se ao universo de bibliotecas públicas instaladas no Rio de Janeiro, cidade que possuía o maior número desses estabelecimentos no país. A escassez de recursos para aquisição de livros foi compensada nos anos seguintes, quando começou a ser formada uma coleção, fomentada por doadores da elite dirigente e instituições, como o visconde de Uruguai, o conselheiro Pimenta Bueno, Cândido Mendes de Almeida, Pereira da Silva, o fotógrafo Victor Frond, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Instituto de Advogados, entre muitos outros. Em 1863, a biblioteca já contava com cerca de quatrocentos volumes.” (ARQUIVO NACIONAL, 2012, p. 27).

Em 1873, a instituição passou a contar com novos cargos em seu quadro de funcionários, entre eles, os cargos de paleógrafo e de cronista. Ao cronista foram atribuídas as responsabilidades de escrever as efemérides sociais e políticas do país, bem como a atividade de escrita da história oficial do Brasil a partir do marco da Independência. Essa iniciativa foi motivada pela sugestão do diretor do Arquivo à época, Machado Portela, e “[...] pode ser vista como uma interseção entre o gênero das crônicas históricas, de 1500 a 1838, e as obras movidas por uma consciência nacional, sob a influência francesa e alemã [...]” (ARQUIVO NACIONAL, 2012, p. 29).

²⁴ A autora pontua que Arquivo e Biblioteca tinham o interesse de publicar obras que abarcassem os documentos interessantes para a história antes de 1886, entretanto, somente lograram êxito ao final da década de 1880 (PARRELA, 2013a, p. 93-94).

O Arquivo Nacional também possui outras ações editoriais, além das publicações mencionadas, como, por exemplo, livros, instrumentos de pesquisa e revistas, dentre outras. Em relação à sua produção técnica, se destacam as publicações de resoluções do Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ), unidade governamental responsável por definir a política nacional de arquivos (BRASIL, Lei. n. 8159, 1991). Vinculado ao Arquivo Nacional, o CONARQ produz diversos conteúdos normativos relacionados aos Arquivos públicos, entre eles: “Modelo de Requisitos para Sistemas Informatizados de Gestão Arquivística de Documentos – e-ARQ Brasil”, “Recomendações para Digitalização de Documentos Arquivísticos Permanentes” e “Norma Brasileira de Descrição Arquivística”, dentre outros (CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS, *online*).

Até pouco tempo atrás as publicações impressas eram os principais canais de comunicação das instituições arquivísticas com as pessoas. Hoje, com o advento da Internet e o uso generalizado das redes sociais, o diálogo dos Arquivos com a sociedade está mais estreito, fato que pode ser comprovado pelo relato abaixo da experiência do Arquivo Nacional na *web*.

Nos últimos anos, a instituição abriu-se à comunidade nacional e internacional por meio de seu portal na *web* e dos sítios integrados, entre eles *Exposições virtuais* do Arquivo Nacional, que reúne mostras exibidas presencialmente e outras concebidas de modo virtual. Um dos instrumentos mais importantes oferecidos aos usuários para consulta ao acervo está disponível no portal da instituição: criado em 2004, o Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN) permite a consulta à base Memória da Administração Pública Brasileira (MAPA) e consolida as informações do acervo da instituição em módulos multiníveis que seguem as normas internacionais de descrição (Descrição Multinível) que integram os documentos em distintos níveis de descrição. (ARQUIVO NACIONAL, 2012, p. 49, grifos do autor).

O cenário favorável da Internet em relação ao alcance de público, possibilitou que o mapa estratégico da instituição elaborado para o período entre 2018 e 2019 tivesse como uma de suas prioridades a “ampliação da difusão e da disponibilização do acervo em meio digital e aperfeiçoamento do atendimento ao usuário.” (ARQUIVO NACIONAL, 2019c, p. 17). Essa ampliação da difusão pode ser apontada principalmente por meio das diversas redes sociais que o Arquivo Nacional possui.

Atualmente, a instituição está presente no *Twitter*, *Facebook*, *Instagram*, *Flickr*, *LinkedIn*, *Mixcloud*, *Pinterest* e *Youtube* (ARQUIVO NACIONAL, 2019c, p. 30). Cada uma dessas redes sociais possui uma dinâmica diferente, o que possibilita a diversificação da atuação do Arquivo Nacional. De maneira geral, o *Facebook* e o *Twitter* são utilizados para difundir o acervo documental e informações institucionais. *Instagram*, *Flickr* e *Pinterest* são empregados para difundir os documentos, sendo que as duas últimas redes sociais possuem a vantagem de disponibilizar a imagem do documento em alta resolução. Uma

peculiaridade do *Instagram* do Arquivo Nacional é o uso da ferramenta “*Stories*” para a divulgação de eventos. O *Mixcloud* é usado para a difusão dos documentos sonoros do acervo do AN, o *Youtube*, por sua vez, é empregado tanto para difundir o acervo audiovisual do Arquivo, quanto os vídeos de eventos da instituição. Recentemente, em setembro de 2019, o Arquivo Nacional passou a fazer parte da comunidade do *LinkedIn*, rede social voltada para o mercado de trabalho, que é usada principalmente para disponibilizar vagas de emprego, bem como compartilhar informações sobre cursos e eventos, dentre outros conteúdos.

Além disso, a instituição também está presente no portal Zappiens, projeto do Comitê Gestor da Internet em parceria com o Arquivo Nacional, a Universidade de São Paulo, a Rede Nacional de Ensino e Pesquisa e a Fundação para a Computação Científica, no qual o AN difunde documentos audiovisuais de seu acervo (ZAPPIENS, *online*). Outra iniciativa do Arquivo Nacional na Internet é a sua participação na comunidade *Wikimedia Commons*, na qual a instituição disponibiliza imagens digitalizadas de seus documentos textuais, cartográficos, fotográficos e iconográficos, assim como seu acervo de documentos audiovisuais, para serem utilizados nos verbetes da Wikipédia.

Os resultados das ações programadas no mapa estratégico de 2018 do Arquivo Nacional são úteis para mostrar algumas das atividades de difusão que foram promovidas naquele ano, como, por exemplo, as exposições “130 anos da Abolição da Escravatura”, “Sabores do Brasil”, “Itinerários Indígenas”, “Jango: a nossa breve história”, “Entre a Saudade e a Guerra”, “Estado Novo, o olhar de quem viveu”, “Memórias da Democracia – Constituição de 1988” e “Olhares Cruzados: imagens de duas culturas” (ARQUIVO NACIONAL, 2019c, p. 29). Normalmente, as exposições presenciais do Arquivo Nacional são disponibilizadas em seu sítio institucional. Hoje, a instituição possui mais de 20 exposições virtuais, entre elas, “Rio 1908: a cidade de portos abertos”, “Japão, Brasil: centenário de um encontro”, “Viagens italianas” e “Capitais da Bossa Nova” (ARQUIVO NACIONAL, *online*)²⁵.

Em 2018, o Arquivo Nacional também lançou 8 publicações²⁶, além de ter recebido em suas dependências o total de 6.297 visitantes por meio de suas atividades educativas. A Internet também alcançou um grande público, o que pode ser demonstrado pela quantidade

²⁵ Disponível em:

<http://www.exposicoesvirtuais.arquivonacional.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?sid=93>. Acesso em: 16 out. 2019.

²⁶ Esse número é composto por edições da Revista Acervo, prêmios (Prêmio Arquivo Nacional de Pesquisa 2015 e 2017; Prêmio Memórias Reveladas 2014 e Prêmio Nacional de Arquivologia 2017), resolução do Conselho Nacional de Arquivos, instrumento de pesquisa e livro (ARQUIVO NACIONAL, 2019c, p. 30).

de acesso ao sítio institucional do AN, às suas bases de dados e aos demais portais temáticos. Em relação às redes sociais, a instituição atingiu 197.911 seguidores, sendo que sua página no *Facebook* apresentava o maior número de seguidores, já que, à época da compilação desses dados, tinha o total de 83.600 pessoas²⁷ acompanhando suas publicações (ARQUIVO NACIONAL, 2019c, p. 27-31).

Ao entrevistarmos um dos técnicos do Arquivo Nacional responsável por gerenciar as mídias sociais²⁸ da instituição, conforme mencionado no capítulo anterior, percebemos que o AN emprega as redes sociais sobretudo para difundir o acervo documental que custodia. Ainda assim, ao longo dos anos, principalmente nos últimos três anos, o Arquivo passou a usar esses espaços com a finalidade de atingir um público mais diversificado e não somente pessoas ligadas às áreas de Arquivologia e História. De acordo com o técnico, esse objetivo muitas vezes é alcançado a partir de postagens que fazem seus seguidores e demais usuários lembrarem de tempos passados, como, por exemplo, fotografias antigas de cidades e bairros, assim como de personalidades artísticas (ENTREVISTADO – ARQUIVO NACIONAL, 2019).

Ao ser questionado sobre qual é a principal atividade de difusão do Arquivo Nacional, o técnico pautou sua resposta a partir do quesito alcance de público. Dessa forma, de acordo com o entrevistado, o conteúdo publicado nas redes sociais é a ação de difusão mais importante da instituição, visto que ela é a que mais alcança o público. Ainda assim, outras ações também foram mencionadas, como, por exemplo, as exposições virtuais, que têm recebido um grande número de visitantes. As exposições presenciais, aliadas ao atual trabalho do Arquivo Nacional junto às escolas públicas do Rio de Janeiro, também têm atraído a sociedade à instituição. De acordo com o entrevistado, as visitas são igualmente importantes, entretanto, por ser uma ação local, elas conseguem atingir em maior escala moradores da capital carioca e turistas. Também foram citados os portais temáticos do Arquivo Nacional, que alcançam sobretudo um público especializado, principalmente historiadores. Entre os portais gerenciados pela instituição, podemos encontrar o “Arquivo Nacional e a História Luso-Brasileira”, o “Roteiro de Fontes do Arquivo Nacional para a História Luso-Brasileira” e o “Que República é Essa? – Portal Estudos do Brasil Republicano” (ARQUIVO NACIONAL, 2017d).

²⁷ Esse número foi alterado e, atualmente, o Arquivo Nacional possui 65.250 seguidores em sua página do *Facebook*. Essa informação data do dia 30 de setembro de 2019 (FACEBOOK DO ARQUIVO NACIONAL, 2019). Acreditamos que houve um erro na elaboração do Relatório de Atividades em relação à quantidade de seguidores do Arquivo Nacional em suas redes sociais. Nossa hipótese é de que o total de 83.600 seguidores refletia o público do *Twitter* do AN e não do *Facebook* (ARQUIVO NACIONAL, 2019c, p. 30).

²⁸ De acordo com o entrevistado, o governo federal brasileiro denomina as redes sociais *online* de mídias sociais.

Outro portal gerenciado pelo Arquivo Nacional que merece destaque é o “Memórias Reveladas”, que difunde os conjuntos documentais relacionados à época de repressão militar no Brasil. Desde 2010, esse portal tem sido

[...] um polo difusor de notícias, publicações digitais e de um banco de dados à disposição dos interessados. Oferece exposições virtuais, multimídias, gravações e vídeos relacionados ao regime militar no país sob diversos ângulos, abordando a cultura, política parlamentar, movimento estudantil, grupos clandestinos, órgãos de repressão e outros eventos e atores que configuram o período entre 1964 e 1985. (ARQUIVO NACIONAL, 2012, p. 46).

Para atrair a sociedade às suas dependências, o Arquivo Nacional também realiza diversos eventos. Um deles é o “Arquivo em Prosa”, no qual convidados apresentam palestras sobre algumas temáticas, como, conjuntos documentais nas áreas de cultura, literatura e artes, entre outros. A finalidade do evento é justamente promover a difusão cultural e educativa em Arquivos (ARQUIVO NACIONAL, 2019b). Já foram temas do evento “futebol e arquivos”, “40 anos da lei da profissão de arquivista no Brasil”, “educação patrimonial e documentos musicais”, dentre outros. Os vídeos de cada uma das edições do evento estão disponíveis no canal do *Youtube* do AN²⁹. Em relação a esse último ponto, é interessante assinalar que, atualmente, as redes sociais têm sido empregadas pelos Arquivos para transmitir ao vivo seus eventos, dessa forma, as pessoas que não podem comparecer ao local do evento não perdem o conteúdo e nem mesmo a oportunidade de fazerem perguntas, já que por meio dos comentários, as instituições recebem as questões do público *online*. Por outro lado, infelizmente, também há a questão dos eventos ficarem esvaziados por conta da transmissão *online*.

Uma importante iniciativa de difusão promovida pelo Arquivo Nacional em parceria com a Fundação Casa de Rui Barbosa, que tem proporcionado uma efervescência cultural nas instituições arquivísticas brasileiras desde 2017, é a Semana Nacional de Arquivos (SNA). Durante a semana do dia 09 de junho, Dia Internacional dos Arquivos, vários Arquivos brasileiros têm promovido diversos eventos, como forma de aproximar o público, como, por exemplo, visitas, palestras, cursos, oficinas, exposições e sessões de filmes, entre outros.

Essa iniciativa faz parte do Plano Setorial de Arquivos (2017-2027), proposto pelo Colegiado Setorial de Arquivos do Conselho Nacional de Política Cultural do Ministério da Cultura, atual Ministério da Cidadania. As edições realizadas até o momento seguiram as temáticas propostas pelo Conselho Internacional de Arquivos (ELIAS, 2018, p. 418). Durante o período de análise das páginas do *Facebook* do Arquivo Nacional, Arquivo Público do

²⁹ Disponível em: <https://www.youtube.com/playlist?list=PLQatXEugAYdfEAcvxyvvujzrjO--VJk4e>. Acesso em: 01 out. 2019.

Estado de São Paulo e Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte foi possível visualizarmos uma grande quantidade de eventos que essas instituições promoveram nas duas primeiras edições da Semana Nacional de Arquivos, o que sem dúvida alguma contribuiu para a visibilidade delas.

Ainda em relação aos eventos promovidos pelo Arquivo Nacional, merecem ênfase o “Festival Arquivo em Cartaz”, no qual são explorados os documentos audiovisuais sob a guarda da instituição; o “Com a palavra, o usuário”, evento que promove a difusão de pesquisas que tenham usado documentos sob a guarda do AN; e o “Arquivo Faz Escola”, no qual o Arquivo se aproxima do público escolar, a partir da discussão de temáticas variadas, como, por exemplo, o direito à cidade³⁰.

O Arquivo Nacional também realiza diversas premiações, sobretudo como forma de tornarem conhecidas as pesquisas que fizeram uso dos documentos sob a sua custódia, bem como promover a visibilidade de pesquisas na área da Arquivologia. Entre os prêmios, destacamos o “Prêmio Arquivo Nacional de Pesquisa”, criado em 1991, e o “Prêmio Nacional de Arquivologia - Maria Odila da Fonseca”, criado em 2017 (ARQUIVO NACIONAL, 2012, p. 48; ARQUIVO NACIONAL, 2017c).

2.2 Uma trajetória de visibilidade: o Arquivo Público do Estado de São Paulo

Quem chega à cidade de São Paulo pelo Terminal Rodoviário Tietê, além da multidão de pessoas e do trânsito contínuo, encontra na paisagem próxima um prédio imponente, trata-se do Arquivo Público do Estado de São Paulo. A atual sede do APESP foi inaugurada em 2012 e se destaca por ter sido construída especialmente para abrigar uma instituição arquivística, o que normalmente não ocorre na maioria dos Arquivos públicos brasileiros³¹. Atualmente, além da distinção de sua estrutura física, a instituição tem atuação destacada no governo estadual paulista, sobretudo pelo desenvolvimento de trabalhos voltados à gestão de documentos. Em 2018³², por exemplo, o Arquivo foi responsável pela elaboração de oito tabelas de temporalidade de atividades-fim, além de ter lançado o “Mapa Paulista da Gestão Documental e Acesso à Informação”, instrumento no qual o usuário consegue ter informações acerca do cenário arquivístico de municípios paulistas (existência de Arquivo público, instrumentos de gestão de documentos e se a Lei de Acesso à

³⁰ Informações compiladas a partir do sítio institucional do AN e de suas páginas no *Facebook* e *Youtube*, assim como pelas respostas da entrevista feita com um de seus técnicos.

³¹ Na seção “Arquivo em Imagens” do número 7 da Revista do Arquivo é possível ver diversas fotos dos prédios nos quais o APESP esteve alojado durante sua trajetória institucional (ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2018b).

³² No infográfico “Ações em Destaque 2018” é possível conhecer mais ações do APESP voltadas para a gestão de documentos que foram executadas em 2018 (ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO, [2019c]).

Informação está regulamentada, entre outras)³³ (ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO, s.d.).

Contudo, o percurso histórico da instituição nem sempre possuiu essa notoriedade. Ao apresentar o Arquivo Público do Estado de São Paulo, Martins (2013, p. 232) afirma que a história dos Arquivos tem estreita relação com a produção documental, dessa forma, o autor diz que o acervo documental que possibilitou a criação do APESP surgiu com a constituição da capitania de São Paulo em 1720. Entretanto, a instituição arquivística paulista foi criada somente no final do século XIX, em março de 1892, à época, com o nome de Repartição de Estatística e do Arquivo do Estado (SÃO PAULO, Decreto n. 30, 1892).

Alguns meses mais tarde, em novembro de 1892, o governo paulista publicou o regulamento da Repartição. Naquele momento, é possível perceber que a área de estatística possuía maior importância na Repartição, já que grande parte de sua estrutura administrativa estava voltada para a produção e gerenciamento de estatísticas relacionadas à população, indústria, comércio, renda pública do estado e municípios paulistas, entre outras. Somente a terceira seção era responsável pelo acervo documental do Estado, por meio da custódia de uma série de documentos, como, por exemplo, leis, decretos e resoluções do Congresso do Estado, documentos relacionados à propriedade de bens do Estado, Diário Oficial da República e Diário Oficial do Estado de São Paulo, dentre outros (SÃO PAULO, Decreto n. 124, 1892).

O período anterior à criação da Repartição de Estatística e do Arquivo do Estado é retratado por Martins (2013). De acordo com o autor, em 1720, existia um secretário responsável por organizar os documentos que tramitavam entre o Reino e a capitania de São Paulo e também por dar publicidade aos atos do governo. Em 1748, a capitania paulista foi extinta e os documentos do governo foram dispersos, todavia, com o seu reestabelecimento, em 1765, esses documentos foram reunidos e guardados em um antigo colégio jesuíta. Ao longo dos anos, esse arquivo cresceu e, em 1823, tornou-se o arquivo corrente da Secretaria de Governo da Província, a partir de um decreto imperial. Mais tarde, em 1842, o Barão de Monte Alegre, aprovou uma lei que criava uma instituição arquivística em São Paulo (MARTINS, 2013, p. 232-233).

De acordo com a Lei n. 20, de março de 1842, o Arquivo Público Provincial seria organizado a partir de três seções, Seção Legislativa, Seção Administrativa e Seção

³³ Informações retiradas da apresentação do “Mapa Paulista da Gestão Documental e Acesso à Informação”. Disponível em: http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/gestao/municipios/mapa_paulista. Acesso em: 05 out. 2019.

Histórica³⁴ (SÃO PAULO, 1842). Apesar de a promulgação da lei, a instituição não foi criada, devido à carência de recursos, assim como por conta de outras prioridades do governo à época. “Assim, o arquivo provincial permaneceu submerso na administração, acumulando documentos em prateleiras de madeira, juntados em maços e classificados por assunto, localidade e data. O acesso ao arquivo era considerado um privilégio, algo que precisava ser justificado e solicitado ao presidente da província.” (MARTINS, 2013, p. 234).

Em 1889, a Secretaria de Governo da Província foi extinta e foram criadas outras secretarias na estrutura administrativa do governo do Estado paulista: Secretaria da Agricultura, Secretaria da Fazenda, Secretaria da Justiça e Secretaria do Interior. Subordinada à Secretaria do Interior, em 1892, a Repartição de Estatística e do Arquivo do Estado ficou responsável pelas funções desempenhadas pela Seção de Arquivo da antiga Secretaria de Governo da Província. Além dos documentos relacionados à administração, legislação e história do Estado, a Repartição também ficou encarregada de guardar documentos cartográficos, principalmente para subsidiar a produção de estatísticas do governo (MARTINS, 2013, p. 234-235).

O acervo documental da Repartição cresceu substancialmente, sobretudo em decorrência da Lei n. 666, de 06 de setembro de 1899, que versava sobre o envio dos documentos produzidos até o século XIX sob a guarda de cartórios, oficiais de registro e tabeliães de notas para o Arquivo do Estado. Essa grande quantidade de documentos fez com que muitos deles fossem eliminados e, além disso, criou a tradição de publicação de “documentos interessantes” para a história de São Paulo. Ao longo da década de 1930, a Repartição de Estatística e do Arquivo do Estado passou a fazer parte da estrutura administrativa de outras secretarias, como, por exemplo, da Secretaria de Justiça. Em 1936, a área de estatística ganhou um órgão próprio e a Repartição teve seu nome alterado para Departamento de Arquivo do Estado. Essas mudanças fizeram com que o Arquivo tivesse sua notoriedade diminuída no governo do Estado (MARTINS, 2013, p. 235-236).

Entretanto, Barbosa (2013, p. 37) afirma que a configuração legal do Departamento de Arquivo do Estado passou a existir somente em 1957, por meio do Decreto n. 29.922, que regulamentou o órgão. À época, o Departamento de Arquivo do Estado estava subordinado à Secretaria de Estado dos Negócios da Educação e possuía três seções, Seção Administrativa, Seção Histórica e Seção do Expediente. Algumas de suas competências se relacionavam à difusão, como, por exemplo, a promoção de “[...] exposição

³⁴ Interessante notar a influência do Arquivo Nacional na criação da instituição arquivística paulista, já que, ao ser criado, em 1838, o AN também possuía essa mesma estrutura administrativa.

permanente de documentos históricos, interessantes, no salão nobre, de entrada, do Departamento [...]” (SÃO PAULO, Decreto n. 29.922, 1957).

No entanto, ao mesmo tempo em que o Departamento de Arquivo do Estado tinha entre suas atribuições atividades de difusão, o órgão também possuía regras severas relacionadas ao acesso, a exemplo do artigo 8º e artigo 10 do Decreto n. 29.922, de 18 de outubro de 1957:

Artigo 8º - Nenhum documento do Arquivo do Estado será divulgado sem autorização expressa do seu Diretor. [...] Artigo 10 - O consulente deve, obrigatoriamente, entregar ao Chefe da Seção um exemplar da matéria que copiar, devendo, no caso de pretender aproveitá-la para publicação de artigo ou livro, solicitar autorização do Diretor, comprometendo-se, ainda, a enviar no mínimo de cinco exemplares da publicação, depois de dada a lume, ao Departamento do Arquivo do Estado. (SÃO PAULO, Decreto n. 29.922, 1957).

Esse cenário pode ser considerado parte da herança que a administração colonial portuguesa nos deixou, sobretudo em relação ao sigilo oficial (COSTA, 2000, p. 220-221). Até pouco tempo atrás, os Arquivos eram vistos apenas como instrumentos do Estado para subsídio em suas tomadas de decisão. Seu uso por outros públicos era restrito e demandava a autorização da direção da instituição, conforme apontamos ao discutirmos a trajetória histórica do Arquivo Nacional.

Com a reforma administrativa de 1967, o Departamento de Arquivo do Estado passou a fazer parte da Secretaria de Cultura, Esportes e Turismo (SÃO PAULO, Decreto n. 49.165, 1967). Em 2006, o Departamento se tornou Unidade do Arquivo Público do Estado no organograma da Secretaria de Cultura (SÃO PAULO, Decreto n. 50.941, 2006). Um ano mais tarde, o Arquivo passou a fazer parte da estrutura administrativa da Casa Civil, o que possibilitou à instituição maior poder decisório, sobretudo em questões que dizem respeito à gestão documental e ao acesso à informação (MARTINS, 2013, p. 240)³⁵.

No entanto, a instituição possui papel de destaque em relação à gestão de documentos no Estado paulista pelo menos desde 1984, quando o Sistema de Arquivos do Estado de São Paulo (SAESP) foi criado. Por meio do Decreto n. 22.789, de 19 de outubro de 1984, o Arquivo se tornou órgão central do Sistema (SÃO PAULO, 1984), com “[...] a missão de articular todos os órgãos do Estado possuidores de arquivos, no sentido de elaborar normas, princípios e diretrizes sobre organização e funcionamento arquivístico,

³⁵ Para compreendermos a trajetória administrativa do Arquivo no período entre 1957 e 2007, fizemos uso da linha do tempo que a instituição disponibiliza em seu sítio da Internet (ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO, [2013]). Disponível em: <http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/institucional/historia>. Acesso em: 16 out. 2019.

orientando e controlando planos de destinação de documentos.” (MARANHÃO, 1990, p. 40)³⁶.

Em relação às suas atribuições legais, atualmente, o APESP é responsável pela formulação e implementação da política estadual de arquivos, por meio da gestão de documentos, recolhimento, preservação, difusão e acesso do patrimônio documental do Estado. Além disso, também tem o dever de orientar o desenvolvimento, a implementação e o aperfeiçoamento contínuo de sistema unificado de gestão arquivística de documentos e informações (SÃO PAULO, Decreto n. 54.276, 2009).

Para Martins (2013, p. 240),

de órgão exclusivamente administrativo a “depósito da história” e, mais tarde, difusor cultural e instrumento de democratização do Estado, o Arquivo foi sendo reconfigurado para se adaptar às transformações sociais, e de relação do Estado com a sociedade. Perdeu a parte concernente à produção estatística, mas passou a fornecer transparência e alargou os direitos do cidadão, dando um novo sentido às suas atividades.

O conjunto documental sob a custódia da instituição é composto “[...] por 15.837 metros lineares de documentos textuais e mais de 2 milhões de fotografias, mapas e plantas, 45 mil livros e mais de 8 mil títulos de jornais e revistas, provenientes de órgãos da administração pública estadual, entes privados e de instituições extintas [...]” (MARTINS, 2018, p. 58). Hoje, a instituição está presente no organograma do Estado paulista como uma Coordenadoria, cuja primeira linha hierárquica possui a seguinte configuração:

- Núcleo de Apoio Administrativo;
- Núcleo de Apoio Técnico ao Coordenador;
- Núcleo de Comunicação;
- Departamento de Gestão do Sistema de Arquivos do Estado de São Paulo;
- Centro de Processamento de Informações Digitais e
- Departamento de Preservação e Difusão do Acervo (SÃO PAULO, Decreto n. 54.276, 2009).

Subordinados aos departamentos e ao Centro de Processamento de Informações Digitais existem outras ramificações que são denominadas como centros e núcleos. A exemplo, o Departamento de Preservação e Difusão do Acervo, que é composto pelo Centro de Acervo Permanente, Centro de Acervo Iconográfico e Cartográfico (CAIC), Centro de Difusão e Apoio à Pesquisa (CDAP) e Centro de Preservação. O CDAP é constituído pelo Núcleo de Ação Educativa, Núcleo de Assistência ao Pesquisador, Núcleo de Atendimento

³⁶ Para uma visão ampla da trajetória do Arquivo em relação às suas atividades de gestão de documentos, recomendamos o documentário “Arquivos e Democracia”, o qual foi produzido em comemoração aos 30 anos do Sistema de Arquivos do Estado de São Paulo. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=JTmQHsfZ_1k. Acesso em: 16 out. 2019.

ao Público e Núcleo de Biblioteca e Hemeroteca (SÃO PAULO, Decreto n. 54.276, 2009). São atribuições do Centro de Difusão e Apoio à Pesquisa:

I - prestar assistência aos pesquisadores, promovendo condições de acesso ao acervo; II - por meio do Corpo Técnico, em integração com o Núcleo de Comunicação: a) desenvolver programas e projetos de divulgação do acervo sob guarda do Arquivo Público do Estado e das atividades realizadas na instituição; b) desenvolver e gerenciar a ação editorial do Arquivo Público do Estado de São Paulo. (SÃO PAULO, Decreto n. 54.276, Art. 20, 2009).

É interessante pontuarmos que o decreto que organiza o APESP estabelece a interação entre o CDAP e o Núcleo de Comunicação, que tem como atribuições divulgar as ações e projetos do Arquivo, produzir e editar textos sobre o acervo custodiado pela instituição e assessorar o Coordenador em suas relações com a imprensa (SÃO PAULO, Decreto n. 54.276, 2009). Durante entrevista com técnicos da instituição, tivemos a oportunidade de conhecermos mais de perto essa interação, o que concordamos ser fundamental para as ações de difusão de qualquer instituição arquivística.

As atribuições do Centro de Difusão e Apoio à Pesquisa nos apontam a sua linha de trabalho, ou seja, a promoção do acesso aos documentos por meio de assistência aos consulentes, a elaboração de ações de difusão que contemplem a visibilidade do acervo documental sob a guarda do APESP e a produção e administração da ação editorial da instituição. Merece destaque um dos núcleos do CDAP, o Núcleo de Ação Educativa, visto que suas responsabilidades são fundamentais para que o Arquivo Público do Estado de São Paulo se torne mais próximo da sociedade, sobretudo do público escolar. Esse núcleo possui as seguintes atribuições:

a) elaborar programas de ação educativa com vista a aproximar a Unidade do Arquivo Público do Estado de instituições educacionais e da sociedade em geral; b) desenvolver materiais de apoio pedagógico a partir de documentos do acervo; c) promover oficinas de qualificação de professores e de outros profissionais da memória; d) proporcionar visitas monitoradas a estudantes e a professores de instituições de ensino. (SÃO PAULO, Decreto n. 54.276, Art. 20, 2009).

Ainda em relação à difusão, de acordo com Martins (2013, p. 237), as ações de difusão do Arquivo Público do Estado de São Paulo foram fundamentais em um momento que a instituição sofria descrédito do governo, quando, à época do IV Centenário da Fundação da Cidade de São Paulo, em 1952, o APESP iniciou “[...] uma campanha de divulgação das suas atividades nos rádios e na imprensa, atraindo público para cursos de paleografia, palestras e exposições de documentos.” (MARTINS, 2013, p. 237). Todavia, antes da década de 1950, o Arquivo já possuía ações de difusão. Sua linha do tempo nos revela que, em 1894, a instituição lançou o primeiro número da coleção “Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo”, cujo título é “A Bernarda de

Francisco Ignácio em São Paulo em 23 de maio de 1822”³⁷. Nessa mesma época, o Arquivo também passou a produzir outra publicação, trata-se dos “Maços de População” (ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO, [2013]).

Ao apresentarem as ações de difusão do APESP, Barbosa e Silva (2012) destacam a atuação da instituição em relação à produção editorial e à ação educativa. De acordo com as autoras, a produção editorial é uma atividade comum das instituições arquivísticas, que, ao longo dos anos, foi realizada com diferentes objetivos: “[...] edificação da história pátria, preservação documental, instrumentalização da pesquisa, acesso democratizado às fontes.” (BARBOSA; SILVA, 2012, p. 47). As autoras revelam também que, com o principal objetivo de preservação documental, entre os anos de 1894 e 1940, foi transcrita uma grande quantidade de documentos sob a guarda do Arquivo estadual paulista (BARBOSA; SILVA, 2012, p. 50). Relatam ainda que, mesmo em tempos de crise, o Arquivo não negligenciou sua atuação editorial.

Em 1953, por exemplo, sucessivas mudanças de prédio tornavam a estrutura do Arquivo de São Paulo precária, mas nem por isso impossibilitavam a publicação de, ao menos, dois exemplares da tradicional coleção Documentos Interessantes, três exemplares de Inventários e Testamentos, três Boletins e outros impressos menores. (BARBOSA; SILVA, 2012, p. 50).

Na década de 1950, as publicações periódicas passaram a ser alvo do APESP, como, por exemplo, os “Boletins do Arquivo”. A partir de 1980, a publicação de monografias também teve destaque na ação editorial da instituição, sobretudo devido ao aumento do número de programas de pós-graduação em História no Brasil. Ao longo da década de 1990, o Arquivo Público do Estado de São Paulo também passou a produzir publicações técnicas, como, por exemplo, manuais arquivísticos. Desse tipo de publicação, a coleção “Como Fazer” merece ser citada, já que, por meio de linguagem simples, divulgou diversos temas relacionados aos arquivos (avaliação, classificação, descrição, conservação e reprodução de documentos, entre outros). Além dessas publicações, Barbosa e Silva (2012, p. 51-56) pontuam diversos outros produtos da ação editorial do APESP, muitos deles disponíveis para acesso no sítio institucional do Arquivo³⁸.

As atividades de cunho educativo do APESP também foram objeto de estudo de Parrela (2013b, p. 110). De acordo com a autora, a instituição desenvolve atividades educativas e culturais desde 1997. O projeto voltado para professores dos ensinos

³⁷ De acordo com o técnico entrevistado, essa coleção foi uma iniciativa do governador Washington Luís, que valorizava os Arquivos públicos da capital paulista e do estado de São Paulo (ENTREVISTADO – ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2019).

³⁸ Disponível em: <http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/>. Acesso em: 04 out. 2019.

fundamental e médio e da graduação foi alvo de destaque. A autora explica que, à época da publicação de seu trabalho, esse projeto funcionava da seguinte forma:

sob orientação da equipe da instituição, o professor que se interessar pode selecionar documentos para planejar atividades para sala de aula, trazer seus alunos para pesquisar a documentação do arquivo, selecionada em encontro prévio, e assistir a uma aula introdutória sobre conceitos históricos relacionados à preservação da memória e do patrimônio documental do estado de São Paulo na instituição. (PARRELA, 2013b, p. 110).

Ao visitarmos o Arquivo Público do Estado de São Paulo, em agosto de 2019, exploramos melhor a instituição, sobretudo em relação aos seus serviços de difusão. Durante visita guiada, conhecemos boa parte do prédio do Arquivo, seu acervo documental e serviços, especialmente a área de preservação. Na ocasião, o APESP estava finalizando os preparativos da exposição “Arquivos Vivos e Memórias das Práticas Médicas em São Paulo”, assim conseguimos ver de perto uma das ações de difusão do Arquivo que também merece destaque, a promoção de exposições.

Além de realizar exposições presenciais, a exemplo do Arquivo Nacional e do Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte, o APESP também disponibiliza na Internet exposições virtuais. Atualmente, estão disponíveis as seguintes exposições: “Júlio Prestes: o último Presidente da República Velha – o arquivo privado de um homem público”, “30 anos da Lei da Anistia no Brasil”, “Ferrovias Paulistas” e “Em nome d’El Rey: 250 anos do governo de Morgado de Mateus em São Paulo (1765-2015)”, entre outras³⁹.

Durante a entrevista com os técnicos das áreas de difusão e comunicação da instituição, fomos apresentadas a outras atividades do Arquivo, como, por exemplo, eventos – seminários, palestras, cursos e oficinas, entre outros –, visitas monitoradas, redes sociais, sítio institucional, repositório digital e produção editorial. Em relação a essa última atividade, o técnico entrevistado destacou a Revista do Arquivo, publicação eletrônica que substituiu a Revista Histórica, obra editorial que circulou entre os anos de 2000 a 2014⁴⁰ (ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2014, p. 5; ENTREVISTADO – ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2019).

No que concerne à temática deste estudo, além do documento fotográfico ser empregado nas postagens do *Facebook* do APESP, ele também é usado em outras ações de difusão do Arquivo. A exemplo da seção “Arquivo em Imagens” da Revista do Arquivo, na qual os documentos fotográficos sob a guarda da instituição são difundidos com o objetivo de contextualizar determinado tema. Essa prática é muito semelhante às postagens feitas

³⁹ Disponível em: http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/difusao/exposicoes_virtuais. Acesso em: 28 out. 2019.

⁴⁰ Entre 2000 e 2003, a Revista Histórica era publicada em formato impresso e, a partir de 2004, passou a ser uma publicação eletrônica (BARBORA; SILVA, 2012, p.54).

na página do *Facebook* do Arquivo, conforme pode ser visto na edição n. 8 da Revista, na qual a história da Universidade de São Paulo foi apresentada a partir de fotografias (ARQUIVO PÚBLICO DE SÃO PAULO, 2019b, s.n.).

Ao ser questionado acerca da ação de difusão que é mais importante para o APESP, o técnico da instituição destacou as publicações editoriais, a ação educativa e a interação nas redes sociais, entretanto, de acordo com o entrevistado, a ação mais efetiva é a disponibilização de instrumentos de pesquisa, visto que é uma ação neutra, na medida em que não é dada ênfase somente a determinado documento, mas, ao contrário, por meio de guias e inventários, por exemplo, o consulente tem a oportunidade de conhecer todo o acervo documental sob a custódia do Arquivo (ENTREVISTADO – ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2019). Apesar disso, sabemos que mesmo que o consulente tenha mais informações sobre o acervo e não apenas de um documento, como normalmente acontece nas redes sociais das instituições arquivísticas, ainda assim, ele é direcionado pelos interesses do Arquivo, que escolhe, por exemplo, o fundo que terá sua descrição publicada em um inventário.

A respeito do lugar da difusão no Arquivo Público do Estado de São Paulo, o entrevistado acredita que a instituição está em uma boa posição, quando comparada a outros Arquivos públicos brasileiros, que, muitas vezes, não possuem um setor específico para o desenvolvimento de ações de difusão. Ainda de acordo com o técnico do APESP, embora a difusão esteja concentrada no Centro de Difusão e Apoio à Pesquisa, assim como no Núcleo de Comunicação, toda a instituição faz difusão de forma pulverizada⁴¹. Nas palavras do entrevistado, a principal finalidade da difusão no Arquivo é apresentar o acervo documental sob a sua guarda e, assim, despertar o interesse de pesquisa: “Agora venha e faça a festa!” (ENTREVISTADO – ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2019).

Em relação à Internet, além do sítio institucional e do repositório digital⁴², o APESP também está presente nas redes sociais, *Twitter*, *Facebook*, *Youtube* e *Instagram*. O sítio do Arquivo Público do Estado de São Paulo nos dá uma interessante pista sobre quais atividades a instituição considera como difusão. O conteúdo da página está dividido em: gestão documental, acervo, difusão e política de acesso. Conforme é possível visualizar na

⁴¹ Um exemplo é o Núcleo de Formação e Treinamento do Departamento de Gestão do Sistema de Arquivos do Estado de São Paulo, que tem como responsabilidade a elaboração de calendário de cursos, palestras e treinamentos para os recursos humanos do SAESP, a publicação de manuais de normas e procedimentos, assim como a disseminação do conhecimento arquivístico no Estado, entre outras atribuições (SÃO PAULO, Decreto n. 54.276, 2009).

⁴² Disponível em: http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/acervo/repositorio_digital. Acesso em: 07 out. 2019.

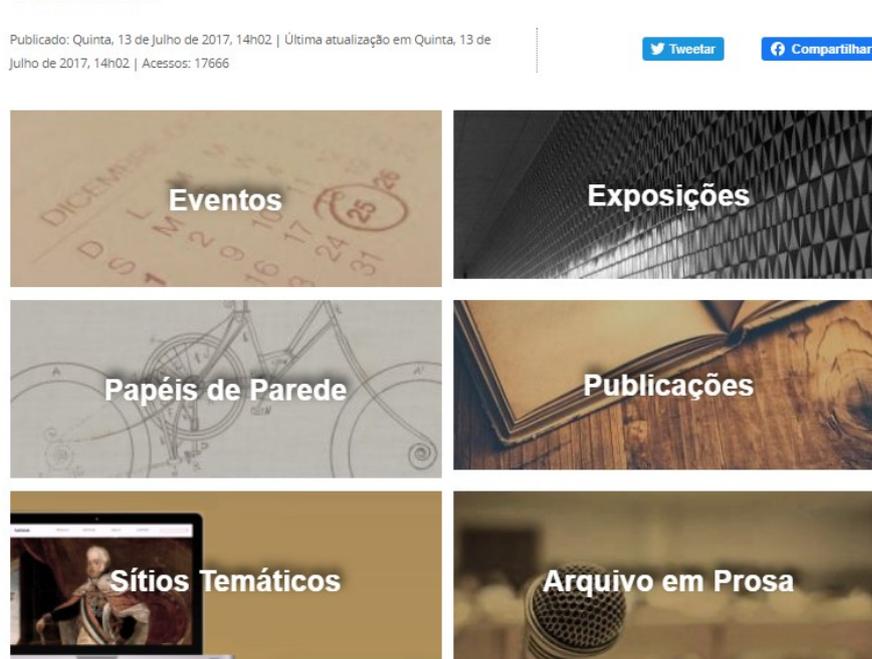
Figura 2, a instituição inclui entre as atividades de difusão a ação educativa, as exposições virtuais, a Revista do Arquivo e os *sítes* temáticos.



Fonte: Sítio institucional do APESP, 2019⁴³.

O portal do Arquivo Nacional possui uma organização semelhante ao APESP (Figura 3). No sítio do AN, na área de difusão encontramos informações sobre seus eventos, publicações, sítios temáticos e exposições, dentre outros conteúdos (ARQUIVO NACIONAL, 2017b).

Figura 3 – Atividades de difusão no sítio institucional do Arquivo Nacional



Fonte: Arquivo Nacional, 2017b⁴⁴.

⁴³ Disponível em: <http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/>. Acesso em: 28 out. 2019.

⁴⁴ Disponível em: <http://arquivonacional.gov.br/br/difusao>. Acesso em: 20 jan. 2020.

A exemplo do Arquivo Nacional, a instituição paulista também possui portais temáticos. Fazem parte da lista de portais do Arquivo Público do Estado de São Paulo o “Imigração em São Paulo”, “Memória da Educação”, “Memória da Imprensa”, “Memória Política e Resistência”, “Última Hora” e “Viver em São Paulo”⁴⁵. Em relação ao *Facebook*, o APESP possui página nessa rede social desde 2011, sendo que utiliza essa ferramenta para difundir seu acervo documental, serviços e produtos. A instituição também busca destacar no *Facebook* suas ações voltadas à gestão de documentos, como, por exemplo, as atividades promovidas pelo Sistema de Arquivos do Estado de São Paulo.

Conforme poderá ser visto nos resultados da análise da página do *Facebook* do APESP, a instituição também promove diversos eventos. Entre eles, podemos destacar palestras, seminários, cursos e treinamentos, além das diversas atividades promovidas durante as edições da Semana Nacional de Arquivos. Com o principal objetivo de capacitar e orientar os servidores e demais funcionários do Estado acerca da gestão documental e de outros temas relacionados aos arquivos, muitos desses eventos tem o foco voltado exclusivamente para a participação dos produtores de documentos do governo estadual paulista⁴⁶. No canal do *Youtube* da instituição é possível visualizar alguns dos eventos que já foram promovidos pelo APESP, como, por exemplo, “II Seminário Documentos Públicos na Era Digital”, “Seminário ‘Arquivos Cidadania Interculturalismo’”, “Mesa-Redonda ‘Desafios dos Arquivos nos Dias de Hoje’”, entre outros⁴⁷.

2.3 Um Arquivo moderno: o Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte

O Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte surgiu com o objetivo de preservar os documentos importantes para os direitos dos cidadãos e narrativas históricas, já que, até 1991, não existia na capital mineira uma instituição arquivística com essa finalidade. Apesar de ter sido uma cidade planejada, Belo Horizonte não deixou de ter problemas documentais comuns a um grande número de municípios brasileiros. A ideia de Arquivo moderno⁴⁸ surgiu a partir do desejo de preservar os documentos caros à sociedade belo-horizontina, mas,

⁴⁵ Disponível em: http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/difusao/sites_tematicos. Acesso em: 28 out. 2019.

⁴⁶ Todavia, de acordo com o técnico entrevistado, algumas vagas também são destinadas à sociedade em geral (ENTREVISTADO – ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2019).

⁴⁷ Disponível em: <https://www.youtube.com/channel/UCdk7tn4ZYRH6aCigYgZAXLw>. Acesso em: 30 out. 2019.

⁴⁸ Na publicação que reuniu os trabalhos apresentados no “Seminário Bases para a Implantação de Arquivo Moderno: o Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte”, que aconteceu em 1990, é possível encontrar a ideia de Arquivo moderno: “Um arquivo moderno não é um depósito de papéis velhos. E não é somente a oficina do historiador. Um arquivo moderno é um centro de divulgação e desenvolvimento científico-cultural, de apoio à administração pública e fonte de prova e informação ao cidadão.” (SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, 1991, s.n.).

acima de tudo, com o propósito de estabelecer uma política de gestão documental para o Poder Executivo da capital mineira, o que, de acordo com Arreguy (2016, p. 205-209), a despeito da atuação do APCBH, ainda é insuficientemente encontrada na Prefeitura de Belo Horizonte (PBH). Todavia, o trabalho de gestão de documentos realizado pela instituição merece destaque, já que o APCBH “[...] se antecipou até mesmo ao CONARQ, iniciando os trabalhos para a construção de sua tabela de temporalidade no ano de 1994, anteriormente à publicação do instrumento federal.” (ARREGUY, 2016, p. 71).

De acordo com Arreguy (2016, p. 72-75), Belo Horizonte foi criada no final do século XIX para substituir a capital da época, Ouro Preto, em oposição ao cenário político predominante antes da República. Para planejar e executar a construção da cidade, foi constituída uma comissão em 1894, a Comissão Construtora da Nova Capital (CCNC), que já possuía em sua estrutura administrativa serviço de arquivo (PARRELA, 2004, p. s.n.). Apesar de ainda estar em obras, em 12 de dezembro de 1897, a cidade foi inaugurada com o nome de Cidade de Minas⁴⁹.

Após a inauguração, a capital mineira passou a ter um organograma próprio e, ao longo dos anos, sua estrutura administrativa cresceu sobremaneira, conforme apresenta Arreguy (2016, p. 75-114). Segundo a autora, esse crescimento trouxe à Prefeitura vários problemas relacionados à produção e acumulação de documentos, já que não havia um programa de gestão documental à época. Os serviços de arquivo estiveram presentes em toda essa trajetória, em alguns momentos foram alvos de maior destaque na PBH, todavia, em grande parte do tempo, foram vítimas de descaso do poder público, tanto pela falta de condições físicas adequadas para o armazenamento dos documentos, quanto pelas eliminações à revelia (PARRELA, 2004).

Além disso, no que diz respeito à preservação dos documentos referentes à história e memória da cidade, o Museu Histórico, atual Museu Histórico Abílio Barreto, teve maior ênfase quando comparado ao Arquivo municipal (PARRELA, 2004, s.n.). Assim, somente no início dos anos de 1990, foi criada uma instituição arquivística com a responsabilidade de recolher, preservar e conceder acesso aos documentos de guarda permanente do Poder Executivo de Belo Horizonte, bem como de implementar uma política de gestão de documentos na PBH (BELO HORIZONTE, Lei n. 5.899; Lei n. 5.900; 1991).

⁴⁹ O antigo Arraial, que foi arrasado para dar lugar à nova capital, chamava-se Curral del Rei desde sua fundação, no início do século XVIII, até a Proclamação da República. Após a Proclamação, o distrito de Sabará passou a chamar-se Bello Horizonte. Nos planos da nova capital, optou-se pelo nome Cidade de Minas, nome que “não pegou”, pois a população e órgãos do governo continuavam a se referir a capital como Belo Horizonte. O que motivou a retomada do nome que havia sido escolhido pelos curralenses para se desvincilhar das lembranças do passado colonial (BARRETO, 1996, p. 723).

A criação do APCBH foi resultado do cenário político da década de 1980, sobretudo em relação ao patrimônio e aos arquivos do município. Naquela época, questões envolvendo a lei de patrimônio cultural de Belo Horizonte estavam sendo discutidas. No segundo semestre de 1989, foi constituída uma comissão com a responsabilidade de desenvolver “[...] estudos visando à elaboração do projeto de criação do Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte.” (ARREGUY, 2016, p. 117). Ao finalizar os estudos, a comissão encaminhou ao Prefeito Pimenta da Veiga os anteprojetos de leis que dispunham sobre a política de arquivos públicos e privados da cidade, assim como sobre a criação do APCBH (ARREGUY, 2016, p. 119). Os anteprojetos foram enviados à Câmara Municipal de Belo Horizonte (CMBH) pelo Prefeito e, em maio de 1991, as leis foram promulgadas.

Desde a sua criação, o Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte está vinculado à área cultural da PBH, inicialmente, subordinado à Secretaria Municipal de Cultura, mais tarde, a partir de 2005, vinculado à Fundação Municipal de Cultura⁵⁰ (ARREGUY, 2016, p. 17). Atualmente, o APCBH é uma Gerência subordinada à Diretoria de Patrimônio Cultural, Arquivo Público e Conjunto Moderno da Pampulha da FMC e possui três coordenações, Coordenação de Arquivos Permanentes, Coordenação de Gestão de Documentos e Coordenação de Conservação e Reprodução de Documentos (BELO HORIZONTE, Lei n. 11.065, 2017)⁵¹. Em relação ao acervo sob a sua custódia, além dos documentos de guarda permanente produzidos pela Prefeitura, o APCBH também é responsável pela guarda de documentos privados que tenham interesse público e social, ademais, por meio de convênios, a instituição guarda, preserva e dá acesso aos documentos permanentes da CMBH.

Apesar de estar presente na área cultural do organograma da Prefeitura de Belo Horizonte, o APCBH sempre teve a gestão de documental como um de seus objetivos principais, até porque para que os documentos de guarda permanente sejam recolhidos à instituição é necessário que exista uma política de gestão de documentos instituída nos órgãos da PBH que trate de questões como, por exemplo, produção, avaliação, classificação e destinação. Entretanto, para uma atuação mais forte no Poder Executivo, acreditamos que o Arquivo deveria ser colocado em uma área estratégica da estrutura administrativa da Prefeitura, como, por exemplo, vinculado ao Gabinete do Prefeito. Atualmente, o APCBH está “escondido” na estrutura administrativa da PBH, além de fazer

⁵⁰ Em 2017, a Secretaria Municipal de Cultura passou a existir novamente no organograma da PBH e, desde então, a FMC está subordinada à Secretaria (BELO HORIZONTE, Lei n. 11.065, 2017).

⁵¹ A Lei n. 11.065, de 1º de agosto de 2017, não apresenta a estrutura administrativa do APCBH (BELO HORIZONTE, Lei n. 11.065, 2017). Encontramos o organograma da instituição no portal da PBH (BELO HORIZONTE, s.d.). Disponível em: <https://prefeitura.pbh.gov.br/fundacao-municipal-de-cultura/arquivo-publico>. Acesso em: 01 out. 2019.

parte da administração indireta. Dessa forma, dificilmente pode se fazer presente efetivamente no Poder Executivo como um órgão responsável pela gestão de documentos de toda a Prefeitura.

A partir das estratégias de gestão de documentos da instituição, iniciamos a apresentação das ações de difusão do APCBH. Dessa forma, será perceptível que a difusão não é praticada somente para a sociedade em geral, mas, também, para os próprios produtores dos documentos, nesse caso, para os servidores da PBH. Ao apresentar algumas propostas de gestão de documentos que o APCBH desenvolveu quando foi criado, Parrela (2004, s.n.) afirma que o Arquivo passou a oferecer cursos e treinamentos para os servidores da Prefeitura, com o propósito de difundir questões relacionadas à gestão de documentos⁵². De acordo com a autora, “este tem sido um esforço contínuo do Arquivo. Sabia-se, desde o início, que não bastava criar as ferramentas de gestão, que um arquivo só se torna vivo e dinâmico na medida em que é reconhecido como o responsável pelo patrimônio documental de sua esfera de atuação.”⁵³ (PARRELA, 2004, s.n.).

Em 2000, Maria do Carmo Andrade Gomes, diretora do APCBH à época, escreveu um trabalho sobre a instituição, no qual apresentou alguns dos seus pontos fundamentais, como, por exemplo, a criação e a missão do Arquivo, o acervo e os serviços, a pesquisa e a divulgação, bem como os desafios e perspectivas para o futuro do APCBH. Em relação à difusão, Gomes (2000, p. 9) enfatizou o “Novos Registros – Banco de Teses sobre BH e MG”⁵⁴ como a principal ação de difusão do Arquivo. Desde 1993, o projeto “[...] promove mensalmente palestra com autores de trabalhos acadêmicos relativos a Belo Horizonte e Minas Gerais. Depois de realizado o evento, um exemplar do referido trabalho passa a compor o banco de teses do APCBH, disponível na sala de consultas.” (GOMES, 2000, p. 9).

Após quase 20 anos da publicação do trabalho de Gomes (2000), o projeto “Novos Registros – Banco de Teses sobre Belo Horizonte” continua sendo uma das principais atividades de difusão do APCBH, o que nos foi relatado durante entrevista com uma das técnicas da instituição, no mês de agosto de 2019 (ENTREVISTADA – ARQUIVO PÚBLICO DA CIDADE DE BELO HORIZONTE, 2019). A metodologia desse projeto contribuiu para que o Arquivo desenvolvesse outras ações de difusão, como, por exemplo, os eventos

⁵² Essa prática também é comum ao Arquivo Nacional e APESP, já que vários eventos (cursos, treinamentos e seminários, dentre outros) e publicações técnicas dessas instituições são voltados exclusivamente para servidores do Estado, com o principal objetivo de capacitá-los para a produção, uso e destinação final dos documentos públicos. Essa estratégia colabora com o entendimento de Bellotto (2014a, p. 58) de que os Arquivos servem à administração e à história.

⁵³ Esses cursos e treinamentos continuam sendo promovidos pela instituição nos dias de hoje.

⁵⁴ Atualmente, o nome do projeto é “Novos Registros – Banco de Teses sobre Belo Horizonte”.

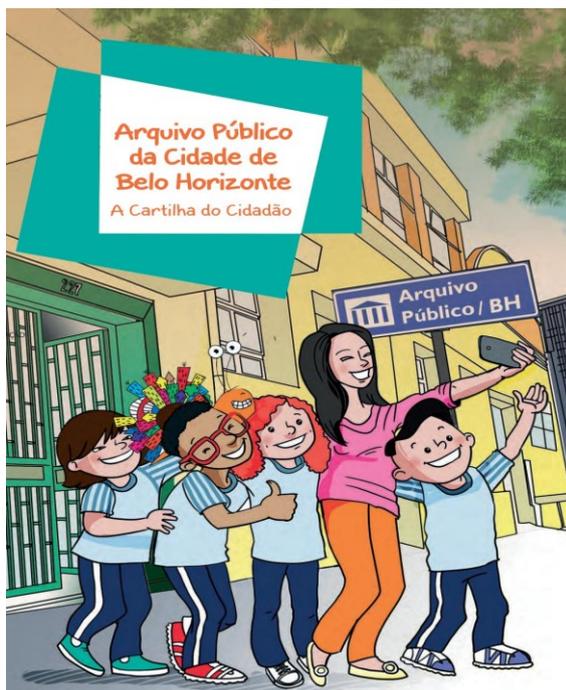
“Visões da Cidade” e “Cidade em Debate”, que discutem temas relacionados ao município (ARQUIVO PÚBLICO DA CIDADE DE BELO HORIZONTE, 2017, p. 43).

Durante a entrevista também conhecemos outras iniciativas de difusão do Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte, como, por exemplo, o projeto “Cestas da Memória”, as “Exposições Itinerantes” e “Exposições Virtuais” e o “Seminário de Gestão de Documentos”. Também nos foi apresentada à produção editorial da instituição, como, por exemplo, a “Coleção História de Bairros de Belo Horizonte” e a série “O Arquivo e a Cidade”, assim como a “Revista Eletrônica do Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte – REAPCBH”, entre outras. Além dessas publicações, o Arquivo também produz sistematicamente instrumentos de pesquisa, como, por exemplo, guia do acervo, inventários e catálogos, que são fundamentais para o acesso qualificado aos documentos pelos consulentes.

Ainda em relação à principal atividade de difusão do APCBH, a entrevistada também destacou a série “O Arquivo e a Cidade”, já que, a partir dessa iniciativa, outras instituições podem conhecer as metodologias de trabalho do Arquivo, como, por exemplo, a gestão de documentos e os projetos culturais, como o “Cestas da Memória” e o “Novos Registros – Banco de Teses sobre Belo Horizonte”. Essa série é resultado das festividades do aniversário de 25 anos da instituição, o qual foi comemorado em 2016, quando foram publicados os volumes “Entre lembranças e fotografias: a experiência do Cestas da Memória”, “Guia do Acervo do Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte” e o “Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte: a cartilha do cidadão” (ARQUIVO PÚBLICO DA CIDADE DE BELO HORIZONTE, 2016b, p. 222-223).

Entre essas publicações destacamos o número destinado ao público infantil, “Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte: a cartilha do cidadão”. Nessa publicação, a mascote da instituição, o Beloricol, um caracol que carrega nas costas uma “casinha”, a cidade de Belo Horizonte, ao longo da narrativa, apresenta ao leitor a história do APCBH, o acervo documental custodiado pelo Arquivo e as atividades técnicas que a instituição desenvolve. Além disso, a mascote também faz a conexão dos documentos sob a guarda do Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte com os direitos dos cidadãos. Essa iniciativa faz com que as crianças compreendam a importância dos documentos para diversas ações que permeiam suas vidas (ARQUIVO PÚBLICO DA CIDADE DE BELO HORIZONTE, 2016a).

Figura 4 – "Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte: a cartilha do cidadão"



Fonte: Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte, 2016a.

A capa dessa Cartilha (Figura 4) apresenta uma turma que participa de uma visita ao Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte e que registra esse momento com uma *selfie*. A esse respeito, apesar de não ter sido o foco desta pesquisa, durante a coleta de postagens no *Facebook*, percebemos que as instituições arquivísticas também produzem muitos documentos fotográficos por conta de suas atividades, sobretudo em decorrência da promoção de visitas monitoradas e técnicas. Assim, depois do compartilhamento das fotografias que fazem parte dos conjuntos documentais custodiados pelos Arquivos, as visitas e eventos são as ações de difusão nas redes sociais, especialmente no *Facebook*, que mais empregam o documento fotográfico.

A realização de visitas também teve ênfase na fala da entrevistada do Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte. A instituição recebe frequentemente alunos do ensino fundamental das redes pública e privada de educação de Belo Horizonte em suas dependências, apesar dos empecilhos físicos do seu atual prédio, como, por exemplo, a falta de acessibilidade. Além desse público, o Arquivo também recebe visitas de alunos da Educação de Jovens e Adultos, de cursos profissionalizantes e técnicos, assim como alunos de graduação e demais interessados. As visitas são formuladas de acordo com o propósito de cada grupo, todavia, normalmente, os visitantes conhecem um pouco sobre a história do APCBH, visitam as áreas técnicas e os depósitos de armazenamento dos documentos, bem como são orientados acerca das potencialidades do acervo e das formas de consulta aos documentos.

De acordo com a técnica do Arquivo, a década de 1990, além de marcar a criação do projeto “Novos Registros – Banco de Teses sobre Belo Horizonte”, caracterizou-se também pela inserção do APCBH em questões relacionadas à educação patrimonial. Desde os seus primeiros anos, a instituição passou a ser procurada por estudantes do ensino fundamental interessados na história da cidade. Assim, algumas de suas ações de difusão foram motivadas pela presença desses alunos, como, por exemplo, a publicação da “Coleção História de Bairros de Belo Horizonte” e a elaboração do material “Momentos de uma Capital Centenária”, assim como as visitas monitoradas, que, ao longo dos anos, se tornaram constantes no Arquivo (RIBEIRO; TORRE, 2012).

De acordo com Parrela (2013b, p. 112-113), a atuação educativa do APCBH foi influenciada pela experiência arquivística francesa. A autora destaca algumas das atividades que a instituição desenvolveu entre os anos de 1995 e 1997, como, por exemplo, o lançamento de dois *kits* pedagógicos que eram compostos por fotografias, um deles é o “Momentos de uma Capital Centenária”, o outro é o “BH – Imagem e Memória”⁵⁵. Também eram promovidas oficinas, exposições itinerantes e visitas guiadas. A autora explica que, como naquela época o Arquivo não tinha uma sede própria⁵⁶, as visitas aconteciam “ao contrário”, ou seja, a instituição ia até as escolas. De acordo com Barbosa (2013, p. 48), em um primeiro momento essa atividade foi intitulada “O Arquivo vai à Escola”, entretanto, quando colocada em prática, passou a ser nomeada como “Arquivo Vivo – Uma proposta educativa”.

Ainda de acordo com a autora, essa atividade se estendeu para o público universitário a partir de 1994. Nessa nova configuração, o objetivo do projeto era discutir a “[...] importância do patrimônio documental da cidade como representação da sociedade, estimulando o debate a partir de elementos que colocassem em discussão o conceito de documento e de História.” (BARBOSA, 2013, p. 48). Duas grandes temáticas eram abordadas na atividade, o “ensino de História e a pesquisa” e o “uso de documentos no ensino de História”. Barbosa (2013, p. 48) afirma que, até o segundo trimestre de 1994, a proposta atendeu alunos do curso de História da Fafi-BH (Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Belo Horizonte), posteriormente, Centro Universitário de Belo Horizonte, além de ter sido “[...] realizada com professores dos ensinos fundamental e médio ligados à Secretaria de Educação de Contagem.” (BARBOSA, 2013, p. 48).

⁵⁵ Os documentos fotográficos foram empregados pelo APCBH desde a sua primeira década, sobretudo enfatizando as relações entre fotografia, memória e cidade, configuração que ainda é encontrada nas iniciativas da instituição que envolvem sua aproximação à sociedade belo-horizontina.

⁵⁶ Em 1997, o APCBH mudou-se para um prédio alugado que fica próximo ao centro comercial de Belo Horizonte, local que ainda hoje abriga a instituição (PARRELA, 2013b, p. 113).

Os primeiros anos do Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte também são marcados pela atuação da instituição na realização de exposições. Segundo Barbosa (2013, p. 47-48), em 1992, foi lançada a exposição “Belo Horizonte: Arquivo e História” em comemoração ao aniversário de 95 anos da capital mineira. Ainda de acordo com a autora, essa iniciativa permaneceu ao longo dos anos. Entre 2005 e 2008, por exemplo, foram promovidas exposições itinerantes em alguns pontos da cidade, por meio do convênio “Gestão, preservação e divulgação do APCBH: exposições itinerantes dos acervos e serviços”, o qual foi firmado entre o Arquivo, a Fundação Municipal de Cultura e a extinta Associação Cultural do Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte⁵⁷.

Recentemente, a instituição tem investido na realização de exposições virtuais que contemplam sobretudo os documentos cartográficos sob a sua custódia⁵⁸. Já foram lançadas duas exposições nesses moldes, a “Exposição Virtual Cartografia Histórica da Regional Barreiro” e a “Exposição Virtual Cartografia Histórica da Regional Centro-Sul” (ARQUIVO PÚBLICO DA CIDADE DE BELO HORIZONTE, 2019). Na lista de exposições itinerantes, encontramos as seguintes exposições: “Caminhos, trilhos, sinais: uma história reinventada a cada dia: 15 anos do Arquivo Público de Belo Horizonte e da BHTRANS⁵⁹” (2006), “Entre a receita e a despesa, entre pagamentos e dívidas: registros inéditos da história de Belo Horizonte no acervo da Secretaria da Fazenda” (2007) e “Preservação e Difusão da Memória Arquitetônica de Belo Horizonte” (2007), entre outras (ARQUIVO PÚBLICO DA CIDADE DE BELO HORIZONTE, 2018b).

O vídeo institucional do APCBH também é uma ação de difusão voltada para o público infanto-juvenil, denominado “Vídeo Documento: Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte”, esse material foi produzido com patrocínio obtido por meio da Lei Municipal de Incentivo à Cultura, em parceria com a Associação Cultural do APCBH, e lançado em 2003. Nas cenas do vídeo, um menino chamado Davi visita o APCBH para fazer uma pesquisa escolar e durante sua narrativa apresenta a instituição, seu acervo e serviços, além de destacar a importância do Arquivo para a cidade (RIBEIRO; TORRE, 2012, p. 75-76). De acordo com Parrela (2013b, p. 113),

o arquivo é tratado nos onze minutos do vídeo como patrimônio da cidade, importante para os cidadãos não apenas pelo seu valor histórico, mas também por garantir direitos. As estratégias idealizadas para a divulgação do trabalho também foram inovadoras, contando com apoio da Secretaria

⁵⁷ A Associação Cultural do APCBH (ACAP- BH) foi criada em 1999 e extinta em 2017.

⁵⁸ O APCBH possui a guarda uma grande quantidade de documentos cartográficos, com destaque para os projetos arquitetônicos de diversos locais de Belo Horizonte. Esse acervo permite que a instituição seja procurada, entre outros consulentes, por cidadãos em busca de direitos relacionados à construção civil, bem como por estudantes de cursos de Arquitetura (ARQUIVO PÚBLICO DA CIDADE DE BELO HORIZONTE, 2018a).

⁵⁹ BHTRANS é a sigla de Empresa de Transportes e Trânsito de Belo Horizonte S/A.

Municipal de Educação na organização das palestras de lançamento em sua sede e em vários outros espaços da cidade, e prevendo o plano de distribuição, que exigia a ida de um funcionário da escola ao Arquivo para buscar material. Isso garantiu o sucesso do produto. O vídeo foi distribuído para praticamente todas as escolas da cidade. Após receber o prêmio “Rodrigo Melo Franco de Andrade”, do Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), em 2004, como a melhor atividade de Educação Patrimonial, ganhou nova tiragem e teve sua distribuição ampliada para a região metropolitana.

Entre as publicações voltadas para a educação, merece destaque a cartilha “Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte: informação e memória”. Publicada em 2007, o objetivo dessa cartilha é apresentar a instituição, a partir de seu acervo documental, serviços e atividades, além disso, a publicação também oferece aos professores “[...] sugestões para o uso de documentos na sala de aula.”. (PARRELA, 2013b, p. 113). Além desse material, a já mencionada “Coleção História de Bairros de Belo Horizonte” também contempla as ações de cunho educativo da instituição. A proposta dessa publicação iniciou em 1999, porém, somente em 2008, os primeiros livros da Coleção começaram a ser publicados. A “Coleção História de Bairros de Belo Horizonte” possui nove exemplares, cada um deles abrange os bairros de determinada regional da capital mineira. Segundo Parrela (2013b, p. 114),

para dar conta de quase 300 bairros, construiu-se uma metodologia focada na leitura documental, para estimular a compreensão das informações contidas nos documentos e de suas distintas linguagens, a partir do cruzamento de fontes e da crítica interna e externa dos documentos. Buscou-se privilegiar o aluno como protagonista do processo de aprendizagem, por meio da oferta de várias tipologias documentais e de atividades distintas que exploram as temporalidades e os atores do processo histórico.

Nas comemorações dos 20 anos do Arquivo Público de Belo Horizonte, a partir de 2010, a instituição formulou um projeto de forma que a data não fosse somente mais um dia festivo e sim um momento de reflexão crítica de seu trabalho. Nesse sentido, Parrela (2013b, p. 114) apresenta algumas das mudanças que foram feitas. Em relação à educação patrimonial, podem ser citadas a reformulação dos *kits* pedagógicos utilizados nas atividades de cunho educativo e a inclusão de questões que envolvem a conservação dos documentos durante as visitas guiadas.

Mais tarde, em 2013, o Arquivo lançou a publicação “Educação para o Patrimônio Cultural: formação de jovens mediadores e multiplicadores”, que é resultado de um projeto promovido por algumas instituições culturais de Belo Horizonte, entre elas, o Museu Histórico Abílio Barreto. Nesse projeto, foram abordados temas relacionados às metodologias de educação patrimonial, além de ter sido uma oportunidade para pensar a cidade enquanto um espaço que pode ser apropriado pelas práticas de educação patrimonial (PARRELA, 2013b, p. 114).

Atualmente, o Arquivo desenvolve o evento “Encontro de Formação do Educativo APCBH”, no qual são debatidos temas caros à educação patrimonial e à mediação cultural. Nesse encontro, normalmente, o palestrante apresenta determinada pesquisa para uma plateia composta por mediadores de Arquivos, museus e centros de memória de Belo Horizonte. Compreendemos que, além de ser um espaço de compartilhamento de experiências, essa iniciativa é fundamental para discutir o papel do mediador nesses lugares de memória. Além desse evento, destacamos também a Semana Nacional de Arquivos, no qual, desde 2017, o APCBH oferece ao público ações de difusão, como, por exemplo, cursos, palestras, exposições e visitas monitoradas, entre outras.

Em relação à Internet, entre 1999 e 2017, o APCBH possuía um sítio institucional próprio⁶⁰, entretanto, a partir da atual gestão da Prefeitura, a instituição teve os conteúdos desse sítio migrados para o portal da PBH⁶¹. Essa política de comunicação não aconteceu somente com o Arquivo, outros órgãos do Poder Executivo também perderam seus sítios institucionais. Essa situação ocorreu devido ao interesse da Prefeitura em centralizar seus serviços em um só ambiente, com a finalidade de facilitar a busca dos cidadãos⁶². Uma das desvantagens dessa política relaciona-se à atualização dos conteúdos do portal, a qual é feita apenas pela Subsecretaria de Comunicação Social da Secretaria Municipal de Assuntos Institucionais e Comunicação Social, assim, o APCBH perdeu autonomia no compartilhamento de informações em sua página institucional na Internet.

Em relação ao acesso remoto aos documentos custodiados pelo Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte, até pouco tempo atrás, a instituição possuía o Sistema de Acesso do APCBH, no qual era possível acessar diversos documentos, entretanto, essa plataforma foi desativada devido a problemas técnicos. Ainda assim, na página do *Facebook* da instituição, os interessados em conhecer itens do acervo documental do Arquivo sem sair de casa podem prestigiar alguns dos documentos sob a guarda do APCBH (ARQUIVO PÚBLICO DA CIDADE DE BELO HORIZONTE, 2016c, p. 235).

O *Facebook* é a única rede social que a instituição possui, sendo que sua criação demandou pesquisa e planejamento, o que resultou em uma proposta encaminhada à Fundação Municipal de Cultura em 2012, a qual foi aprovada e o APCBH passou a ser o primeiro equipamento cultural da FMC a ter uma página nessa rede social. Em sua página no *Facebook*, o Arquivo compartilha seus eventos e serviços, todavia, o principal objetivo da página é a difusão de seu acervo documental (ARQUIVO PÚBLICO DA CIDADE DE BELO

⁶⁰ O APCBH foi o primeiro equipamento cultural da Prefeitura a contar com um sítio.

⁶¹ Disponível em: <https://prefeitura.pbh.gov.br/>. Acesso em: 07 out. 2019.

⁶² De acordo com o técnico do Arquivo Nacional, essa também é a intenção do governo federal. Dessa forma, muito provavelmente, o AN perderá seu sítio institucional e seus conteúdos serão migrados para o portal do governo (ENTREVISTADO – ARQUIVO NACIONAL, 2019).

HORIZONTE, 2012). Em 2017, a instituição correu o risco de ter sua página no *Facebook* desativada devido à nova política de comunicação da Prefeitura, entretanto, os técnicos do APCBH apresentaram à Secretaria Municipal de Cultura e à FMC justificativas para que essa ação não fosse realizada. Os argumentos da instituição foram baseados na importância que a página tem para a visibilidade do Arquivo na sociedade, sobretudo em relação ao acervo documental e eventos promovidos pelo APCBH. Vários órgãos da Prefeitura perderam suas páginas nessa rede social, entretanto, o Arquivo logrou êxito nessa questão.

Em relação ao lugar da difusão na estrutura interna do Arquivo, com as alterações do organograma da PBH a partir de 2017, o Departamento de Tratamento, Pesquisa e Acesso foi extinto e foi criado o Setor de Pesquisa, Difusão Cultural e Educação Patrimonial. Apesar desse setor ter diversas responsabilidades, atualmente, apenas três pessoas realizam todos os seus serviços. Ainda assim, o Setor de Pesquisa, Difusão Cultural e Educação Patrimonial recebe contribuição dos técnicos das coordenações do Arquivo em demandas específicas, como, por exemplo, na elaboração de publicações e durante as visitas monitoradas.

3 DOCUMENTOS FOTOGRÁFICOS NA ARQUIVOLOGIA E NOS ARQUIVOS

“[...] a fotografia apenas aguardava pela sua descoberta.”.
Boris Kossoy

Neste capítulo, apresentaremos muito rapidamente o contexto de criação da fotografia e os principais usos dessa técnica ao longo dos anos⁶³. Para, em seguida, refletirmos sobre o documento fotográfico enquanto documento arquivístico, bem como acerca dos desafios impostos por esse gênero documental à Arquivologia. Para isso, tanto teoria quanto prática arquivísticas entrarão em diálogo, já que também será apresentado o cenário dos documentos fotográficos nos Arquivos, principalmente o prisma brasileiro, a partir das instituições analisadas nesta pesquisa.

Imagine as reações das pessoas do século XIX quando o primeiro documento fotográfico foi feito. Muito se sabe da polêmica em torno da pintura e da fotografia. Enquanto alguns acreditavam que esta libertava a arte da perfeição, outros pensavam que seria a decadência da pintura. Além disso, muitos consideravam a fotografia apenas como técnica, descredenciando a sua característica artística. Apesar disso, hoje sabemos que pintura e fotografia permaneceram como formas de registro de imagens, cada uma ocupando um espaço diferente em nossas vidas.

Para André Rouillé (2009, p. 16), a fotografia surgiu com a sociedade industrial, em um momento de efervescência das metrópoles e da economia, transformações na indústria, espaço, tempo, comunicações e democracia. Rouillé (2009, p. 30-31) postula que, além da sociedade industrial nascente do século XIX possibilitar que a fotografia surgisse, ela também foi responsável pelo desenvolvimento e contornos da técnica, bem como por se servir dela, visto que a fotografia foi empregada para documentar uma série de coisas.

A história da fotografia é composta por diversos sujeitos que sonharam com a possibilidade de registrar o tempo em imagens. Sontag (2004, p. 104) relata que o inglês Fox Talbot teve a ideia de criar a técnica fotográfica enquanto desenhava uma paisagem em viagem à Itália, em 1833. Benjamin (2012, p. 97) afirma que o desejo por uma invenção que fixasse imagens já era conhecido pelo menos desde o Renascimento, todavia, foi em 1839 que o Estado francês apresentou oficialmente a fotografia à sociedade, tornando-a de domínio público.

Nas páginas iniciais do livro de Boris Kossoy (2006), Rodríguez (2006, p. 11-20) afirma que apresentar a história da fotografia a partir de uma perspectiva das metrópoles é

⁶³ Não fizemos diferenciação entre fotografia analógica e fotografia digital. Os processos fotográficos mudaram, todavia, de maneira geral, fotografar continua tendo a mesma essência, ou seja, registrar, guardar e mostrar um recorte de tempo distante de nós.

um indicativo de poder. Mostrar que a fotografia também foi pensada e criada na América Latina, especificamente no Brasil, é abandonar um cenário considerado normal em relação à criação de uma invenção, que, muitas vezes, tem sua origem em países europeus. Foi o que fez Kossoy (2006) ao desenvolver pesquisas sobre Antoine Hercule Romuald Florence, inventor da fotografia que residia no Brasil, em São Paulo.

Florence era um jovem francês desenhista que nasceu em 1804, em Nice. Com um grande interesse em conhecer lugares distantes do continente europeu, em 1824, Florence saiu da Europa com destino ao Brasil e, depois de 45 dias de viagem, chegou ao Rio de Janeiro. Mais tarde, teve a oportunidade de fazer uma viagem pelo interior do Brasil, do Tietê ao Amazonas, em uma expedição do médico e naturalista Langsdorff, na qual desempenhou o ofício de desenhista. No ano de 1830, Florence casou-se e passou a residir na vila de São Carlos, atual cidade de Campinas, em São Paulo (KOSSOY, 2006, p. 43-66).

Durante a Expedição Langsdorff, Florence fez diversas observações e, em 1829, ao retornar para casa, escreveu um ensaio sobre os sons que os animais produzem. Sua ideia era publicar o trabalho, entretanto, o francês encontrou dificuldades, já que na época havia apenas uma tipografia e dois jornais em São Paulo. Por este motivo, Florence passou a pesquisar sobre um novo modelo de impressão, e, em 1830, criou o processo *polygraphie*. Esta invenção fez com que Hercule Florence passasse a estudar outros processos de impressão e tivesse a ideia de usar a luz do sol para alcançar seus objetivos (KOSSOY, 2006, p. 69-81).

Além de inventor, Hercule Florence também foi comerciante, desenhista, pintor e escritor, entre outros ofícios. Sua capacidade artística foi reconhecida por Afonso d'Escragnolle Taunay, que considerou Florence patriarca da iconografia paulista, sobretudo por conta dos registros de roupas, hábitos e habitações de tribos indígenas, além de aspectos da fauna e flora brasileira, feitos pelo francês durante a Expedição Langsdorff (KOSSOY, 2006, p. 99).

Em 15 de janeiro de 1833, Florence registrou suas primeiras anotações sobre fotografia. Na ocasião, o francês mencionou que uma folha de papel poderia ser coberta por nitrato de prata e colocada na câmara escura, assim, uma imagem poderia ser registrada permanentemente. Passados cinco dias do registro dessas anotações, Florence fez a experiência e, após quatro horas de espera, obteve o registro da vista de sua janela. Apesar de a experiência datar de 1833, Florence já tinha esse conhecimento desde 1832, quando o boticário Joaquim Corrêa de Mello lhe falou sobre as propriedades do nitrato de prata (KOSSOY, 2006, p. 170-174).

De acordo com Kossoy (p. 197-201), foi possível encontrar nas anotações de Florence o termo *photografie* como forma de nomear sua invenção no dia 15 de agosto de

1832, todavia, essa informação teria sido colocada posteriormente a essa data. Entretanto, Kossoy (2006, p. 201) conseguiu encontrar os termos *photografie* e *photographia* (em português) em outros documentos de Florence que datam de 1834, o que levaram o autor a comprovar que Hercule Florence foi o primeiro inventor a utilizar o termo *photografie*, visto que Niépce utilizou o termo *heliographie*; Daguerre nomeou seu invento de *daguerreotypie*; Talbot denominou sua invenção de *calotype* e, posteriormente, de *talbotype* (KOSSOY, 2006, p. 197).

Após 1833, Florence continuou aprimorando a invenção, entretanto, ao descobrir que os franceses haviam apresentado processo semelhante ao que ele tinha feito no Brasil, deixou de investir em estudos relacionados à fotografia. Ao fazer declarações sobre a poligrafia e a fotografia na imprensa brasileira, Florence admitiu que não iria disputar o pioneirismo da criação da fotografia com ninguém, já que mais de uma pessoa poderia ter a mesma ideia (KOSSOY, 2006, p. 227-231).

Em relação ao cenário europeu, segundo Freund (1993, p. 25-26), o político francês François Arago foi o responsável por propor à Câmara dos Deputados que o Estado adquirisse a invenção da fotografia, sobretudo por conta de sua importância para as áreas científicas e artísticas. A autora concorda que toda a invenção está atrelada a uma série de experiências e conhecimentos anteriores, nesse sentido, Freund (1993, p. 26-27) apresenta Nicéphore Niépce, que, de acordo com ela, foi o inventor da fotografia. Niépce nasceu em 1765 e pertencia à burguesia intelectual francesa, assim, teve a oportunidade de dedicar-se ao conhecimento e às invenções. Inspirado na litografia, invenção que chegou à França em 1814, e na Química, ciência que estava na moda à época, Niépce começou a fazer experimentos na tentativa de reter imagens de maneira permanente.

O objetivo de Niépce foi alcançado pela primeira vez em 1824, entretanto, de modo rudimentar. Mais tarde, o pintor Daguerre foi o responsável por aperfeiçoar o experimento de Niépce, sobretudo após a morte deste, em julho de 1833. A invenção de Daguerre, o daguerreótipo, foi comprada pelo Estado francês, que a tornou pública em uma sessão da Academia de Ciências, em 19 de agosto de 1839. Assim, os interessados pela fotografia estariam livres para explorar e desenvolver a invenção, o que foi notado após a apresentação da fotografia, visto que houve uma grande agitação em Paris. À época, já era possível ver pela cidade pessoas com aparelhos, instrumentos e acessórios para registrar imagens (FREUND, 1993, p. 27-29).

Naquele momento, fotografar requeria do fotógrafo a espera de algum tempo para capturar a imagem. Uma pose, por exemplo, poderia demorar meia hora. Os equipamentos usados para fotografar eram pesados e tinham alto valor, além disso, o daguerreótipo não permitia a geração de cópias. Esses fatores aliados ao interesse das pessoas pela fotografia

fizeram com que a técnica fosse reformulada e com isso, ao longo dos anos, os preços dos equipamentos e acessórios fotográficos diminuíram (FREUND, 1993, p. 30).

Os interesses comerciais de Daguerre contribuíram para que rapidamente a fotografia alcançasse outros países europeus, assim como os Estados Unidos da América. Neste país, foram enviados representantes da invenção francesa para fazerem exposições e cursos sobre a nova técnica. De acordo com Freund (1993, p. 31, tradução nossa), “na jovem democracia americana, esse novo meio de autorrepresentação correspondia perfeitamente ao entusiasmo do pioneiro, orgulhoso de seu sucesso.”⁶⁴.

Para Sontag (2004, p. 41), fotografar relaciona-se com a atribuição de importância a algo e, além disso, com o registro do belo (SONTAG, 2004, p. 41). A autora afirma que descobrimos a beleza por meio das fotos, jamais a feiura, visto que é o belo que nos move a fotografar. O próprio nome pelo qual Fox Talbot registrou a fotografia em 1841 é um indicativo disso, já que o termo calótipo tem sua raiz linguística na palavra grega *kalos* que significa belo. Ainda assim, de acordo com Sontag (2004, p. 101), “ninguém exclama: ‘Como isso é feio! Tenho de fotografá-lo’. Mesmo se alguém o dissesse, significaria o seguinte: ‘Acho essa coisa feia... bela’.”.

Assim, quais teriam sido os focos de importância e de beleza merecedores de serem registrados pela fotografia à época de sua criação? Ao discorrer sobre como a fotografia e o dispositivo fotográfico foram utilizados pela sociedade industrial, Rouillé (2009, p. 38) afirma que eles foram empregados como forma de alcançar uma utopia enciclopédica, ou seja, o que era visível no mundo era também fotografado, reduzido ao tamanho de um álbum e colocado à consulta em alguns locais como, por exemplo, laboratórios científicos e salões frequentados por burgueses.

A todo instante tentamos classificar e organizar a profusão de coisas do mundo que nos rodeia, essa sistemática também abarcou os processos fotográficos. Os indivíduos que quiseram acompanhar as transformações do mundo, como, por exemplo, arqueólogos, engenheiros, arquitetos e médicos, confeccionaram álbuns fotográficos com a finalidade de organizar o mundo visível, separando e associando os documentos fotográficos em “[...] séries classificadas de clichês.” (ROUILLÉ, 2009, p. 38). Dessa forma, ao contrário da obra de arte que tem como principal finalidade a contemplação, as imagens fotográficas foram consumidas, ou seja, “[...] consultadas, arquivadas, utilizadas.” (ROUILLÉ, 2009, p. 38).

⁶⁴ “En la joven democracia americana, ese nuevo medio de autorrepresentación correspondía perfectamente al afán de los pioneros, orgullosos de su éxito.” (FREUND, 1993, p. 31).

Os álbuns também foram utilizados para registrar as missões fotográficas, como, por exemplo, a Missão Heliográfica Francesa que aconteceu em 1851 (ROUILLÉ, 2009, p. 106). Todavia, foi nas famílias que o álbum encontrou um lugar notável.

O álbum não é apenas o lugar das fotos de família, como as revistas, os *outdoors* ou as paredes das galerias são para as fotografias de imprensa, de publicidade ou de arte. Sua particularidade é de ser o ponto de encontro dos indivíduos com sua própria imagem e com a de seus próximos. Composto de momentos solenes, o álbum tece uma memória de família. Uma memória lacunar, em forma de esquecimento e de ficção nostálgica. (ROUILLÉ, 2009, p. 186-187, grifo do autor).

Nos álbuns, os documentos fotográficos ganharam sentido ao serem ordenados, organizados, colados ou mesmo recortados. Além disso, as legendas se tornaram fundamentais para narrar as memórias e os sentidos almejados por seu produtor (ROUILLÉ, 2009, p. 187). Para Sontag (2004, p. 19), “um álbum de fotos de família é, em geral, um, álbum sobre a família ampliada – e, muitas vezes, tudo o que dela resta.”

A fotografia surgiu no mesmo período que as cidades modernas, por isso elas possuem estreita relação. Empregada para representar a cidade, a fotografia foi utilizada para registrar “[...] monumentos, retratos ou nus, clichês científicos ou de polícia, de canteiros de obras ou de acontecimentos [...]” (ROUILLÉ, 2009, p. 43). Entretanto, Rouillé (2009, p. 45-46) destaca que, inicialmente, a fotografia registrava a cidade sem seus atores, já que o objetivo era registrar o que ficava para trás e os avanços do novo que adentrava a cidade. Somente a partir da Comuna de Paris que a fotografia encontrou as pessoas.

Na sociedade industrial, “a fotografia afirma-se ao ritmo das profundas mudanças do espaço, do tempo e do horizonte do olhar, que acompanham o desenvolvimento da ferrovia e da navegação a vapor.” (ROUILLÉ, 2009, p. 81). Assim, a técnica foi utilizada para registrar lugares desconhecidos por seus espectadores e que, muitas vezes, nunca seriam por eles conhecidos, como, por exemplo, as Pirâmides do Egito.

Ainda no que diz respeito à utilidade da fotografia, em 1839, já eram apontadas por François Arago quais áreas poderiam fazer uso da técnica moderna, como, por exemplo, pintura, astronomia, fotometria, topografia, fisiologia, medicina, meteorologia e arqueologia. Todavia, foi na astronomia e na micrografia que o aparelho fotográfico foi primeiramente empregado (ROUILLÉ, 2009, p. 109). Ainda assim, a fotografia contribuiu sobretudo na área médica, modificando as formas de ver e de apresentar os corpos (ROUILLÉ, 2009, p. 114).

A fotografia se inseriu no meio comercial e industrial no período entreguerras, principalmente a partir do ano de 1920. Uma de suas funções nos periódicos foi o de ilustração, o que, na visão da época, proporcionou que o texto jornalístico fosse mais bem compreendido quando acompanhado de um documento fotográfico. Mais tarde, foi acrescida à fotografia a função de informar, sendo empregada sobretudo para documentar os anos de

1920 e a Guerra do Vietnã. Nesse período, surgiu a figura do fotorrepórter ou fotojornalista, como é mais usado no Brasil (ROUILLÉ, 2009, p. 123-126).

De acordo com Freund (1993, p. 95-96), a primeira vez que uma foto apareceu em um jornal foi em março de 1880, nos Estados Unidos da América. Mais tarde, em 1904, foi a vez de um jornal ilustrar suas páginas somente com documentos fotográficos, trata-se do jornal inglês *Daily Mirror*. Essa experiência foi realizada por outros periódicos, como, por exemplo, no jornal norte-americano *Illustrated Daily News*, que, em 1919, publicava apenas fotos. A fotografia no jornal proporcionou aos cidadãos menos favorecidos uma janela do mundo, inaugurando, assim, uma mídia de massa, que pouco tempo depois seria usada pela propaganda.

Ao contrário do retrato que foi inaugurado na França, a história do jornalismo fotográfico (ou fotojornalismo) foi impulsionada na Alemanha, onde trabalharam os primeiros repórteres fotográficos (FREUND, 1993, p. 99). Esse movimento estabeleceu-se ao longo dos anos de 1920, todavia, com a ascensão de Hitler ao governo surgiram muitas dificuldades para manter os anos de ouro do jornalismo fotográfico na Alemanha. Felizmente, a experiência moderna alemã foi propagada para outros países, como, por exemplo, França, Inglaterra e Estados Unidos da América (FREUND, 1993, p. 111-112).

A experiência norte-americana com a fotografia na imprensa certamente esbarra na criação da revista *LIFE*, que foi produzida pela primeira vez em 1936. Sua principal característica era ser composta basicamente por documentos fotográficos. Os criadores da *LIFE* foram inspirados, sobretudo, pelas iniciativas do jornalismo fotográfico alemão e da revista francesa *Vu*. Em 1972, a *LIFE* deixou de ser produzida, por conta da diminuição de patrocinadores, assim como pelo avanço da televisão (FREUND, 1993, p. 132). Apesar de não ter logrado êxito, alguns anos mais tarde, uma nova versão da revista voltou a circular.

Nos anos de 1950, as revistas de escândalos tornaram-se populares na Itália, assim, surgiu uma nova classe de fotógrafos: os *paparazzi*. Estes se tornaram responsáveis por registrar imagens de pessoas famosas em sua vida privada, sobretudo em situações comprometedoras (FREUND, 1993, p. 163). Além disso, à época, os tabus sexuais começaram a desaparecer, o que favoreceu a publicação de revistas voltadas para a exposição de corpos nus, como, por exemplo, a revista *Playboy*, que foi publicada pela primeira vez em 1953 (FREUND, 1993, p. 165).

Encontrada na ciência, indústria, família e comércio, essa técnica, que registra uma fração de tempo distante de nós, passou a fazer parte da teia de significados que criamos e modificamos dia após dia. Quando a saudade aperta, nos documentos fotográficos encontramos a calma, a lembrança de um amigo ou parente, de um amor antigo. Ao fim de um relacionamento, muitos objetos que marcaram aquele amor têm o descarte como

destino certo, o que pode igualmente ocorrer com os documentos fotográficos, antes, porém, é preciso rasgá-los em pequenos pedaços, como se aquele antigo amor também estivesse sendo destruído.

Para Rouillé (2009, p. 187-188), “a força de um ressentimento pode de fato conduzir à mutilação de uma imagem por supressão ou por corte, ou pela sua retirada do álbum. Esses atos iconoclastas, ditados pelo sofrimento ou pelo rancor, mostram a dimensão das paixões concentradas sobre as imagens, mas também a força que elas contêm.”. Outra relação que estabelecemos com a fotografia é o movimento do tempo, do envelhecimento que nos atinge.

Por meio das fotos, acompanhamos de maneira mais íntima e perturbadora o modo como as pessoas envelhecem. Olhar para uma velha foto de si mesmo, de alguém que conhecemos ou de alguma figura pública muito fotografada é sentir, antes de tudo: como eu (ela, ele) era muito mais jovem na época. A fotografia é o inventário da mortalidade. Basta, agora, um toque do dedo para dotar um momento de uma ironia póstuma. As fotos mostram as pessoas incontestavelmente presentes *num lugar* e numa época específica de suas vidas; agrupam pessoas e coisas, que, um instante depois, se dispersaram, mudaram, seguiram o curso de seus destinos independentes. (SONTAG, 2004, p. 85, grifos da autora).

André Rouillé (2009, p. 30) cita algumas áreas de confronto da fotografia, como, por exemplo, ciência e arte; ofício e criação; utilidade e curiosidade. Além dessas áreas, a reflexão sobre fotografia esbarra também na questão do registro da realidade, do registro da verdade. De acordo com Rouillé (2009, p. 61), em 1910, aconteceu o V Congresso Internacional de Fotografia, em Bruxelas, na ocasião foi decidido usar o termo “documento” apenas para as imagens fotográficas que poderiam ser usadas em diversos tipos de estudos.

Borges (2011, p. 15) relata que o século XIX além de marcar o surgimento da fotografia, também é o momento em que a História buscou constituir seu próprio caminho, visto que, à época, essa disciplina fazia morada na Literatura, Política e Filosofia. No contexto do século XIX, o conhecimento histórico era elaborado a partir de métodos rigorosos e a imagem fotográfica “[...] não preenchia os requisitos necessários para ser considerada fonte de pesquisa histórica.” (BORGES, 2011, p. 17).

Assim, apesar de o documento fotográfico ser utilizado pelos historiadores metódicos em seus estudos, seu uso tinha a finalidade de ilustrar o que estava escrito, dessa forma, eles eram considerados documentos de segunda classe (BORGES, 2011, p. 23). A pintura, ao contrário da imagem fotográfica, muitas vezes, era considerada documento por ter sido resultado de um conhecimento adquirido em escolas dedicadas à pintura, inclusive, a partir do século XIV, era possível encontrar na Europa o ofício de “pintor de história” (BORGES, 2011, p. 28).

Os institutos de ensino de pintura não conheciam os critérios de produção da fotografia, além disso, a História considerava como documento histórico apenas os documentos que retratassem fatos passados, o que naquele momento não poderia ser encontrado na fotografia, visto que a técnica registrava cenas do presente (BORGES, 2011, p. 30). Enquanto a pintura era chancelada por uma autoridade reconhecida por aqueles que estavam no poder, o documento fotográfico era feito, normalmente, por “[...] homens comuns – caricaturistas, pintores tidos como sem expressão artística.” (BORGES, 2011, p. 29).

Principalmente a partir da Escola dos Annales, a História passou a compreender que o conhecimento histórico não podia abarcar somente os homens que estão no poder da política e religião, mas também deveria ter seu olhar atento às pessoas das demais esferas da sociedade. Além disso, as fontes documentais passaram a agregar outros documentos, já que antes predominava o uso de documentos textuais. É nesse momento que o documento fotográfico passa a ser considerado documento histórico. Borges (2011, p. 75-77) chama essa nova História de História-Conhecimento.

Entretanto, a partir da decisão realizada no Congresso Internacional de Fotografia de 1910, passou-se a empregar à fotografia a metáfora do espelho, o que, como poderá ser visto, não é uma compreensão sensata. De acordo com Rouillé (2009, p. 66), a metáfora do espelho se relaciona a “[...] uma imagem perfeitamente analógica, totalmente confiável, absolutamente infalsificável, porque automática, sem homem, sem forma, sem qualidade.”.

Ao contrário da pintura, em que o indivíduo era responsável por elaborar cada um dos seus contornos, o documento fotográfico era criado automaticamente por uma máquina, por isso poderia ser considerado dotado de verdade. Essa linha de pensamento, porém, é questionada por alguns autores, como, por exemplo, por Sontag (2004, p. 17), para quem “[...] as fotos são uma interpretação do mundo tanto quanto as pinturas e os desenhos.”.

Para André Rouillé (2009, p. 66), “a metáfora do espelho e da mecanização da imagem denunciam, além disso, uma concepção objetivista segundo a qual a realidade seria principalmente material, e a verdade inteiramente contida nos objetos, completamente acessível através da visão.”. O autor acredita que essa concepção de verdade não pode ser aceita, visto que a verdade não é conhecida somente por meio de um registro, já que ela “[...] está sempre em segundo plano, indireta, enredada como em segredo. Não se comprova e tampouco se registra. Não é colhida à superfície das coisas e dos fenômenos. Ela se estabelece.” (ROUILLÉ, 2009, p. 67).

De acordo com Sontag (2004, p. 34), a fotografia trabalha muito mais no sentido de ocultar a realidade do que em torná-la conhecida. Ainda de acordo com Rouillé (2009, p. 79), a imagem é produzida a partir de uma sequência de etapas, nas quais são estabelecidos o ponto de vista, o enquadramento, a tomada, o negativo, a tiragem, a luz, os

códigos ideológicos e técnicos. Por tudo isso, a fotografia não pode ser considerada representante fiel da verdade/realidade. Para o autor, “ao fazer cortes, ao traçar planos de referência, não se fotografa o real, nem mesmo *no* real, porém *com* o real. A extensão do real excede às coisas e aos corpos, que jamais se inserem na imagem sem estarem ligados aos incorporais (problemas, fluxos, afetos, sensações, intensidades, etc.)” (ROUILLÉ, 2009, p. 202, grifos do autor).

Para Rouillé (2009, p. 90), os primeiros cinquenta anos da fotografia foram marcados por grandes transformações em diversas áreas da sociedade, inclusive na fotografia.

Às vésperas do surgimento do cinema, a cronofotografia desenvolve-se nos setores da ciência e do conhecimento que buscam capturar o movimento. Simultaneamente, a fabricação de máquinas de pequeno formato, leves e flexíveis, e a produção industrial de produtos químicos de fácil utilização tornam a prática fotográfica acessível aos amadores, principalmente após o lançamento, em 1888, da famosa máquina Kodak, e de seu não menos famoso bordão “Aperte o botão, nós fazemos o resto”. (ROUILLÉ, 2009, p. 91).

O lançamento da primeira *Kodak* foi fundamental para estabelecer os primeiros fotógrafos amadores. A invenção de George Eastman custava 25 dólares e permitia o registro de 100 documentos fotográficos, cuja revelação ficava por conta da *Kodak*. Essa mudança no cenário fotográfico foi ao encontro do mercado de massa, que passou a levar sua câmera para todos os lugares, principalmente nas viagens. A empresa norte-americana continuou a inovar e, alguns anos mais tarde, em 1963, lançou a *Instamatic*. Depois, em 1972, a *Kodak* surpreendeu a sociedade com o lançamento da *Instamatic* em formato reduzido, a qual poderia caber no bolso (FREUND, 1993, p. 177-178).

A partir de 1890, os instantâneos passaram a ser mais descontraídos, já que a vida diária ganhou espaço na prática fotográfica. Assim, registros de indivíduos em ação, em pistas de corridas e em cenários de luxuosas estações balneárias se tornaram comuns (ROUILLÉ, 2009, p. 92). Isso aconteceu pela facilidade do manuseio do equipamento fotográfico, o que proporcionou às pessoas a independência da presença do fotógrafo (FREUND, 1993, p. 81).

Dessa maneira, de invenção destinada apenas aos indivíduos com o conhecimento para administrá-la e com os recursos financeiros para possuí-la, a fotografia passou por uma rápida democratização e alcançou as diversas camadas da sociedade. Como registro do conhecimento humano, os documentos fotográficos passaram a fazer parte da medicina como forma de documentar doenças, da engenharia para registro de espaços que seriam modificados pela construção civil, pelo jornalismo para acompanhar o texto de suas matérias. A técnica também foi fundamental para a perpetuação da família por meio do registro dos rituais familiares, como, por exemplo, nascimento, casamento e enterro.

Pela polícia e outros órgãos do Estado, a fotografia passou a ser de extrema utilidade para identificar os cidadãos. O documento fotográfico deu identidade visual para cada um de nós. E o que dizer do turismo? No século XIX, as viagens para outros estados ou países não eram tão fáceis como nos dias atuais. Os documentos fotográficos passaram a ser empregados para registrar os lugares estranhos à sociedade. Muitas missões fotográficas foram feitas para registrar terras longínquas.

Hoje, a fotografia é utilizada para registrar uma grande quantidade de temas. A facilidade em fotografar é um dos elementos que pode ser apontado para compreender a quantidade de documentos fotográficos que é produzida no cenário atual, isso porque a tecnologia se tornou mais próxima das pessoas, principalmente por conta da redução dos preços de câmeras fotográficas, *smartphones* e de outros equipamentos que permitem fotografar.

Além disso, nas palavras de Sontag (2004, p. 180), “não se pode possuir a realidade, mas pode-se possuir imagens [...]”. Hoje, mais do que nunca, as pessoas estão em busca de possuir a realidade, de serem conhecidas e aceitas pela sociedade, assim, os documentos fotográficos são produzidos a todo instante e divulgados nas redes sociais. Para Sontag (2004, p. 195), “uma sociedade capitalista requer uma cultura com base em imagens. Precisa fornecer grande quantidade de entretenimento a fim de estimular o consumo e anestesiar as feridas de classe, de raça e de sexo.”. Somos uma sociedade de consumo de imagens, de consumo fotográfico.

Não é raro olharmos e falarmos do passado como se as coisas que aconteceram há algum tempo fossem muito diferentes do que são hoje. Lembro-me de um filme que assisti, no qual eram mostradas algumas cenas de pessoas lendo jornais ao mesmo tempo em que estavam atravessando avenidas do centro de Belo Horizonte sem nenhuma preocupação com o trânsito. Esse hábito continua nos dias de hoje, porém o suporte informacional foi substituído pelo *smartphone*. Desde o século XIX, a finalidade da fotografia era documentar tudo o que fosse possível com o objetivo de reter a realidade e, em um segundo momento, mostrar os registros para as pessoas, torná-los conhecidos. Atualmente, o processo continua idêntico, entretanto, foram acrescentados alguns fatores, como, por exemplo, alta tecnologia, dinâmica das redes sociais virtuais e democratização de uso de câmeras fotográficas e *smartphones*, entre outros. Continuamos os mesmos, porém mais modernos (ou pós-modernos?) e envolvidos com todas as consequências que os atuais hábitos proporcionam.

3.1 Fotografia na Arquivologia

A fotografia é usada por diversos ramos da sociedade, logo, os documentos fotográficos podem ser considerados documentos arquivísticos se forem empregados como forma de registro de alguma atividade de pessoa física ou jurídica. Todavia, esse entendimento não foi tão facilmente concebido pela Arquivologia durante alguns anos.

Percebemos essa situação durante prática de estágio no Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte, entre 2014 e 2016. Diferente de outros gêneros documentais, principalmente do documento textual, ao participarmos de um recolhimento de documentos fotográficos, constatamos que esses não dizem muito de si, tornando a concepção de conjunto documental distante. Nesse sentido, a ideia do senso comum de que as fotos valem mais que mil palavras está longe de ser verdadeira. Para Sontag (2004, p. 86-87), “Uma foto é apenas um fragmento e, com a passagem do tempo, suas amarras se afrouxam. Ela se solta à deriva num passado flexível e abstrato, aberto a qualquer tipo de leitura (ou de associação a outras fotos). Uma foto também poderia ser descrita como uma citação, o que torna um livro de fotos semelhante a um livro de citações.”.

Para compreendermos o contexto do documento fotográfico sob a perspectiva da Arquivologia, fizemos uso do trabalho de Lacerda (2008), no qual a autora apresentou a fotografia nos Arquivos, a partir de um estudo de caso sobre a produção de documentos fotográficos da Fundação Rockefeller durante o combate de febre amarela no Brasil. Para isso, a autora buscou entender como se deu a entrada da fotografia nos debates teóricos da Arquivologia.

Sua análise se iniciou a partir de manuais arquivísticos, já que estes são considerados fundamentais para o arcabouço teórico da Arquivologia. O primeiro manual analisado foi o “Manual de Arranjo e Descrição de Arquivos⁶⁵”, que foi publicado em 1898 e marca o início da Arquivística enquanto disciplina (LACERDA, 2008, p. 27-32). De acordo com Lacerda (2008, p. 32), não foi possível encontrar discussão relacionada à fotografia nessa obra. No manual dos holandeses é mencionado apenas que documentos escritos, desenhos e matéria impressa compõem os arquivos (LACERDA, 2008, p. 45).

Outro manual analisado por Lacerda (2008) foi o trabalho de Hilary Jenkinson, “*A Manual of Archive Administration*”, publicado pela primeira vez em 1922. Na obra de Jenkinson foram encontradas menções aos documentos “[...] iconográficos, gráficos, sonoros e fílmicos.” (LACERDA, 2008, p. 48). Apesar disso, a autora relata que o entendimento de Jenkinson em relação aos “documentos atípicos” naquela época era de

⁶⁵ Essa obra é conhecida como “manual dos holandeses”.

que eles não possuíam organicidade, como tinham, por exemplo, os documentos textuais (LACERDA, 2008, p, 49). Nesse sentido,

[...] já em Jenkinson notamos uma forma de abordagem dos chamados “novos documentos” que ficaria como uma espécie de marca da arquivística em relação ao tratamento desses registros: a super valorização dos trabalhos de conservação, que inclusive ajudou a cunhar a equivocada expressão “materiais especiais” para designar a maioria dos documentos compostos por imagem e/ou som, em detrimento da problematização de sua entrada como registros de arquivo, como qualquer outro produzido e/ou acumulado pela administração pública, privada, ou por pessoas ou famílias. (LACERDA, 2008, p. 50).

A década de 1950 apresenta uma mudança nesse cenário, já que os trabalhos do norte-americano Theodore Schellenberg apresentam ideias relacionadas aos documentos fotográficos, assim como aos documentos cartográficos e audiovisuais (LACERDA, 2008, p. 51). No livro “Arquivos Modernos: princípios e práticas”, publicado em 1956, Schellenberg apresenta o documento fotográfico com um dos exemplos de documento arquivístico. Apesar disso, Lacerda (2008, p. 53) notou que Schellenberg, diversas vezes, coloca alguns documentos, como, por exemplo, a fotografia, na fronteira entre os tratamentos arquivístico e biblioteconômico.

É possível perceber que, à época, o documento fotográfico ainda não era considerado um documento arquivístico natural (LACERDA, 2008, p. 54). De acordo com Lacerda (2008, p. 55), essa visão perdurou muitos anos na Arquivística e proporcionou que os “materiais especiais”, entre eles, o documento fotográfico, fossem tratados de maneira diferente e, por diversas vezes, em metodologias apoiadas na Biblioteconomia.

A autora acredita que, no tocante a tantas dificuldades em considerar a fotografia como documento de arquivo, a Diplomática pode ser empregada para que o documento fotográfico seja compreendido como arquivístico, já que essa disciplina proporciona reflexões em torno do documento, além de discutir questões pertinentes à autenticidade documental (LACERDA, 2008, p. 79-82).

Em trabalho sobre o lugar do documento fotográfico nos periódicos científicos da Arquivologia e da Ciência da Informação, Silva (2018, p. 18) informa que, muitas vezes, as pesquisas arquivísticas relacionadas aos documentos fotográficos focam suas abordagens em estudos de caso, dessa forma, questões mais amplas sobre esse gênero documental normalmente não são discutidas. Além disso, nesses trabalhos, não é raro encontrar os documentos fotográficos sendo utilizados apenas como ilustração, sem a preocupação de apresentar alguma discussão teórica acerca deles.

Nessa perspectiva, estudos que abordem a avaliação dos documentos fotográficos, por exemplo, são fundamentais para refletir sobre as fotografias nas instituições arquivísticas. Neste cenário de grande produção de documentos fotográficos digitais, torna-

se necessário discutir sobre a destinação final desses, já que a guarda permanente – opção, muitas vezes, considerada comum no caso das fotografias – pressupõe a existência de recursos financeiros, tecnológicos e humanos para que o acesso seja feito a contento⁶⁶. Para Madio (2016, p. 73), “o descarte de fotografia é ainda um tabu nas instituições, pois ainda se perpetua a questão do valor de prova⁶⁷ que historicamente foi estabelecido para esse documento e também existe a questão do valor autoral e artístico da imagem.”. Nesse sentido, a autora propõe que a destinação dos documentos fotográficos seja repensada, já que essa ação pode contribuir para que a fotografia continue sendo considerada especial em relação aos outros gêneros documentais (MADIO, 2016, p. 87).

Uma reflexão pode ser feita a respeito dos documentos fotográficos digitais. Um dos objetivos pelos quais a fotografia foi criada se relaciona ao congelamento de um instante, como forma de parar o tempo. Dessa forma, não há sentido em eliminar aquilo que foi criado para se perpetuado. Todavia, ao longo dos anos, as relações entre nós e a fotografia foram alteradas. Hoje, o documento fotográfico compartilhado nos *Stories* das redes sociais, por exemplo, possui um período de duração de apenas 24 horas. Assim, ele é criado para ser eliminado. Aquela história tem um tempo cronometrado para existir. Essa mudança de perspectiva não alteraria também a questão da destinação das fotografias, sobretudo das fotografias digitais?

Ainda em relação à denominação “documento especial”, Silva (2018, p. 46-47) afirma que, os documentos fotográficos também costumam ser chamados na Arquivologia como “não-textuais”, o que pode ser um indicativo de que a área é preponderantemente voltada para questões relacionada aos documentos textuais. Assim, “documento especial” é um modo de identificar os documentos que surgiram a partir do século XIX, documentos fotográficos, audiovisuais e sonoros, que tinham sua natureza diferente dos documentos textuais, no entanto, tal identificação prevaleceu ao longo dos anos, principalmente no que diz respeito ao tratamento documental dado a eles. Todavia, passado tanto tempo da invenção da fotografia, o documento fotográfico já pode ser considerado um documento tradicional (LOPEZ, 2019).

As instituições arquivísticas normalmente são responsáveis por preservar e dar acesso aos documentos sob a sua custódia. O acesso qualificado aos documentos

⁶⁶ O estudo de caso sobre a preservação de documentos fotográficos digitais produzidos pela Assessoria de Comunicação da Universidade Estadual de Campinas é uma referência de trabalho sobre aspectos importantes para o acesso às fotografias digitais a longo prazo (PROJETO INTERPARES 3, TEAM BRASIL, 2012).

⁶⁷ Nessa reflexão, a autora se refere à “prova” considerando o fato de os documentos fotográficos serem compreendidos, muitas vezes, como a materialização da realidade. Dessa forma, “prova” não tem relação com o valor probatório atribuído aos documentos arquivísticos.

arquivísticos pressupõe ao menos o desenvolvimento de atividades como classificação e descrição, dessa maneira, os consulentes podem compreender os vínculos orgânicos daqueles documentos. Proveniência e organicidade são características fundamentais para identificar um documento como arquivístico (SILVA, 2018, p. 14). Essas características não devem ser usadas apenas em relação aos documentos textuais, mas, também, para os documentos fotográficos.

Em relação à classificação, em sua tese de doutorado, Lopez (2000) discutiu os desafios em torno da classificação de documentos imagéticos. O autor empregou essa expressão como forma de englobar os diversos tipos de imagens que são custodiados pelas instituições arquivísticas, entretanto, seu trabalho teve o foco voltado para os documentos fotográficos, que, de acordo com ele, representam a maior parte dos documentos imagéticos custodiados pelos Arquivos modernos (LOPEZ, 2000, p. 7-8).

Da mesma forma que Lacerda (2008), o autor também refletiu sobre as dificuldades impostas à organização arquivística dos documentos fotográficos, sobretudo por conta de sua “natureza especial”. Nesse sentido, Lopez (2000, p. 11) fez alguns questionamentos:

[...] por que razão os documentos fotográficos costumam receber tratamento diferenciado por parte de instituições que, supostamente, os organizam como material arquivístico? É certo que o documento fotográfico tem profundas diferenças em relação ao documento textual típico de arquivo; mas, será que tais especificidades são suficientes para justificar um tratamento embasado nas informações veiculadas pela imagem, ao invés do respeito à proveniência e às atividades responsáveis pela gênese do documento?

Dando continuidade à discussão, o autor afirma que a contextualização documental (identificação do produtor e da finalidade do documento) é “[...] a primeira característica capaz de proporcionar o entendimento do significado do documento imagético e, por extensão, da imagem por ele veiculada.” (LOPEZ, 2000, p. 21). Nessa perspectiva, ao discutirem sobre o documento fotográfico reunido em coleções, Carvalho e Lima (2000, p. 21, grifos nossos) fazem uma importante reflexão. Para as autoras, “o uso da fotografia como fonte documental não pode prescindir do entendimento da organicidade de seu conjunto. O todo, constituído **artificialmente ou por acúmulo**, é sempre mais do que simplesmente a soma das várias unidades.”.

À medida que surgem novas formas de documentar o mundo, a Arquivologia parece ser colocada à prova. A produção de documentos digitais é uma confirmação disso, já que muitos falaram que os procedimentos arquivísticos não seriam necessários para esses documentos. A disciplina conseguiu ultrapassar esse pensamento do senso comum ao mostrar que não é o suporte pelo qual os documentos são produzidos que modifica seu conhecimento, ao contrário, seus princípios e métodos podem ser empregados em qualquer suporte documental. Para Lopez (2000, p. 13), “os princípios arquivísticos se impõem como

uma necessidade para o entendimento do documento – e de seus limites de utilização – tanto pelo arquivista como pelo pesquisador.”.

Ao que parece, infelizmente, essa linha de raciocínio ainda não é totalmente empregada em relação aos documentos fotográficos. A difusão, ao apresentar um documento fotográfico, enquanto documento arquivístico, não como uma ilustração, mas como um documento que tem uma proveniência e que foi produzido para cumprir determinada atividade, pode ser utilizada com o objetivo de contextualizar as fotografias.

É necessário pontuarmos que a preocupação com a organicidade não deve ser somente das instituições arquivísticas. Os produtores dos documentos fotográficos devem saber que as fotografias também são documentos arquivísticos, por isso, também devem ser incluídas em programas de gestão de documentos. Com esse movimento duplo, certamente, a instituição arquivística terá mais facilidade em disponibilizar o documento fotográfico ao consulente, já que terá informações de identificação do documento e de seu conjunto documental.

Ainda em relação ao trabalho de Silva (2018, p. 78-80), o autor analisou o lugar da fotografia nos periódicos científicos brasileiros da Arquivologia e da Ciência da Informação a partir de quatro grupos de abordagem: fotografia como documento, fotografia como informação, fotografia como fonte de pesquisa e fotografia e preservação. O período de análise de sua pesquisa abarcou os anos entre 1972 e 2017.

Silva (2018, p. 84-86) englobou os trabalhos encontrados nos grupos citados acima e obteve os seguintes resultados: 56 trabalhos no grupo de fotografia como fonte de pesquisa; 50 trabalhos no grupo de fotografia como documento; 25 trabalhos no grupo de fotografia como informação e 04 trabalhos no grupo de fotografia e preservação. A pesquisa aponta que, ao longo dos anos, os trabalhos sobre fotografia aumentaram, sobretudo a partir dos anos 2000. O autor acredita que isso ocorreu por conta das transformações tecnológicas que fizeram com que os pesquisadores refletissem acerca da fotografia digital. Em relação à formação dos autores dos artigos analisados, Silva (2018, p. 89-91) informa que foram encontradas formações nas áreas de Arquivologia, Biblioteconomia, Ciência da Informação, Comunicação e História. Além disso, a maior parte dos autores é composta por professores, o que mostra que a produção científica sobre documento fotográfico é feita sobretudo por pessoas vinculadas às universidades e demais instituições de ensino.

Durante nosso percurso acadêmico, tivemos a oportunidade de participarmos de vários eventos e cursos, além da experiência prática, que refletiam sobre os documentos fotográficos enquanto documentos arquivísticos. As questões debatidas normalmente se repetem. A fotografia como “documento especial” é tema comum desses encontros, bem como as discussões em torno da classificação, avaliação e descrição desse gênero

documental. Os atores sociais que lidam com os documentos fotográficos em Arquivos — na prática e/ou teoria — costumam ser desafiados justamente a compreender esses documentos como arquivísticos, além da própria dificuldade em fazer com que as outras pessoas também tenham essa compreensão.

Lacerda (2019) e Madio (2016, p. 11) concordam que as fotografias, muitas vezes, não são produzidas enquanto documentos arquivísticos. O processo de produção frequentemente é feito de maneira informal, além disso, quando produzidos, os documentos fotográficos, algumas vezes, seguem um caminho diferente dos documentos textuais que compõem seu processo de produção. Referimo-nos aos documentos elaborados para que o fotógrafo realize seu trabalho, como, por exemplo, ofícios, orçamentos, pautas fotográficas e e-mails, dentre outros.

Dessa forma, acreditamos que se a gênese documental fosse preservada, seria mais fácil compreender todo contexto de produção e uso final do documento fotográfico. Por isso, um diálogo entre os que produzem e aqueles que organizam as fotografias quando recolhidas às instituições arquivísticas, assim como os que refletem sob o ponto de vista teórico, é fundamental para que grande parte dos desafios impostos à organização arquivística dos documentos fotográficos seja resolvida.

3.2 Fotografia: produção e custódia nos Arquivos

Lacerda (2008, p. 33) afirma que os documentos fotográficos se tornaram objeto de coleções desde o momento de seu surgimento. Isso pode explicar o motivo de muitas instituições arquivísticas terem a guarda de diversas coleções fotográficas. Sabemos que a fotografia pode fazer parte de um dossiê formado também por documentos textuais, como, por exemplo, o dossiê de tombamento de um edifício. Nesse sentido, não saberíamos identificar o período exato da entrada dos documentos fotográficos nos Arquivos. Por esse motivo, decidimos que, nessa parte do texto, assim como Lacerda (2008), iremos apresentar como se deu a entrada dos grandes conjuntos de documentos fotográficos nas instituições arquivísticas.

Essa configuração do texto é fundamental, já que, conforme mostramos anteriormente, o documento fotográfico já foi considerado à margem do tratamento arquivístico e isso possibilitou que houvesse separação entre documentos considerados tradicionais (documentos textuais) e documentos especiais (no nosso caso, documentos fotográficos). Dessa forma, apresentaremos como essa separação alterou a estrutura interna dos Arquivos, a partir da criação de setores específicos para o tratamento de documentos tradicionais e documentos especiais. Além disso, também iremos apontar a prática da produção fotográfica, especialmente do Estado brasileiro, para compreendermos

como os documentos fotográficos adentraram nos Arquivos, sobretudo a partir do cenário das instituições arquivísticas analisadas nesta pesquisa. Dessa forma, de acordo com Borges (2011, p. 87),

cada vez mais valorizada e frequentada por pesquisadores e analistas da cultura, a produção fotográfica, de ontem e de hoje, muitas vezes motivada por uma intrincada rede de interesses materiais e simbólicos, legou-nos uma enorme massa documental. Desde meados dos anos de 1970 ela vem sendo coletada, classificada e organizada nos arquivos públicos e privados.

A metáfora do espelho aplicada à fotografia fez com que as imagens fotográficas fossem usadas para documentar uma série de coisas (SILVA, 2018, p. 24). Segundo Lacerda (2008, p. 33), desde 1840, existem relatos de uso do documento fotográfico como evidência de atividades de instituições. A autora exemplifica sua afirmação a partir dos arquivos policiais da Bélgica, Suíça e dos Estados Unidos da América, os quais são constituídos por documentos fotográficos de fugitivos do Estado.

A partir da segunda metade do século XIX, Estado e instituições como, por exemplo, asilos, escolas e hospitais, entre outras, passaram a utilizar a fotografia como forma de documentar suas atividades, o que fez com que os documentos fotográficos fossem, mais tarde, encontrados nas instituições arquivísticas e, além disso, possibilitou a esses documentos serem considerados dotados de valor de evidência e prova. Em 1872, foi criado o primeiro serviço de fotografia de polícia; 1878, por sua vez, foi o ano em que o serviço fotográfico do Hospital da Salpêtrière, em Paris, foi inaugurado, marcando a entrada oficial da fotografia na área médica (LACERDA, 2008, p. 34-35).

Em relação ao cenário brasileiro, Borges (2011, p. 99-109) afirma que nosso país recebeu diversas missões fotográficas entre o século XIX e as primeiras décadas do século XX, principalmente no período do império de Dom Pedro II, que tinha grande interesse pela fotografia e é considerado um dos primeiros fotógrafos brasileiros. O fascínio de Dom Pedro II pela fotografia foi registrado principalmente em suas viagens ao exterior. Os documentos fotográficos de sua ida ao Egito, por exemplo, são conhecidos por muitas pessoas. O interesse do Imperador fez com que 23 fotógrafos recebessem o título de “Photographo da Casa Imperial”⁶⁸.

Mais tarde, é possível encontrar o uso da fotografia pelo governo brasileiro em diversos momentos, como, por exemplo, em 1903, quando o fotógrafo de Alagoas, Augusto César Malta de Campos, foi contratado pela Prefeitura do Rio de Janeiro para registrar as transformações que ocorriam na cidade durante a gestão de Pereira Passos. Para isso, de acordo com Borges (2011, p. 108) “cria-se aí o cargo de fotógrafo do poder público.”. Hoje,

⁶⁸ De acordo com a autora, Dom Pedro II também concedeu o título de “Photographo da Marinha Imperial” a Marc Ferrez (BORGES, 2011, p. 99).

os documentos fotográficos produzidos por Malta possuem uma riqueza histórica, já que registraram, além das mudanças urbanas da cidade carioca, eventos culturais, como, por exemplo, o carnaval.

Em relação à prática de recolhimento de documentos fotográficos, Lacerda (2008, p. 38) informa que, na França, os Arquivos da Comissão de Monumentos Históricos⁶⁹ e a Biblioteca Nacional foram instituições pioneiras na custódia desse gênero documental. Além delas, as sociedades fotográficas também custodiavam coleções de documentos fotográficos. O governo francês não somente produzia fotografias, mas também as comprava, conforme mostra Lacerda (2008, p. 40). De acordo com a autora, o Estado francês adquiriu fotografias da Comuna de Paris, da Guerra da Criméia e da Guerra de Secessão Americana.

Apesar de ter encontrado indicativos da prática fotográfica de instituições, Lacerda (2008, p. 40-41) informa que teve dificuldades em achar estudos que relatassem a entrada dos documentos fotográficos em instituições de custódia documental, principalmente em relação às informações sobre a aquisição e produção desses. Entretanto, a autora informa um dos primeiros registros dessa entrada, trata-se de um trabalho publicado em 1986, o qual relata que, em 1908, os Arquivos públicos do Canadá criaram uma seção responsável pelos documentos fotográficos⁷⁰. Na União Soviética, em 1926, foi publicado um decreto que ordenava a junção dos arquivos centrais com os arquivos de documentos fotográficos (negativos e positivos) e cinematográficos que fossem interessantes para a história da Revolução de Outubro.

Desde o século XIX, o tratamento destinado ao documento fotográfico tem algumas semelhanças com o tratamento de material bibliográfico, como, por exemplo, o depósito legal e os direitos de reprodução e venda dos registros fotográficos. Lacerda (2008, p. 38) exemplifica essa questão a partir da Biblioteca Nacional francesa, mencionada acima, que, em 1851, passou a ser a depositária legal de fotografias. Esse período é considerado pela autora o início da custódia dos documentos fotográficos pelas bibliotecas. A Biblioteca Nacional brasileira, por exemplo, custodia uma das primeiras coleções fotográficas do mundo, a coleção de fotografias do Imperador Dom Pedro II (LACERDA, 2008, p. 41-42).

Ao apresentar as principais funções que a fotografia-documento tinha para a sociedade industrial, Rouillé (2009, p. 97) elenca entre elas a função de arquivar. Conforme mencionado, a sociedade do século XIX utilizava a fotografia para transformar tudo aquilo

⁶⁹ Essa comissão foi criada em 1837, com o objetivo de fazer o inventário dos monumentos históricos franceses (BORGES, 2011, p. 93).

⁷⁰ PESCADOR DEL HOYO, Maria Del Carmen. **El Archivo**. Instrumentos de trabajo. Madrid: Ediciones Norma, 1986.

que seus olhos viam e que podia ser fotografado em conhecimento consultável, a partir da produção de álbuns fotográficos. O documento era produzido, ordenado e colado nos álbuns, que ficavam disponíveis para consulta, e, mais tarde, transformavam-se em arquivos.

De acordo com Carvalho e Lima (2000, p. 22), a década de 1980 é considerada o marco do reconhecimento do uso da fotografia no Brasil como documento. Apesar disso, conforme pontuado, a técnica já era utilizada pelo Estado brasileiro para documentar suas atividades antes dessa data, como, por exemplo, pela Prefeitura do Rio de Janeiro, em 1903. O trabalho de Yamamoto (2018, p. 10) também corrobora com essa afirmação, visto que aponta que, na década de 1970, houve uma efervescência no circuito fotográfico brasileiro, que ficou conhecida como o “*boom da fotografia*”. Para mostrar como esse circuito se desenvolveu, a autora analisou a produção do jornal “O Estado de S. Paulo” e encontrou diversos trabalhos, que foram agrupados a partir dos temas “história da fotografia”, “identidade da fotografia brasileira”, “mercado fotográfico” e “crítica fotográfica” (YAMAMOTO, 2018).

Outras iniciativas também podem ser citadas, como, por exemplo, a construção da capital de Minas Gerais, no final do século XIX. Entre os diversos serviços prestados pela Comissão Construtora da Nova Capital, existia um Gabinete Fotográfico responsável por registrar as mudanças feitas no Curral Del Rei, local escolhido para construir a nova capital mineira (JULIÃO, 1992, p. 46). Em relação à administração pública federal, Fonseca e Cerqueira (2008, p. 13) nos informam que o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, atual Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, contratava fotógrafos desde 1937 para documentar o patrimônio cultural brasileiro.

Roma (2017b, s.n.), ao abordar a produção dos documentos fotográficos, afirma que

[...] todos os dias o Estado, nas diversas ramificações da função pública, produz milhares desses registros. Essa relação tem se potencializado numérica e qualitativamente com o passar dos anos: de instrumento auxiliar de registro – papel que passou a ocupar poucos anos depois da estabilização da técnica fotográfica – hoje encontramos a fotografia inserida em uma multiplicidade de funções e, em algumas delas, de importância estratégica. Expedientes de assessoria de imprensa, denúncia, segurança pública, identificação, cerimoniais etc. são exemplos disso.

Em 2013, a partir do conceito de fotografia pública, Mauad apresentou o histórico das relações entre fotografia e política, no período de 1990 a 2010. De acordo com a autora, o conceito de fotografia pública relaciona-se com o poder, na medida em que transmite determinada mensagem sobre a situação do espaço público que foi registrada pelo documento fotográfico (MAUAD, 2013, p. 13). Mauad (2013, p. 17) afirma que “no Brasil o circuito social da fotografia pública, desde o final do século XIX e ao longo do século XX, foi caracterizado pela forte presença do Estado e da grande imprensa.”.

Nesse sentido, a autora apresenta algumas iniciativas do percurso da fotografia pública em nosso país. Mauad (2013, p. 17), assim como Borges (2011, p. 100-109), apresenta a importância de Dom Pedro II para a expansão da fotografia no Brasil, que, a partir do século XX, foi sendo utilizada de diferentes formas pela administração pública do governo federal, dos estados e municípios, o que pode ser comprovado por meio dos conjuntos documentais custodiados pelas instituições públicas brasileiras.

Mauad (2013, p. 17-18) aponta alguns acervos de documentos fotográficos brasileiros, como, por exemplo, as fotografias custodiadas pela Casa de Oswaldo Cruz. A autora também cita as fotografias sob a guarda do Museu do Índio no Rio de Janeiro, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas.

Em relação ao cenário de produção fotográfica dos estados brasileiros, Mauad (2013, p. 17) aponta que a fotografia foi utilizada para registrar os investimentos que o Estado fez em diversas áreas, como, por exemplo, nas obras de saneamento e de engenharia civil. Além disso, os gabinetes dos governadores normalmente tinham um serviço de cobertura fotográfica “[...] para acompanhar o desempenho, sempre positivo do governante.” (MAUAD, 2013, p. 17). O cenário do uso da fotografia pelos municípios normalmente é semelhante ao dos estados brasileiros.

A autora apresenta também diversas revistas e jornais que foram importantes veículos de divulgação da fotografia pública no Brasil. De acordo com ela, “a introdução da fotografia na imprensa ilustrada brasileira se deu em 1900, com a publicação dos primeiros clichês na *Revista da Semana*, uma publicação do Jornal do Brasil.” (MAUAD, 2013, p. 17, grifos da autora).

Somente em 1928, com a publicação da Revista *O Cruzeiro*, elaborada nos moldes dos magazines internacionais tais como a *Life*, a *Paris Match* e a *Vú*, que a fotografia ganharia outros usos e funções para além de retratar seu público consumidor. Desde então, a fotografia serviria de documentos dos acontecimentos e de atestado de presença da imprensa na construção da história. (MAUAD, 2013, p. 17-18, grifos da autora).

A partir do final dos anos 1950, os jornais de circulação diária também passaram a utilizar as fotografias em suas notícias. Mauad (2013, p. 18) destaca como os mais importantes da época o “Correio da Manhã” e o “Jornal do Brasil”, que usavam os documentos fotográficos para dar sentido aos seus textos e não somente para ilustrá-los. No próximo capítulo, será possível conhecer o uso do acervo fotográfico do jornal “Correio da Manhã” nas atividades de difusão compartilhadas na página do *Facebook* do AN.

Em relação à temática desta pesquisa, conforme apresentado, a fotografia foi criada com a finalidade principal de registrar o mundo e, posteriormente, de disponibilizá-lo para consulta. Assim, podemos afirmar que o documento fotográfico tem como essência a função

de ser difundido. Por isso, as instituições arquivísticas, ao difundirem os documentos fotográficos sob a sua guarda, estão cumprindo a finalidade pela qual a fotografia foi criada.

Para Silva (2018, p. 32), “o ato de fotografar está tão intimamente ligado com a construção de memórias familiares que é praticamente impossível falar do passado sem ter como incentivo uma imagem fotográfica.”. Assim, acreditamos que, ao difundirem documentos fotográficos, as instituições arquivísticas se tornam mais próximas da sociedade, uma vez que as fotografias despertam memórias e sentimentos que podem tornar aqueles documentos parte da história de vida das pessoas.

Ao difundirem os documentos fotográficos nas redes sociais, por exemplo, as instituições arquivísticas estão apresentando os álbuns fotográficos da sociedade para a sociedade. Esse movimento desperta as lembranças das pessoas e faz com que elas se sintam pertencentes a um determinado grupo social. Por isso, a atividade de difusão é tão importante, já que cada um dos critérios para difundir algum acervo documental contribui ou não para a aproximação dos indivíduos aos Arquivos. A difusão é uma atividade que envolve poder.

3.2.1 A fotografia no APCBH, APESP e Arquivo Nacional

A atual capital de Minas Gerais foi construída no final do século XIX buscando incorporar diversas concepções modernas, como cidade planejada, salubre e higiênica, dentre outros aspectos valorizados. Considerada uma prática moderna, a fotografia já estava presente desde o início da construção da cidade⁷¹. De acordo com Campos (2008, p. 43), a fotografia, além de ser utilizada como prova das transformações que aconteciam no vilarejo que se transformaria na capital mineira, servia também para a divulgação dessas mudanças, atraindo pessoas para trabalharem e morarem na cidade. A autora pontua ainda que as fotografias também atraíam turistas, principalmente por meio de cartões-postais.

Conforme mencionado, essa prática da Comissão Construtora era feita por seu Gabinete Fotográfico, consubstanciando tanto a atuação do Estado, principalmente em relação ao uso que Mauad (2013) apontou ao definir fotografia pública, mas, também, como forma de iniciar o registro da história e memória da capital que estava sendo criada. Posteriormente, alguns dos documentos fotográficos produzidos pela CCNC foram agrupados em um álbum fotográfico, o “álbum de vistas locais e das obras projectadas para a nova cidade”, que incluía as fotos distantes do que seria mais tarde demolido e fotos dos

⁷¹ Essa questão foi objeto de trabalho de Rogério Arruda (2011), o qual discutiu as construções das capitais Belo Horizonte (Brasil) e La Plata (Argentina), a partir do uso da fotografia como forma de planejar, viabilizar e difundir esses empreendimentos.

projetos arquitetônicos a serem construídos. Material que foi enviado a outras cidades e também para o Arquivo da CCNC⁷² (ARRUDA, 2011, p. 170).

Na época da criação do APCBH, vários órgãos da administração pública de Belo Horizonte receberam visita da equipe técnica do Arquivo, que tinha como objetivo recolher documentos que poderiam compor seu acervo documental. Assim, naquele momento, a fotografia foi considerada um importante documento para a cidade e, por isso, desde 1997, o documento fotográfico produzido pelo Poder Executivo de Belo Horizonte possui guarda permanente. Ao analisarmos a produção de fotografias pela administração pública de Belo Horizonte, percebemos que diversos órgãos da Prefeitura utilizam a fotografia no dia-a-dia para documentar suas atividades. Ao longo dos anos, encontramos a prática em algumas áreas da PBH, como, por exemplo, educação, administração, cultura e comunicação (MELO, 2017, p. 75-76).

Nesse trabalho, apresentamos também um levantamento quantitativo dos documentos fotográficos custodiados pela instituição, a partir do guia do acervo do APCBH, que foi publicado em 2016. Nosso foco era a fotografia enquanto documento arquivístico, assim, somente os fundos documentais custodiados pela instituição foram analisados. Naquele momento, o Arquivo possuía a custódia de 828.031 fotografias, distribuídas principalmente nos fundos da Câmara Municipal de Belo Horizonte, da Assessoria de Comunicação Social do Município (ASCOM) e da Empresa Municipal de Turismo de Belo Horizonte S.A. (BELOTUR) (MELO; PARRELA, 2017, p. 435-437).

Essa quantidade de documentos fotográficos faz com que a instituição empregue as fotografias de diversas formas, como, por exemplo, nas visitas monitoradas e exposições, nas publicações e instrumentos de pesquisa, nas postagens de sua página no *Facebook* e em alguns dos seus projetos culturais, entre outras. Um dos projetos da instituição merece destaque, trata-se do “Cestas da Memória”, iniciativa que foi criada em 2003, com o objetivo de tornar o acesso aos documentos fotográficos custodiados pela instituição mais qualificado. A partir da ajuda voluntária de ex-servidores da Prefeitura de Belo Horizonte e demais interessados, a instituição consegue identificar fotografias que possuem pouca ou nenhuma informação acerca de seu conteúdo imagético (data, nome das pessoas fotografadas e local, etc.) e produção (nome do fotógrafo, órgão produtor e atividade pela qual o documento foi produzido, entre outras) (ARQUIVO PÚBLICO DA CIDADE DE BELO HORIZONTE, 2016b).

⁷² Atualmente, o conjunto documental produzido pela Comissão Construtora está custodiado em três instituições sediadas na capital mineira: Arquivo Público Mineiro, APCBH e Museu Histórico Abílio Barreto (ARRUDA, 2011, p. 172).

A falta de identificação dos documentos fotográficos não é um problema encontrado somente no APCBH, mas em diversas instituições arquivísticas, visto que

geralmente apartada dos demais documentos, a fotografia não transita dentro dos arquivos orientada por protocolos, o que produz acervos compostos por documentos fragmentados, sem biografia, geralmente amparados apenas por informações básicas de origem e exaustivas descrições. (ROMA, 2017a, p. 1).

Além dos fundos, o Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte possui também coleções, nas quais é possível encontrar documentos fotográficos importantes para a história da cidade, como, por exemplo, a Coleção Fotografias do Arquivo José Goés, que contém imagens fotográficas da capital mineira desde a época de sua construção até os anos de 1980. Essa coleção foi adquirida pela Prefeitura e, posteriormente, passou a ser custodiada pelo APCBH. No momento da compra do acervo, a administração pública de Belo Horizonte concordou com uma série de critérios, um deles tornou-se um impeditivo para a difusão, já que os interessados em reproduzir os documentos fotográficos da coleção devem solicitar autorização dos herdeiros de José Goés mediante pagamento (ARQUIVO PÚBLICO DA CIDADE DE BELO HORIZONTE, 2016c, p. 182-183).

Algumas instituições arquivísticas possuem serviços de tratamento documental voltados para determinado gênero documental, como, por exemplo, departamento de documentos textuais e departamento de documentos iconográficos. Essa divisão pode contribuir para que haja a perda da organicidade dos conjuntos documentais, caso os vínculos intelectuais, advindos principalmente da descrição arquivística, não sejam preservados.

Atualmente, o Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte não tem essa separação em sua estrutura administrativa, já que suas coordenações, Coordenação de Arquivos Permanentes, Coordenação de Gestão de Documentos e Coordenação de Conservação e Reprodução de Documentos, são responsáveis pelo tratamento técnico de todos os documentos recolhidos ao APCBH⁷³. No entanto, no que diz respeito ao armazenamento, por conta dos cuidados de preservação que cada suporte documental necessita, os documentos textuais e fotográficos, por exemplo, são guardados em locais diferentes (ARQUIVO PÚBLICO DA CIDADE DE BELO HORIZONTE, 2016b, p. 26). Ainda assim, a manutenção da organicidade dos documentos fotográficos na instituição é feita a partir da descrição.

⁷³ Apesar disso, em 1991, houve essa separação no organograma do APCBH. À época, existiam duas seções no Serviço de Arquivos Permanentes, a Seção de Documentos Escritos e a Seção de Documentos Especiais (BELO HORIZONTE, Lei n. 5.946, 1991; MELO, 2017, p. 56).

Em relação ao lugar da fotografia no Arquivo Público do Estado de São Paulo, Roma (2017a, p. 2) pontua que não é raro encontrar documentos fotográficos que não foram produzidos pelo Estado sob a custódia de instituições arquivísticas públicas. O autor aponta alguns acervos desse tipo que são custodiados pelo APESP, como, por exemplo, os fundos dos jornais “Última Hora – Rio de Janeiro”, “O Movimento”, “Aqui São Paulo”, além do Fundo Diários Associados. De acordo com Roma (2017a, p. 3), o período entre o final dos anos 1980 e a década de 1990 marca a entrada do conjunto fotográfico do jornal “Última Hora – Rio de Janeiro” no APESP, em 1989, e a criação do Centro de Acervo Iconográfico e Cartográfico (CAIC) na estrutura administrativa da instituição, em 1998. Esses fatos proporcionaram reflexões do Arquivo em torno de questões relacionadas às fotografias.

O Fundo Última Hora abarca o período entre 1951 e 1970 e possui, além de outros documentos, 166 mil fotografias e 600 mil negativos (ROMA, 2017a, p. 3). Um dado importante sobre a difusão desse fundo é que ele já foi utilizado pelo APESP em vários projetos, além disso, já foram produzidos diversos materiais a partir dele, como, por exemplo, seis livros, um sítio eletrônico e uma exposição. De acordo com Roma (2017a, p. 4-5), essa quantidade de práticas de difusão não é encontrada nos demais acervos documentais que são custodiados pelo Centro de Acervo Iconográfico e Cartográfico do APESP. O Fundo Diários Associados, por exemplo, já foi objeto de projeto de difusão financiado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Social, porém com uma quantidade menor de produtos, apenas um sítio eletrônico e uma exposição.

Apesar de o CAIC ser responsável por gerir, preservar e conceder o acesso aos documentos sob a sua guarda, o Centro não participa das discussões relacionadas às políticas de recolhimento do APESP (ROMA, 2017a, p. 3). De acordo com Roma (2017a, p. 8), o CAIC “[...] nunca participou de recolhimentos, execução de tabelas ou sequer possui em seu vasto acervo uma única fotografia que tenha sido encaminhada dentro de protocolos estabelecidos pelo Estado para a preservação de documentos.”⁷⁴.

Roma (2017a, p. 8) pontua também acerca do Fundo Secretaria de Governo, que contém documentos fotográficos “[...] das atividades dos governadores do estado de São Paulo entre os anos de 1945 e 1975, material produzido pelo governo do estado [...]”. De acordo com o autor, esse fundo chegou ao CAIC por meio de uma transferência e não por recolhimento. Além dos acervos de documentos fotográficos já mencionados, no APESP

⁷⁴ De acordo com a Tabela de Temporalidade de Documentos da Administração Pública do Estado de São Paulo para atividades-meio, a fotografia produzida pelos órgãos estaduais paulistas possui guarda permanente e, portanto, deve ser recolhida ao APESP findado o uso pelo qual foi produzida (ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2018a).

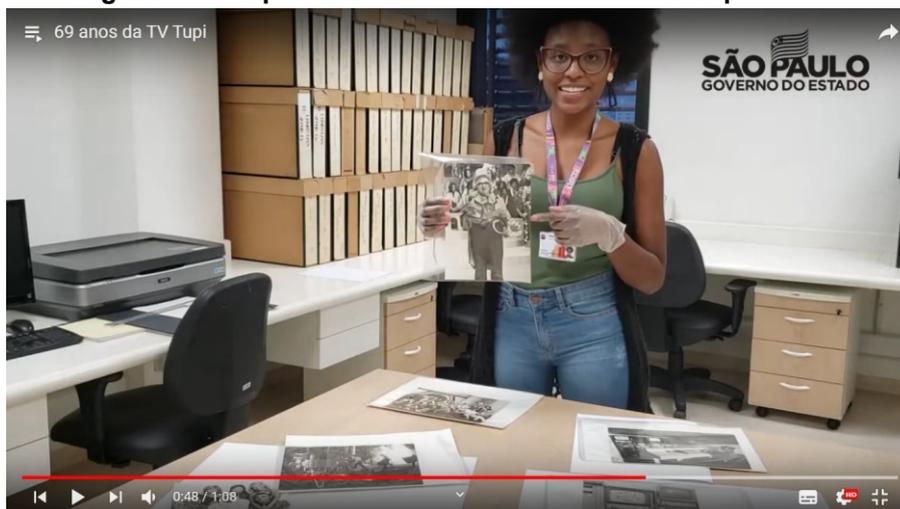
também existem fotografias sob a custódia do Centro de Acervo Permanente⁷⁵, como, por exemplo, em relatórios. Todavia, tais documentos fotográficos são desconhecidos pelo Centro de Acervo Iconográfico e Cartográfico e, por isso, muitas vezes, carecem de tratamento especializado, assim como de identificação. O autor finaliza suas reflexões questionando se a fotografia produzida pelo Estado é considerada pelo APESP como um “documento preservável”, já que a instituição relega os documentos fotográficos da administração pública do Estado paulista, entretanto, valoriza acervos fotográficos produzidos pela imprensa brasileira (ROMA, 2017a, p. 9).

Encontramos o uso do documento fotográfico pelo Arquivo Público do Estado de São Paulo em uma ação recente de difusão. Em seu canal do *Youtube*, na *playlist* “Arquivo em Minuto”, proposta iniciada em setembro de 2019, a instituição apresenta parte dos documentos sob a sua guarda. Até o momento, nos dois vídeos compartilhados na rede, o APESP fez uso apenas de documentos fotográficos (Figura 5). O primeiro vídeo aborda os 69 anos da TV Tupi, primeira emissora de televisão brasileira, o segundo, por sua vez, faz homenagem ao Chacrinha, José Abelardo Barbosa, famoso humorista brasileiro do período entre 1950 e 1980. A respeito desse personagem, durante a análise das postagens feitas em 2017 no *Facebook* do APESP, encontramos uma série de publicações em homenagem a Chacrinha, o que nos leva a considerar que a instituição emprega os documentos fotográficos desse humorista para atrair o público em geral.

O interessante dessa iniciativa é que o Arquivo dá ênfase ao acesso dessas fotografias por meio de suas redes sociais, *Facebook*, *Instagram* e *Twitter*. Todavia, a apresentadora também cita que os documentos fotográficos podem ser encontrados no sítio do APESP, porém, no vídeo, o foco do acesso aos documentos é enfatizado por meio das comunidades virtuais.

⁷⁵ Além de outras atribuições, o Centro de Acervo Permanente é responsável pela preservação e acesso de documentos textuais públicos e privados (SÃO PAULO, Decreto n. 54.276, 2009).

Figura 5 – "Arquivo em Minuto" - 69 anos da TV Tupi



Fonte: 69 anos..., 2019.

Em relação ao cenário da administração federal, o Arquivo Nacional também possui a guarda de grandes conjuntos documentais de fotografias tanto a produção do Estado quanto da imprensa brasileira e de pessoas físicas (ROMA, 2017a, p. 2). A exemplo do Arquivo Público do Estado de São Paulo, o AN também possui em sua estrutura administrativa a separação de setores responsáveis pelos documentos escritos e pelos documentos audiovisuais e cartográficos.

Ao analisar a estrutura interna de três instituições arquivísticas públicas sediadas na cidade do Rio de Janeiro, Vieira (2014, p. 91) afirma que, desde 1958, o Arquivo Nacional apresenta em seu organograma setores separados para documentos escritos e documentos especiais (mapas, fotografias, filmes e microfilmes, entre outros). O autor percebeu que, ao longo dos anos, essa estrutura permaneceu, porém com nomes diferentes. De acordo com ele, “enquanto o setor de documentos escritos divide-se em seções conforme uma lógica de nível de poder/produtores dos documentos, o setor de documentos audiovisuais, iconográficos e sonoros divide-se em seções por meio da linguagem/suporte dos documentos.” (VIEIRA, 2014, p. 98).

Ainda segundo o autor, o arranjo dos documentos textuais e dos “documentos especiais” é feito pelas coordenações que são responsáveis pela sua gestão, assim, um documento textual e um documento fotográfico que pertençam ao mesmo fundo podem ser organizados de diferentes formas, o que para Vieira (2014, p. 99) é um alto risco para a perda da organicidade documental.

Em relação à diversidade de documentos fotográficos no acervo custodiado pelo Arquivo Nacional, enfatizamos os fundos Agência Nacional, Correio da Manhã e Família Ferrez, que contêm documentos fotográficos que abrangem a construção de Brasília, a agenda dos presidentes do Brasil e acontecimentos públicos noticiados pela imprensa

brasileira, entre outras temáticas. Além disso, as fotografias também estão presentes nas coleções custodiadas pela instituição, como, por exemplo, na Coleção Fotografias Avulsas, que preserva, entre outros cliques, documentos fotográficos da família real brasileira, das cidades do Rio de Janeiro e de São Paulo e do estado do Acre (ARQUIVO NACIONAL, *online*)⁷⁶.

Atualmente, o “Correio da Manhã” é um dos fundos mais consultados do Arquivo Nacional, conforme pode ser visto na Figura 6.

Figura 6 – Acervos mais consultados do Arquivo Nacional



Fonte: Arquivo Nacional, setembro de 2019a⁷⁷.

O jornal “Correio da Manhã” foi um periódico carioca que circulou entre os anos 1901 e 1974. Em 1982, esse acervo foi doado ao Arquivo Nacional por Fernando Gasparian, que o havia adquirido em 1975. O acervo é composto por “[...] recortes de jornais, manuscritos, ampliações e negativos fotográficos de vários formatos, charges, ilustrações, cartazes, cartões-postais e desenhos originais, mapas rodoviários.” (ARQUIVO NACIONAL, 2017a). Em relação aos documentos fotográficos, parte mais consultada pelos usuários, o Fundo Correio da Manhã é composto por mais de 1 milhão de fotos, que podem ser consultadas na sede do AN, no Rio de Janeiro. Além disso, também é possível consultar pela Internet, na

⁷⁶ Informações retiradas do sítio institucional do Arquivo Nacional. Disponível em: <http://arquivonacional.gov.br/br/institucional/acervo>. Acesso em: 11 set. 2019.

⁷⁷ Disponível em: <http://arquivonacional.gov.br/br/consulta-ao-acervo/acervos-mais-consultados>. Acesso em: 11 set. 2019.

plataforma de acesso *online* da instituição, o Sistema de Informações do Arquivo Nacional, todavia, nem todas as fotografias estão disponíveis para acesso remoto⁷⁸.

A partir da apresentação dos cenários da fotografia no Arquivo Nacional, Arquivo Público do Estado de São Paulo e Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte podem ser traçadas algumas relações. No que diz respeito à produção, conforme apontou Mauad (2013) acerca da fotografia pública, os principais acervos fotográficos dos Arquivos selecionados nesta pesquisa foram produzidos, principalmente, pelo Estado e pela imprensa brasileira. Além disso, os documentos fotográficos dos acervos jornalísticos do AN e do APESP ocupam grande espaço em suas atividades, sobretudo no acesso e na difusão. A quantidade das fotografias é enorme nos três Arquivos, sendo que o Arquivo Nacional possui mais de 1 milhão de fotos em apenas um dos fundos que custodia.

Em relação aos desafios que foram pontuados, principalmente, na seção “Fotografia na Arquivologia”, percebemos que problemas com a falta de identificação são comuns às três instituições. Além disso, a questão da separação física dos documentos, entre documentos escritos e “documentos especiais” é uma situação existente no Arquivo Nacional e no Arquivo Público do Estado de São Paulo, a qual pode comprometer a organicidade dos documentos fotográficos, se não forem preservados os vínculos intelectuais de seus conjuntos documentais.

Outro ponto que merece destaque é o fato de que, atualmente, as fotografias são digitais, o que impacta na quantidade de documentos fotográficos que é produzida. Ao longo dos anos, a fotografia foi colocada à margem do tratamento arquivístico e, por isso, muitas vezes, ela não é considerada documento arquivístico. Hoje, são diversos os problemas que os Arquivos enfrentam com a falta de identificação dos documentos fotográficos, advindos principalmente da inexistência de um programa de gestão de documentos. Esses problemas se referem na maioria das vezes às fotografias analógicas, por isso, acreditamos que grande parte dos Arquivos públicos brasileiros ainda não está preparada para lidar com as fotografias digitais.

⁷⁸ Informações retiradas do sítio institucional do Arquivo Nacional. Disponível em: http://arquivonacional.gov.br/br/?option=com_content&view=article&id=206. Acesso em: 11 set. 2019.

4 DIFUSÃO NO FACEBOOK: narrativas fotográficas

“O documento não está ali para ilustrar não. Ele é o ponto de partida para a gente fazer o texto.”.

Entrevistada do Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte

Para compreendermos como os documentos fotográficos são difundidos nas páginas do *Facebook* do Arquivo Nacional, Arquivo Público do Estado de São Paulo e Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte, nossa metodologia foi construída de forma que pudéssemos dar voz às instituições, assim como analisarmos suas práticas nessa rede social. Dessa forma, construímos uma metodologia para coletar as postagens no *Facebook* e, posteriormente, analisá-las. Além disso, entrevistamos os técnicos do AN, APESP e APCBH que trabalham com a promoção de atividades de difusão e com o gerenciamento das redes sociais dessas instituições.

Durante o período de dezembro de 2018 a agosto de 2019, coletamos as postagens feitas no *Facebook* e, entre julho e setembro de 2019, realizamos as entrevistas. Começamos a pesquisa pela rede social, pois os conteúdos publicados na Internet são instáveis e, por isso, o tempo é um fator determinante para o êxito do levantamento que propomos. Essa configuração também nos ajudou no momento das entrevistas, visto que, ao entrevistarmos os técnicos, já tínhamos noção da atuação das instituições no *Facebook*. Nessa perspectiva, apresentaremos os resultados alcançados na mesma ordem em que os dados foram coletados.

4.1 Entre números, possibilidades e desafios

A todo instante uma quantidade muito grande de conteúdo é produzida na Internet. Ao mesmo tempo em que esse conteúdo é criado e disseminado, sua recuperação e preservação se tornam processos complexos de serem realizados. Um exemplo é a curta vida útil de um documento digital, no qual não foram tomadas medidas de preservação, devido à degradação do suporte e obsolescência tecnológica (CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS, 2011, p. 81). Por isso, fazer o levantamento das postagens nas páginas do *Facebook* das instituições arquivísticas selecionadas nesta pesquisa foi uma tarefa demorada e com alguns desafios. Entretanto, ao final do percurso, foi possível realizarmos uma série de reflexões que serão úteis para a Arquivologia e para os Arquivos abarcados neste estudo, assim como para outras instituições arquivísticas.

Por conta da difícil recuperação do conteúdo na Internet, resolvemos coletar as postagens feitas nas páginas do *Facebook* do Arquivo Nacional, APESP e APCBH que foram publicadas nos anos de 2017 e 2018. Além disso, as redes sociais *online* têm suas

configurações alteradas constantemente, aliás, essa questão faz parte do sentido de ser desses espaços. Por isso, com o objetivo de apresentarmos uma imagem mais próxima da realidade de atuação dos Arquivos analisados no *Facebook*, escolhemos coletar as postagens de dois anos devido a diversos acontecimentos que ocorreram no cenário nacional, como, por exemplo, a instabilidade na política, especialmente no âmbito do governo federal com a presidência de Michel Temer; o campeonato mundial de futebol masculino, a Copa do Mundo 2018; as eleições para governadores e presidente, entre outros.

Esses acontecimentos alteraram parte da dinâmica de atuação dos Arquivos nas redes sociais. O período eleitoral, por exemplo, é regido pela Lei n. 9.504, de 30 de dezembro de 1997, que, entre outros aspectos, estabelece o uso de sítios e rede sociais pelos órgãos públicos durante as eleições (BRASIL, 1997). O Arquivo Público do Estado de São Paulo, por exemplo, deixou de atualizar suas redes sociais entre os meses de julho e outubro de 2018 (FACEBOOK ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO..., 2018).

A coleta

A coleta de postagens foi feita a partir da página inicial (linha do tempo) das páginas do *Facebook* do Arquivo Nacional, APESP e APCBH. No entanto, posteriormente, analisamos também os álbuns de fotos e vídeos dessas instituições. Nesses espaços, o *Facebook* reúne todas as imagens e vídeos que foram publicados na linha do tempo. Tivemos que analisar esses álbuns porque no decorrer da coleta percebemos que postagens que já haviam sido coletadas não estavam mais disponíveis nas linhas do tempo das páginas do *Facebook* dessas instituições. Dessa forma, acreditamos que foi possível recuperar todos os documentos fotográficos postados pelas instituições arquivísticas analisadas, visto que tanto suas linhas do tempo quanto seus álbuns de fotos foram verificados. Entretanto, no que diz respeito aos outros tipos de difusão, contabilizamos apenas os conteúdos que estavam disponíveis nas linhas do tempo à época da coleta. Assim, este estudo aponta quais tipos de difusão os Arquivos fazem em suas páginas do *Facebook*, porém não podemos afirmar a quantidade exata de postagens das outras “categorias de difusão”, em decorrência das limitações dessa rede social.

Na Figura 7, apresentamos um exemplo da página inicial do Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte. A partir das setas, é possível visualizar quais os conteúdos das páginas do *Facebook* de cada uma das instituições foram contabilizados durante a coleta de postagens.

Figura 7 – Página inicial do Facebook do APCBH



Fonte: Facebook do Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte, 2019.

Foram criadas duas pastas de trabalho no *Microsoft Excel* (2017 e 2018) para cada uma das instituições arquivísticas analisadas. Em cada uma delas foram elaboradas doze planilhas, uma para cada mês do ano. Nesses espaços, inserimos os conteúdos de cada uma das postagens coletadas, além disso, criamos um calendário, no qual foi possível ter noção dos dias da semana em que as postagens eram publicadas. Contabilizamos todas as postagens e destacamos a quantidade de publicações que fizeram uso de documentos fotográficos.

As postagens que possuíam apenas documentos fotográficos passavam por outro processo. As imagens dessas publicações foram salvas no editor de texto *Microsoft Word*, no qual também foram inseridos separadamente os textos e fotografias utilizados nas postagens, bem como o *link* das publicações, caso precisássemos acessá-las novamente. Apesar de a interação do público não ser objeto desta pesquisa, também fizemos a coleta da quantidade de comentários, curtidas e compartilhamentos encontrados à época, visto que pretendemos refletir sobre essa questão futuramente. Todo esse material também foi separado por mês e ano.

A sistematização dos dados

Depois de finalizarmos a coleta de postagens em todas as três páginas, agrupamos todos os dados em duas planilhas (2017 e 2018) para cada uma das instituições a partir de “categorias de difusão”, dessa forma, fizemos a contabilização de todas as publicações. No

caso das postagens que fizeram o uso de fotografias, analisamos quais tinham sido os fundos e coleções utilizados, a quantidade de documento fotográfico por postagem, bem como qual foi o tema da publicação. Essas informações serão fundamentais para compreendermos como o Arquivo Nacional, o Arquivo Público do Estado de São Paulo e o Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte compartilham os documentos fotográficos no *Facebook*.

Nossa análise se iniciou pelo *Facebook* do APCBH, visto que, em setembro de 2018, tivemos a informação de que sua página poderia ser desativada por conta de uma nova política de comunicação da Prefeitura, a qual foi mencionada anteriormente. Assim, enfrentamos a possibilidade de os rumos desta pesquisa serem totalmente modificados. No entanto, resolvemos manter nossa proposta e privilegiamos iniciar nossa coleta de dados pela página do *Facebook* dessa instituição. Ao finalizarmos essa coleta, partimos para a página do APESP e concluímos com a página do Arquivo Nacional, a qual foi a coleta mais demorada, pois a quantidade de postagens da instituição é muito grande.

Categorias de difusão

Criamos “categorias de difusão” para contabilizarmos as postagens na planilha final de sistematização de dados, que, de maneira geral, foram agrupadas em acervo documental, produtos e serviços. O acervo documental arquivístico foi organizado em gêneros documentais, entre eles: audiovisual, cartográfico, fotográfico, iconográfico, micrográfico, sonoro e textual. Apesar de a fotografia fazer parte do gênero iconográfico fizemos essa separação justamente porque era nossa intenção saber a quantidade exata de documentos fotográficos. Algumas postagens usam mais de um gênero documental, por esse motivo classificamos essas publicações na categoria “mais de um gênero documental”. Além disso, também criamos as categorias “jornais”, “revistas” e “acervo bibliográfico”, que compõem, normalmente, o acervo de coleções das instituições arquivísticas e também costumam ser gerenciadas pelas hemerotecas e bibliotecas dos Arquivos. A categoria “acervo bibliográfico” reúne as postagens sobre os livros que compõem as bibliotecas das instituições analisadas, sobretudo os livros considerados raros.

Para organizarmos os gêneros documentais, fizemos uso do “Dicionário de Terminologia Arquivística” (CAMARGO *et al.*, 2010), do “Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística” (ARQUIVO NACIONAL, 2005) e do “Glossário da Câmara Técnica de Documentos Audiovisuais, Iconográficos, Sonoros e Musicais do CONARQ” (CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS, 2018). Além disso, também levamos em conta as definições que o Arquivo Nacional, APESP e APCBH empregam. Assim,

independentemente do processo de produção (analógico ou digital), as categorias de gêneros documentais foram compostas pelos seguintes documentos:

1. documento audiovisual: filmes e demais vídeos (documentos que tinham a associação entre imagens e sons);
2. documento cartográfico: mapas, plantas e projetos arquitetônicos;
3. documento iconográfico: figuras, ilustrações, brasões, cartuns, charges, desenhos, etiquetas, cartazes, selos, imagens, gravuras e demais documentos que continham imagens fixas;
4. documento fotográfico: negativos e positivos (revelações, provas contato, cromos e diapositivos – *slides*);
5. documento micrográfico: cartões-janela e microfilmes;
6. documento sonoro: áudios, músicas e demais registros sonoros; e
7. documento textual: manuscritos, atas, relatórios, panfletos, leis e decretos, códices, cartas e *folders*, entre outros documentos.

Entre os serviços, criamos as categorias “eventos”, “visitas”, “acesso”, “institucional”, “gestão de documentos”, “fundos e coleções” e “sítios e redes sociais”. Na categoria “eventos”, agrupamos as exposições (virtuais e presenciais), transmissões ao vivo, cursos, seminários, treinamentos e palestras, entre outros acontecimentos dessa mesma natureza. Na categoria “visitas”, foram agrupadas as visitas de diversos tipos que as instituições receberam. A categoria “acesso” é formada por todas as postagens que informam aos usuários sobre o funcionamento da instituição, a indisponibilidade de algum fundo ou coleção, o atendimento presencial e a distância, bem como pelas publicações que informam aos consulentes sobre como solicitar as certidões comprobatórias, principalmente para requerer dupla nacionalidade.

Na categoria “institucional”, estão classificadas as postagens que apresentavam ao público o trabalho feito por determinado setor da instituição, além de processos seletivos para estágio, divulgação do endereço do Arquivo e de legislação pertinente, entre outros conteúdos similares. A categoria “gestão de documentos” foi encontrada sobretudo nas postagens do Arquivo Público do Estado de São Paulo, nela agrupamos as publicações que traziam informações sobre Sistema de Arquivos, sobre reuniões internas voltadas para a gestão documental, documentário sobre o tema, tabelas de temporalidade e planos de classificação, dentre outros conteúdos. A categoria “fundos e coleções” é composta de postagens que informam os usuários sobre fundos e coleções custodiadas tanto pelas instituições abarcadas na análise quanto por outros Arquivos. Por fim, a categoria “sítios e redes sociais” reúne as publicações que difundiam os sítios, portais e demais redes sociais da instituição.

Para categorizarmos os produtos dos Arquivos, criamos a categoria “publicações”, na qual reunimos as postagens que difundiam livros, periódicos, revistas e demais obras editoriais dos Arquivos, assim como os instrumentos de pesquisa, como, por exemplo, guias, inventários, catálogos e repertórios.

Além desses três grupos de categorias (acervo documental, serviços e produtos), também criamos as categorias “postagens comemorativas/notas de pêsames”, “atualizações da página do *Facebook*”, “*clipping*” e “outros”. Na categoria “postagens comemorativas/notas de pêsames”, foram reunidas as publicações em que as instituições, sem nenhum uso de seus acervos documentais, produtos ou serviços, comemoravam uma data especial, como, por exemplo, aniversário de criação do Arquivo e datas reservadas para lembrar sobre a prevenção de suicídios, acidentes de trânsito, câncer de mama e câncer de próstata⁷⁹. Além disso, essa categoria também reuniu as notas de pêsames, nas quais a instituição anunciava o falecimento de alguém do cenário público brasileiro ou de seu quadro de funcionários.

Em “atualizações da página do *Facebook*”, foram reunidas as postagens em que as instituições analisadas modificaram suas fotos de perfil ou da capa⁸⁰. Em “*clipping*”, estão agrupadas as postagens em que foram compartilhadas matérias jornalísticas produzidas com o foco em determinada ação dos Arquivos. A categoria “outros” reúne postagens que não se enquadraram em nenhuma das categorias citadas acima.

4.1.1 Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte

Durante a coleta de postagens do APCBH, tivemos que criar mais uma categoria de difusão, visto que muitas das publicações da instituição eram ações de publicidade vinculadas à Fundação Municipal de Cultura e à Prefeitura de Belo Horizonte. Na entrevista com a técnica do Arquivo, descobrimos que isso ocorre porque a FMC também possui acesso à página do *Facebook* do APCBH. Dessa forma, a Fundação pode publicar eventos que são promovidos por outros equipamentos culturais da PBH.

No Quadro 1, estão dispostos os resultados encontrados em 2017. Conforme pode ser visto, a maior parte de publicações é justamente da Fundação Municipal de Cultura e da

⁷⁹ Essas datas costumam englobar diversos eventos que ocorrem durante um mês. A prevenção de suicídios normalmente data do mês de setembro, o “setembro amarelo”. Em maio, acontece a prevenção de acidentes de trânsito, período normalmente conhecido como “maio amarelo”. O mês de outubro é dedicado à prevenção do câncer de mama, época conhecida como “outubro rosa”. Em novembro, por sua vez, acontece o “novembro Azul”, período dedicado à prevenção do câncer de próstata.

⁸⁰ Os usuários do *Facebook* têm a possibilidade de adicionar duas fotos ao seu perfil. Em páginas institucionais, normalmente, a foto de perfil apresenta a logomarca da instituição. A foto da capa fica no canto superior da página inicial e pode ser preenchida com uma imagem de dimensão maior.

PBH. Em seguida, as postagens de eventos promovidos pela instituição aparecem em destaque, sendo que os principais eventos difundidos foram o “Novos Registros – Banco de Teses sobre Belo Horizonte” e a primeira edição da Semana Nacional de Arquivos. Em relação ao acervo documental custodiado pelo APCBH, as revistas e os documentos fotográficos aparecem em terceiro e quarto lugar, respectivamente.

O Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte possui algumas coleções de revistas, entre elas, Coleção Revista Belo Horizonte, Coleção Revista Alterosa, Coleção Revista de Cultura Acaiaca, Coleção Revista Vida Industrial e Coleção Revista Pampulha. Essas revistas possuem um conteúdo muito rico, principalmente sobre o cenário da capital mineira e de Minas Gerais entre os anos de 1930 e 1960 (ARQUIVO PÚBLICO DA CIDADE DE BELO HORIZONTE, 2016c, p. 185-194).

Quadro 1 – APCBH: Categorias de difusão em 2017

| Nº | Categorias de difusão | Quantidade de postagens |
|--------------|------------------------------|--------------------------------|
| 1 | Publicidade FMC/PBH | 44 |
| 2 | Eventos | 41 |
| 3 | Revistas | 29 |
| 4 | Documento fotográfico | 23 |
| 5 | Acesso | 20 |
| 6 | Documento cartográfico | 20 |
| 7 | Visitas | 13 |
| 8 | Documento textual | 8 |
| 9 | Publicações | 6 |
| 10 | Acervo bibliográfico | 5 |
| 11 | Documento iconográfico | 5 |
| 12 | Mais de um gênero documental | 5 |
| 13 | Postagens comemorativas | 5 |
| 14 | <i>Clipping</i> | 4 |
| 15 | Gestão de documentos | 1 |
| 16 | Institucional | 1 |
| 17 | Sítios e redes sociais | 1 |
| TOTAL | | 231 |

Fonte: Dados da pesquisa, 2019.

Em quinto lugar está a categoria “acesso”, visto que foram encontradas muitas postagens sobre comunicados de funcionamento. O documento cartográfico também ocupa

um lugar de destaque na difusão da instituição. Conforme mencionado, o APCBH possui sob a sua custódia muitos documentos cartográficos, sobretudo projetos arquitetônicos. Na coleta de postagens, encontramos 13 publicações de visitas, principalmente do público infantil.

O documento textual ficou em oitavo lugar no *ranking* das postagens, com 8 postagens. A categoria “publicações” foi composta pelas postagens que difundiam os instrumentos de pesquisa da instituição e a Revista Eletrônica do Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte, a partir de chamada de artigos. As postagens de acervo bibliográfico difundiam livros da biblioteca da instituição. Em “documentos iconográficos” foram classificadas as postagens que difundiam os cartazes sob a guarda da instituição.

A categoria “mais de um gênero documental” é composta por postagens publicadas na época do carnaval que fizeram o uso de fotografias, documentos textuais e iconográficos. Destacamos nas postagens comemorativas a homenagem ao Dia do Bibliotecário (em 12 de março), o aniversário do APCBH (em 20 de maio), o Dia Internacional de Arquivos (em 9 de junho), o Dia do Arquivista (em 20 de outubro) e a comemoração de natal (em 25 de dezembro).

A categoria “*clipping*” reúne as postagens em que foram difundidas matérias da imprensa em que o Arquivo foi objeto de divulgação. Classificamos na categoria “gestão de documentos” uma postagem sobre reunião da Câmara Técnica de Avaliação de Temporalidade e Destinação de Documentos de Arquivo da instituição. A categoria “institucional” foi aplicada em uma postagem em que o APCBH recebeu uma doação de máquinas leitoras de microfilme e a categoria “sítios e redes sociais”, por sua vez, para uma publicação sobre as 7 mil curtidas da página do *Facebook* da instituição.

Conforme pode ser visto, o APCBH não publicou muitas postagens no período analisado, sendo que a maior parte do conteúdo difundido foi elaborada pela Fundação Municipal de Cultura. À época, as postagens foram feitas em dias alternados da semana e, normalmente, não eram postadas mais de duas publicações por dia.

Em 2018, houve uma diminuição considerável nas publicações do Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte em sua página do *Facebook*. O motivo dessa situação nos foi relatado durante a etapa de entrevista. De acordo com a técnica da instituição, à época, parte da instituição estava passando por reforma, sobretudo para melhorar a acessibilidade ao Arquivo. Dessa forma, a equipe do Setor de Pesquisa, Difusão Cultural e Educação Patrimonial teve que desocupar sua sala, assim, parte da difusão *online* foi paralisada (ENTREVISTADA – ARQUIVO PÚBLICO DA CIDADE DE BELO HORIZONTE, 2019).

No entanto, de maneira geral, as postagens feitas em 2018 (Quadro 2) são semelhantes ao cenário encontrado em 2017. A categoria “publicidade FMC/PBH”

permaneceu em primeiro lugar, seguida das categorias “eventos” e “acesso”. Em relação aos documentos, a fotografia foi o gênero documental mais difundido. A categoria “publicações”, por sua vez, reuniu as postagens que difundiam a chamada de artigos da REAPCBH e a publicação "Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte: a cartilha do cidadão". Em seguida, aparecem as categorias “revistas” com seis postagens e “documento cartográfico”, “documento textual” e “mais de um gênero documental” com cinco postagens cada uma. Em “mais de um gênero documental”, foram agrupadas, a exemplo de 2017, postagens com documentos fotográficos e textuais. Nas categorias “acervo bibliográfico”, “documento iconográfico” e “visitas” foram reunidas quatro publicações.

As “postagens comemorativas” reuniram as homenagens ao Dia do Bibliotecário e ao aniversário do APCBH. A categoria “fundos e coleções” contabilizou uma publicação que difundia o Fundo Câmara Municipal de Belo Horizonte. Em “gestão de documentos” foi agrupada uma postagem sobre eliminação de documentos e, por sua vez, em “sítios e redes sociais” classificamos uma publicação sobre as 8 mil curtidas da página do *Facebook* do APCBH.

Quadro 2 – APCBH: Categorias de difusão em 2018

| Nº | Categorias de difusão | Quantidade de postagens |
|--------------|------------------------------|--------------------------------|
| 1 | Publicidade FMC/PBH | 48 |
| 2 | Eventos | 32 |
| 3 | Acesso | 22 |
| 4 | Documento fotográfico | 8 |
| 5 | Publicações | 6 |
| 6 | Revistas | 6 |
| 7 | Documento cartográfico | 5 |
| 8 | Documento textual | 5 |
| 9 | Mais de um gênero documental | 5 |
| 10 | Acervo bibliográfico | 4 |
| 11 | Documento iconográfico | 4 |
| 12 | Visitas | 4 |
| 13 | Postagens comemorativas | 2 |
| 14 | Fundos e coleções | 1 |
| 15 | Gestão de documentos | 1 |
| 16 | Sítios e redes sociais | 1 |
| TOTAL | | 154 |

Fonte: Dados da pesquisa, 2019.

O documento fotográfico na página do *Facebook* do APCBH

Ao longo de 2017 e 2018, a fotografia permaneceu como o gênero documental mais difundido pela instituição, contabilizando o total de 31 postagens. Se estivéssemos analisando as postagens da categoria “mais de um gênero documental” esse número aumentaria consideravelmente. No entanto, compreendemos que, apesar de ter sido um período atípico de atuação *Facebook*, o documento fotográfico possui um lugar de prestígio na difusão *online* do APCBH.

Ao analisarmos as postagens de documentos fotográficos da instituição, percebemos que, geralmente, as publicações do Arquivo introduzem a fotografia como parte pertencente ao texto que é vinculado. Além disso, o APCBH também disponibiliza para o usuário o código de referência do documento e a bibliografia empregada na produção do texto, conforme pode ser visto na figura abaixo.

Figura 8 – Postagem do APCBH

The image shows a Facebook post from the APCBH page. The post is from 'Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte' and is dated January 25, 2017. The text discusses the history of postal services in Brazil, mentioning the 'Correio-Mor' and the 'Correio da Corte'. It also mentions a race for mail carriers and clerks held in Belo Horizonte in 1978. The post includes a reference to the image (BRMGAPCBH//AB.00.00.00-26664b) and the text (https://goo.gl/h45m4O and https://goo.gl/J7yJCC). Below the text is a black and white photograph of a large group of people standing in a line on a city street.

Fonte: *Facebook* do Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte, 2017.

A análise dos fundos dos documentos fotográficos difundidos pelo APCBH, assim como pelas demais instituições analisadas nesta pesquisa, foi feita a partir da identificação de seu nome no texto da postagem e não somente pela existência do código de referência do documento, visto que nosso objetivo foi compreender se uma pessoa que não tem conhecimento acerca de pesquisa em Arquivos saberia identificar a qual conjunto documental aquele documento pertencia. Nessa perspectiva, no Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte foram identificados seis fundos e um subfundo (Quadro 3). Desses, dois deles são privados e o restante são conjuntos documentais públicos. O fundo mais difundido é o da Assessoria de Comunicação Social do Município, em seguida, o Fundo Empresa Municipal de Turismo de Belo Horizonte S.A. O Subfundo Teatro Francisco Nunes⁸¹ e os fundos da Câmara Municipal de Belo Horizonte e da Superintendência de Desenvolvimento da Capital (SUDECAP) também foram empregados. Doze postagens não possuíam a identificação do conjunto documental (fundo ou coleção) ao qual o documento pertencia.

Quadro 3 – Conjuntos documentais difundidos pelo APCBH

| Nº | Fundos | 2017 | 2018 | TOTAL |
|--------------|---------------------------------|-------------|-------------|--------------|
| 1 | Sem identificação | 14 | 4 | 18 |
| 2 | Fundo ASCOM | 14 | 3 | 17 |
| 3 | Fundo SUDECAP | 8 | 5 | 13 |
| 4 | Fundo BELOTUR | 11 | - | 11 |
| 5 | Fundo Nelson de Senna | 3 | - | 3 |
| 6 | Fundo Antônio Paulo de Mello | 2 | - | 2 |
| 7 | Fundo CMBH | 2 | - | 2 |
| 8 | Subfundo Teatro Francisco Nunes | - | 2 | 2 |
| TOTAL | | 54 | 14 | 68 |

Fonte: Dados da pesquisa, 2019.

Embora a instituição somente tenha compartilhado 31 publicações exclusivamente com documentos fotográficos, a quantidade de fotografias difundidas foi maior, já que algumas postagens tinham mais de um documento. Em 2017, as 23 postagens difundiram 54 documentos fotográficos, sendo que uma única publicação empregou 10 fotografias, trata-se da postagem em homenagem ao Dia Nacional do Futebol, em 19 de julho. No ano de 2018, o APCBH publicou 8 postagens com fotografias, que difundiram 14 documentos

⁸¹ Esse subfundo pertence ao Fundo Fundação Municipal de Cultura (ARQUIVO PÚBLICO DA CIDADE DE BELO HORIZONTE, 2016c, p.61-65).

fotográficos. Dessa forma, o total de fotografias compartilhadas na página do *Facebook* do Arquivo entre 2017 e 2018 foi de 68 documentos fotográficos.

Em relação às temáticas de difusão, as fotografias foram empregadas principalmente para efemérides e para divulgar locais da capital mineira (Quadro 4). Nas efemérides, encontramos homenagens a datas profissionais (Dia do Compositor, Dia do Carteiro, Dia do Gari, Dia do Índio, Dia do Professor e Dia Nacional do Historiador), recordações de datas do calendário nacional (Dia da Água, Início do Ano Letivo, Dia da Escola, Dia do Circo, Dia dos Finados e Dia Nacional do Futebol, Dia Internacional do Orgulho LGBTQI) e de momentos importantes para a história brasileira, como, por exemplo, manifestação popular e implantação da Ditadura Militar. Os locais difundidos foram: bairro Mangabeiras, Parque Municipal Américo Renné Giannetti, Jardim Botânico de Belo Horizonte, Viaduto Santa Tereza e Mercado Central, dentre outros. Em “acervo documental”, reunimos as postagens que, por meio das fotografias, difundiram algum fundo do APCBH, por sua vez, em “institucional”, agrupamos as postagens que também usaram o documento fotográfico, porém com o objetivo de difundir alguma atividade do Arquivo. Classificamos uma postagem sobre a história da febre amarela na temática “história”.

Quadro 4 – Temáticas de difusão do APCBH

| Nº | Temáticas de difusão | 2017 | 2018 | TOTAL |
|--------------|----------------------|-----------|----------|-----------|
| 1 | Efemérides | 14 | 1 | 15 |
| 2 | Locais | 6 | 5 | 11 |
| 3 | Acervo documental | 2 | - | 2 |
| 4 | Institucional | - | 2 | 2 |
| 5 | História | 1 | - | 1 |
| TOTAL | | 23 | 8 | 31 |

Fonte: Dados da pesquisa, 2019.

De maneira geral, os resultados revelam que o APCBH, a partir de efemérides e de locais conhecidos da população belo-horizontina, difunde os seus documentos fotográficos, sobretudo de fundos públicos, com destaque para o Fundo Assessoria de Comunicação Social do Município. Além disso, os conjuntos documentais empregados pela instituição têm estreita relação com as temáticas das postagens. O Fundo SUDECAP, por exemplo, foi empregado para publicações que apresentavam locais, como o Córrego do Pastinho, em Belo Horizonte. O Fundo ASCOM, por sua vez, por possuir documentos fotográficos de diversas naturezas, foi utilizado nas postagens com temáticas voltadas para a publicação de efemérides e locais.

4.1.2 Arquivo Público do Estado de São Paulo

Os resultados encontrados na análise da página do *Facebook* do APESP durante o ano de 2017 estão dispostos no Quadro 5. A categoria “eventos” está em primeiro lugar nas postagens desse Arquivo no *Facebook*. Destacamos nessa categoria os meses de maio e junho, nos quais foram divulgados muitos eventos que ocorreram durante a 1ª Semana Nacional de Arquivos. Além disso, também merece destaque as transmissões ao vivo que a instituição faz de seus eventos. Em segundo lugar, encontramos a difusão de documentos fotográficos, em seguida, as postagens que difundem as publicações do APESP, como, por exemplo, os livros digitais editados pela instituição, os instrumentos de pesquisa e o número novo da Revista Arquivo, entre outras. A categoria “gestão de documentos” está em quarto lugar, agrupando as postagens que difundiam materiais do Sistema de Arquivos do Estado de São Paulo, tabelas de temporalidade e planos de classificação, dentre outros temas relacionados.

Posteriormente, temos as postagens das visitas que a instituição recebeu e, na categoria “institucional”, foram agrupadas as publicações que divulgavam as atividades que o APESP possui, assim como vagas de estágio, a sua localização geográfica, dentre outras. Entre o acervo documental, a instituição priorizou a difusão de revistas, documentos cartográficos e textuais, a exemplo do APCBH. Na categoria “postagens comemorativas/notas de pêsames” foram reunidas as publicações sobre os 125 anos da instituição, os 5 anos da Lei de Acesso à Informação, o Dia Internacional de Arquivos, o Dia do Estagiário, o Dia do Arquivista e nota de falecimento, entre outras. A instituição também tem o hábito de difundir as matérias da imprensa que foram dedicadas a alguma temática do Arquivo, assim, a categoria “*clipping*” reuniu 13 publicações.

O conjunto de jornais sob a guarda do APESP também foi difundido pela instituição em 2017, assim como informações sobre seu sítio institucional, portais e redes sociais. Em “acesso”, foram reunidas as publicações com comunicados de funcionamento, informações sobre pesquisas presenciais e *online*. No período analisado, também foram encontradas postagens com atualização das fotos de perfil e da capa da página do *Facebook* da instituição, além de publicações que fizeram o uso de documentos iconográficos, como, por exemplo, ilustrações e cartaz. Na categoria “fundos e coleções”, foram reunidas as publicações sobre o recebimento de doação de documentos à instituição, os acervos pessoais sob a guarda do APESP, documentos do Memorial do Imigrante e de outros conjuntos documentais. Em menor número, encontramos postagens difundindo o acervo bibliográfico do Arquivo e os documentos audiovisuais e micrográficos. Além disso, também foram encontradas publicações com mais de um gênero documental, nas quais foi possível

ver o uso da fotografia associado ao documento textual. Por fim, na categoria “outros” foram reunidas postagens sobre dica de leitura e definição do termo “arquivo”.

Quadro 5 – APESP: Categorias de difusão em 2017

| Nº | Categorias de difusão | Quantidade de postagens |
|--------------|---|--------------------------------|
| 1 | Eventos | 140 |
| 2 | Documento fotográfico | 127 |
| 3 | Publicações | 40 |
| 4 | Gestão de documentos | 24 |
| 5 | Visitas | 23 |
| 6 | Institucional | 16 |
| 7 | Revistas | 16 |
| 8 | Documento cartográfico | 15 |
| 9 | Documento textual | 15 |
| 10 | Postagens comemorativas/notas de pêsames | 14 |
| 11 | <i>Clipping</i> | 13 |
| 12 | Jornais | 11 |
| 13 | Sítios e redes sociais | 7 |
| 14 | Acesso | 6 |
| 15 | Atualizações da página do <i>Facebook</i> | 6 |
| 16 | Documento iconográfico | 4 |
| 17 | Fundos e coleções | 4 |
| 18 | Acervo bibliográfico | 2 |
| 19 | Documento audiovisual | 2 |
| 20 | Mais de um gênero documental | 2 |
| 21 | Outros | 2 |
| 22 | Documento micrográfico | 1 |
| TOTAL | | 490 |

Fonte: Dados da pesquisa, 2019.

No ano de 2018, entre os meses de julho e outubro, o Arquivo Público do Estado de São Paulo deixou de publicar conteúdos em sua página no *Facebook* devido ao período eleitoral. Dessa forma, em relação ao ano anterior, houve uma diminuição no número de postagens. Todavia, de maneira geral, o cenário de publicações nessa rede social permaneceu semelhante ao que foi encontrado em 2017.

Quadro 6 – APESP: Categorias de difusão em 2018

| Nº | Categorias de difusão | Quantidade de postagens |
|--------------|---|-------------------------|
| 1 | Eventos | 147 |
| 2 | Documento fotográfico | 57 |
| 3 | Visitas | 33 |
| 4 | Publicações | 22 |
| 5 | Gestão de documentos | 17 |
| 6 | Acesso | 16 |
| 7 | Jornais | 16 |
| 8 | Revistas | 15 |
| 9 | Atualizações da página do <i>Facebook</i> | 11 |
| 10 | Institucional | 10 |
| 11 | <i>Clipping</i> | 9 |
| 12 | Documento textual | 6 |
| 13 | Postagens comemorativas/notas de pêsames | 6 |
| 14 | Documento cartográfico | 5 |
| 15 | Sítios e redes sociais | 5 |
| 16 | Fundos e coleções | 4 |
| 17 | Outros | 2 |
| 18 | Documento audiovisual | 1 |
| 19 | Documento iconográfico | 1 |
| 20 | Mais de um gênero documental | 1 |
| TOTAL | | 384 |

Fonte: Dados da pesquisa, 2019.

Eventos e documentos fotográficos continuaram nos primeiros lugares no *ranking* de categorias de difusão do APESP. Entretanto, a quantidade de postagens que usou fotografias diminuiu de 127, número encontrado no ano anterior, para 57 publicações. O Arquivo manteve as postagens de visitas recebidas, de suas publicações e de conteúdos sobre gestão de documentos. Na categoria “acesso”, foram reunidas as postagens com comunicados de funcionamento, alteração de número de contato do APESP, consulta ao acervo textual e sobre pedidos de certidões. Os jornais e revistas também foram difundidos na página da instituição. Entre os meses de junho e julho e outubro a dezembro, o Arquivo alterou as fotos de perfil e da capa de sua página algumas vezes, conforme pode ser percebido na quantidade de postagens encontradas.

Na categoria “institucional”, foram reunidas as postagens sobre as atividades que alguns setores da instituição desempenham, assim como o compartilhamento de vagas de estágio no APESP, termos de cooperação e convênios do Arquivo com o Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, editais do Programa de Ação Cultural da Secretaria de Cultura do Estado de São Paulo e legislação que cria o Fundo Especial de Despesa da Unidade do Arquivo Público do Estado. Além disso, a instituição também compartilhou publicações com sua atuação na imprensa brasileira, que foram reunidas na categoria “*clipping*”, bem como fez o uso, em menor número, de documentos dos gêneros textual, cartográfico, audiovisual e iconográfico.

Em “postagens comemorativas/notas de pêsames”, foram reunidas as publicações em homenagem ao Dia do Leitor (05 de janeiro), aos 180 anos do Arquivo Nacional, Dia Internacional dos Arquivos (09 de junho), Dia Nacional do Livro (29 de outubro), bem como notas de falecimento. O APESP também difundiu informações sobre suas redes sociais e sítios, especialmente na época anterior ao período eleitoral. As postagens da categoria “fundos e coleções” difundiram os fundos do Departamento de Ordem Política e Social de São Paulo, da Secretaria do Interior, da Secretaria da Agricultura e da Comissão Teotônio Vilela. A categoria “outros” é composta por postagens sobre curso técnico em arquivo oferecido na cidade de São Paulo e uma notícia sobre uma tribo indígena que criou um jogo sobre sua história. Em “mais de um gênero documental”, foi agrupada uma publicação que difundia jornal e revista sob a guarda do APESP.

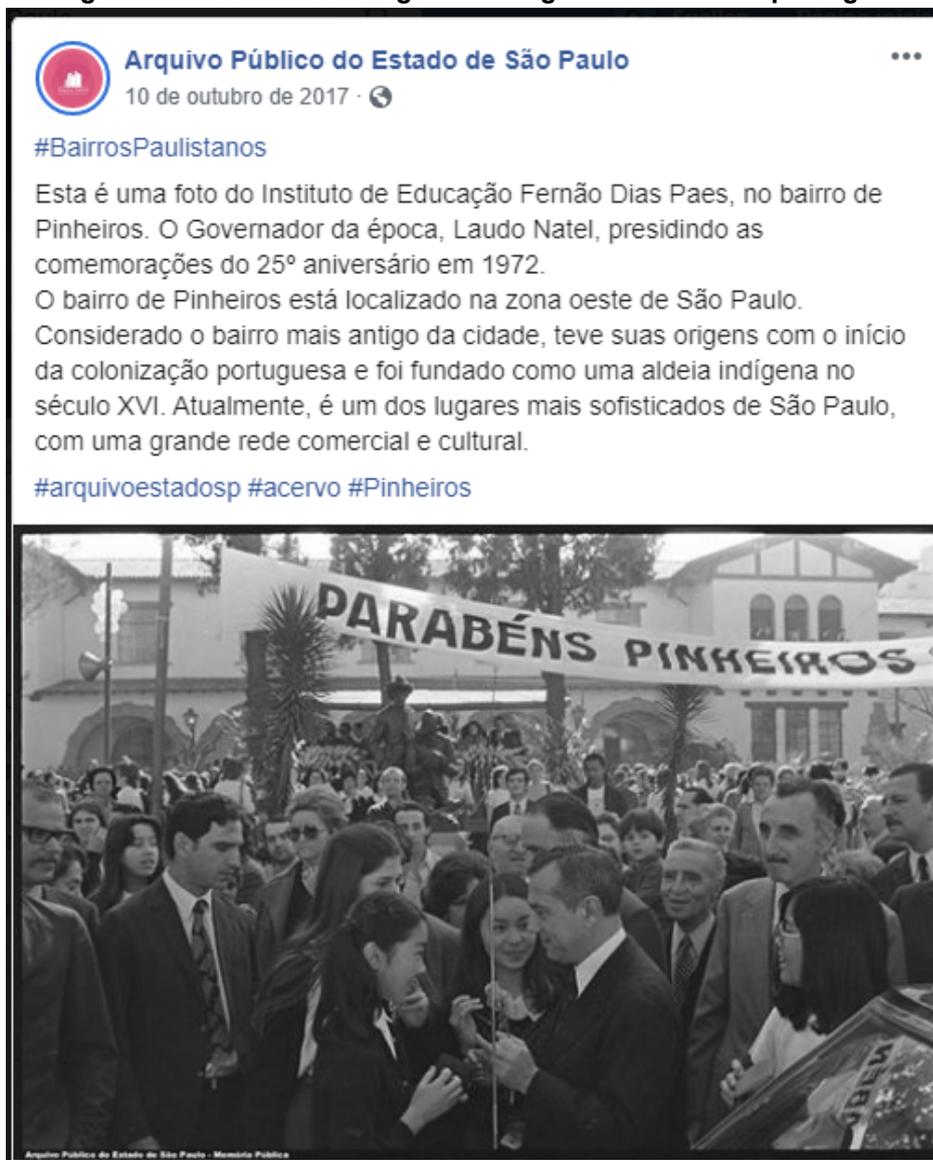
O documento fotográfico na página do *Facebook* do APESP

Assim como no APCBH, a fotografia também foi o gênero documental mais difundido pelo Arquivo Público do Estado de São Paulo em sua página no *Facebook*. A exemplo da instituição mineira, o APESP, normalmente, difunde os documentos fotográficos vinculados a um texto. Em algumas publicações, foi possível encontrar o código de referência da fotografia, entretanto, isso não é uma realidade de todas as postagens da instituição.

Encontramos, de maneira geral, duas grandes formas de a instituição compartilhar seu acervo fotográfico. Na primeira, o documento fotográfico é integrado ao texto da postagem, na segunda forma, ele é usado apenas como ilustração do texto. Essa situação não foi encontrada somente nos resultados do APESP, entretanto, decidimos discutir essa questão ao apresentar o documento fotográfico no *Facebook* dessa instituição. Enquanto a figura 9 representa a fotografia alinhada ao texto da postagem, na figura 10, o documento fotográfico basicamente não é mencionado.

Na Figura 9, o APESP difunde um documento fotográfico na série de postagens “#BairrosPaulistanos”. A partir do documento, a instituição elaborou a narrativa sobre a história do bairro de Pinheiros, na cidade de São Paulo.

Figura 9 – Documento fotográfico integrado ao texto da postagem



Fonte: *Facebook* do Arquivo Público do Estado de São Paulo, 2017a.

Na Figura 10, em outra série de postagens da instituição, “#EsportenoArquivo”, o APESP explica quando o ciclismo chegou no Brasil. No entanto, o Arquivo não faz nenhuma menção do documento fotográfico no texto da publicação.

Figura 10 – Documento fotográfico como ilustração



Fonte: Fonte: *Facebook* do Arquivo Público do Estado de São Paulo, 2017b.

A partir das figuras acima é possível percebermos que, mesmo sendo mencionado no texto, o documento fotográfico não é vinculado a nenhum conjunto documental (fundo ou coleção) custodiado pelo APESP. Os códigos de referência também não são incluídos nas publicações analisadas, dessa forma, os interessados em consultar as fotografias presencialmente ou de forma virtual terão alguma dificuldade em encontrá-las.

Esclarecemos novamente que isso não é um fato encontrado apenas no Arquivo Público do Estado de São Paulo. O que queremos refletir é que, apesar de todos os empecilhos que as instituições arquivísticas possam ter na execução de suas tarefas, acreditamos que a difusão deve ser feita de forma que o usuário possa encontrar o documento usado posteriormente em suas buscas pessoais. É essencial também que o

documento não seja tratado isolado de seu conjunto documental. Entretanto, conforme mencionamos no capítulo anterior, é necessário que a fotografia seja produzida enquanto documento arquivístico e que seus produtores estejam atentos, no mínimo, à questão de identificação. Se isso não ocorre, o setor de difusão do Arquivo, caso não deseje apresentar o documento apenas como ilustração, deverá investir esforços pesados na pesquisa documental.

Em relação ao emprego de fundos e coleções nas postagens de documentos fotográficos na página do *Facebook* do Arquivo Público do Estado de São Paulo, encontramos algumas dificuldades em identificar os conjuntos documentais das fotografias, visto que um mesmo conjunto documental era considerado coleção em uma postagem e, por sua vez, esse mesmo conjunto, era identificado como fundo em outra publicação. Esse fato ocorreu principalmente com os documentos dos fundos “Última Hora”, “Aqui São Paulo” e “Diários Associados”. Para resolver essa questão, utilizamos o Guia do Acervo da Instituição em suas versões “antiga” e revisada⁸².

Diferentemente do APCBH, as postagens do APESP com mais de uma fotografia utilizavam distintos fundos e coleções, por isso o número total de conjuntos documentais empregados no período entre 2017 e 2018 é diferente da quantidade de postagens coletadas nesses anos. Coletamos 184 postagens com documentos fotográficos, as quais utilizaram 199 conjuntos documentais.

As fotografias utilizadas pertencem a fundos e coleções, que são de natureza pública e privada. Destacam-se os fundos privados que são constituídos por documentos produzidos por jornais brasileiros, são eles: Fundo Aqui São Paulo, Fundo Diários Associados, Fundo Movimento e Fundo Última Hora. Desses, o Fundo Última Hora foi o mais usado para a difusão de documentos fotográficos sob a guarda da instituição. Entre os acervos privados, também foram difundidas as coleções Fotos de São Paulo, Guilherme Gaensly, Prefeito Mário Covas e Vistas de São Paulo. O único fundo de arquivo pessoal empregado na difusão *online* do APESP em seu *Facebook* foi o Fundo Inês Etienne Romeu.

Entre os fundos públicos, destacam-se os conjuntos documentais das secretarias de Estado de São Paulo, entre elas, a Secretaria de Educação, Secretaria da Fazenda, Secretaria da Promoção Social, Secretaria de Governo, Secretaria do Interior e Secretaria dos Transportes, entre outras. Infelizmente, muitas postagens não tinham a identificação dos fundos ou coleções que as fotografias integram. Em 2017, não foi possível identificar 51

⁸² Disponível em: <http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/acervo/guia>. Acesso em: 04 nov. 2019.

dos 167 documentos fotográficos que foram difundidos⁸³, em 2018, por sua vez, o número reduziu para 6 fotografias sem identificação do total de 83 documentos fotográficos. No Quadro 7, é possível visualizar todos os resultados da análise de fundos e coleções empregados pelo APESP.

Quadro 7 – Conjuntos documentais difundidos pelo APESP

| Nº | Fundos/coleções | 2017 | 2018 | TOTAL |
|--------------|--|-------------|-------------|--------------|
| 1 | Fundo Última Hora | 54 | 29 | 83 |
| 3 | Sem identificação | 51 | 6 | 57 |
| 2 | Fundo Aqui São Paulo | 28 | 14 | 42 |
| 4 | Fundo Movimento | 13 | 6 | 19 |
| 5 | Fundo Secretaria de Governo | 5 | 8 | 13 |
| 6 | Fundo Secretaria de Agricultura, Comércio e Obras Públicas | 4 | 4 | 8 |
| 7 | Coleção Vistas de São Paulo | 1 | 5 | 6 |
| 8 | Fundo Diários Associados | 3 | 1 | 4 |
| 9 | Coleção Guilherme Gaensly | 3 | - | 3 |
| 10 | Fundo Inês Etienne Romeu | - | 3 | 3 |
| 11 | Fundo Secretaria da Educação do Estado de São Paulo | - | 2 | 2 |
| 12 | Fundo Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo | 1 | 1 | 2 |
| 13 | Fundo Secretaria dos Transportes do Estado de São Paulo | 1 | 1 | 2 |
| 14 | Coleção de Fotos de São Paulo | - | 1 | 1 |
| 15 | Coleção Prefeito Mário Covas | 1 | - | 1 |
| 16 | Fundo Memorial do Imigrante | 1 | - | 1 |
| 17 | Fundo Secretaria da Promoção Social | - | 1 | 1 |
| 18 | Fundo Secretaria de Governo da Província | - | 1 | 1 |
| 19 | Fundo Secretaria do Interior do Estado de São Paulo | 1 | - | 1 |
| TOTAL | | 167 | 83 | 250 |

Fonte: Dados da pesquisa, 2019.

Em relação às temáticas de difusão das postagens com documentos fotográficos, agrupamos as publicações nas temáticas “acervo documental”, “efemérides”, “esportes”, “história”, “institucional”, “locais” e “personalidades”, conforme o Quadro 8 apresenta.

⁸³ Desse total, dois documentos fotográficos foram difundidos sem identificação com o objetivo de que os seguidores identificassem o local das fotos.

Quadro 8 – Temáticas de difusão do APESP

| Nº | Temáticas de difusão | 2017 | 2018 | TOTAL |
|--------------|-----------------------------|-------------|-------------|--------------|
| 1 | Efemérides | 39 | 13 | 52 |
| 2 | Personalidades | 35 | 16 | 51 |
| 3 | Locais | 20 | 14 | 34 |
| 4 | Esportes | 15 | 5 | 20 |
| 5 | Acervo documental | 11 | 5 | 16 |
| 6 | Institucional | 6 | 4 | 10 |
| 7 | História | 1 | - | 1 |
| TOTAL | | 127 | 57 | 184 |

Fonte: Dados da pesquisa, 2019.

Em “acervo documental”, reunimos as postagens com documentos fotográficos cujo objetivo foi difundir fundos e coleções sob a guarda do APESP. A categoria temática “efemérides” apresenta as postagens com datas comemorativas e momentos históricos. Destacamos as datas profissionais, como, por exemplo, o Dia do Fotógrafo (8 de janeiro), Dia do Índio (19 de abril), Dia do Goleiro (25 de abril), Dia do Trabalhador (1º de maio), entre outras. Outros momentos recordados pelo Arquivo foram o Carnaval, os 463 anos da cidade de São Paulo, o Dia Mundial do Meio Ambiente (05 de junho) e os 50 anos do prédio do Museu de Arte de São Paulo, entre outros.

No período analisado, a instituição publicou postagens sobre esportes, que foram agrupadas na categoria “esportes”, entre eles, destacamos as publicações sobre capoeira, natação, futebol, hipismo, ciclismo, boxe, basquete e ginástica. A categoria “história” reúne uma postagem sobre a história da música popular brasileira e a categoria “institucional”, por sua vez, agrupa publicações relacionadas à realização de exposições presenciais, comunicado de telefone com problemas técnicos, difusão de sítios e demais portais institucionais, alteração de número de telefone e programação de evento.

A exemplo do APCBH, o Arquivo Público do Estado de São Paulo também empregou seu acervo de documentos fotográficos para abordar diversos locais da capital paulista, como, por exemplo, Museu do Café, a Avenida Paulista, a Estação da Luz, o Bairro Liberdade, a Praça da República, as secretarias da Educação e dos Transportes, dentre outros locais. Ao analisarmos as postagens da instituição, percebemos que muitas fotografias são empregadas para comemorar o aniversário ou lembrar o falecimento de alguma personalidade dos cenários nacionais e internacionais (Quadro 9).

No Quadro 9, constam os nomes de todas as personalidades que foram homenageadas pelo APESP entre os anos de 2017 e 2018, a partir do uso de documentos

fotográficos sob a guarda da instituição. É possível perceber que os cenários da música, televisão, teatro, cinema, literatura, política e esporte, entre outros, foram contemplados por meio das personalidades homenageadas. A lista nos faz refletir também sobre quais pessoas são recordadas pela difusão do Arquivo paulista, assim como sobre os motivos em torno dessas escolhas.

Quadro 9 – Personalidades homenageadas nas postagens de documentos fotográficos – APESP

| Nº | Nome da personalidade | Nº | Nome da personalidade |
|-----------|------------------------------|-----------|------------------------------|
| 1 | Abdias Nascimento | 24 | Jorge Ben Jor |
| 2 | Adhemar Ferreira da Silva | 25 | Laura Cardoso |
| 3 | Adoniran Barbosa | 26 | Leci Brandão da Silva |
| 4 | Caetano Veloso | 27 | Louis Armstrong |
| 5 | Candido Portinari | 28 | Luiz Gonzaga |
| 6 | Carlos Drummond de Andrade | 29 | Maria Lenk |
| 7 | Carolina Maria de Jesus | 30 | Martin Luther King |
| 8 | Chacrinha | 31 | Muhammad Ali |
| 9 | Charles Chaplin | 32 | Nair Bello |
| 10 | Chico Anysio | 33 | Nelson Gonçalves |
| 11 | Clara Nunes | 34 | Otelo |
| 12 | Dalva de Oliveira | 35 | Raul Cortez |
| 13 | Di Cavalcanti | 36 | Roger Moore |
| 14 | Dominginhos | 37 | Ruth Escobar |
| 15 | Elke Maravilha | 38 | Ruth Pinto de Souza |
| 16 | Elvis Presley | 39 | Sidney Poitier |
| 17 | Érico Veríssimo | 40 | Silvio Santos |
| 18 | Eva Wilma | 41 | Susana Vieira |
| 19 | Gilberto Gil | 42 | Tom Jobim |
| 20 | Guilherme Arantes | 43 | Tony Ramos |
| 21 | Jerry Adriani | 44 | Wilson Simonal |
| 22 | John Fitzgerald Kennedy | 45 | Woody Allen |
| 23 | Jorge Amado | | |

Fonte: Dados da pesquisa, 2019.

Em resumo, o uso de documentos fotográficos de fundos privados, principalmente de acervos de jornais, e públicos do APESP privilegiou as temáticas “efemérides”, “personalidades” e “locais”, o que também encontraremos na atuação do Arquivo Nacional.

4.1.3 Arquivo Nacional

No Quadro 10, estão os resultados encontrados na análise de postagens do *Facebook* do Arquivo Nacional que foram publicadas entre os meses de janeiro e dezembro

de 2017. Como é possível perceber, comparado ao APCBH e ao APESP, a instituição federal é a que mais publica nessa rede social. Em 2017, coletamos o total de 1.350 postagens na página do *Facebook* do AN. Desse total, 419 eram publicações que contemplavam apenas a difusão de documentos fotográficos. A categoria “eventos” ficou em segundo lugar no número de postagens. A exemplo do Arquivo Público do Estado de São Paulo, no *Facebook* do AN encontramos diversas transmissões ao vivo de seus eventos.

Diferente das outras instituições, o Arquivo Nacional privilegia também postagens de documentos textuais. A categoria “visitas” ficou em quarto lugar, com o total de 72 postagens, comprovando que a instituição também tem forte atuação nessa área. Em “acesso”, reunimos as postagens com comunicados de funcionamento da instituição e da sala de consultas, bem como as publicações com instruções acerca da consulta a documentos sobre estrangeiros, entre outras publicações. Na categoria “documento cartográfico”, se destaca a difusão de mapas e projetos arquitetônicos.

Em “sítios e redes sociais”, foram reunidas as postagens que informavam sobre os sítios institucionais, portais e redes sociais do Arquivo Nacional. Em 2017, a instituição expandiu sua atuação nas redes sociais, dessa forma, encontramos postagens difundindo sua presença no *Pinterest* e *Instagram*, entre outras. Na categoria “publicações”, foram agrupadas as postagens que difundiam os instrumentos de pesquisa do AN, além da Revista Acervo e dos novos verbetes do Glossário Luso-Brasileiro, entre outras obras editoriais. Em “institucional”, foram classificadas as postagens sobre vagas de estágio na instituição, acordos de cooperação e convênios do AN com outras instituições, atividades dos setores do Arquivo, comunicados do Conselho Nacional de Arquivos, Programa Memória do Mundo, dentre outros conteúdos similares.

O Arquivo Nacional se destaca entre as instituições analisadas na difusão dos documentos audiovisuais, já que no período analisado foram encontradas 35 postagens com vídeos de curta duração na sua página do *Facebook*. Esse material pode ser acessado por meio do canal do *Youtube* do Arquivo Nacional. Os documentos iconográficos também foram difundidos pela instituição. Entre eles, encontramos a difusão de gravuras, litogravuras, etiquetas, brasões, croquis, cartazes e figuras, dentre outros documentos iconográficos. A categoria “prêmios” foi criada especialmente para o Arquivo Nacional, já que a instituição tem a tradição de premiar pesquisas que tenham usado os documentos sob a sua guarda ou que sejam relevantes para a Arquivologia. Entre os prêmios, destacamos o “Prêmio Arquivo Nacional de Pesquisa”, o “Prêmio de Pesquisa Memórias Reveladas” e o “Prêmio Nacional de Arquivologia - Maria Odila Fonseca”.

Quadro 10 – AN: Categorias de difusão em 2017

| Nº | Categorias de difusão | Quantidade de postagens |
|--------------|---|-------------------------|
| 1 | Documento fotográfico | 420 |
| 2 | Eventos | 331 |
| 3 | Documento textual | 121 |
| 4 | Visitas | 72 |
| 5 | Acesso | 67 |
| 6 | Documento cartográfico | 61 |
| 7 | Sítios e redes sociais | 50 |
| 8 | Publicações | 47 |
| 9 | Institucional | 39 |
| 10 | Documento audiovisual | 35 |
| 11 | Documento iconográfico | 27 |
| 12 | Prêmios | 23 |
| 13 | Fundos e coleções | 16 |
| 14 | Acervo bibliográfico | 13 |
| 15 | Atualizações da página do <i>Facebook</i> | 6 |
| 16 | <i>Clipping</i> | 6 |
| 17 | Mais de um gênero documental | 6 |
| 18 | Jornais | 5 |
| 19 | Postagens comemorativas | 5 |
| 20 | Outros | 2 |
| TOTAL | | 1.352 |

Fonte: Dados da pesquisa, 2019.

A categoria “fundos e coleções” reuniu as postagens sobre conjuntos documentais, principalmente fundos, custodiados tanto pelo Arquivo Nacional quanto por outras instituições brasileiras. Já a categoria “acervo bibliográfico” é composta principalmente por livros raros sob a guarda da instituição. Em “atualizações da página do *Facebook*”, foram agrupadas as postagens em que o AN atualizou suas fotos de perfil e de capa, sobretudo por conta de datas comemorativas. A categoria “*clipping*” é composta pelas postagens que a instituição divulgou matérias da imprensa brasileira em que o AN foi abordado.

Em menor número, também foram difundidos jornais e postagens com mais de um gênero documental. As postagens dessa última categoria foram elaboradas, sobretudo, com o uso de documentos fotográficos e documentos textuais. As postagens comemorativas se

referem aos 179 anos do Arquivo Nacional, ao aniversário da primeira Constituição Brasileira, ao Dia da Comunidade Luso-Brasileira, ao Dia do Disco e aos 180 anos do Arquivo Nacional. Em “outros”, foram agrupadas as postagens com conteúdo (vídeo e publicação) de outras instituições.

Os resultados da coleta de postagens do ano de 2018 (Quadro 11) revelam que a maior parte das publicações fez uso do documento fotográfico. Os eventos também continuaram sendo difundidos em larga escala, assim como as visitas. As postagens de documentos audiovisuais cresceram exponencialmente. No período analisado, a categoria “postagens comemorativas” teve destaque na atuação do Arquivo Nacional no *Facebook*. Esse fato ocorreu, visto que, além das postagens de datas festivas (criação do AN; Dia do Arquivista e Dia Internacional das Mulheres, entre outras), a instituição passou a publicar documentos fotográficos dos usuários de sua página, a partir da criação de duas séries de publicações. A primeira delas aconteceu no mês de janeiro, com o objetivo de compartilhar fotos do prédio da sede do Arquivo Nacional que foram registradas por seus seguidores. Em fevereiro, por sua vez, o Arquivo passou a publicar uma série de fotos com a temática do carnaval que pertenciam aos seus usuários.

Entre as postagens da instituição, a categoria “publicações” também teve destaque, sendo que as principais publicações difundidas pelo Arquivo Nacional foram edições da Revista Acervo, além dos novos verbetes do Glossário Luso-Brasileiro, Informativo e-Arquivo e Dicionário *Online* da Administração Pública Brasileira da Primeira República (1889-193), entre outras. Os documentos textuais, iconográficos, cartográficos e sonoros também foram encontrados na análise das postagens. Entre os documentos iconográficos, a instituição publicou brasões, cartazes, gravuras, rótulos, desenhos e croquis, entre outros documentos. Os mapas e projetos arquitetônicos também continuaram sendo compartilhados pelo Arquivo em sua rede social. A análise desse ano revelou mais um diferencial em relação ao APESP e APCBH, isso porque a difusão de documentos sonoros somente foi encontrada na página do *Facebook* do Arquivo Nacional.

Na categoria “institucional”, foram reunidas as postagens sobre relatórios de pesquisa de qualidade de atendimento, atividades das coordenações da instituição, programas, projetos e acordos interinstitucionais, entre outras temáticas similares. Novamente, os prêmios de pesquisa do Arquivo Nacional foram difundidos em sua página, assim como as postagens relacionadas ao acesso, como, por exemplo, comunicados de funcionamento, interdições de acesso a acervos, horário de atendimento e base de dados, entre outras publicações semelhantes.

Quadro 11 – AN: Categorias de difusão em 2018

| Nº | Categorias de difusão | Quantidade de postagens |
|--------------|---|-------------------------|
| 1 | Documento fotográfico | 345 |
| 2 | Eventos | 317 |
| 3 | Visitas | 93 |
| 4 | Documento audiovisual | 76 |
| 5 | Postagens comemorativas | 59 |
| 6 | Publicações | 47 |
| 7 | Documento textual | 45 |
| 8 | Institucional | 42 |
| 9 | Prêmios | 38 |
| 10 | Acesso | 29 |
| 11 | Documento iconográfico | 16 |
| 12 | Sítios e redes sociais | 16 |
| 13 | Documento cartográfico | 15 |
| 14 | Documento sonoro | 15 |
| 15 | Acervo bibliográfico | 12 |
| 16 | Atualizações da página do <i>Facebook</i> | 11 |
| 17 | Fundos e coleções | 6 |
| 18 | <i>Clipping</i> | 4 |
| 19 | Gestão de documentos | 4 |
| 20 | Mais de um gênero documental | 3 |
| 21 | Jornais | 2 |
| 22 | Revistas | 1 |
| 23 | Outros | 1 |
| TOTAL | | 1.197 |

Fonte: Dados da pesquisa, 2019.

O Arquivo Nacional permaneceu difundindo seu sítio, portais temáticos e redes sociais, bem como seus livros raros e demais publicações, agrupadas na categoria “acervo bibliográfico”. Em algumas datas comemorativas, a instituição alterou as fotos de perfil e da capa de sua página do *Facebook*, postagens que foram agrupadas na categoria “atualizações da página do *Facebook*”. Em menor número, o Arquivo Nacional difundiu postagens abordando seus fundos e coleções, jornais e revistas, além de sua atuação em matérias jornalísticas da imprensa nacional e informações referentes à gestão de

documentos. Por fim, na categoria “outros”, foi reunida uma publicação sobre sessão solene na Câmara dos Deputados em comemoração aos 40 anos da regulamentação da profissão do arquivista.

O documento fotográfico na página do *Facebook* do Arquivo Nacional

As postagens do Arquivo Nacional que fazem uso de documentos fotográficos costumam conter uma narrativa base, na qual é possível encontrar o código de referência da fotografia utilizada. No entanto, assim como no APCBH e no APESP, também foi possível encontrar publicações que não possuíam a identificação do conjunto documental do documento fotográfico empregado.

Figura 11 – Postagem de documento fotográfico - Arquivo Nacional

The image shows a Facebook post from the official page of Arquivo Nacional. The post is dated 9 de setembro de 2017. The main text reads: "Em 19 de agosto de 1839 as academias de ciências e artes francesas anunciaram ao mundo o advento do daguerreótipo, embora também Joseph Nicéphore Niépce tivesse alcançado o resultado. O efeito do processo de Louis Jacques Daguerre era ainda único, gerava pequenas e caras imagens suplantadas por novas técnicas que se valiam do princípio negativo-positivo. A introdução do colódio úmido, no início da década de 1850, difundiu o retrato e pouco depois, em 1854, a carte de visite, seu principal formato, criado por André Disdéri, arrebatou indivíduos e famílias. Além desses pequenos cartões, em 6 x 9 cm, surge na Inglaterra em 1866 o formato Carte Cabinet, tido como uma evolução por se apresentar em um tamanho maior, alcançando também a popularidade. Na Paris moderna, proliferaram os estúdios fotográficos para onde se dirigem membros da nobreza brasileira, incluindo o neto do Imperador, já no exílio. Visite a exposição virtual França: uma festa brasileira: <http://www.exposicoesvirtuais.arquivonacional.gov.br/.../298-...> #ArquivoNacional #História #Fotografia". Below the text are two images: a portrait of a young boy and a decorative emblem. The post has 4.8 stars from 314 reviews and 60,464 followers.

Fonte: *Facebook* do Arquivo Nacional, 2017a.

No caso da Figura 11, o código de referência do documento fotográfico estava presente nas descrições das imagens ampliadas, conforme pode ser visto nas figuras 12 e 13.

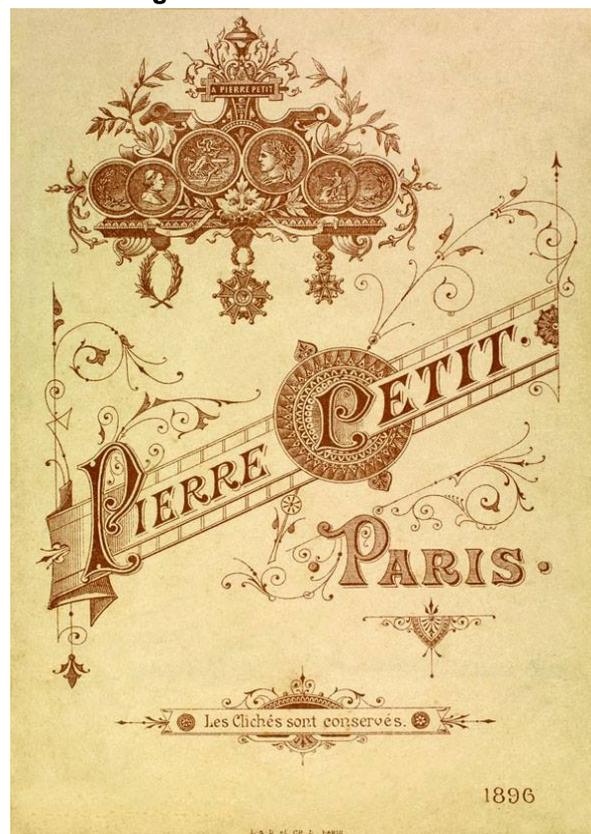
Figura 12 – Retrato de Antônio...



Descrição: Retrato de Antônio de Orléans e Bragança filho da princesa Isabel, condessa d'Eu. [Paris], 1896. Pierre Petit. Carte Cabinet. Coleção Fotografias Avulsas BR_RJANRIO_O2_0_FOT_00382_001

Fonte: *Facebook* do Arquivo Nacional, 2017a.

Figura 13 – Verso do retrato



Descrição: Verso de retrato, fixado em moldura decorada à mão em desenhos dourados. [Paris], [189-]. Pierre Petit & Fils. Coleção Fotografias Avulsas BR_RJANRIO_O2_0_FOT_00382_001V

Fonte: *Facebook* do Arquivo Nacional, 2017a.

O interessante dessa postagem é que o Arquivo Nacional não se prendeu somente a uma temática. Na publicação, os seguidores da página da instituição podem conhecer um pouco sobre a história da fotografia, assim como acerca do uso dessa técnica pela nobreza brasileira no século XIX. Além disso, os usuários também são convidados a visitarem a exposição virtual “França: uma festa brasileira”.

Ao analisar os fundos e coleções utilizados pela instituição federal para a difusão de documentos fotográficos sob a sua guarda, percebemos que, a exemplo do Arquivo Público do Estado de São Paulo que empregou sobremaneira as fotografias produzidas por jornais, o conjunto documental mais usado pelo Arquivo Nacional é o Fundo Correio da Manhã, jornal que circulou no Brasil entre os anos 1901 e 1974. Conforme podemos ver no Quadro

12, outros conjuntos documentais também foram usados pela instituição, como, por exemplo, o Fundo Agência Nacional, a Coleção Fotografias Avulsas e Fundo Família Ferrez, entre outros.

Quadro 12 – Conjuntos documentais difundidos pelo Arquivo Nacional

| Nº | Fundos | 2017 | 2018 | TOTAL |
|--------------|--|-------------|-------------|--------------|
| 1 | Fundo Correio da Manhã | 321 | 249 | 570 |
| 2 | Fundo Agência Nacional | 22 | 53 | 75 |
| 3 | Coleção Fotografias Avulsas | 40 | 18 | 58 |
| 4 | Sem identificação | 26 | 11 | 37 |
| 5 | Fundo Família Ferrez | 4 | 7 | 11 |
| 6 | Fundo Federação Brasileira pelo Progresso Feminino | 4 | 6 | 10 |
| 7 | Fundo Afonso Pena | 5 | 4 | 9 |
| 8 | Fundo Arquivo Nacional | 3 | 6 | 9 |
| 9 | Fundo Serviço Nacional de Informações | 6 | 2 | 8 |
| 10 | Fundo Família Werneck | 2 | 3 | 5 |
| 11 | Fundo Ministério da Guerra | 3 | 2 | 5 |
| 12 | Fundo Família Bicalho | 1 | 1 | 2 |
| 13 | Fundo Floriano Peixoto | - | 2 | 2 |
| 14 | Fundo João Goulart | - | 2 | 2 |
| 15 | Fundo Mário Lago | - | 2 | 2 |
| 16 | Fundo Mário Monteiro | 2 | - | 2 |
| 17 | Fundo Afonso Pena Júnior | 1 | - | 1 |
| 18 | Fundo Afonso Vasconcelos Várzea | - | 1 | 1 |
| 19 | Fundo Família Henrique Oswald | 1 | - | 1 |
| 20 | Fundo Maria Beatriz Nascimento | - | 1 | 1 |
| 21 | Fundo Objeto Voador Não Identificado (OVNI) | 1 | - | 1 |
| 22 | Fundo Polidoro da Fonseca Quintanilha Jordão | 1 | - | 1 |
| 23 | Fundo Privilégios Industriais | 1 | - | 1 |
| 24 | Fundo Salgado Filho | 1 | - | 1 |
| 25 | Fundo Virgílio Várzea | 1 | - | 1 |
| TOTAL | | 446 | 370 | 816 |

Fonte: Dados da pesquisa, 2019.

Conforme pode ser visto no Quadro 12, em 2017, as 420 postagens que tinham fotografias difundiram o total de 446 documentos fotográficos. Dessa quantidade, 321

fotografias pertenciam ao Fundo Correio da Manhã. Em 2018, o Arquivo Nacional publicou 345 postagens com documentos fotográficos, que difundiram 370 fotografias dos conjuntos documentais custodiados pela instituição. À época, o Fundo Correio da Manhã permaneceu como o mais difundido, já que 249 documentos fotográficos pertenciam a esse fundo.

Em relação às temáticas das postagens que usaram fotografias, na análise da página do Arquivo Nacional, encontramos as temáticas “efemérides”, “personalidades”, “locais”, “esportes”, “institucional”, “cultura”, “acervo documental”, “transportes” e “história”, cujos resultados estão dispostos no Quadro 13.

Quadro 13 – Temáticas de difusão do Arquivo Nacional

| Nº | Temáticas de difusão | 2017 | 2018 | TOTAL |
|--------------|----------------------|------|------|-------|
| 1 | Efemérides | 187 | 157 | 344 |
| 2 | Personalidades | 88 | 73 | 161 |
| 3 | Locais | 109 | 42 | 151 |
| 4 | Esportes | 24 | 43 | 67 |
| 5 | Institucional | 5 | 15 | 20 |
| 6 | Cultura | - | 8 | 8 |
| 7 | Acervo documental | 5 | 2 | 7 |
| 8 | Transportes | - | 4 | 4 |
| 9 | História | 2 | 1 | 3 |
| TOTAL | | 420 | 345 | 765 |

Fonte: Dados da pesquisa, 2019.

As postagens com efemérides foram as mais encontradas, já que a instituição federal costuma homenagear as datas profissionais, assim como recordar momentos históricos, como, por exemplo, a Segunda Guerra Mundial e a Ditadura Militar brasileira. A categoria “personalidades” também se destacou na análise das postagens. O Arquivo Nacional, a exemplo do APESP, emprega seus documentos fotográficos para felicitar pessoas públicas de diversas áreas, como, por exemplo, televisão, política, saúde, cinema e música, entre outras. Como são muitos nomes, colocamos a lista de personalidades do AN no APÊNDICE 2.

Na categoria “locais”, foram agrupadas todas as postagens que usavam as fotografias para apresentar alguma cidade brasileira, bairros cariocas e edifícios arquitetônicos brasileiros. Essa categoria apresentou um resultado alto, visto que o Arquivo Nacional, à época, possuía as séries de postagens “cidades brasileiras”, “bairros cariocas” e “arquitetura”. A categoria “esportes” é composta por publicações sobre esportes, com

destaque para as postagens da série “memória das Copas”. Em “institucional”, foram reunidas as publicações sobre atividades desenvolvidas pelo Arquivo Nacional, principalmente sobre acontecimentos históricos da instituição, que foram publicados a partir da série “aconteceu no Arquivo Nacional”.

Na categoria “cultura”, classificamos as postagens sobre filmes e peças de teatro, além de programas de rádio e atuação da Orquestra Sinfônica Brasileira. A categoria “acervo”, por sua vez, reuniu as publicações que usaram a fotografia para apresentar algum conjunto documental do Arquivo Nacional. Em “transportes”, agrupamos as postagens que abordavam transportes, como, por exemplo, jangada, bondes e “pau de arara”. Por fim, na categoria “história”, foram reunidas publicações com narrativas históricas sobre a Ditadura Militar brasileira, o tropicalismo e a invenção da fotografia.

4.2 A perspectiva das instituições

Já sabemos que a fotografia é o gênero documental mais difundido nas páginas do *Facebook* do Arquivo Nacional, Arquivo Público do Estado de São Paulo e Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte, bem como quais fundos e coleções são usados, bem como as temáticas das postagens dessas instituições. Nessa perspectiva, cumpre apresentarmos os resultados encontrados nas entrevistas que fizemos com os técnicos desses Arquivos. Conforme mencionado, nossas entrevistas foram semiestruturadas, dessa forma, apesar de termos elaborado um roteiro de perguntas prévio, durante as conversas outras questões também foram feitas.

Nesse roteiro prévio, fizemos perguntas sobre a atuação da instituição em relação às suas atividades de difusão, como, por exemplo, a definição de difusão, a principal ação do Arquivo nessa área, bem como sobre o lugar dessa função. Alguns dos resultados dessas perguntas já foram apresentados nos dois primeiros capítulos. Depois dessa parte introdutória, passamos para as questões sobre o desempenho dos Arquivos na Internet, principalmente em relação aos sítios e redes sociais. Concluímos a entrevista com questões sobre a difusão no *Facebook*, no qual perguntamos sobre o processo realizado para a elaboração e publicação de uma postagem nessa rede social. Também questionamos sobre o uso das fotografias no *Facebook*.

Algumas entrevistas foram demoradas e nos levaram a refletir sobre diversos aspectos da difusão *online*, especificamente no *Facebook*. Entretanto, não apresentaremos todo o conteúdo das entrevistas, visto que parte dele foge do tema desta pesquisa, portanto, na apresentação da análise das entrevistas iremos focar principalmente em nosso problema de pesquisa: como o documento fotográfico é difundido nas páginas do *Facebook* do Arquivo Nacional, APESP e APCBH?

4.2.1 Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte

O *Facebook* do APCBH foi criado em 2012 a partir da demanda dos próprios técnicos da instituição, que viram nessa rede social uma forma de alcançar seu público. De acordo com a entrevistada⁸⁴, o que mais motivou a criação da página do *Facebook* foi a possibilidade de difundir seu acervo documental. Essa proposta foi apresentada à Fundação Municipal de Cultura por meio de um projeto, no qual foram definidos diversos aspectos, como, por exemplo, a linha de atuação da página, a sistematização do conteúdo das postagens, até mesmo a quantidade de caracteres, entre outros pontos. Esse projeto é justamente a política de difusão do Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte no *Facebook*. Apesar de a FMC ter acesso à página do *Facebook* da instituição e poder compartilhar eventos de seus equipamentos culturais, o APCBH tem autonomia na elaboração e compartilhamento de conteúdo nessa rede social.

Em relação às linhas de atuação, o Arquivo possui quatro direções de postagens:

1. Eventos, projetos e ações pontuais do APCBH;
2. **Documentos do acervo;**
3. Memória institucional; e
4. Compartilhamento de *links* de interesse do Arquivo e de seus usuários.

A partir dessas questões iniciais, passamos para perguntas sobre a difusão como um todo no APCBH. Para a entrevistada, a difusão fica em segundo plano quando comparada às outras atividades da instituição. Segundo ela, o setor de difusão está aberto para o envolvimento com as outras áreas do Arquivo, mas, normalmente, essa interação acontece de maneira pontual, como, por exemplo, na elaboração de exposições e publicações técnicas. A técnica acredita que seria interessante que esse envolvimento fosse mais constante, inclusive para diversificar as linhas de reflexões do setor, já que, atualmente, a equipe é formada apenas por pessoas com formação em História. Sobre a importância da difusão, a entrevistada afirmou que essa função é fundamental para que as pessoas possam conhecer o trabalho do Arquivo, assim como para compreenderem a relevância de existir uma instituição com as finalidades do APCBH.

O Setor de Pesquisa, Difusão Cultural e Educação Patrimonial desempenha várias atividades, como, por exemplo, a realização de visitas, eventos, exposições presenciais e virtuais, o gerenciamento da página no *Facebook*, entre outras. O público das atividades presenciais é bem diversificado. As visitas, por exemplo, atendem principalmente o público escolar e universitário, além de técnicos de outras instituições. Os eventos costumam

⁸⁴ Entrevistada – Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte (2019).

abranger o público acadêmico, todavia, depende da temática. Já a difusão *online*, nesse caso, a página do *Facebook*, além de atingir pessoas das áreas de Arquivologia e História, também abrange o público interessado na história de Belo Horizonte. De acordo com a entrevistada, esse público tem o costume de seguir a página do Arquivo e outras páginas que compartilham fotografias antigas da cidade.

Nas questões que envolveram o sítio institucional e a página do *Facebook*, sobretudo em relação às vantagens e desvantagens, foi possível percebermos que o Portal PBH não é muito vantajoso para a instituição, visto que as alterações da plataforma não podem ser feitas pela instituição. Todavia, caso o APCBH tivesse um sítio próprio seria ideal usá-lo em conjunto com o *Facebook*. Dessa forma, nessa rede social seriam difundidos os eventos da instituição e seu acervo e no sítio, por sua vez, o usuário teria acesso a todo o conteúdo do Arquivo. A vantagem apontada em relação ao *Facebook* foi o alcance que a difusão de seus eventos tem nessa plataforma, em contrapartida, a desvantagem é a difícil recuperação dos conteúdos.

Em relação ao processo de elaboração das publicações do *Facebook*, de acordo com a entrevistada, nas reuniões do setor é criado um calendário de postagem para os meses que leva em conta datas comemorativas, além dos eventos que acontecerão naquele período. Dessa forma, as pesquisas documentais e bibliográficas são feitas para que a postagem possa ser elaborada. Não há um rigor muito grande em relação aos dias que serão publicados os conteúdos. Além disso, as postagens são compartilhadas em períodos espaçados, com o objetivo de não ficarem muitas publicações concentradas. Entretanto, essa regra não se aplica às postagens de eventos, que são publicadas mais vezes.

Também questionamos sobre o uso do documento fotográfico em outras atividades de difusão do APCBH. A técnica relatou que a fotografia é utilizada nas visitas, especialmente nas visitas que atendem ao público escolar. Nesse caso, o documento fotográfico é empregado em uma atividade de leitura documental. As crianças podem manusear o fac-símile da fotografia e são questionadas sobre o lugar e data da imagem, além das pessoas que estão na foto. Outra atividade que faz o uso da fotografia nas visitas é a apresentação de duas fotografias de um mesmo lugar, porém de períodos distintos. O objetivo é refletir com o público infantil sobre as permanências e mudanças do espaço geográfico.

Sobre o uso do documento fotográfico no *Facebook*, a técnica relatou que o fundo mais utilizado é o da Assessoria de Comunicação Social do Município, o que foi comprovado durante a análise das postagens. Esse fundo é usado normalmente porque possui muitas fotografias, além disso, esse conjunto documental também está descrito o que facilita no processo de pesquisa para a elaboração de postagens. A entrevistada relatou que

recentemente o Arquivo recolheu muitos documentos fotográficos da BELOTUR e da SUDECAP, entretanto, esses documentos são descobertos no momento da pesquisa, já que a identificação deles ainda não permite um acesso qualificado. Nesse sentido, de acordo com a técnica, os documentos fotográficos desses dois fundos passarão a ser o objeto de trabalho do projeto “Cestas da Memória”, o que contribuirá para o acesso e, por sua vez, para o uso deles nas ações de difusão no *Facebook*.

A entrevistada enfatizou que os textos das postagens que difundem os documentos fotográficos são elaborados a partir das fotografias escolhidas e não o contrário. Isso permite que o documento fotográfico esteja em diálogo com o texto e não somente para servir de ilustração da postagem. Além disso, o texto é produzido com uma “linguagem da Internet”, entretanto, seguindo o rigor acadêmico, o que pode ser comprovado por meio da indicação das referências usadas na elaboração das narrativas, as quais são inseridas nas postagens.

Ao ser questionada se o documento fotográfico possui um lugar privilegiado na difusão feita na página do *Facebook* do APCBH, a técnica da instituição afirmou que sim, de acordo com ela, aquilo que é visual, como, por exemplo, as fotografias e os projetos arquitetônicos, é mais atrativo, despertando a atenção das pessoas e as memórias afetivas. Inclusive, as postagens que têm mais retorno do público são as que difundem documentos fotográficos. Para a entrevistada, as pessoas costumam interagir mais, já que se recordam de tempos passados, elas se vêm naquelas fotografias.

Em relação a algum atrito que determinada postagem possa ter proporcionado, a entrevistada relatou que nunca houve nenhum conflito na página da instituição. Publicações com temáticas que envolvem questões primordiais aos públicos negro e homossexual, por exemplo, já foram compartilhadas e não houve nenhuma manifestação de intolerância. Também questionamos sobre os documentos fotográficos que são produzidos nas visitas e eventos. Nossa intenção era saber se eles passam pela gestão de documentos e, caso sejam de guarda permanente, se são recolhidos ao fundo da instituição. A motivação dessa questão surgiu ao percebermos que muitas postagens de visitas são difundidas nas páginas do *Facebook* dos Arquivos analisados e que o tratamento às fotografias que são registradas desses momentos poderia estar sendo negligenciado. No entanto, esse fato não ocorre no APCBH, já que a entrevistada relatou que as fotografias produzidas pelos técnicos em eventos e visitas estão sendo recolhidas ao Fundo Fundação Municipal de Cultura.

Para finalizar, questionamos se as postagens feitas no *Facebook* são consideradas documentos arquivísticos pelo Arquivo e se elas são preservadas. A primeira questão ainda é uma reflexão nova para o APCBH. Sobre a preservação das postagens, apenas a imagem

do documento utilizado e o texto da publicação são preservados, a interação entre usuários e instituição não é preservada.

4.2.2 Arquivo Público do Estado de São Paulo

No Arquivo Público do Estado de São Paulo, entrevistamos a equipe do Núcleo de Comunicação e um dos técnicos do Centro de Difusão e Apoio à Pesquisa. As perguntas direcionadas para o cenário global de difusão do APESP foram feitas para o entrevistado desse Centro, enquanto que as questões sobre o *Facebook* e a difusão *online* foram realizadas para a equipe do Núcleo de Comunicação.

Em relação à difusão, além dos apontamentos que abordamos nos capítulos anteriores, o técnico do CDAP apresentou algumas das atividades desenvolvidas pela instituição, como, por exemplo, a Revista do Arquivo, exposições e demais eventos, visitas, entre outras. De acordo com o entrevistado⁸⁵, o Centro conta com quarenta funcionários, a maioria deles são servidores do APESP e possuem sua formação acadêmica voltada para as ciências humanas e sociais. Ainda segundo ele, o principal retorno da difusão é promover a pesquisa.

Para o entrevistado, a área de difusão no Arquivo Público do Estado de São Paulo é bem estruturada e está em uma posição diferenciada em relação às outras instituições arquivísticas brasileiras. Os principais públicos que as atividades de difusão atendem são pesquisadores acadêmicos e não acadêmicos, servidores públicos, cidadãos em busca de direitos, como, por exemplo, dupla cidadania, assim como pessoas interessadas em fatos passados. No que diz respeito à política de difusão, entre 2017 e 2018, diversas políticas foram formuladas pelo APESP, entre elas, a política de difusão, porém ela ainda não possui uma versão final pública.

O Núcleo de Comunicação do Arquivo é formado por uma equipe que possui formação acadêmica, sobretudo na área de Jornalismo. Entre suas atividades, o Núcleo é responsável pelo gerenciamento do sítio institucional e redes sociais do APESP, além da comunicação com a imprensa, comunicação interna e produção de peças publicitárias, dentre outras ações. A instituição está presente em quatro redes sociais, *Facebook*, *Instagram*, *Twitter* e *Youtube*. Durante a entrevista, também foi mencionado que o Arquivo possui uma conta no *Flickr*, entretanto, esse perfil está vinculado ao governo do Estado de São Paulo.

A primeira rede social da instituição foi o *Twitter*, o qual foi criado em 2010. Em 2011, o APESP criou sua página no *Facebook* e, mais tarde, criou contas no *Youtube* e *Instagram*.

⁸⁵ Entrevistado – Arquivo Público do Estado de São Paulo (2019).

De acordo com a equipe entrevistada, normalmente, o conteúdo difundido em cada rede social é semelhante, entretanto, a linguagem usada é diferente em cada um desses espaços. Inicialmente, não houve a elaboração de uma política para a atuação nessa ferramenta. A presença da instituição nas redes sociais, geralmente, é precedida pela elaboração de um projeto piloto, que, ao longo do tempo, é atualizado⁸⁶.

O Núcleo de Comunicação tem autonomia em relação ao gerenciamento das redes sociais do APESP, entretanto, suas publicações devem ser feitas com cautela para que as postagens não se categorizem como manifestação política favorável a algum governante ou partido político. Apesar de as postagens serem elaboradas pelo Núcleo, a equipe técnica manifestou interesse da participação de outras pessoas da instituição nesse trabalho, especialmente de técnicos que trabalhem diretamente com os acervos documentais.

Ao serem questionadas sobre a principal atividade de difusão do APESP, as entrevistadas mencionaram atividades relacionadas ao acervo e trabalhos técnicos. Para elas, a difusão nas redes sociais depende que todas as outras funções arquivísticas tenham sido realizadas, principalmente as funções que abarcam as etapas de gestão de documentos e de tratamento documental.

A equipe mencionou também que a presença da instituição nas redes sociais dá visibilidade ao APESP, já que não basta apenas ter um sítio institucional, mas é preciso interagir com as pessoas nessas comunidades virtuais. Além disso, as redes sociais possibilitam que diversos públicos conheçam o Arquivo. Em relação à comparação entre sítio e *Facebook*, a equipe do Núcleo de Comunicação relatou que não é possível atualizar constantemente o sítio como pode ser feito em sua página do *Facebook*. Apesar disso, é objetivo da equipe trazer o público do *Facebook* para o sítio da instituição. Assim, as suas postagens costumam ter *links* que redirecionam para seu sítio institucional.

Entre as desvantagens do *Facebook*, a equipe destacou a atual política de publicidade dessa rede social, a qual dificulta que os seguidores do APESP vejam as atualizações da página, já que, atualmente, o *Facebook* cobra por anúncios, o que prejudica a visibilidade das páginas. No entanto, o APESP tem algumas estratégias, como, por exemplo, publicar em horários que irão alcançar uma grande quantidade de seguidores.

O processo de compartilhamento das postagens no *Facebook* compreende a elaboração de calendários de publicações, que são feitos com no mínimo um mês de antecedência. O Núcleo de Comunicação elabora dois calendários, um para as postagens voltadas para o acervo documental e o outro, por sua vez, para publicações institucionais. Os textos que acompanham as postagens são feitos a partir de conteúdos disponíveis no

⁸⁶ Melo (2019).

sítio do APESP, assim como em outras fontes de pesquisa, como, por exemplo, livros e sítios da Internet, além do conhecimento da própria equipe técnica do Arquivo. Nas postagens que contêm documentos também são colocados os códigos dos documentos, que, de acordo com equipe, é uma cobrança feita principalmente pelas pessoas que trabalham nas áreas voltadas para o acesso aos documentos do APESP.

A equipe relatou que, desde 2016, publica efemérides, no qual busca compartilhar conteúdos que abarquem datas importantes do calendário brasileiro. Além disso, assim como o APCBH, a equipe do APESP evita a publicação de postagens que possam gerar conflitos, especialmente em relação ao cenário político. Caso o usuário faça alguma ofensa ou utilize de palavrões nas postagens, normalmente, esses comentários são ocultados pelas técnicas que gerenciam a página do *Facebook*.

De acordo com a equipe do Núcleo de Comunicação, as postagens que geram mais retorno do público no *Facebook* são as que difundem os documentos fotográficos sob a guarda do Arquivo, principalmente quando são de personalidades brasileiras ou de lugares de São Paulo. As postagens de cursos promovidos pela instituição também costumam despertar o interesse dos seus seguidores. As postagens de fotos antigas de São Paulo são as que mais causam interação entre os usuários da página. De acordo com as entrevistadas, é possível ver o interesse das pessoas, sobretudo por meio dos comentários nas publicações desse tipo. Em relação ao perfil do público, a equipe nos informou que o relatório disponibilizado pelo *Facebook* apresenta dados gerais dos seguidores da página do APESP. Dessa forma, o público do Arquivo no *Facebook* é composto por pessoas na faixa etária entre 20 e 65 anos, sendo que a maior parte dos seguidores é constituída por homens.

Em relação aos fundos e demais conjuntos documentais que são usados para a difusão de documentos fotográficos, a equipe entrevistada relatou que costuma empregar acervos documentais diversificados. As técnicas citaram o uso dos fundos dos jornais “Última Hora”, “O Movimento” e “Diários Associados”. Ao serem questionadas se a fotografia possui um lugar privilegiado nas postagens da instituição no *Facebook*, elas afirmaram que não. No entanto, elas acreditam que as publicações com documentos fotográficos promovem uma maior aproximação do público.

Para a equipe do Núcleo de Comunicação do APESP, algumas das melhorias que podem ser feitas na sua atuação no *Facebook* se relacionam a explorar mais os conjuntos documentais do Arquivo, a maior participação de técnicos das áreas de tratamento da instituição na produção de postagens, além de conhecer mais as redes sociais enquanto ferramentas e criar estratégias para o baixo retorno do público em algumas publicações, entre outros aspectos.

Sobre as fotos produzidas em eventos e visitas, as técnicas relataram que elas são armazenadas nos computadores da instituição e, posteriormente, são recolhidas. Todavia, alguns desses registros que são produzidos nos celulares dos técnicos acabam sendo perdidos. Por fim, sobre a questão da postagem do *Facebook* ser considerada documento arquivístico, de acordo com a equipe, ainda é preciso caminhar em discussões acerca dessa temática. Atualmente, os conteúdos (imagens e textos) produzidos para a publicação no *Facebook* são preservados, todavia, as interações da rede social ainda não são abarcadas por essa política. O sítio institucional, por sua vez, tem todas as suas versões arquivadas pelo APESP. De acordo com as técnicas, apesar de a instituição ainda não ter uma definição sobre essa questão, muitas reflexões têm sido feitas sobre os documentos digitais pelo Arquivo.

4.2.3 Arquivo Nacional

No Arquivo Nacional, entrevistamos um dos técnicos da Assessoria de Comunicação Social⁸⁷, área da instituição que, entre outras atividades, gerencia as redes sociais do AN. De acordo com o entrevistado, ao todo são oito pessoas que compõem a Assessoria, entretanto, quatro desses técnicos trabalham de maneira mais próxima com a produção de conteúdo e gerenciamento das mídias sociais. A formação acadêmica deles perpassa as áreas de História, Jornalismo e Ciências Sociais. Hoje, o Arquivo Nacional está presente em diversas redes sociais, como, por exemplo, *Facebook*, *Flickr*, *Instagram*, *LinkedIn*, *Mixcloud*, *Pinterest*, *Twitter* e *Youtube*. Entretanto, nem sempre foi assim. A página do *Facebook* da instituição foi criada em 2014, todavia, somente a partir de 2016, o Arquivo Nacional passou a trabalhar de uma maneira mais incisiva nessa rede social, assim como em suas outras mídias sociais. O principal objetivo dessa mudança foi alcançar públicos diferentes, sobretudo por meio da **difusão do acervo documental** sob a sua custódia.

A difusão dos documentos foi uma questão pontuada diversas vezes pelo técnico durante a entrevista. Para ele, a equipe que trabalha com as redes sociais percebeu que a difusão do acervo atrai muito as pessoas, principalmente quando as postagens usam fotografias antigas de cidades ou de personalidades. Esse retorno é visto pelos diversos seguidores que depois de verem uma postagem no *Facebook*, por exemplo, entram em contato com a Sala de Consultas do Arquivo para saberem como consultar o documento que estava na publicação da rede social.

Apesar de o entrevistado não trabalhar diretamente na Coordenação-Geral de Acesso e Difusão Documental, ele soube responder as questões mais voltadas à difusão,

⁸⁷ Entrevistado – Arquivo Nacional (2019).

visto que, além de possuir uma experiência de mais de dez anos na casa, já trabalhou nessa Coordenação. De acordo com o entrevistado, consta no regimento interno da instituição que a difusão faz parte de suas missões. Dessa forma, em relação à política de difusão do AN, o técnico afirmou que as atividades da Coordenação-Geral de Acesso e Difusão Documental são planejadas anualmente. Sobre o lugar dessa função, nos foi relatado que a difusão é considerada muito importante pelo Arquivo Nacional, inclusive no orçamento anual da instituição sempre há um valor reservado para as atividades de difusão. O retorno dessas atividades, além do alcance de público diversificado, é também o conhecimento da “marca” Arquivo Nacional.

Sobre os perfis de público que as atividades de difusão atingem, o entrevistado relatou que as atividades presenciais alcançam diversas pessoas, entre usuários especializados, principalmente pesquisadores, e cidadãos no geral. Em relação ao *Facebook*, seu público inicial era composto por pessoas da área acadêmica. Entretanto, ao longo do tempo, esse público foi se diversificando e, hoje, além dos acadêmicos, a página é seguida por cidadãos interessados em fotografias e vídeos antigos, pela memória de um modo geral. Esse público costuma ser de pessoas com mais de quarenta anos.

Ao relatar sobre as vantagens e desvantagens das redes sociais, o técnico disse que encontra mais pontos positivos nesses espaços do que negativos. Para ele, não usar as mídias sociais é perder uma oportunidade, já que a maior parte da população brasileira possui conta em alguma rede social. Ele destacou que muitos dos recursos das redes sociais são gratuitos, além disso, contribuem para alcançar um público mais amplo e forma um canal de comunicação com os usuários. Em relação às desvantagens, o entrevistado apontou a questão de as redes sociais serem plataformas privadas, o que oferece certa instabilidade à instituição, já que os recursos, assim como a própria existência dessas comunidades, podem sofrer alterações a qualquer momento. Sobre qual é o melhor espaço para o Arquivo Nacional, o sítio institucional ou as redes sociais, o técnico afirmou que são duas plataformas com públicos diferentes. O portal institucional é muito importante, principalmente por ser um veículo oficial do órgão, que é regido por legislação federal. No sítio, por exemplo, foi citada a questão da permanência dos conteúdos, o qual também foi mencionado nas entrevistas com aos técnicos das outras instituições.

Sobre o processo de elaboração das postagens do *Facebook*, nos foi relatado que os temas são levantados durante as reuniões de pauta que ocorrem mensalmente na Assessoria de Comunicação Social da instituição. Uma das estratégias do Arquivo Nacional para alcançar muitos usuários nessa rede social é a publicação de efemérides, porque esse tipo de conteúdo atrai as pessoas. Dessa forma, os temas pontuados nas reuniões de pauta, normalmente, compreendem efemérides. Após a definição do calendário de postagens, são

feitas pesquisa de imagem, caso algum documento seja usado, e de bibliografia. As narrativas das publicações são embasadas em artigos científicos, livros, sítios da Internet e publicações do Arquivo Nacional, entre outras fontes. Com o objetivo de não tornar a postagem muito acadêmica, as referências usadas não são colocadas no texto. Entretanto, caso algum usuário pergunte sobre a bibliografia empregada, os técnicos da Assessoria informam o material usado. No texto da postagem, a instituição também privilegia a inserção do código de referência do documento.

Sobre a política de difusão *online*, o entrevistado relatou que na aba “Sobre” da página do Arquivo Nacional no *Facebook* consta uma política de uso que deve ser observada pelos seguidores. Essa política foi criada pela Assessoria de Comunicação Social da instituição para essa rede social, entretanto, ela tem sido replicada nas outras comunidades virtuais do Arquivo Nacional. A partir da política de uso dessa rede social, temos informações sobre os tipos de comentários que podem ser ocultados na página, como, por exemplo, textos ofensivos. O técnico disse que já houve casos em que comentários tiveram que ser ocultados por esse motivo. Para ele, apesar de algumas publicações abordarem temas que hoje são rediscutidos e, muitas vezes, negados, como, por exemplo, a Ditadura Militar, o Arquivo Nacional não deixa de publicar essas postagens, já que os documentos estão lá para comprovar que aqueles fatos ocorreram.

Sobre o uso de fotografias nas atividades de difusão presenciais e *online*, o técnico relatou que os documentos fotográficos são empregados nas exposições, portais temáticos e visitas. Nesse último caso, cópias de documentos fotográficos são entregues ao público escolar que visita a instituição, com o objetivo de refletir sobre alguma temática. Essa prática é semelhante à atividade de leitura documental realizada pelo APCBH durante as visitas infantojuvenis.

Já nas redes sociais, especificamente no *Facebook*, os documentos fotográficos são usados constantemente. Inicialmente, o uso da fotografia nessa rede social refletia o interesse da instituição em mostrar para o público que os Arquivos possuem outros documentos além dos documentos textuais. Ao longo do tempo, essa prática teve uma boa repercussão entre os seguidores da página e as fotografias passaram a ser usadas com mais frequência. Hoje, esse objetivo está sendo reavaliado pelos técnicos que gerenciam as redes sociais, já que a atual proposta é diversificar as postagens com os diferentes documentos custodiados pelo Arquivo Nacional.

O técnico relatou que em 2016, quando a instituição passou a usar as redes sociais constantemente, já haviam documentos fotográficos digitalizados de alguns conjuntos documentais, entre eles, Fundo Correio da Manhã e Fundo Agência Nacional. Esse cenário contribuiu para que, muitas vezes, esses fundos fossem priorizados na difusão *online*,

principalmente o Fundo Correio da Manhã. Além disso, como uma das estratégias da instituição é a publicação de efemérides, esse fundo é empregado frequentemente, já que é possível encontrar fotografias de diversas temáticas. Todavia, essa prática também tem sido refletida pelos técnicos do AN, que têm buscado usar documentos de outros conjuntos documentais. Além disso, o entrevistado afirmou que, muitas vezes, os usuários cobram postagens sobre temas que os interessam, como, por exemplo, a publicação de conteúdo sobre suas cidades. Essa questão tem levado a instituição a diversificar as temáticas das postagens, já que algumas vezes as publicações tendiam a abarcar mais fatos da cidade do Rio de Janeiro.

Em relação às melhorias que podem ser feitas na atuação no *Facebook*, o entrevistado relatou que o uso de documentos pode ser diversificado, com o objetivo de mostrar que o Arquivo Nacional tem outros documentos além de fotografias. Além disso, seria interessante interagir mais com páginas de outras instituições que também estão nessa rede social, apresentar mais os conjuntos documentais e atividades do Arquivo, não repetir o emprego do documento em postagens com a mesma temática, bem como ter outras propostas de publicações além das efemérides.

Sobre a fotografia produzida em eventos e visitas, nos foi relatado que a instituição possui dois profissionais que fazem a cobertura fotográfica, dessa forma, os registros produzidos por eles são tratados enquanto documentos arquivísticos e, posteriormente, podem vir a ser recolhidos ao Fundo Arquivo Nacional. Entretanto, assim como no APESP, fotografias registradas pelos técnicos em seus celulares algumas vezes acabam sendo perdidas.

Finalizamos a entrevista com a questão de a postagem ser considerada documento arquivístico ou não. De acordo com o técnico, essa reflexão tem sido pauta de discussão do Arquivo Nacional, entretanto, ainda não há nenhuma definição concreta. Ele relatou sobre a dificuldade de preservar um registro da rede social que se modifica o tempo todo por meio da interação do público. Hoje, são preservados os textos e imagens utilizados nas postagens.

Em suas palavras finais, o entrevistado destacou a importância do uso das redes sociais para a popularização do acervo documental sob a guarda do Arquivo Nacional. De acordo com o técnico, é importante mostrar que aquele documento existe e que ele pode ser acessado por qualquer cidadão.

4.3 *Facebook*, documentos fotográficos e difusão: algumas questões

A partir das entrevistas, confirmamos vários aspectos encontrados na coleta de postagens, sobretudo sobre o uso de documentos fotográficos para o compartilhamento de

efemérides. De acordo com todos os técnicos entrevistados, a fotografia promove a interação dos seguidores em suas páginas no *Facebook*, já que de alguma forma as pessoas se vêem naquelas imagens e recordam tempos passados.

A esse respeito, Silva (2002) destaca os usos sociais da memória em comemorações e “rememorações”⁸⁸. Para a autora, as grandes datas costumam ser utilizadas pelo Estado para apresentar algo do passado que possa consolidar a memória coletiva. Para ela, fundamental nos laços sociais, a memória tem sido cada vez mais objeto de estudo dos historiadores, que passam a ter a responsabilidade da “[...] apreensão da relação do presente da memória (de um acontecimento) e do passado histórico (desse acontecimento), em função da concepção de um futuro desse passado.” (SILVA, 2002, p. 427).

Tomando como base a produção teórica de Paul Ricoeur (1996)⁸⁹, Silva (2002, p. 4285) aponta que as rememorações são processos produzidos pelos indivíduos, as comemorações, por sua vez, são constituídas pela memória coletiva. A autora relata ainda sobre as lembranças e esquecimentos em diálogo com os usos sociais da memória, sobretudo nas comemorações.

A fragilidade da memória (individual e/ou coletiva) nas histórias nacionais é passível de leituras distintas. Se em determinados países, como na França, o excesso de memória, revelado pelo fenômeno das numerosas comemorações de datas históricas e pelas múltiplas “rememorações” individuais, pode dar margem a abusos, em contrapartida, em países totalitários, a insuficiência da memória, em razão de sua própria manipulação política, propicia utilizações ideológicas do presente e do futuro desse mesmo passado. Em ambos os casos, os abusos da memória são perceptíveis. Ao lado de um trabalho da lembrança, necessário à preservação da identidade nacional, um trabalho do esquecimento, visando a um justo equilíbrio da distância temporal, torna-se portanto, segundo Ricoeur, inevitável. (SILVA, 2002, p. 431).

Ainda de acordo com Silva (2002, p. 428), “[...] nossas lembranças se fortificam graças às narrativas coletivas que, por sua vez, se reforçam por meio das comemorações públicas de acontecimentos que marcaram a história coletiva.”. Nesse sentido, as postagens das páginas do *Facebook* das instituições analisadas passam a ter uma grande relevância nas atuações do Arquivo Nacional, Arquivo Público do Estado de São Paulo e Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte. É preciso ter prudência nas lembranças e esquecimentos que são feitos no compartilhamento de efemérides.

Durante as entrevistas, percebemos que, apesar das três instituições evitarem temas que possam gerar polêmicas, principalmente relacionados à política, as publicações que abarcam períodos de repressão ou que dizem respeito a grupos que sofrem com

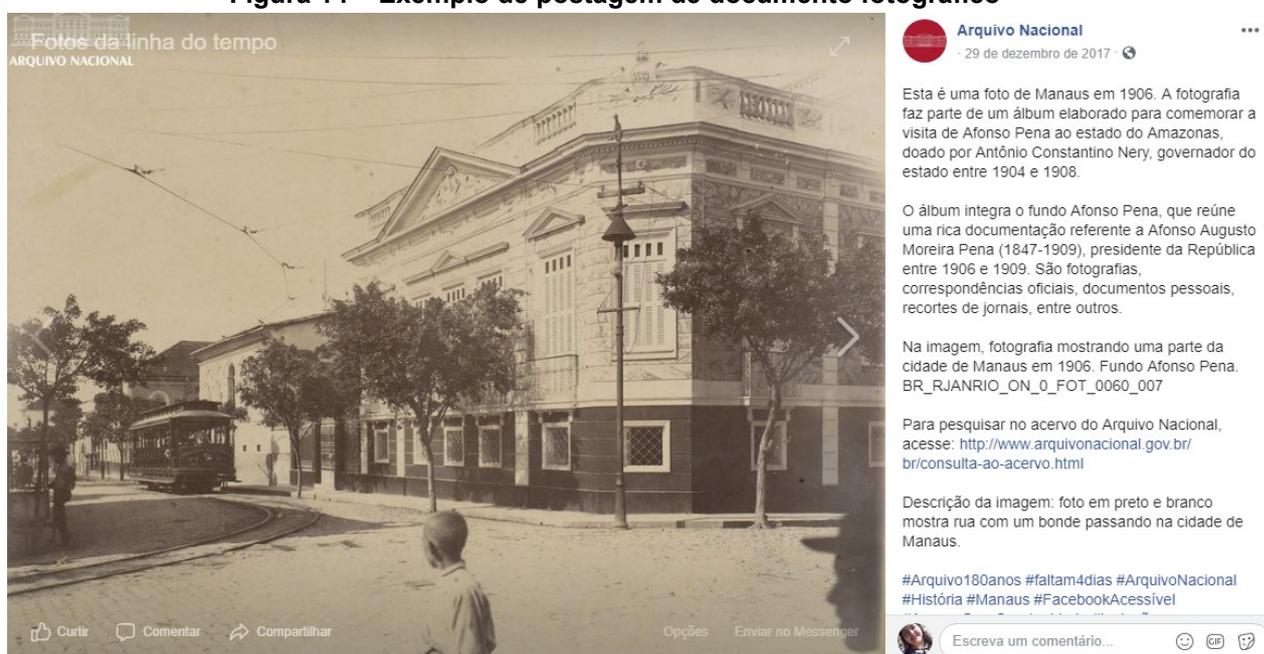
⁸⁸ No texto “O ‘*devoir de mémoire*’ na França contemporânea: entre memória, história, legislação e direitos”, Luciana Heymann (2006) também discute essa temática.

⁸⁹ “Entre *mémoire* et *histoire*”.

discriminação e discurso de ódio foram compartilhadas pelos Arquivos. Os técnicos apontaram sobre o dever de refletir essas questões, justamente porque os documentos sobre essas temáticas existem e porque **ainda vivemos em uma democracia**.

Além dessa reflexão voltada para a memória, as instituições arquivísticas também devem ter suas atuações nas redes sociais pautadas pelos princípios arquivísticos, sobretudo em relação às postagens que compartilham documentos. Ao longo das análises, percebemos que, muitas vezes, o documento fotográfico é apresentado apenas como ilustração e não como parte integrante de um conjunto documental, coleção ou fundo. Apresentamos na Figura 14 um exemplo de postagem que privilegiou o conjunto documental da fotografia que foi usada na publicação.

Figura 14 – Exemplo de postagem de documento fotográfico



Fonte: *Facebook* do Arquivo Nacional, 2017b.

Na figura acima, é possível ver que o Arquivo Nacional privilegiou a apresentação do Fundo Afonso Pena, além de ter apresentado aos seus seguidores a história da fotografia usada na postagem, por meio de informações sobre a produção do álbum elaborado em comemoração à visita de Afonso Pena ao estado do Amazonas.

Outra questão que deve ser colocada em pauta são as próprias escolhas dos documentos fotográficos utilizados nas publicações do *Facebook*. Como em uma exposição, as instituições arquivísticas escolhem quais as fotografias merecem ser compartilhadas em suas redes sociais. Nessa perspectiva, assim como os museus, os Arquivos organizam “[...] uma nova ordem do olhar, que recontextualiza os sentidos de leitura da imagem e

acrescenta-lhe a qualidade artística.” (KNAUSS, 2003, p. 129)⁹⁰. Portanto, os critérios empregados nas elaborações dessas “exposições virtuais” devem fazer parte das políticas de difusão dos Arquivos. A partir desta pesquisa, sabemos várias das decisões que as instituições analisadas tomam em suas ações no *Facebook*, entretanto, os seguidores permanecem, de maneira geral, sem esse conhecimento, desfrutando das efemérides que empregam fotografias, muitas vezes, sem uma reflexão crítica do porquê daquela postagem.

⁹⁰ Para um estudo aprofundado sobre a relação dos Arquivos e a nova ordem do olhar, especialmente em relação aos sítios *online* de instituições arquivísticas, recomendamos a tese de doutorado de Koyama (2013).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante a realização desta pesquisa, nos propomos a refletir sobre como os documentos fotográficos são difundidos no *Facebook* de instituições arquivísticas, a partir da análise de três Arquivos: o Arquivo Nacional, o Arquivo Público do Estado de São Paulo e o Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte. Para alcançarmos esse objetivo, tivemos que refletir principalmente sobre a difusão enquanto função arquivística. Vimos que a difusão, embora seja considerada algumas vezes marginalizada entre as outras funções dos Arquivos, tem uma grande importância, principalmente em tornar conhecido o acervo documental custodiado por essas instituições. Além disso, conseguimos traçar uma definição de difusão que abarca tanto tornarem conhecidos os documentos, serviços e produtos de uma instituição arquivística, quanto a execução de atividades que aproximam mais o público dos Arquivos, como, por exemplo, exposições e visitas.

A partir dos contextos históricos das três instituições, percebemos que elas possuem áreas de difusão solidificadas, com atuação destacada na produção editorial, educação patrimonial e presença na Internet. Além disso, assim como em pesquisas anteriores, vimos também que o documento fotográfico permanece privilegiado em diversas atividades das instituições arquivísticas. Compreendemos que esse cenário pode ser justificado pela própria incompreensão da fotografia enquanto documento arquivístico pelos Arquivos, assim como pelo lugar que os documentos fotográficos possuem em nossas vidas, principalmente em relação às nossas memórias individuais e coletivas.

Ao analisarmos as páginas dos três Arquivos no *Facebook*, tivemos uma visão geral das atividades de difusão dessas instituições, bem como sobre quais delas são mais compartilhadas nesses espaços. Vimos que, além do acervo documental, os eventos, visitas e publicações, entre outros conteúdos, também são postados no *Facebook*. Sobre a difusão de postagens com documentos fotográficos, foi possível perceber que esse tipo de publicação é produzido constantemente pelo Arquivo Nacional, APESP e APCBH. Isso ocorre porque, além das redes sociais serem espaços visuais, as fotografias chamam a atenção dos usuários dessa rede social, principalmente os registros que apresentam locais e personalidades. Dessa forma, conforme uma das entrevistadas nos relatou, a memória afetiva das pessoas é despertada. Por isso, apesar da relação entre memória, documento fotográfico e difusão *online* não ter sido objeto desta pesquisa, destacamos a necessidade de estudos mais profundos nessa área.

Sobre como os documentos fotográficos são difundidos, percebemos que, muitas vezes, não há sequer a menção do documento, seu uso tem como objetivo apenas ilustrar o texto da postagem. Ao longo deste trabalho, demonstramos nossa preocupação em relação

a esse fato, já que oportunizar o acesso deveria ser um dos objetivos dos Arquivos ao difundirem postagens com documentos de seu acervo. Assim, publicações que não mencionam nem mesmo o código de referência da fotografia prejudicam a consulta desse documento por alguém que tenha ficado interessado.

Também foi comum encontramos publicações que usam sempre o mesmo conjunto documental. No Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte destacamos o Fundo Assessoria de Comunicação Social, no APESP e Arquivo Nacional se destacam os fundos de jornais, como, por exemplo, o Fundo Última Hora e o Fundo Correio da Manhã. Isso ocorre justamente porque essas instituições privilegiam postagem de efemérides, dessa forma, nesses conjuntos documentais podem ser encontradas fotografias de várias temáticas, o que facilita na elaboração das publicações. Todavia, alertamos sobre a diversificação no uso de fundos e coleções. Os Arquivos possuem diversos conjuntos documentais, assim a quantidade de material que pode ser usada é muito grande. Além disso, conforme apontado pelo técnico do Arquivo Nacional, a quantidade de postagens com documentos fotográficos é grande, dessa forma, talvez seja interessante apresentar outros gêneros documentais. Como o entrevistado afirmou, a instituição não pode está em busca apenas de curtidas no *Facebook*.

Por tudo isso, reafirmamos que a fotografia, enquanto documento arquivístico, precisa ser debatida, não somente pelos Arquivos, mas, os próprios produtores também precisam ser colocados nessa discussão, já que são eles que lidam com esses documentos nas etapas de produção e uso. Se o documento fotográfico for bem identificado pelos produtores, por exemplo, o técnico que for publicar esse mesmo documento nas redes sociais vai encontrar uma facilidade para apresentá-lo de maneira orgânica.

Por fim, a elaboração dessa pesquisa possibilitou reflexões sobre política arquivística e política de difusão. Ao questionarmos os técnicos das instituições sobre essa questão, muitas vezes, eles não sabiam responder sobre a existência de uma política ou não. Percebemos que muitos procedimentos são feitos informalmente, ou seja, sem que sejam documentados, o que acarreta que a atuação dos Arquivos no *Facebook* assuma a identidade dos técnicos que gerenciam a rede social e não da instituição. Dessa forma, caso aquele técnico passe a exercer outra função no Arquivo, a continuidade da atividade de gerenciamento do *Facebook* e das outras redes sociais possivelmente será afetada. Portanto, reafirmamos a importância das instituições arquivísticas possuírem políticas arquivísticas que contemplem as atividades de difusão *online* e presenciais, além disso, que elas possam ser conhecidas pelo público.

Como continuação de pesquisa, nos propomos a estudar mais a fundo sobre políticas de difusão no âmbito de instituições arquivísticas. Percebemos que essa função,

aliada ao cumprimento de todas as outras funções arquivísticas, é fundamental para que as pessoas conheçam os Arquivos e seus acervos, assim como possam fazer uso deles.

REFERÊNCIAS

69 anos da TV Tupi. Produção Arquivo Público do Estado de São Paulo. São Paulo: Arquivo Público do Estado de São Paulo, 2019. (1 min.). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=VBxEWXzoz_I&list=PL5TgZxAlv0TNe966C_BUPJChkKYqyoyu0&index=1. Acesso em: 30 out. 2019.

ALBERCH i FUGUERAS, Ramon. Archivos, memoria y conocimiento. In: ALBERCH i FUGUERAS, Ramón; BOIX, Lurdes; NAVARRO, Natàlia; VELA, Susanna. **Archivos y cultura**: manual de dinamización. Gijón: Ediciones Trea, 2001. p. 13-26.

ALBERCH i FUGUERAS, Ramon. Difusión y acción cultural. In: COORDINADORA DE ASOCIACIONES DE ARCHIVEROS. **Administración de documentos y archivos**: textos fundamentales. Coordinadora de Asociaciones de Archiveros: Madrid, 2011. p. 473-488. Disponível em: <http://www.archiveros.net/LIBRO.ARCHIVOS.IBEROAMERICANOS.pdf>. Acesso em: 01 maio 2019.

ALBERCH i FUGUERAS, Ramon. Políticas públicas y archivos: entre las formulaciones conceptuales y la realidad práctica. Conferência proferida no XIII Congresso de Arquivologia do Mercosul, Montevidéu, 24 out. 2019.

ALDABALDE, Taiguara Villela. **Mediação cultural em instituições arquivísticas**: o caso do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Faculdade de Ciência da Informação - Universidade de Brasília, Brasília, 2015. Disponível em: http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/19742/1/2015_TaiguaraVillelaAldabalde.pdf. Acesso em: 07 out. 2019.

ALDABALDE, Taiguara Villela; RODRIGUES, Georgete Medleg. Mediação cultural no Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. **TransInformação**, Campinas, v. 27, n. 3, p. 255-264, set./dez. 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/tinf/v27n3/0103-3786-tinf-27-03-00255.pdf>. Acesso em: 19 mar. 2019.

ANTUNES, Jaime. Apresentação. In: ARQUIVO NACIONAL (Brasil). **Arquivo Nacional**: 1838-2012. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2012. s.n.

ARCHE, Lyvia; CIANCONI, Regina de Barros. *Websites* dos arquivos públicos: funções exercidas e recursos de colaboração e interação com os usuários. **Inf. Inf.**, Londrina, v. 15, n. 2, p. 60-76, jul./dez. 2010. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/5752/7011>. Acesso em: 02 maio 2019.

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). **Acervo**. 2019a. Publicado em: março de 2016. Atualizado em: 29 de agosto de 2019. Disponível em: <http://arquivonacional.gov.br/br/institucional/acervo>. Acesso em: 11 set. 2019.

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). **Arquivo em Prosa**. 2019b. Publicado em: setembro de 2019. Atualizado em: 12 de setembro de 2019. Disponível em: <http://www.arquivonacional.gov.br/br/informes/1870-arquivo-em-prosa-2>. Acesso em: 01 out. 2019.

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). **Arquivo Nacional**: 1838-2012. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2012. 64 p.

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). **Correio da Manhã**. 2017a. Publicado em: outubro de 2016. Atualizado em: 10 de julho de 2017. Disponível em: http://arquivonacional.gov.br/br/?option=com_content&view=article&id=206. Acesso em: 11 set. 2019.

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). **Difusão**. 2017b. Publicado em: 13 de julho de 2017. Disponível em: <http://arquivonacional.gov.br/br/difusao>. Acesso em: 20 jan. 2020.

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). **Exposições virtuais do Arquivo Nacional**. Disponível em: <http://www.exposicoesvirtuais.arquivonacional.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?sid=93>. Acesso em: 16 out. 2019.

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). **Informativo**. 2017c. Publicado em: julho de 2017. Atualizado em: julho de 2019. Disponível em: <http://arquivonacional.gov.br/br/servicos-ao-governo/53-institucional/editais-e-concursos/558-premio-maria-odila.html>. Acesso em: 28 out. 2019.

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). **Portais**. 2017d. Publicado em: junho de 2017. Atualizado em: julho de 2017. Disponível em: <http://arquivonacional.gov.br/br/portais>. Acesso em: 28 out. 2019.

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). **Relatório de Atividades**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2019c. Disponível em: http://arquivonacional.gov.br/images/ASCOM/Relatorio_atividades_AN_2018a.pdf. Acesso em: 13 set. 2019.

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). **Relatório de Gestão do Exercício de 2017**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2018. Disponível em: http://arquivonacional.gov.br/images/Relatorio_de_gestao/Relatorio_gestao_AN_2017_final.pdf. Acesso em: 13 set. 2019.

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). **Sítio institucional**. Disponível em: <http://arquivonacional.gov.br/br/>. Acesso em: 07 nov. 2019.

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). **Dicionário brasileiro de terminologia arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

ARQUIVO PÚBLICO DA CIDADE DE BELO HORIZONTE. **A cidade legal**: o acervo de projetos arquitetônicos do Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte. Belo Horizonte: Fundação Municipal de Cultura; Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte, 2018a. 52 p.

ARQUIVO PÚBLICO DA CIDADE DE BELO HORIZONTE. **A trajetória do Projeto Novos Registros do Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte**. Belo Horizonte: Fundação Municipal de Cultura; Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte, 2017. 51 p.

ARQUIVO PÚBLICO DA CIDADE DE BELO HORIZONTE. **Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte**: a cartilha do cidadão. Belo Horizonte: Fundação Municipal de Cultura; Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte, 2016a. 52 p.

ARQUIVO PÚBLICO DA CIDADE DE BELO HORIZONTE. **Entre lembranças e fotografias**: a experiência do projeto Cestas da Memória. Belo Horizonte: Fundação Municipal de Cultura; Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte, 2016b. 60 p.

ARQUIVO PÚBLICO DA CIDADE DE BELO HORIZONTE. **Exposições itinerantes**. 2018b. Atualizado em: março de 2018. Disponível em: <https://prefeitura.pbh.gov.br/fundacao->

municipal-de-cultura/arquivo-publico/projetos/exposicoes-itinerantes. Acesso em: 28 out. 2019.

ARQUIVO PÚBLICO DA CIDADE DE BELO HORIZONTE. **Exposições virtuais**. 2019. Atualizado em: maio de 2019. Disponível em: <https://prefeitura.pbh.gov.br/fundacao-municipal-de-cultura/arquivo-publico/projetos/exposicoes-virtuais>. Acesso em: 28 out. 2019.

ARQUIVO PÚBLICO DA CIDADE DE BELO HORIZONTE. **Guia do acervo do Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte**. Belo Horizonte: Fundação Municipal de Cultura; Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte, 2016c. 240 p.

ARQUIVO PÚBLICO DA CIDADE DE BELO HORIZONTE. **Proposta de criação de página no Facebook para o APCBH**. Documento criado em 09 de outubro de 2012.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. "A USP antes da USP". 2019b. **Revista do Arquivo**, São Paulo, ano IV, n. 8, abr. 2019. Disponível em: http://www.arquivoestado.sp.gov.br/revista_do_arquivo/08/indice.php. Acesso em: 05 out. 2019.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Ações em destaque 2018**. [2019c] Disponível em: http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/assets/informativo/anexo/Infografico_Acoes2018.pdf. Acesso em: 05 out. 2019.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Chamada de artigos**. 2019a. Publicado em: agosto de 2019. Disponível em: http://www.arquivoestado.sp.gov.br/revista_do_arquivo/chamada_de_artigos_para_edicao_10.php. Acesso em: 05 out. 2019.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Exposições virtuais**. Disponível em: http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/difusao/exposicoes_virtuais. Acesso em: 28 out. 2019.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Guia do acervo**. Disponível em: <http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/acervo/guia>. Acesso em: 04 nov. 2019.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Linha do tempo**. [2013]. Disponível em: <http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/institucional/historia>. Acesso em: 08 maio 2019.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Mapa Paulista da Gestão Documental e Acesso à Informação**. Sem data. Disponível em: http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/gestao/municipios/mapa_paulista. Acesso em: 05 out. 2019.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Plano de classificação e tabela de temporalidade de documentos da administração pública do Estado de São Paulo**: atividades-meio. 2. ed. rev. São Paulo: Arquivo Público do Estado, 2018a. 264 p. Disponível em: http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/assets/publicacao/anexo/2019_PUBLICACAO_PC_E_TTDMEIO_PARA%20DIVULGACAO.pdf. Acesso em: 11 set. 2019.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Repositório digital**. Disponível em: http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/acervo/repositorio_digital. Acesso em: 07 out. 2019.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Sítio institucional**. Disponível em: <http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/>. Acesso em: 04 out. 2019.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Tempos, espaços, personagens: registros que evocam esperanças. **Revista do Arquivo**, São Paulo, ano 2, n. 7, p. 84-95, out. 2018b. Disponível em: http://www.arquivoestado.sp.gov.br/revista_do_arquivo/07/arquivo_em_imagens.php. Acesso em: 16 out. 2019.

ARQUIVOS e democracia. Produção Arquivo Público do Estado de São Paulo. São Paulo: Arquivo Público do Estado de São Paulo, 2014. (76 min.). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=JTMQHsfZ_1k. Acesso em: 16 out. 2019.

ARREGUY, Cintia Aparecida Chagas. **Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte: a função avaliação no contexto de políticas públicas arquivísticas municipais no Brasil**. 2016. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) — Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/BUBD-AM2PLJ/1/tesecintiachagasarreguy.pdf>. Acesso em: 30 out. 2019.

ARRUDA, Rogério Pereira de. **Cidades-capitais imaginadas pela fotografia: La Plata (Argentina) e Belo Horizonte (Brasil), 1880-1897**. 2011. Tese (Doutorado em História) — Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2011. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/FAFI-8M5KG2>. Acesso em: 30 out. 2019.

BARBOSA, Andresa Cristina Oliver. **Arquivo e sociedade: experiências de ação educativa em Arquivos brasileiros**. 2013. Dissertação (Mestrado em História) — Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2013. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/12804#preview-link0>. Acesso em: 16 out. 2019.

BARBOSA, Andresa Cristina Oliver; SILVA, Haike Roselane Kleber. Difusão em arquivos: definição, políticas e implementação de projetos no Arquivo Público do Estado de São Paulo. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 1, p. 45-66, jan./jun. 2012.

BARRETO, Abílio. **Belo Horizonte: memória histórica e descritiva – história média**. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro; Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1996, v. 2. 906 p.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivo: estudos e reflexões**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014a. 477 p.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. O sentido dos arquivos. Conferência pronunciada no I Ciclo de Palestras da Diretoria de Arquivos Institucionais – DIARQ. Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 7 abr. 2014b. Disponível em: https://www.ufmg.br/diarq/anexos/wfd_14012774465385cc06bbb48--fala_bellotto.pdf. Acesso em: 16 out. 2019.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. Patrimônio documental e ação educativa nos arquivos. **Ciências e Letras**, Revista da Faculdade Porto-Alegrense de Educação, Ciências e Letras, Porto Alegre, n. 27, p. 151-166, jan./jun. 2000.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivos permanentes: tratamento documental**. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. 320 p.

BELO HORIZONTE. **Arquivo Público**. Sem data. Disponível em: <https://prefeitura.pbh.gov.br/fundacao-municipal-de-cultura/arquivo-publico>. Acesso em: 01 out. 2019.

BELO HORIZONTE. **Lei n. 11.065, de 01 de agosto de 2017**. Estabelece a estrutura orgânica da administração pública do Poder Executivo e dá outras providências. Disponível em: <https://www.cmbh.mg.gov.br/atividade-legislativa/pesquisar-legislacao/lei/11065/2017>. Acesso em: 01 out. 2019.

BELO HORIZONTE. **Lei n. 5.899, de 20 de maio de 1991**. Dispõe sobre a política municipal de arquivos públicos e privados e dá outras providências. Disponível em: <https://www.cmbh.mg.gov.br/atividade-legislativa/pesquisar-legislacao>. Acesso em: 08 maio 2019.

BELO HORIZONTE. **Lei n. 5.900, de 20 de maio de 1991**. Dispõe sobre a criação do Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte e dá outras providências. Disponível em: <https://www.cmbh.mg.gov.br/atividade-legislativa/pesquisar-legislacao>. Acesso em: 08 maio 2019.

BELO HORIZONTE. **Lei n. 5.946, de 18 de julho de 1991**. Altera a estrutura organizacional da Administração Direta da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, prevista nas Leis n.ºs 5.562, de 31 de maio de 1989, e 5.638, de 18 de dezembro de 1989. Disponível em: <https://www.cmbh.mg.gov.br/atividade-legislativa/pesquisar-legislacao/lei/5946/1991>. Acesso em: 11 set. 2019.

BELO HORIZONTE. **Portal PBH**. Disponível em: <https://prefeitura.pbh.gov.br/>. Acesso em: 07 out. 2019

BENJAMIN, Walter. Pequena história da fotografia. In: _____. **Magia e técnica, arte e política**: ensaios sobre literatura e história da cultura. São Paulo: Brasiliense, 2012. p. 97-115.

BORGES, Maria Eliza Linhares. **História & fotografia**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011. 136 p.

BRASIL. **Decreto n. 7.724, de 16 de maio de 2012**. Regulamenta a Lei n.º 12.527, de 18 de novembro de 2011, que dispõe sobre o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do caput do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/Decreto/D7724.htm. Acesso em: 08 out. 2019.

BRASIL. **Decreto n. 9.662, de 1º de janeiro de 2019**. Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Justiça e Segurança Pública, remaneja cargos em comissão e funções de confiança e transforma cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2019/Decreto/D9662.htm. Acesso em: 12 set. 2019.

BRASIL. **Lei n. 12.527, de 18 de novembro de 2011**. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei n.º 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei n.º 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei n.º 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm. Acesso em: 08 out. 2019.

BRASIL. **Lei n. 9.504, de 30 de setembro de 1997**. Estabelece normas para as eleições. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCivil_03/leis/L9504.htm#art57c. Acesso em: 14 out. 2019.

BRASIL. **Lei n. 8.159, de 08 de janeiro de 1991**. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/LEIS/L8159.htm. Acesso em: 19 mar. 2019.

BURKE, Peter. **Testemunha ocular**: o uso de imagens como evidência histórica. São Paulo: Editora Unesp, 2017. 318 p.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida et al. **Dicionário de terminologia arquivística**. São Paulo: Centro de Memória da Educação FEUSP/FAPESP, 2010. 128 p.

CAMPOS, Luana Carla Martins. **“Instantes como este serão para sempre”**: práticas e representações fotográficas em Belo Horizonte (1984-1939). 2008. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.

CARNEIRO, Edilane Maria de Almeida; NEVES, Marta Eloísa Melgaço. Introdução. In: Veiga, José Pedro Xavier da. **Efemérides Mineiras 1664-1897**. Belo Horizonte: Centro de Estudos Históricos e Culturais; Fundação João Pinheiro, 1998. p. 15-40.

CARVALHO, Vânia Carneiro de; LIMA, Solange Ferraz de. Fotografias como objetos de coleção e de conhecimento: por uma relação solidária entre pesquisa e sistema documental. In: MUSEU HISTÓRICO NACIONAL (Brasil). **Anais do Museu Histórico Nacional**. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional (Brasil), 2000, v. 32. p. 15-34.

CHARBONNEAU, Normand. La diffusion. In : COUTURE, Carol (Colab.). **Les fonctions de l'archivistique contemporaine**. Québec: Presses de l'Université du Québec, 1999. p. 373-428.

CIDADE DE SÃO PAULO. **Histórico**. Disponível em: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/cultura/arquivo_historico/arquivo_historico/index.php?p=1114. Acesso em: 09 out. 2019.

CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. **Multilingual Archival Terminology**. Disponível em: <http://www.ciscra.org/mat/mat>. Acesso em: 08 out. 2019.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS (BRASIL). **e-Arq Brasil**: modelo de requisitos para sistemas informatizados de gestão arquivística de documentos. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2011. 136 p. Disponível em: http://conarq.arquivonacional.gov.br/images/publicacoes_textos/earqbrasil_model_requisitos_2009.pdf. Acesso em: 14 out. 2019.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS (BRASIL). **Glossário da Câmara Técnica de Documentos Audiovisuais, Iconográficos, Sonoros e Musicais**. Rio de Janeiro: Conselho Nacional de Arquivos, 2018, v. 3. Disponível em: http://conarq.arquivonacional.gov.br/images/ctdais/Glossario_ctdaism_v3_2018.pdf. Acesso em: 04 nov. 2019.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS (BRASIL). **Publicações técnicas**. Disponível em: <http://conarq.gov.br/publicacoes-tecnicas.html>. Acesso em: 28 out. 2019.

COSTA, Célia Maria Leite. O Arquivo Público do Império: o legado absolutista na construção da nacionalidade. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 26, 2000, p. 217-231. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2123>. Acesso em: 08 maio 2019.

CUNHA, Murilo Bastos da; CAVALCANTI, Cordélia Robalinho de Oliveira. **Dicionário de biblioteconomia e arquivologia**. Brasília: Briquet de Lemos, 2008. 452 p.

DINGWALL, Glenn. Modelo do ciclo vital e modelo do *continuum*: uma visão das concepções de organização arquivística desde o período do pós-guerra. In: EASTWOOD, Terry (Org.); MACNEIL, Heather (Org.). **Correntes atuais do pensamento arquivístico**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2016. p. 205-235.

DIRETORIA DO PROTOCOLO E ARQUIVO DA PREFEITURA. **Revista do Arquivo Municipal de São Paulo**, São Paulo, 1934. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1iCJc9hZ1kyHKVqSZfyZgpBIMfJcwggk-/view>. Acesso em: 09 out. 2019.

ELIAS, Ezmir Dippe. Semana Nacional de Arquivos: Universidade Federal de Santa Catarina. **Ágora**, Florianópolis, v. 28, n. 57, p. 418-419, jul./dez. 2018. Disponível em: <https://www.rbfm.org.br/ra/article/view/786/pdf>. Acesso em: 01 out. 2019.

ENTREVISTADA – ARQUIVO PÚBLICO DA CIDADE DE BELO HORIZONTE. Belo Horizonte, Brasil, 21 ago. 2019. (75 min.). Entrevista concedida a Suellen Alves de Melo.

ENTREVISTADO – ARQUIVO NACIONAL. Rio de Janeiro (Capital), Brasil, 23 jul. 2019. (166 min.). Entrevista concedida a Suellen Alves de Melo.

ENTREVISTADO – ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. São Paulo (Capital), Brasil, 28 ago. 2019. (26 min.). Entrevista concedida a Suellen Alves de Melo.

ESTEVÃO, Sílvia Ninita de Moura; FONSECA, Vitor Manoel Marques da. A França e o Arquivo Nacional do Brasil. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 1, p. 81-108, jan./jun. 2010. Disponível em: <http://www.brapci.inf.br/index.php/res/v/42570>. Acesso em: 08 maio 2019.

FACEBOOK DO ARQUIVO NACIONAL (Brasil). **Comunidade**. 2019. Disponível em: <https://www.facebook.com/arquivonacionalbrasil/>. Acesso em: 30 set. 2019.

FACEBOOK DO ARQUIVO NACIONAL (Brasil). **Postagem “Em 19 de agosto de 1839...”**. 2017a. Publicada em: 09 set. 2017. Disponível em: <https://www.facebook.com/arquivonacionalbrasil/posts/1464177950342745>. Acesso em: 29 jul. 2019.

FACEBOOK DO ARQUIVO NACIONAL (Brasil). **Postagem “Esta é uma foto de Manaus...”**. 2017b. Publicada em: 29 dez. 2017. Disponível em: <https://www.facebook.com/arquivonacionalbrasil/posts/1567656149994924>. Acesso em: 01 ago. 2019.

FACEBOOK DO ARQUIVO PÚBLICO DA CIDADE DE BELO HORIZONTE. 2017. **Postagem “Em 25 de janeiro de 1663...”**. Publicada em: 25 jan. 2017. Disponível em: <https://www.facebook.com/apcbh/photos/a.283907441726928/1165088910275439/?type=3&theater>. Acesso em: 04 dez. 2018.

FACEBOOK DO ARQUIVO PÚBLICO DA CIDADE DE BELO HORIZONTE. 2019. **Página inicial**. Disponível em: <https://www.facebook.com/apcbh/>. Acesso em: 01 nov. 2019.

FACEBOOK DO ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Postagem “#BairrosPaulistanos”**. 2017a. Publicada em: 10 out. 2017. Disponível em: [facebook.com/arquivoestadosp/photos/a.182256991813151/1547815111923992/?type=3&theater](https://www.facebook.com/arquivoestadosp/photos/a.182256991813151/1547815111923992/?type=3&theater). Acesso em: 12 out. 2019.

FACEBOOK DO ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Postagem “#EsportenoArquivo”**. 2017b. Publicada em: 06 dez. 2017. Disponível em: <https://www.facebook.com/arquivoestadosp/photos/a.182256991813151/1603131319725704/?type=3&theater>. Acesso em: 12 out. 2019.

FACEBOOK EFEMÉRIDES DEL ARCHIVO GENERAL DE LA NACIÓN (Argentina). 2019. **Postagem “28 de octubre de 1922”**. Disponível em: <https://www.facebook.com/agn.argentina/photos/a.1427053454278432/2401295343520900/?type=3&theater>. Acesso em: 28 out. 2019.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo dicionário Aurélio da língua portuguesa**. Curitiba: Ed. Positivo, 2009.

FONSECA, Brenda Coelho; CERQUEIRA, Telma Soares. Mapeamento preliminar das atividades dos fotógrafos no IPHAN. In: LIMA, Francisca Helena Barbosa (Coord.); MELHEM, Mônica Muniz (Coord.); CUNHA, Oscar Henrique Liberal de Brito e. **A fotografia na preservação do patrimônio cultural: uma abordagem preliminar**. Rio de Janeiro: IPHAN, COPEDOC, 2008. p. 13-66. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/CadPesDoc_4_FotografiaPreservacao_m.pdf. Acesso em: 07 set. 2019.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007. 236 p.

FREUND, Gisèle. **La fotografia como documento social**. Barcelona: Ediciones G. Gili, 1993. 207 p.

FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA. **Sítio “Escravidão, Abolição e Pós-Abolição”**. Disponível em: <http://www.memoriaescravidao.rb.gov.br/>. Acesso em: 16 out. 2019.

GOMES, Maria do Carmo Andrade. Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte: a construção de nosso patrimônio documental. **Revista da PBH: Escola Aberta de Administração Municipal**, Belo Horizonte, ano 2, n. 3, p. 5-10, abr. 2000.

GUIMARÃES, Manoel Luis Salgado. Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional. **Estudo Históricas**, Rio de Janeiro, n. 1, 1988, p. 5-27. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1935/1074>. Acesso em: 16 out. 2019.

HEREDIA HERRERA, Antonia. **Archivística general: teoría y práctica**. Sevilla: Diputación Provincial de Sevilla, 1991.

HEYMANN, Luciana. **O “devoir de mémoire” na França contemporânea: entre a memória, história, legislação e direitos**. Rio de Janeiro: Centro de Pesquisa e Documentação Histórica Contemporânea do Brasil; Fundação Getúlio Vargas, 2006. 27 p. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/6732/1685.pdf>. Acesso em: 07 nov. 2019.

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras; GRUMBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. **Guia básico de educação patrimonial**. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Museu Imperial, 1999. 68 p.

JARDIM, José Maria. A construção de uma política nacional de arquivos: os arquivos estaduais brasileiros na ordem democrática (1988-2011). In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB, 12., 2011, Brasília, Distrito Federal. **Anais eletrônicos...** Brasília (DF): ENANCIB, 2011. Disponível em: <http://repositorios.questoesemrede.uff.br/repositorios/bitstream/handle/123456789/1653/A%20constru%C3%A7%C3%A3o%20-%20Jardim.pdf?sequence=1>. Acesso em: 08 maio 2019.

JARDIM, José Maria. Políticas públicas arquivísticas: princípios, atores e processos. **Arq. & Adm.**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, p. 5-16, jul./dez. 2006. Disponível em: <http://www.brapci.inf.br/index.php/res/download/56783>. Acesso em: 28 out. 2019.

JULIÃO, Leticia. **Belo Horizonte: itinerários da cidade moderna (1891 – 1920)**. 1992. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1992.

KNAUSS, Paulo. História de coleção e história de exposição. In: BITTENCOURT, José Neves (Ed.); BENCHETRIT, Sarah Fossa (Ed.); TOSTES, Vera Lúcia Bottrel. **História representada: o dilema dos museus**. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2003. p. 127-134.

KOSSOY, Boris. **Hercule Florence: a descoberta isolada da fotografia no Brasil**. São Paulo: Edusp – Editora da Universidade de São Paulo, 2006. 412 p.

KOYAMA, Adriana Carvalho. **Arquivos online: ação educativa no universo virtual**. São Paulo: Associação de Arquivistas de São Paulo, 2015. 360 p.

KOYAMA, Adriana Carvalho. **Arquivos online: práticas de memória, de ensino de História e de educação das sensibilidades**. 2013. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2013. Disponível em: http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/assets/difusao/curso_usp/AULA_5_Koyama_Tese_121_202.pdf. Acesso em: 16 out. 2019.

LACERDA, Aline Lopes de. **A fotografia nos arquivos: a produção de documentos fotográficos da Fundação Rockefeller durante o combate à febre amarela no Brasil**. 2008. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-11092008-145559/pt-br.php>. Acesso em: 13 maio 2019.

LACERDA, Aline Lopes de. Gestão integrada de acervos fotográficos: da conservação/preservação à recuperação da informação. Palestra proferida em minicurso promovido no XXIII Encontro Nacional de Estudantes de Arquivologia, Niterói, 25 jul. 2019.

LE GOFF, Jacques. Documento/monumento. In: _____. **História e memória**. Campinas, São Paulo: Editora da Unicamp, 2013. p. 485-499.

LOPEZ, André Ancona Porto. **As razões e os sentidos: finalidades da produção documental e interpretação de conteúdos na organização arquivística de documentos imagéticos**. 2000. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências

Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000. Disponível em: http://eprints.rclis.org/12862/1/Andr%C3%A9_tese.pdf. Acesso em: 29 out. 2019.

LOPEZ, André Ancona Porto. Mediação do IV Encuentro de Archivos Fotográficos del Mercosur, Montevideu, Uruguai, 25 out. 2019.

MADIO, Telma Campanha de Carvalho. **Documento de arquivo**: fotografia. 2016. Tese (Livre Docência) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Marília, 2016.

MARANHÃO, Ricardo. Uma história crítica nos arquivos oficiais. **Memória**: uma publicação do Departamento de Patrimônio Histórico da Eletropaulo, ano 3, n. 8, p. 34-45, jul./ago. 1990. Disponível em: http://eletromemoria.fflch.usp.br/sites/eletromemoria.fflch.usp.br/files/memoria_-_ano_iii_-_no_8.pdf. Acesso em: 16 out. 2019.

MARIZ, Anna Carla Almeida. **A informação na internet**: arquivos públicos brasileiros. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012. 168 p.

MARQUES, Angélica Alves da Cunha; RODRIGUES, Georgete Medleg. Um intelectual no Arquivo: legado de José Honório Rodrigues para a Arquivologia no Brasil. **Acervo**: Revista do Arquivo Nacional, Rio de Janeiro, v. 30, n. 2, p. 176-191, jul./ dez. 2017. Disponível em: <http://revista.arquivonacional.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/723/962>. Acesso em: 15 ago. 2019.

MARTINS, Dalton Lopes; CARMO, Danielle do; SANTOS, Waldece Soares dos. A presença dos museus brasileiros nas mídias sociais: o caso Facebook. **Revista Morpheus**: estudos interdisciplinares em Memória Social, Rio de Janeiro, v. 10, n. 17, p. 1-18, 2017. Disponível em: <http://www.seer.unirio.br/index.php/morpheus/article/view/7584>. Acesso em: 08 maio 2019.

MARTINS, Marcelo Thadeu Quintanilha. Maços, latas e softwares: o Arquivo Público do Estado de São Paulo e suas reconfigurações. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 26, n. 2, p. 231-242, jul./dez. 2013. Disponível em: <http://www.brapci.inf.br/index.php/res/v/107941>. Acesso em: 07 maio 2019.

MARTINS, Marcelo Thadeu Quintanilha. Resgatando arquivos: a história custodial do fundo Secretaria de Governo da Capitania de São Paulo. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 38, n. 78, p. 55-73, 2018. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-01882018000200055&script=sci_abstract&lng=pt. Acesso em: 08 maio 2019.

MAUAD, Ana Maria. Fotografia pública e cultura do visual, em perspectiva histórica. **Revista Brasileira de História da Mídia**, v. 2, p. 11-20, 2013. Disponível em: <https://www.unicentro.br/rbhm/ed04/dossie/01.pdf>. Acesso em: 07 set. 2019.

MELO, Suellen Alves de Melo; ANDRADE, Yara Maria dos Santos. As redes sociais como ferramentas de difusão: o cenário dos arquivos nacionais dos países integrantes do Congresso de Arquivologia do Mercosul. In: CONGRESO DE ARCHIVOLOGÍA DEL MERCOSUR, 13, 2019, Montevideu, Uruguai. No prelo.

MELO, Suellen Alves de. **A fotografia como documento arquivístico e seu lugar nos arquivos municipais**: o Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte. 2017. Monografia

(Graduação em Arquivologia) – Escola de Ciência da Informação – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017.

MELO, Suellen Alves de. Entrevista com técnicas do Núcleo de Comunicação do Arquivo Público do Estado de São Paulo. São Paulo (Capital), Brasil, 28 ago. 2019. (97 min.).

MELO, Suellen Alves de; PARRELA, Ivana Denise. A fotografia como documento arquivístico e seu lugar nos arquivos municipais: o Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte. **Ágora**, Florianópolis, v. 27, n. 55, p. 429-446, jul./ dez. 2017. Disponível em: <https://agora.emnuvens.com.br/ra/article/view/669/pdf>. Acesso em: 08 set. 2019.

MINAS GERAIS. **Lei n. 126, de 11 de julho de 1895**. Cria na cidade de Ouro Preto uma repartição denominada Arquivo Público Mineiro. Disponível em: http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/acervo/rapm_pdf/1038.pdf. Acesso em: 08 fev. 2020.

MORIGI, Valdir José; MASSONI, Luis Fernando Herbert. Memórias em rede: as fotografias em ambientes virtuais. **Liinc Revista**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 2, p. 506-519, nov. 2015. Disponível em: <http://revista.ibict.br/liinc/article/view/3630/3095>. Acesso em: 30 abr. 2019.

NOGUEIRA, Marta Maria Gonçalves Bilreiro Fialho. **A difusão cultural no Arquivo Nacional e Arquivos distritais portugueses**: exposições documentais (1990-2009). 2012. Dissertação (Mestrado em Ciências da Informação e da Documentação) – Escola de Ciências Sociais – Universidade de Évora, Évora, 2012. Disponível em: https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/4140/1/Marta_Nogueira_UE_Jan_2012.pdf. Acesso em: 08 out. 2019.

OLIVEIRA, Louise Anunciação Fonseca de; MATOS, Maria Teresa Navarro de Britto. *Websites* de instituições arquivísticas nacionais de tradição ibérica e ferramentas web 2.0: uma reflexão sobre a cultura participativa. **Inf. Inf.**, Londrina, v. 18, n. 2, p. 168-192, maio/ago. 2013. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/16168/13096>. Acesso em: 06 maio 2019.

OLIVEIRA, Lucia Maria Velloso; JACCOUD, Leandro; VAISMAN, Priscila. O uso da tecnologia nos arquivos: educação, difusão, identidade e pesquisa. **Revista do Arquivo**, São Paulo, ano 2, n. 6, p. 77-86, abr. 2018. Disponível em: http://www.arquivoestado.sp.gov.br/revista_do_arquivo/06/artigo_05.php. Acesso em: 16 out. 2019.

PALOMARES, Susanna Vela. La organización de exposiciones. In: ALBERCH i FUGERAS, Ramón; BOIX, Lurdes; NAVARRO, Natália; PALOMARES, Susanna Vela. **Archivos y cultura**: manual de dinamización. Gijón: Ediciones Trea, 2001. p. 85-106.

PARRELA, Ivana Denise. Arquivo, gestão de documentos e preservação da memória da cidade. In: BELO HORIZONTE. **Anuário estatístico de Belo Horizonte 2003**. Belo Horizonte: Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, Secretaria Municipal de Modernização Administrativa e Informação, Gerência de Informações Técnicas, 2004.

PARRELA, Ivana Denise. Coleções e publicações documentais no Brasil: estratégias e temporalidades – 1930-1990. In: DUTRA, Eliana de Freitas (Org.). **O Brasil em dois tempos**: história, pensamento social e tempo presente. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013a. p. 91-108.

PARRELA, Ivana Denise. Educação patrimonial nos arquivos brasileiros: algumas experiências e perspectivas de uso da metodologia. **Ci. Inf.**, Brasília, DF, v. 42, n. 1, p. 107-116, jan./abr. 2013b. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/1398/1576>. Acesso em: 08 out. 2019.

PEGEON, Annick. Uma experiência pedagógica em Arquivos: a disciplina "Arquivo" dos *Archives nationales* da França. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 1, p. 89-102, jan./ jun. 2012.

PESCADOR DEL HOYO, Maria Del Carmen. **El Archivo**. Instrumentos de trabajo. Madrid: Ediciones Norma, 1986.

PORTELLA, Viviane Portella de. **Difusão virtual do patrimônio documental do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul**. 2012. Dissertação (Mestrado em Patrimônio Cultural) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2012. Disponível em: <https://repositorio.ufsm.br/handle/1/11007>. Acesso em: 01 maio 2019.

PROJETO INTERPARES 3, TEAM BRASIL. **Estudo de Caso BR02 – Assessoria de Comunicação e Imprensa da Universidade Estadual de Campinas – registros fotográficos digitais**: relatório final. [s.l.]: Projeto InterPARES 3, 2012. 20 p. Relatório. Disponível em: http://interpares.org/ip3/display_file.cfm?doc=ip3_brazil_cs02_relatorio_final.pdf. Acesso em: 06 fev. 2020.

RIBEIRO, Raphael Rajão; TORRE, Michelle Márcia Cobra. Educação patrimonial e o ensino de história em instituições arquivísticas: ações educativas no Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 1, p. 67-88, jan./ jun. 2012.

RICOEUR, Paul. "Entre mémoire et histoire". **Projet**, Paris, n. 248, p. 11, 1996.

ROCKEMBACH, Moisés. Difusão em Arquivos: uma função arquivística, informacional e comunicacional. **Informação Arquivística**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, p. 98-118, jan./jun., 2015. Disponível em: <http://www.aaerj.org.br/ojs/index.php/informacaoarquivistica/article/view/95/55>. Acesso em: 01 maio 2019.

RODRIGUES, Marta M. Assumpção. **Políticas públicas**. [s.l.]: PubliFolha, 2010. 94 p.

RODRÍGUEZ, José Antonio. Hercule Florence: contra a história opulenta. In: KOSSOY, Boris. **Hercule Florence**: a descoberta isolada da fotografia no Brasil. São Paulo: Edusp – Editora da Universidade de São Paulo, 2006. p. 11-20.

ROMA, Bruno de Andréa. As múltiplas personalidades do documento fotográfico em arquivos: o caso do Arquivo Público do Estado de São Paulo. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 29., 2017, Brasília, Distrito Federal. **Anais eletrônicos...** Brasília (DF): Simpósio Nacional de História, 2017a. Disponível em: https://www.snh2017.anpuh.org/resources/anais/54/1488815738_ARQUIVO_BrunoRomaAnpuh.pdf. Acesso em: 09 set. 2019.

ROMA, Bruno de Andréa. Pensar os caminhos da fotografia em arquivos públicos: como são constituídos os acervos? **Revista Photo & Documento**, n. 3, 2017b. Disponível em: <http://gpaf.info/photoarch/index.php?journal=phd&page=article&op=view&path%5B%5D=121&path%5B%5D=92>. Acesso em: 11 set. 2019.

RONDINELLI, Rosely Curi. **O documento arquivístico ante a realidade digital**: uma revisão conceitual necessária. 1.ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013. 280 p.

ROUILLÉ, André. **A fotografia**: entre documento e arte contemporânea. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2009. 483 p.

ROUSSEAU, Jean-Yves; COUTURE, Carol. **Os fundamentos da disciplina arquivística**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1998. 356 p.

SÃO PAULO (ESTADO). **Decreto n. 124, de 11 de novembro de 1892**. Dá regulamento para a Repartição de Estatística e do Arquivo do Estado. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1892/decreto-124-11.11.1892.html>. Acesso em: 04 out. 2019.

SÃO PAULO (ESTADO). **Decreto n. 22.789, de 19 de outubro de 1984**. Institui o Sistema de Arquivos do Estado de São Paulo – SAESP. Disponível em: http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/assets/legislacao/Decreto_22789_de_19_de_outubr_o_1984.pdf. Acesso em: 05 out. 2019.

SÃO PAULO (ESTADO). **Decreto n. 29.922, de 18 de outubro de 1957**. Regulamento do Departamento do Arquivo do Estado. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1957/decreto-29922-18.10.1957.html>. Acesso em: 16 out. 2019.

SÃO PAULO (ESTADO). **Decreto n. 30, de 10 de março de 1892**. Cria a Repartição da Estatística e do Arquivo do Estado. Disponível em: <http://dobuscadireta.imprensaoficial.com.br/default.aspx?DataPublicacao=18920311&Caderno=Diario%20Oficial&NumeroPagina=2274>. Acesso em: 04 out. 2019.

SÃO PAULO (ESTADO). **Decreto n. 49.165, de 29 de dezembro de 1967**. Dispõe sobre a reforma administrativa das atividades de promoção social, cultura, educação física, esportes e turismo e dá outras providências. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1967/decreto-49165-29.12.1967.html>. Acesso em: 16 out. 2019.

SÃO PAULO (ESTADO). **Decreto n. 50.941, de 05 de julho de 2006**. Reorganiza a Secretaria da Cultura. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/2006/decreto-50941-05.07.2006.html>. Acesso em: 16 out. 2019.

SÃO PAULO (ESTADO). **Decreto n. 54.276, de 27 de abril de 2009**. Reorganiza a Unidade do Arquivo Público do Estado, da Casa Civil, e dá providências correlatas. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/2009/decreto-54276-27.04.2009.html>. Acesso em: 11 set. 2019.

SÃO PAULO (ESTADO). **Flickr Governo do Estado de São Paulo**. Disponível em: <https://www.flickr.com/photos/governosp/albums/72157697402270420>. Acesso em: 08 nov. 2019.

SÃO PAULO (ESTADO). **Lei n. 20, de 08 de março de 1842**. Estabelece nesta cidade um arquivo público provincial. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1842/lei-20-08.03.1842.html>. Acesso em: 04 out. 2019.

SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA (BELO HORIZONTE). Seminário Bases para a Implantação de um Arquivo Moderno: o Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte. 1990, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: Secretaria Municipal de Cultura, 1991. 137 p. (Orelha do livro).

SILVA, Helenice Rodrigues da. “Rememoração” / comemoração: as utilizações sociais da memória. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 22, n. 44, p. 425-438, 2002

SILVA, Rubens Ribeiro Gonçalves da. Fundamentos, desafios e alternativas para a salvaguarda e difusão de patrimônio documental fotográfico, audiovisual e sonoro. **Ci. Inf.**, Brasília, DF, v. 40, n. 3, p. 492-509, set./dez. 2011. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/1304>. Acesso em: 08 maio 2019.

SILVA, Sérgio Matias da. **O documento fotográfico em debate**: um estudo em periódicos científicos nas áreas da Ciência da Informação e da Arquivologia. 2018. Dissertação (Mestrado em Gestão de Documentos e Arquivo) – Centro de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: <http://www.unirio.br/ppgarq/tccs/turma-2016/silva-sergio-matias-da-o-documento-fotografico-em-debate-um-estudo-em-periodicos-cientificos-nas-areas-da-ciencia-da-informacao-e-da-arquivologia/view>. Acesso em: 04 set. 2019.

SONTAG, Susan. **Sobre fotografia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004. 223 p.

SOUSA, Renato Tarcísio Barbosa de. A gestão de documentos como pilar principal para a expansão do acesso aos documentos de arquivo. Palestra proferida no XI Seminário de Arquivologia, Belo Horizonte, 16 set. 2019.

VIEIRA, Thiago de Oliveira. **Os documentos especiais à luz da arquivologia contemporânea**: uma análise a partir das instituições arquivísticas públicas da cidade do Rio de Janeiro. 2014. Dissertação (Mestrado em Gestão de Documentos e Arquivos) - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: <http://www.unirio.br/ppgarq/tccs/turma-2012/vieira-thiago-de-oliveira-os-documentos-especiais-a-luz-da-arquivologia-contemporanea-uma-analise-a-partir-das-instituicoes-arquivisticas-publicas-da-cidade-do-rio-de-janeiro/view>. Acesso em: 11 set. 2019.

YAMAMOTO, Patricia Hitomi. **Circuito em transformação**: o Estado de S. Paulo e a cultura fotográfica paulistana nos anos 1970. 2018. Dissertação (Mestrado em Estética e História da Arte) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/93/93131/tde-29112018-121419/pt-br.php>. Acesso em: 31 out. 2019.

YOUTUBE ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Disponível em: <https://www.youtube.com/channel/UCdk7tn4ZYRH6aCigYgZAXLw>. Acesso em: 30 out. 2019.

ZAPPIENS. **Sobre o projeto**. Disponível em: <https://zappiens.br/portal/visualizarTexto.jsp;jsessionid=C3C997B81F6828CC63438DC13780187F?midia=sbprojeto>. Acesso em: 02 out. 2019.

APÊNDICE 1 – CARTA DE ANUÊNCIA INSTITUCIONAL

Carta de Anuência Institucional

Aceito que a pesquisadora Suellen Alves de Melo, mestranda do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) sob orientação da professora Ivana Denise Parrela, entreviste a (o) técnica (o) responsável pelos serviços de difusão desta instituição, como parte da metodologia de pesquisa da dissertação intitulada “Difusão de documentos fotográficos no *Facebook*: análise das experiências de três instituições arquivísticas”⁹¹ que está sendo desenvolvida no programa de pós-graduação mencionado acima e que foi submetida à Plataforma Brasil.

O objetivo desta pesquisa é compreender como os documentos fotográficos são empregados na difusão *online*, especificamente no *Facebook*, das instituições arquivísticas públicas brasileiras. Para isso, foram selecionados três Arquivos públicos do Brasil, são eles: Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte, Arquivo Público do Estado de São Paulo e Arquivo Nacional.

A técnica de coleta de dados será a realização de entrevista semiestruturada, na qual será utilizado um roteiro de perguntas acerca da difusão de documentos fotográficos no *Facebook* e dos serviços de difusão da instituição. Ao longo da entrevista com a (o) técnica (o) responsável pela difusão, novas questões poderão ser feitas. A conversa será gravada e os áudios serão armazenados no computador de trabalho de Ivana Denise Parrela, orientadora desta pesquisa, que fica localizado em seu gabinete na Escola de Ciência da Informação da UFMG e que está protegido por senha pessoal.

A pesquisadora será responsável por garantir que a identidade da (o) entrevistada (o) seja preservada. O conteúdo da entrevista será empregado na dissertação mencionada, assim como em artigos e apresentações de trabalhos que relatem os resultados desta pesquisa.

Portanto, concordo em fornecer todos os subsídios para seu desenvolvimento, desde que seja assegurado o que segue:

- 1) O cumprimento das determinações éticas das resoluções do Conselho Nacional de Saúde no 466/2012 e nº 510/2016;
- 2) A garantia de solicitar e receber esclarecimentos antes, durante e depois do desenvolvimento da pesquisa;

⁹¹ O título final do trabalho foi alterado para “Difusão de documentos fotográficos: análise das experiências de três instituições arquivísticas brasileiras no *Facebook*”.

- 3) Que não haverá nenhuma despesa para esta instituição que seja decorrente da participação nessa pesquisa;
- 4) No caso do não cumprimento dos itens acima, a liberdade de retirar minha anuência a qualquer momento da pesquisa sem penalização alguma; e
- 5) O direito de indenização caso sejam identificados e comprovados danos em decorrência da pesquisa.

O _____ (nome da instituição) autoriza a realização da pesquisa.

_____ (local), _____ (data)

Assinatura do (a) responsável pela instituição

APÊNDICE 2 – LISTA DE PERSONALIDADES – ARQUIVO NACIONAL

Quadro 14 – Personalidades homenageadas nas postagens de documentos fotográficos – Arquivo Nacional

| Nº | Nome da personalidade | Nº | Nome da personalidade | Nº | Nome da personalidade |
|----|--------------------------------|----|--|-----|-------------------------------------|
| 1 | Adelaide Chiozzo | 48 | Edgard Roquette-Pinto | 95 | Luiza Alzira Soriano Teixeira |
| 2 | Afonso Pena | 49 | Elis Regina | 96 | Machado de Assis |
| 3 | Afrânio Coutinho | 50 | Elizeth Cardoso | 97 | Marcos Carneiro de Mendonça |
| 4 | Agildo Ribeiro | 51 | Emerson Fittipaldi | 98 | Maria Antonieta Portocarrero Thedim |
| 5 | Aída dos Santos | 52 | Emília Savana da Silva Borba | 99 | Maria Beatriz Nascimento |
| 6 | Alfredo Ducasble | 53 | Epitácio Pessoa | 100 | Maria Lenk |
| 7 | Altamiro Carrilho | 54 | Erasmus Carlos | 101 | Mário Jorge Lobo Zagallo |
| 8 | Angela Maria | 55 | Ernest Hemingway | 102 | Martin Luther King |
| 9 | Antônio Gonçalves Dias | 56 | Euzébia Silva de Oliveira, a Dona Zica | 103 | Martinho da Vila |
| 10 | Adelaide Chiozzo | 57 | Eva Nil | 104 | Mestre Bimba |
| 11 | Arthur Antunes Coimbra, o Zico | 58 | Ferreira Gullar | 105 | Michel Foucault |
| 12 | Ary Barroso | 59 | Floriano Peixoto | 106 | Missionário Beneditino d. Alcuino |
| 13 | Athos Bulcão | 60 | Fred Astaire | 107 | Moreira da Silva |
| 14 | Auguste Lumière | 61 | Gal Costa | 108 | Nelson Cavaquinho |
| 15 | Baby do Brasil | 62 | George Harrison | 109 | Nelson Falcão Rodrigues |
| 16 | Barão do Rio Branco | 63 | Getúlio Vargas | 110 | Nelson Pereira dos Santos |
| 17 | Beatriz Segall | 64 | Gilberto Gil | 111 | Niomar Moniz Sodré Bittencourt |
| 18 | Belchior | 65 | Giuseppe Garibaldi | 112 | Nise da Silveira |
| 19 | Belmira de Almeida | 66 | Goleiro Barbosa | 113 | Oswald de Andrade |

Continua na próxima página.

Continuação do Quadro 14.

| | | | | | |
|----|---------------------------------|----|-----------------------------|-----|----------------------------|
| 20 | Bertha Lutz | 67 | Gonçalves Dias | 114 | Oswaldo Gonçalves Cruz |
| 21 | Bette Davis | 68 | Guimarães Rosa | 115 | Otelo |
| 22 | Bibi Ferreira | 69 | Harold Lloyd | 116 | Paschoal Segreto |
| 23 | Bidu Sayão | 70 | Hebe Camargo | 117 | Paulo Moura |
| 24 | Brigitte Bardot | 71 | Helio Jaguaribe | 118 | Pedro Sátiro da Silveira |
| 25 | Cacá Diegues | 72 | Hellé Nice | 119 | Pelé |
| 26 | Caetano Veloso | 73 | Henrique Martins | 120 | Pixinguinha |
| 27 | Cândido Mariano da Silva Rondon | 74 | Herivelto Martins | 121 | Princesa Isabel |
| 28 | Candido Portinari | 75 | Hildete Pereira de Melo | 122 | Procópio Ferreira |
| 29 | Carlos Cesar | 76 | Ilka Soares | 123 | Profeta Gentileza |
| 30 | Carlos Chagas | 77 | Isaac Newton | 124 | Raul Pompéia |
| 31 | Carlos Heitor Cony | 78 | Jardel Filho | 125 | Raul Seixas |
| 32 | Carmem Miranda | 79 | Jeanne Moureau | 126 | Regina Duarte |
| 33 | Carmem Portinho | 80 | Jerry Adriani | 127 | Roberto Burle Marx |
| 34 | Carmem Santos | 81 | Jerry Lewis | 128 | Ruth de Souza |
| 35 | Carolina Maria de Jesus | 82 | João Saldanha | 129 | Sérgio Marcus Rangel Porto |
| 36 | Cartola | 83 | Jorge Amado | 130 | Sophia Loren |
| 37 | Castro Alves | 84 | José do Patrocínio | 131 | Tarsila do Amaral |
| 38 | Cauby Peixoto | 85 | Júlio Verne | 132 | Thomas Hezidiah Mix |
| 39 | César Lattes | 86 | Juscelino Kubitschek | 133 | Tim Maia |
| 40 | Chacrinha | 87 | Lieselotte Hoeschl Ornellas | 134 | Tom Jobim |

Continua na próxima página.

Continuação do Quadro 14.

| | | | | | |
|----|---------------------------|----|-----------------------------|-----|--------------------|
| 41 | Chico Anysio | 88 | Louis Armstrong | 135 | Tônia Carrero |
| 42 | Chico Buarque | 89 | Louis Daguerre | 136 | Toquinho |
| 43 | Chiquinha Gonzaga | 90 | Louis Lumière | 137 | Vinícius de Moraes |
| 44 | Clarice Lispector | 91 | Luiz Carlos Prestes | 138 | Vital Brazil |
| 45 | Dinah Silveira de Queiroz | 92 | Luiz Gama | 139 | Wilson Simonal |
| 46 | Dom Hélder Câmara | 93 | Luiz Gonzaga | 140 | Winsol Simonal |
| 47 | Dulcina de Moraes | 94 | Lieselotte Hoeschl Ornellas | 141 | Zuzu Angel |

Fonte: Dados da pesquisa, 2019.

APÊNDICE 3 – ROTEIRO DE ENTREVISTA

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS ESCOLA DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

Dissertação de mestrado: Difusão de documentos fotográficos no *Facebook*: a análise das experiências de três instituições arquivísticas

Autora: Suellen Alves de Melo

Orientadora: Ivana Parrela

Roteiro de Entrevista

- 1- Qual é o perfil da equipe responsável pela difusão? Quantidade de pessoas, formação e tipo de vínculo com a instituição (estagiário, servidor, contratado).
- 2- O que é difusão? Qual é a sua importância para o Arquivo?
- 3- Quais atividades fazem parte da difusão da instituição?
- 4- Qual a principal atividade de difusão da instituição? Por quê?
- 5- Existe uma política de difusão? Em caso positivo, essa política é respeitada?
- 6- Em caso de inexistência de política de difusão, como a instituição executa a difusão?
- 7- O serviço de difusão na instituição existe desde quando?
- 8- Como os documentos fotográficos são utilizados nas atividades de difusão da instituição? A foto é empregada tanto na difusão presencial como nas redes sociais?
- 9- Como a difusão é vista internamente?
- 10- Qual o retorno à instituição que a difusão traz?
- 11- Existe um mapeamento do perfil do público atingido nas atividades de difusão presenciais? E nas atividades de difusão *online*?
- 12- Caso a resposta anterior seja afirmativa, qual é o perfil do público das atividades presenciais e *online* de difusão?
- 13- Quais redes sociais a instituição utiliza para a difusão?
- 14- Desde quando a instituição possui redes sociais?
- 15- O que é difundido em cada rede social?
- 16- Quais são as vantagens e as desvantagens na utilização de redes sociais?
- 17- Qual espaço é melhor para a instituição, o sítio institucional ou a página do *Facebook*? Por quê?
- 18- Quais as vantagens e as desvantagens do emprego do *Facebook* para as atividades de difusão da instituição?
- 19- Quais tipos de postagens no *Facebook* dão mais retorno do público?

- 20- Existe uma política de uso do *Facebook*?
- 21- Qual é a preparação (critérios utilizados para publicar, pesquisa para elaborar a postagem, digitalização, entre outras ações) para a difusão no *Facebook*?
- 22- Em sua opinião, os documentos fotográficos ocupam um espaço privilegiado nas atividades de difusão na página do *Facebook* da instituição? Por quê?
- 23- Já houve alguma situação em que foi preciso apagar alguma postagem ou mesmo o comentário de algum usuário?
- 24- O que poderia ser melhorado nas atividades de difusão na página do *Facebook* da instituição?
- 25- Os documentos fotográficos que são difundidos em postagens de visitas ou eventos, por exemplo, porém ainda não estão recolhidos ao Arquivo, fazem parte da gestão de documentos da instituição?
- 26- As postagens nas redes sociais são consideradas documentos arquivísticos pela instituição?
- 27- As interações (postagens, comentários e compartilhamentos, entre outras) das redes sociais da instituição são preservadas? Em caso positivo, como ocorre essa preservação?
- 28- Chegamos ao fim da entrevista, caso queira comentar mais alguma coisa, fique à vontade.

APÊNDICE 4 – TERMO DE COMPROMISSO LIVRE E ESCLARECIDO

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)

Prezado (a) Senhor (a),

Eu, Suellen Alves de Melo, orientada pela Professora Ivana Denise Parrela, estou realizando uma pesquisa com o objetivo de compreender como os documentos fotográficos custodiados pelos Arquivos públicos brasileiros são difundidos em suas redes sociais, especificamente no *Facebook*. Foram selecionadas três instituições arquivísticas: o Arquivo Nacional brasileiro, o Arquivo Público do Estado de São Paulo e o Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte. Este estudo faz parte de uma pesquisa de mestrado que está sendo realizada no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI) da Escola de Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

Tenho o prazer de convidá-lo (la) para integrar esta pesquisa, como voluntário (a), participando de uma entrevista que tem como objetivo abordar como a difusão online da instituição da qual o (a) Sr. (a) faz parte é executada, como os documentos fotográficos são empregados nas ações de difusão e se existe uma política de difusão em sua instituição, dentre outros temas correlatos.

Sua participação é importante para compreendermos se existe uma valorização na difusão de documentos fotográficos quando comparada à difusão de outros tipos documentais. Além disso, essa pesquisa é fundamental para Arquivologia, já que compreende uma das funções arquivísticas. Os resultados deste trabalho também serão úteis para as ações de difusão dos Arquivos públicos brasileiros.

Página 02 de 02.

Caso o (a) Sr. (a) aceite participar desta pesquisa, durante a entrevista serão feitas anotações relacionadas às suas respostas, além disso, a conversa será gravada e, posteriormente, as falas serão transcritas. Os áudios da entrevista ficarão armazenados pelo período de 5 anos no computador de trabalho de Ivana Denise Parrela, orientadora desta pesquisa, que fica localizado em seu gabinete na Escola de Ciência da Informação da UFMG e que está protegido por senha pessoal. A entrevista será agendada no dia e horário que melhor adequar-se aos seus compromissos. O tempo previsto da entrevista é de aproximadamente uma hora.

Os dados da entrevista serão publicados em minha dissertação de mestrado e apresentados na defesa desta pesquisa. Além disso, também poderão ser publicados em artigos, bem como apresentados em eventos científicos. Sua identidade será preservada nas publicações e apresentações que utilizarem os dados concedidos em sua entrevista, por isso suas falas serão identificadas pelo termo “entrevistado (a)”.

Página 01 de 03.

Sua participação nesta pesquisa não gerará nenhum gasto, já que eu me deslocarei para o local que o (a) Sr. (a) escolher. Além disso, não haverá nenhuma recompensa financeira pela sua participação na entrevista. Os riscos de sua participação nesta pesquisa estão relacionados ao constrangimento que alguma questão poderá trazer. Entretanto, o (a) Sr. (a) tem o direito de não querer responder alguma questão, caso não deseje. Se ocorrer alguma divergência entre a sua opinião e a opinião de sua instituição em relação a alguma questão que seja feita, o (a) Sr. (a) tem o direito de esclarecer que a resposta dada representa, por exemplo, apenas a visão de sua instituição.

O (a) Sr. (a) também tem o direito de retirar-se da pesquisa a qualquer momento, bem como solicitar que as informações que o (a) Sr. (a) tenha me passado sejam retiradas em parte ou totalmente deste estudo, basta me comunicar pelo telefone ou pelo e-mail que estão no final deste termo. Além disso, caso sejam identificados e comprovados danos provenientes desta pesquisa, o (a) Sr. (a) tem assegurado o direito de indenização.

Para saber mais informações da pesquisa, o (a) Sr. (a) pode entrar em contato comigo ou com minha orientadora. Nossos contatos estão ao final deste TCLE. Outro canal de informação a respeito da pesquisa é o Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da UFMG, órgão da Universidade que aprovou a realização deste estudo, cujo endereço, telefone e e-mail também constam ao final deste documento.

Caso não tenha nenhuma dúvida e concorde em participar desta pesquisa, por favor, manifeste sua concordância assinando as duas vias de igual teor deste TCLE.

Assinatura do (a) participante

Assinatura da pesquisadora

Local e data

TÍTULO DA PESQUISA: Difusão de documentos fotográficos no Facebook: análise das experiências de três instituições arquivísticas públicas brasileiras

PESQUISADORA: Suellen Alves de Melo

E-mail: [REDACTED] – telefone: [REDACTED]

ORIENTADORA: Professora Ivana Denise Parrela

E-mail: [REDACTED] – telefone: [REDACTED]

Endereço: Avenida Presidente Antônio Carlos, 6.627, Pampulha - Belo Horizonte, Minas Gerais - CEP 31.270-901 - Escola de Ciência da Informação - 4º Andar

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO (PPGCI – UFMG)

E-mail: ppgci@eci.ufmg.br – telefone: (31) 3409-5207 / (31) 3409-6103

Endereço: Avenida Presidente Antônio Carlos, 6.627, Pampulha - Belo Horizonte, Minas Gerais - CEP 31.270-901 - Escola de Ciência da Informação - 2º Andar

COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA DA UFMG (CEP – UFMG)

E-mail: coep@prpq.ufmg.br – telefone: (31) 3409-4592

Endereço: Avenida Presidente Antônio Carlos, 6.627, Pampulha - Belo Horizonte, Minas Gerais - CEP 31.270-901 - Unidade Administrativa II - 2º Andar - Sala: 2005